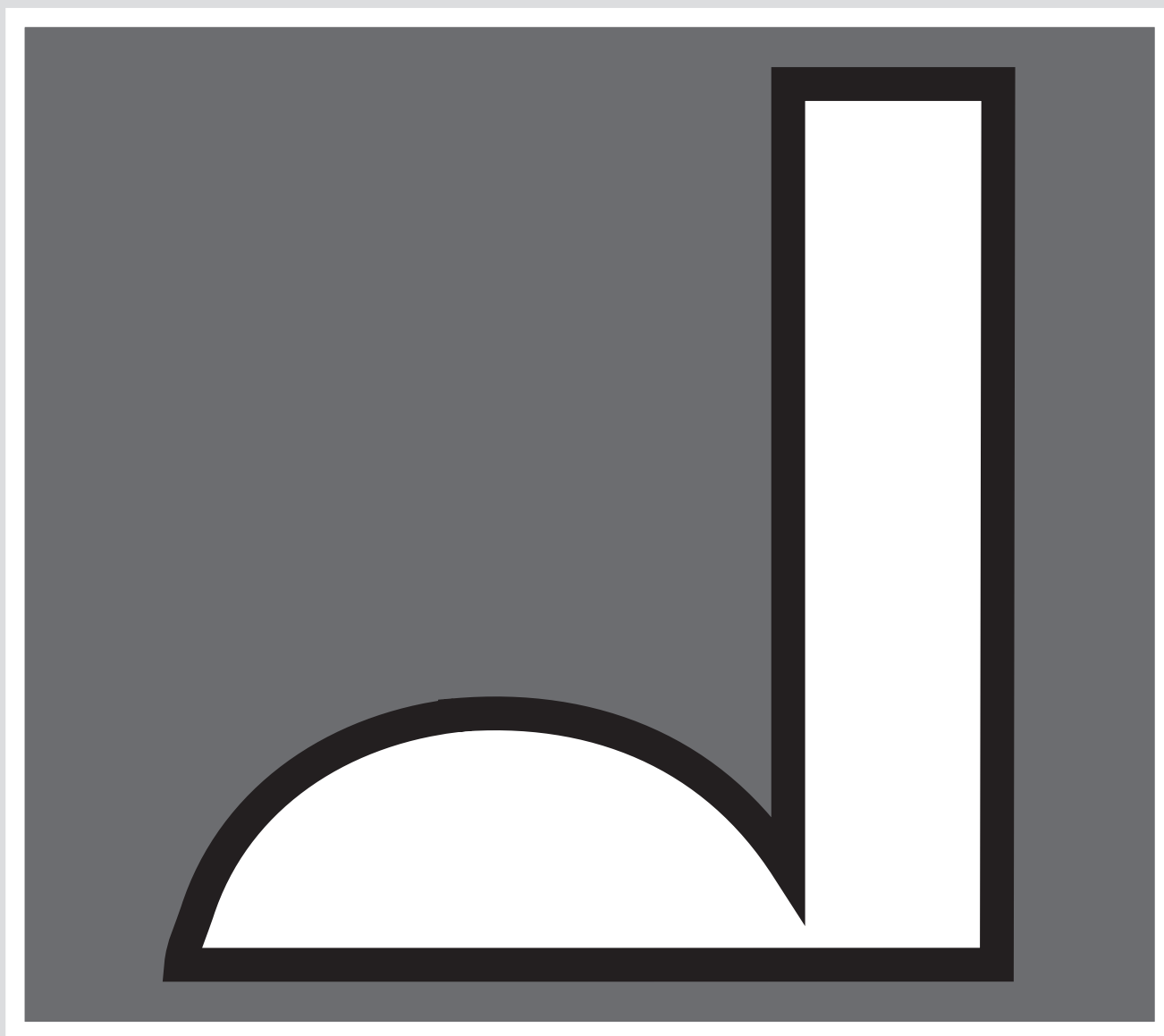




REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXV - Nº 191 - TERÇA-FEIRA, 23 DE NOVEMBRO DE 2010 - BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL		
PRESIDENTE		3º SECRETÁRIO
José Sarney - (PMDB-AP)		Mão Santa - (PSC-PI)
1º VICE-PRESIDENTE		4ª SECRETÁRIA
Marconi Perillo - (PSDB-GO)		Patrícia Saboya - (PDT-CE)
2ª VICE-PRESIDENTE		SUPLENTE DE SECRETÁRIO
Serys Silhessarenko - (PT-MT)		1º - César Borges - (PR-BA)
1º SECRETÁRIO		2º - Adelmir Santana - (DEM-DF)
Heráclito Fortes - (DEM-PI)		3º - Cícero Lucena - (PSDB-PB)
2º SECRETÁRIO		4º - Gerson Camata - (PMDB-ES)
João Vicente Claudino - (PTB-PI)		

LIDERANÇ A

<p>Bloco Parlamentar da Minoria (DEM/PSDB) - 29</p> <p>Líder Vago (1) Vice-Líderes Alvaro Dias Kátia Abreu Flexa Ribeiro Gilberto Goellner (11) João Tenório Rosalba Ciarlini Lúcia Vânia Adelmir Santana </p> <p>Líder do DEM - 15 José Agripino (14,19) Vice-Líderes do DEM Jayme Campos (2,8) Antonio Carlos Júnior Rosalba Ciarlini Efraim Morais</p> <p>Líder do PSDB - 14 Arthur Virgílio Vice-Líderes do PSDB Alvaro Dias Lúcia Vânia Cícero Lucena Papaléo Paes</p>	<p>Maioria (PMDB/PP) - 19</p> <p>Líder Renan Calheiros - PMDB Vice-Líderes Almeida Lima (12) Valdir Raupp (6) Regis Fichtner (13,15) Francisco Dornelles Gerson Camata Geraldo Mesquita Júnior </p> <p>Líder do PMDB - 18 Renan Calheiros Vice-Líderes do PMDB Vago (10) Almeida Lima (12) Valter Pereira Leomar Quintanilha (4,5,7,9)</p> <p>Líder do PP - 1 Francisco Dornelles</p>	<p>Bloco de Apoio ao Governo (PT/PR/PSB/PRB/PC DO B) - 17</p> <p>Líder Aloizio Mercadante - PT Vice-Líderes João Ribeiro Renato Casagrande Inácio Arruda Marcelo Crivella </p> <p>Líder do PT - 8 Aloizio Mercadante Vice-Líderes do PT Eduardo Suplicy Fátima Cleide Flávio Arns (3)</p> <p>Líder do PR - 4 João Ribeiro</p> <p>Líder do PSB - 2 Antonio Carlos Valadares</p> <p>Líder do PRB - 2 Marcelo Crivella</p> <p>Líder do PC DO B - 1 Inácio Arruda</p>
<p>PTB - 6 Líder Gim Argello - PTB Vice-Líder Sérgio Zambiasi Vago (18)</p>	<p>PSOL - 1 Líder José Nery - PSOL</p>	<p>Governo Líder Romero Jucá - PMDB Vice-Líderes Delcídio Amaral Antonio Carlos Valadares Gim Argello Vago (18)</p>
<p>PDT - 6 Líder Osmar Dias - PDT Vice-Líder Acir Gurgacz</p>	<p>PSC - 1 Líder Mão Santa - PSC</p>	
	<p>PV - 1 Líder Marina Silva - PV</p>	

Notas:

- Senador Raimundo Colombo indicado Líder do Bloco Parlamentar da Minoria até o dia 6 de maio de 2010, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 6 de maio de 2009.
- Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09, conforme Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão deliberativa ordinária de 25 de agosto de 2009.
- Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão deliberativa ordinária de 10 de setembro de 2009, e filiou-se ao Partido da Social Democracia Brasileira, conforme ofício lido na sessão deliberativa ordinária de 8 de outubro de 2009.
- Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
- Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato, conforme o OF. GSLQUI Nº 305/009, lido na sessão deliberativa ordinária de 17 de novembro de 2009.
- Senador Valdir Raupp passou a exercer a Liderança da Maioria, nas hipóteses previstas nos arts. 13 e 14 e no Capítulo X do Título II do Regimento Interno do Senado Federal, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 12 de novembro de 2009.
- Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão não deliberativa de 23 de novembro de 2009.
- Senador Jayme Campos retornou ao exercício do mandato em 03.01.10, após encerrar a licença de 130 dias requerida a partir de 26.08.09.
- Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato em 01.04.2010 (DSF de 06/04/10 p. 11774).
- Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 30.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa, em 31.03.2010 (Of. s/n, de 31/03/10 - DSF de 08/04/10 p. 12551).
- Senador Gilberto Goellner licenciou-se, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 05.05.2010, conforme Requerimento nº 438/2010, aprovado na sessão deliberativa ordinária de 4 de maio de 2010, tendo retornado ao exercício do mandato em 05.09.10.
- Senador Almeida Lima indicado para a 1ª vaga de Vice-Líder do Bloco da Maioria (OF. GLPMDB nº 86/2010, lido na sessão deliberativa ordinária de 17 de junho de 2010).
- Senador Paulo Duque deixou o exercício do mandato em virtude do retorno do titular, Senador Regis Fichtner, conforme comunicação lida na sessão não deliberativa de 14 de julho de 2010.
- Senador Antonio Carlos Júnior exerceu a Liderança dos Democratas, interinamente, enquanto perdurou o afastamento do Senador José Agripino, nos termos do Ofício publicado em 8.7.2010.
- Senador Regis Fichtner indicado para a 3ª vaga de Vice-Líder do Bloco da Maioria (OF. GLPMDB nº 114/2010, lido na sessão deliberativa ordinária de 2 de agosto de 2010).
- Senador Neuto De Conto afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão não deliberativa de 5 de agosto de 2010.
- O Senador Neuto De Conto retornou ao exercício do mandato em 1.10.2010 (OF.INT.GSNC nº 40/2010).
- Vago em virtude do falecimento do Senador Romeu Tuma, ocorrido em 26.10.2010.
- Em 13.11.2010, o Senador José Agripino retornou ao exercício do mandato.

EXPEDIENTE	
<p>Haroldo Feitosa Tajra Diretor-Geral do Senado Federal Florian Augusto Coutinho Madruga Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial</p>	<p>Cláudia Lyra Nascimento Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal Maria Amália Figueiredo da Luz Diretora da Secretaria de Ata Denise Ortega de Baere Diretora da Secretaria de Taquigrafia</p>

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 187ª SESSÃO, NÃO DELIBERATIVA, EM 22 DE NOVEMBRO DE 2010

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Discursos do Expediente

SENADOR MARCO MACIEL – Manifestação de regozijo, secundando a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB, pela sagração de Dom Raymundo Damasceno Assis, Arcebispo de Aparecida, do Estado de São Paulo, e presidente do Conselho Episcopal Latino-Americano – Celam, como Cardeal pelo Papa Bento XVI, no último Consistório, realizado nos dias 20 e 21 de novembro, no Vaticano. 51524

1.2.2 – Comunicação da Presidência

Recebimento de recurso protocolado na Secretaria-Geral da Mesa no sentido da apreciação pelo Plenário do Projeto de Lei da Câmara nº 56, de 2010, recurso este que deixa de ser lido por não conter o número de subscritores mínimo, previsto no Regimento Interno. 51526

1.2.3 – Discursos do Expediente (continuação)

SENADOR ADELMIR SANTANA – Saudação aos micro e pequenos empreendedores pelo transcurso do Dia da Micro e Pequena Empresa, comemorado em 5 de outubro, destacando a importância do Sebrae na defesa e no fortalecimento desse segmento da economia e o sucesso do Programa de Apoio ao Empreendedor Individual, resultado de projeto relatado por S. Ex^a. 51527

SENADOR PAPALÉO PAES – Preocupação com a situação do País, apontando a necessidade de investimentos em infraestrutura, para melhorar a logística de transporte e a geração de energia elétrica; em saúde, principalmente em saúde pública e no controle das doenças tropicais; e em educação. Críticas à proposta de recriação da CPMF e defesa de aprovação da Emenda 29, que garantiria investimentos para o setor de saúde. 51529

SENADOR PEDRO SIMON – Comentários sobre o discurso proferido por Dilma Rousseff, na noite em que foi proclamado o resultado da disputa presidencial, com relevo para os compromissos assumidos pela candidata eleita. Expectativas de

que no próximo Governo os cargos públicos sejam ocupados por técnicos competentes e moralmente intocáveis e não tão-somente ao talante das indicações políticas. 51532

SENADOR FRANCISCO DORNELLES – Posicionamento contrário à criação da Contribuição Social da Saúde por lei complementar, diante de sua natureza cumulativa. Críticas à gerência da saúde pública do atual Governo e defesa de sua reformulação. 51552

1.2.4 – Comunicação da Presidência

Designação dos Senadores Marcelo Crivella e Francisco Dornelles como Relatores Revisores, respectivamente, dos Projetos de Lei de Conversão nº 11, de 2010 (proveniente da Medida Provisória nº 497, de 2010), e nº 12, de 2010 (proveniente da Medida Provisória nº 496, de 2010). 51554

1.2.5 – Discursos do Expediente (continuação)

SENADOR ALVARO DIAS – Análise do des controle operacional da administração brasileira, em decorrência do aumento avassalador da dívida pública durante o Governo Lula, acarretado pelo gigantismo do Estado, fato que inviabiliza recursos para investimentos em setores fundamentais como infraestrutura, segurança, saúde e educação. 51554

SENADOR PAULO PAIM – Lembrança do transcurso, hoje, dos 100 anos da Revolta da Chibata. Destaque para o programa Fantástico, da TV Globo, que apresentou ontem uma reportagem sobre casos de intolerância no País. Debate sobre a questão da desoneração da folha salarial, defendendo a aprovação do PLS nº 205/2004, de autoria de S. Ex^a. Análise do setor coureiro-calçadista, com registro de reivindicações formuladas em documento pela Associação Brasileira das Indústrias de Calçados – Abicalçados. 51556

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI – Indicação da corrupção e da má gestão como principais fatores da precariedade na área da saúde pública, registrando reportagem publicada pelo jornal **Folha de Boa Vista** sobre haverem sido encontradas toneladas de remédios, dentro do prazo de validade, em aterro sanitário localizado em Rorainópolis/RR. 51562

SENADOR ACIR GURGACZ – Registro da inauguração do Centro de Referência do Trabalhador Leonel Brizola, no dia 18 último, em Brasília; e de reunião da Executiva Nacional do PDT, no dia 19 último. Comemoração pelo transcurso do 33º aniversário do Município de Ji-Paraná/RO. Menção à extração legal da primeira árvore na Floresta Nacional do Jamari, Rondônia, como exemplo de sustentabilidade na exploração madeireira, de acordo com a Lei de Gestão de Florestas Públicas. 51568

1.2.6 – Leitura de Proposta de Emenda à Constituição

Nº 28, de 2010, tendo como primeiro signatário o Senador Magno Malta, que *dá nova redação à alínea b do inciso XLVII do art. 5º da Constituição Federal, para admitir pena de caráter perpétuo em caso de crime praticado contra criança ou adolescente*. 51574

1.2.7 – Aviso do Ministro de Estado da Fazenda Interino

Nº 35, de 2010-CN, encaminhando ao Congresso Nacional o Relatório de Desempenho do Fundo Soberano do Brasil – FSB, referente ao segundo trimestre de 2010. *Estabelecimento de calendário para tramitação da matéria*. 51580

1.2.8 – Mensagens do Presidente da República

Nº 168, de 2010-CN (nº 652/2010, na origem), encaminhando ao Congresso Nacional o Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas, referente ao quinto bimestre de 2010. *Estabelecimento de calendário para tramitação da matéria*. 51605

Nº 169, de 2010-CN (nº 647/2010, na origem), encaminhando ao Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 86, de 2010-CN, que *altera o art. 2º e o Anexo IV da Lei nº 12.017, de 12 de agosto de 2009, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e a execução da Lei Orçamentária de 2010, e o art. 2º e o Anexo III da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e a execução da Lei Orçamentária de 2011. Estabelecimento de calendário para tramitação da matéria*. 51636

1.2.9 – Comunicação da Presidência

Arquivamento definitivo dos Projetos de Lei da Câmara nºs 45, de 2006, e 105, de 2008. 51652

1.2.10 – Aviso do Tribunal de Contas da União

Nº 1.112, de 2010, de 16 do corrente, registrando o recebimento de cópia do Requerimento nº 771, de 2010, de autoria do Senador Alvaro Dias. 51652

1.2.11 – Projetos recebidos da Câmara dos Deputados

Projeto de Lei da Câmara nº 169, de 2010 (nº 1.914/2003, na Casa de origem, do Deputado Marcus Vicente), que *altera a redação do art. 953 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que institui o Código Civil*. 51653

Projeto de Lei da Câmara nº 170, de 2010 (nº 4.667/2004, na Casa de origem, do Deputado José Eduardo Cardozo), que *dispõe sobre os efeitos jurídicos das decisões dos Organismos Internacionais de Proteção aos Direitos Humanos e dá outras providências*. 51656

Projeto de Lei da Câmara nº 171, de 2010 (nº 7.448/2006, na Casa de origem, da Deputada Maria do Rosário), que *altera a redação do art. 458 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, que institui o Código de Processo Civil*. 51659

Projeto de Lei da Câmara nº 172, de 2010 (nº 928/2007, na Casa de origem, do Deputado Paulo Piau), que *dá nova redação ao inciso III do art. 136 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 – Código de Trânsito Brasileiro, que trata da condução de escolares, admitindo a utilização de faixa adesiva ou de pintura do dístico “ESCOLAR”, desde que atendidas as demais especificações*. 51663

Projeto de Lei da Câmara nº 173, de 2010 (nº 932/2007, na Casa de origem, do Deputado Mauro Nazif), que *acrescenta dispositivo à Lei nº 7.986, de 28 de dezembro de 1989, para garantir o recebimento de gratificação natalina aos beneficiários da pensão vitalícia por ela instituída*. 51667

Projeto de Lei da Câmara nº 174, de 2010 (nº 2.266/2007, na Casa de origem, do Deputado Rodovalho), que *dispõe sobre a condução coercitiva de testemunhas e indiciados em Comissão Parlamentar de Inquérito*. 51669

Projeto de Lei da Câmara nº 175, de 2010 (nº 3.719/2008, na Casa de origem, do Deputado Luiz Carlos Hauly), que *altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, para incluir o curso da atual PR-090 saindo de Curitiba passando pela BR-369 até a divisa Paraná – São Paulo nos Municípios de Alvorada do Sul e Porecatu*. 51671

Projeto de Lei da Câmara nº 176, de 2010 (nº 5.048/2009, na Casa de origem, do Deputado Inocêncio Oliveira), que *denomina Viaduto Inspetor Vitorino o viaduto construído no km 637 da BR-104, no Município de Caruaru, Estado de Pernambuco*. 51672

Projeto de Lei da Câmara nº 177, de 2010 (nº 5.841/2009, na Casa de origem, do Deputado Bruno Araújo), que *institui o dia 18 de setembro como dia nacional de conscientização e incentivo ao diagnóstico precoce do retinoblastoma*. 51673

Projeto de Lei da Câmara nº 178, de 2010 (nº 5.914/2009, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *dispõe sobre a criação de cargos em comissão e funções de confiança destinados ao Instituto Nacional do Seguro Social – INSS e cria cargos efetivos de Perito Médico Previdenciário*. 51675

Projeto de Lei da Câmara nº 179, de 2010 (nº 6.175/2009, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *autoriza o Poder*

Executivo a doar aeronave C-115 Buffalo à Força Terrestre Equatoriana..... 51683

Projeto de Lei da Câmara nº 180, de 2010 (nº 6.498/2009, na Casa de origem, do Deputado Luiz Carlos Hauly e outros Senhores Deputados), que institui o ano de 2011 como o Ano da Holanda no Brasil..... 51687

1.2.12 – Comunicações da Presidência

Encaminhamento do Projeto de Lei da Câmara nº 171, de 2010, à Comissão Temporária de Reforma do Código de Processo Civil..... 51690

Abertura do prazo de cinco dias úteis para recebimento de emendas perante a primeira ou única comissão constante do despacho, aos Projetos de Lei da Câmara nºs 169, 170 e 172 a 180, de 2010, lidos anteriormente..... 51690

1.2.13 – Discurso encaminhado à publicação

SENADOR ALVARO DIAS – Registro de matérias publicadas pelos jornais **O Estado de S.Paulo** e **O Globo**, em suas edições de 5 de agosto último, que destacam que a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado aprovou o convite para que servidora da Receita Federal Antonia Aparecida Rodrigues Santos Neves Silva dê explicações à Casa sobre seu suposto envolvimento no caso da quebra de sigilo fiscal do vice-presidente nacional do PSDB..... 51690

1.2.14 – Comunicação da Presidência

Realização de sessão deliberativa ordinária amanhã, dia 23, às 14 horas, com Ordem do Dia anteriormente designada..... 51691

1.3 – ENCERRAMENTO

SENADO FEDERAL

2 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL

3 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

4 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS

5 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

CAE – Comissão de Assuntos Econômicos

CAS – Comissão de Assuntos Sociais

CCJ – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

CE – Comissão de Educação, Cultura e Esporte

CMA – Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle

CDH – Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

CRE – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

CI – Comissão de Serviços de Infra-Estrutura

CDR – Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo

CRA – Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

CCT – Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

6 – CONSELHOS E ÓRGÃOS

Corregedoria Parlamentar (Resolução nº 17, de 1993)

Conselho de Ética e Decoro Parlamentar (Resolução nº 20, de 1993)

Procuradoria Parlamentar (Resolução nº 40, de 1995)

Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz (Resolução nº 2, de 2001)

Conselho do Diploma José Ermírio de Moraes (Resolução nº 35, de 2009)

CONGRESSO NACIONAL

7 – CONSELHOS E ÓRGÃOS

Conselho da Ordem do Congresso Nacional (Decreto Legislativo nº 70, de 1972)

Conselho de Comunicação Social (Lei nº 8.389, de 1991)

Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (Resolução nº 2, de 1992)

Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência – CCAI (Lei nº 9.883, de 1999)

Ata da 187ª Sessão, Não Deliberativa, em 22 de novembro de 2010

4ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura

Presidência dos Srs. Papaléo Paes, Mozarildo Cavalcanti, Acir Gurgacz e Paulo Paim

(Inicia-se a Sessão às 14 horas e 3 minutos e encerra-se às 17 horas e 55 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Há oradores inscritos.

Antes, faço a minha inscrição para uma comunicação inadiável.

Pela ordem de inscrição, o Senador Marco Maciel.

V. Exª fará uso da palavra como orador inscrito.

O SR. MARCO MACIEL (DEM – PE. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Papaléo Paes, Sr. Senador Mozarildo Cavalcanti, Sr. Senador Paulo Paim, Srªs Senadoras e Srs. Senadores, no sábado passado, dia 20, o Arcebispo de Aparecida, São Paulo, e presidente do Conselho Episcopal Latino-Americano – CELAM –, Dom Raymundo Damasceno Assis, recebeu o barrete cardinalício (chapéu vermelho que é a insígnia dos cardeais da Igreja Católica), durante o Consistório (reunião formal de criação dos cardeais) no Vaticano, que, por decisão do Papa Bento XVI, nomeou 24 novos cardeais.

No dia seguinte, dia 21 portanto, durante a celebração eucarística, isto é, a missa, foi entregue o anel de Cardeal a Dom Raymundo Damasceno Assis.

O Consistório e a missa aconteceram na Basílica de São Pedro. Esse é o terceiro Consistório do Pontificado de Bento XVI e os cardeais chegaram a um total de 203, dos quais 121 eleitores.

O Arcebispo de Aparecida, Dom Raymundo Damasceno Assis, que conheço e aprecio há muito tempo, foi um dos 24 escolhidos por Bento XVI para integrar o Conselho dos Cardeais a partir do Consistório. O anúncio foi feito pelo próprio Papa após audiência geral com os peregrinos. Os novos cardeais são de quatro continentes: Europa, África, América e Ásia.

Além de Dom Damasceno, chefes de dicastérios – que, na linguagem do Vaticano, corresponde a ministério – também constam da lista dos novos cardeais: Dom Angelo Amato, prefeito da Congregação para a Causa dos Santos; Dom Mauro Piacenza, pre-

feito da Congregação para o Clero; Dom Raymond Leo Burke, prefeito do Tribunal da Assinatura Apostólica; Dom Velasio de Paolis, presidente da Prefeitura dos Assuntos Econômicos da Santa Sé; Dom Gianfranco Ravasi, presidente do Pontifício Conselho para a Cultura; Dom Fortunato Baldell, penitenciário-mor do Tribunal da Penitenciária Apostólica; Dom Kurt Koch, presidente do Pontifício Conselho para a Promoção da Unidade dos Cristãos; Dom Robert Sarah, presidente do Pontifício Conselho “Cor Unum”. Todos esses são cardeais eleitores.

Figuram também nomeados cardeais eleitores: Antonios Naguib, Patriarca de Alexandria dos Coptas, Egito; Dom Francesco Monterisi, Arciprete da Basílica de São Paulo Fora dos Muros; Dom Paolo Sardi, Vice-Carmelengo da Igreja, alguém que substitui o Papa nos seus impedimentos, e os Arcebispos: Dom Medardo Joseph Mazombew, Arcebispo emérito de Lusaka (Zâmbia); Dom Raúl Eduardo Vela, Arcebispo Emérito do Quito, Equador; Dom Laurent Pasinya, Arcebispo de Kinshasa, República Democrática do Congo; Dom Paolo Romeo, Arcebispo de Palermo, Itália; Dom Donald William Wuerl, Arcebispo de Washington, Estados Unidos; Dom Kazimierz, Arcebispo de Varsóvia, Polônia; Dom Albert Malcolm Ranjith Patabendige Don, Arcebispo de Colombo, Sri Lanka, e Dom Reinhard Marx, Arcebispo de Mônaco da Baviera, Alemanha.

Ao Colégio Cardinalício é reservado o privilégio de eleger o Sumo Pontífice, isto é, o Papa, e assisti-lo em seu ministério petrino. Outro privilégio é a cidadania vaticana e o passaporte diplomático vaticano em latim, língua oficial da Igreja Católica.

Os cardeais são distinguidos em três ordens: episcopal (que leva o título de uma igreja suburbicária e os patriarcas orientais), presbiteral e diaconal. Podem ser promovidos a cardeais “homens que estejam constituídos pelo menos na ordem do presbiterado”, afirma o cânon 351 do Código de Direito Canônico Latim, de 1983.

A criação de cardeais é uma escolha reservada somente ao Santo Padre e é feita por meio de um decreto tornado público diante do Colégio dos Cardeais. O

próprio Colégio é presidido pelo Decano, hoje o Cardeal Angelo Sodano, que, como sabem, foi durante muito tempo o Secretário de Estado, ou seja, o segundo na hierarquia da Santa Sé, escolhido depois da eleição de Bento XVI ao papado, que, como então Cardeal, prefeito Ratzinger presidia o Colégio.

Mas nem todos os purpurados entram no conclave. O grupo dos cardeais eleitores é feito de 120 pessoas, somente aqueles que não superaram a idade de 80 anos. Até agora são 179 cardeais no Colégio – entre os quais, 38 nomeados por Bento XVI –, com 102 eleitores. Com os novos 24, o número total de cardeais passará para 203, sendo 121 os eleitores – já que, no próximo mês, antes do Concistório, reunião a que acabei de me referir, o número dos atuais eleitores será diminuído em um, permanecendo em 101. Outros seis estarão fora, entre janeiro e abril de 2011.

Até a nomeação de Dom Raymundo Damasceno, havia oito cardeais brasileiros, sendo quatro eleitores: Dom Geraldo Majella Angelo, Arcebispo Primaz de Salvador; Cardeal Dom Cláudio Hummes, Prefeito Emérito da Congregação para o Clero; Cardeal Eusébio Oscar Scheid, Arcebispo Emérito de São Sebastião do Rio de Janeiro, e o Cardeal Odilo Pedro Scherer, Arcebispo de São Paulo.

A CNBB se congratulou pela nomeação cardinalícia de Dom Raymundo Damasceno. Esta nova missão “é o reconhecimento do profundo zelo, amor e fidelidade com que [o Arcebispo Dom Damasceno] serve à Igreja”, conforme afirma o texto de sua nomeação.

“Dom Damasceno é exemplo de dedicação e de entrega total e irrestrita à missão evangelizadora que a Igreja desempenha em vista da construção do Reino de Deus”.

A Conferência Episcopal agradece ao Papa “por brindar a CNBB com a nomeação de um novo cardeal para o Brasil. Saudamos a Arquidiocese de Aparecida pela insigne honraria concedida ao seu pastor”.

Faço minhas as palavras alusivas à nomeação de Dom Damasceno Assis. Conheço-o há cerca de trinta anos e aprecio o seu desempenho nas diferentes funções que o Vaticano lhe concedeu.

“Elevamos a Deus nossa prece fervorosa e agradeça pela **vida** e ministério de Dom Damasceno, confiando o exercício de sua nova missão à proteção de Nossa Senhora Aparecida, padroeira do Brasil”, conforme encerra a nota da CNBB.

Dom Damasceno fala sobre sua nomeação como Cardeal: “Deus não escolhe aqueles que são capacitados, mas Ele qualifica e dá sua graça àqueles que chama a uma determinada missão.”

O novo Cardeal brasileiro, Dom Raymundo Damasceno Assis, contou que levou um susto ao saber

que sua nomeação havia ocorrido, mas disse ter o coração grato ao Santo Padre “pela confiança depositada”. E disse mais Dom Damasceno:

Eu continuo como Arcebispo de Aparecida (SP) – minha primeira responsabilidade –, e estou à frente do Conselho Episcopal Latino-americano (CELAM) também até o mês de maio próximo, quando termina nossa presidência, e [agora como cardeal] estou à disposição do Santo Padre para ajudá-lo e colaborar no que for preciso.

O Arcebispo, agora Cardeal, explicou que a missão do Cardeal é “colaborar diretamente com o Papa, no seu Governo, naquilo que ele precisar dos cardeais” e afirmou que se coloca a serviço da Igreja “com muita humildade”: *“Consciente das minhas limitações [disse Dom Damasceno] me coloco à disposição, com a ajuda da graça de Deus e a proteção de Nossa Senhora Aparecida, para cumprir aquilo que o Santo Padre desejar como contribuição para o governo de toda a Igreja. Essa é a minha disponibilidade, certo que Deus [como já teve ocasião de afirmar], não escolhe aqueles que são capacitados, mas Ele qualifica e dá sua graça para aqueles que chama para uma determinada missão”.*

E aproveitou Dom Damasceno para agradecer a todos que se alegraram com a notícia de sua nomeação e pedir orações: “Peço para que rezem por mim, para que Deus me acompanhe em minha missão e no meu trabalho a serviço da Igreja, como tem me acompanhado, graças a Deus, até hoje”.

Para Dom Damasceno, a nomeação significa um agradecimento do Papa Bento XVI à Igreja da América Latina: “Creio que é uma maneira de manifestar atenção, a consideração, de um apreço do Santo Padre para com a Igreja na América Latina”.

Antes do dia 20 de novembro, os Cardeais foram convidados pelo o Papa Bento XVI para o Consistório, uma assembleia de Cardeais onde são discutidos assuntos de interesse da Igreja.

“Haverá uma reunião com todos os cardeais do mundo inteiro para participar desse encontro. Os cardeais auxiliam o Papa no exercício do seu ministério, explicou o Cardeal Dom Damasceno.

Ao concluir as minhas palavras, Sr. Presidente, desejo que V. Ex^a autorize a publicação de um pequeno currículo de Dom Raymundo Damasceno Assis, para que conste da Anais da Casa.

Portanto, o nosso reconhecimento à comunidade católica brasileira, pela escolha de Dom Raymundo Damasceno para integrar o Colégio Cardinalício.

Muito obrigado a V. Ex^a.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR MARCO MACIEL EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. art. 210, inciso I, §2º, do Regimento Interno.)

DOM RAYMUNDO DAMASCENO ASSIS

Dom Raymundo Damasceno Assis nasceu em 15 de fevereiro de 1937, na cidade de Capela Nova, em Minas Gerais. Em 1955, entrou para o Seminário Menor, em Mariana (MG) onde cursou o segundo grau e o curso de Filosofia.

Em 1961, foi para Roma onde cursou Teologia e, em 1965, foi para a Alemanha, onde acompanhou o Curso Superior de Catequese. Em 19-3-1968, em Conselheiro Lafaiete, MG, foi ordenado sacerdote.

Depois de ordenado, ocupou as seguintes funções: Coordenador de Catequese da Arquidiocese de Brasília – DF, 1968-1970; Pároco da Igreja do Santíssimo Sacramento – Brasília – DF, 1968-1976; Chanceler da Arquidiocese de Brasília – DF, 1968-1979.

No dia 15-9-1986, em Brasília, foi ordenado Bispo, pela imposição das mãos do Exmo. Sr. Cardeal, Dom José Freire Falcão.

Daí ocupou as seguintes funções: Bispo Auxiliar e Vigário-Geral da Arquidiocese de Brasília (1986-2003); Diretor do Curso Superior de Teologia para leigos da Arquidiocese de Brasília (1986-2003). Membro da Comissão Episcopal do Departamento de Catequese do Celam (1987-1991); Secretário-Geral do Conselho Episcopal Latino-americano – CELAM (1991-1995); Secretário-Geral da IV Conferência Geral do Episcopado Latino-americano, Santo Domingo (1992); nomeado pelo Papa João Paulo II, Padre Sinodal na Assembleia Especial para a África do Sínodo dos Bispos, Roma (abril 1994); Padre Sinodal Eleito pela Assembleia da CNBB e confirmado por João Paulo II na Assembleia Especial para a América do Sínodo dos Bispos, Roma (1997); Membro do Comitê Econômico do Celam, Bogotá (1995-1999); Secretário-Geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (1995-1999/1999-2003); membro eleito na Academia Brasiliense de Letras, em novembro de 2003, tomando posse na cadeira 33, no dia 23-6-2004, nomeado o quarto Arcebispo da Arquidiocese de Aparecida, em 28 de janeiro de 2004, tomando posse no dia 25 de março de 2004; Membro do Pontifício Conselho para as Comunicações; Membro do Departamento de Comunicação do Celam; Membro da Comissão para a Comunicação, Educação e Cultura da CNBB (2003-2007); Presidente do Conselho Fiscal da CNBB (2007-2011); Presidente da Comissão da Campanha da Evangelização (2003/2007/2007-2011); eleito Presidente do Celam para o quadriênio 2007-

2011, na 31ª Assembléia Geral do Celam, na Cidade de Havana, Cuba, em julho de 2007;

2008 – nomeado pelo Papa Bento XVI para a XII Assembleia Geral do Sínodo dos Bispos – Sínodo da Palavra, Roma, outubro 2008;

2009 – nomeado membro da Pontifícia Comissão para América Latina, em 8-9-2009;

2009 – nomeado pelo Papa Bento XVI, Padre Sinodal para a II Assembleia Especial para a África do Sínodo dos Bispos, Roma, outubro 2009;

2010 – nomeado pelo Papa Bento XVI, Padre Sinodal para a II Assembleia Especial para o Oriente Médio do Sínodo dos Bispos, Roma, outubro, 2010;

2010 – criado Cardeal pelo Santo Padre Bento XVI, no consistório de 20 de novembro, em Roma.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – V. Ex^a será atendido regimentalmente em sua solicitação.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – A Presidência comunica ao Plenário que foi protocolado na Secretaria-Geral da Mesa recurso no sentido da apreciação pelo Plenário do **Projeto de Lei da Câmara nº 56, de 2010** (nº 6.835/2006, na Casa de origem, de autoria do Deputado Gilmar Machado e outros Srs. Deputados), que *institui o Plano Nacional de Cultura – PNC –, cria o Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais – SNIIC –, e dá outras providências.*

No entanto, o referido recurso deixa de ser lido por não conter o número de subscritores mínimo, previsto no §4º do art. 91 do Regimento Interno.

Tendo sido aprovado terminativamente pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte, o projeto vai à sanção.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Dando continuidade à lista de oradores inscritos, concedo a palavra ao nobre Senador Paulo Paim, que permutou com o Senador Adelmir Santana.

O SR. ACIR GURGACZ (PDT – RO) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Com a palavra o Senador Acir Gurgacz.

O SR. ACIR GURGACZ (PDT – RO. *Fora do microfone.*) – Sr. Presidente, peço a gentileza de me inscrever para falar pela Liderança do PDT.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – V. Ex^a será atendido regimentalmente. V. Ex^a se inscreve pela Liderança do PDT.

Concedo a palavra ao nobre Senador Adelmir Santana, que fará uso da palavra por permuta com o Senador Paulo Paim.

Em seguida, farei uso da palavra como Senador inscrito.

O SR. ADELMIR SANTANA (DEM – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é com grande orgulho que ocupo esta tribuna para trazer notícias alvissareiras, que dizem respeito ao bem-estar do nosso povo, à tranquilidade de milhares de famílias de trabalhadores e ao futuro que almejamos para o Brasil: um País mais solidário e justo, capaz de proporcionar novas oportunidades de ascensão para os mais pobres.

Porém, antes de anunciar essas notícias, gostaria de aproveitar a oportunidade para saudar os micro e pequeno empreendedores pela passagem do Dia da Micro e Pequena Empresa, comemorado no dia cinco de outubro, ocasião em que não me foi possível render esta justa homenagem que agora presto.

Quero aqui também destacar a força e a importância do Sebrae no cumprimento de sua missão em defesa dos pequenos empreendedores. Trata-se de uma instituição valorosa que trabalha intensamente por uma causa nobre: o fortalecimento das pequenas empresas.

Nunca é demais lembrar que, historicamente, são os pequenos empreendedores que sustentam grande parte do crescimento do País, geram a maioria dos empregos e garantem a dignidade e a vida de milhões de brasileiros.

A inesgotável energia que esses empreendedores exibem e a esperança e os sonhos que alimentam de ter uma vida melhor permitem que a gente reconheça a grandiosidade do desafio, mas olhe para o futuro com otimismo.

Por isso, tenho dito em vários lugares do Brasil que frequento por aí agora: o pequeno empreendedor é um forte e não sucumbe facilmente diante das adversidades que o destino lhe impõe. Os empreendedores são peças fundamentais para mover a nossa economia em todo o País.

Desta tribuna, tenho suscitado, sempre que posso, o debate sobre os nossos problemas e preocupações e procuro apontar com otimismo caminhos e soluções, fruto da nossa vivência nos ambientes políticos e empresarial, para que a Nação enfrente dificuldades e aproveite as oportunidades para crescer. Hoje tenho a alegria de trazer mais uma mensagem de confiança e fé no futuro do País.

Antes, porém, faço um alerta: no instante em que iniciamos a transmissão para o novo Governo, é necessário que os dirigentes que vão assumir se conscientizem da importância de estimular, com maior intensidade, a adoção de medidas que possam proteger e fortalecer ainda mais o segmento das micro e pequenas empresas.

Refiro-me, de forma especial, à necessidade de se completar o ciclo de mudanças introduzidas a partir da recente alteração na Lei Geral da Micro e Pequenas Empresas que, entre outras importantes medidas, instituiu a figura do Empreendedor Individual, o EI. E também aos programas e projetos que visam ampliar as compras governamentais de micro e pequenas empresas nas esferas federal, estadual e municipal.

São medidas que, a meu ver, se conjugadas, terão certamente efeitos multiplicadores importantes e poderão atenuar as dificuldades econômicas internacionais que continuam ameaçando a prosperidade das nações emergentes. É tempo, portanto, de agir com celeridade. O caminho a seguir, na minha modesta visão, passa necessariamente pela valorização permanente dos pequenos negócios.

Recordo, ademais, que historicamente o Sebrae cuidou do universo de mais de 5 milhões de empresas que atuam na formalidade. No entanto, sempre esteve atento ao mercado informal paralelo, uma espécie de “acostamento” que é maior do que a pista principal, pois abriga algo como 10 milhões de empreendedores que, por estarem na informalidade, não existem do ponto de vista da cidadania empresarial.

Com a aprovação do dispositivo que instituiu o Programa de apoio ao Empreendedor Individual – o EI, cujo projeto de lei tive a honra de relatar no Senado, o Sebrae assumiu também grandes responsabilidades sobre os destinos dos negócios desses brasileiros.

E, hoje, passado poucos mais de um ano após o lançamento do programa, podemos assegurar que o grandioso esforço empreendido pelo Sebrae já produz resultados formidáveis para que esses empreendedores, que sustentam as suas famílias inteiras e que vivem quase na clandestinidade, possam se legalizar. Sabem V. Ex^{as} como esse projeto é importante para o Brasil e para os empreendedores.

O EI já é uma realidade e está propiciando cidadania a milhares de pessoas que operavam sem proteção trabalhista ou previdenciária, que antes viviam sujeitas a humilhações de toda sorte, por não poderem contar com atendimento social adequado nas áreas de saúde, habitação, saneamento, educação, dentre outras.

Estou seguro de que, assim como o Plano Real e o Bolsa Família, o Programa do Empreendedor Individual promove a inclusão de milhares de cidadãos marginalizados. Eles põem fim, também, a uma segregação inaceitável que divide os brasileiros em classes, estabelecendo a existência de dois tipos de sociedade: a primeira desfrutando de plena cidadania e a segunda,

constituída pelos clandestinos, com as já conhecidas consequências.

O projeto do Empreendedor Individual tem, pois, o objetivo de acabar com essa indesejável diferenciação entre cidadãos de primeira e de segunda classes, que, infelizmente, ainda perdura no País.

A implantação dessa nova figura jurídica, que entrou em vigor em 1º de julho de 2009, permite a formalização dos microempreendedores num cadastro único, válido para a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios. Podem participar do programa pedreiros, cabeleireiros, manicures, costureiros, encanadores, eletricitas, bombeiros, borracheiros, entre tantos outros que empregam até uma pessoa e somem o faturamento ao máximo de R\$36 mil, limite esse que estamos trabalhando para dobrar, com objetivo de ampliar ainda mais os efeitos do programa.

Sou o Relator, na Comissão de Assuntos Econômicos, do PLS nº 195, de 2010, de autoria do nobre Senador Acir Gurgacz, que passa para R\$72 mil o limite de renda anual máxima para o enquadramento no Empreendedor Individual. Já apresentei meu parecer favorável à matéria, que está na lista de prioridades da Frente Parlamentar Mista da Micro e Pequena Empresa. O objetivo é aprovarmos ainda este ano. A ideia teve destaque na campanha eleitoral recente e, inclusive, no primeiro discurso feito pela Presidente eleita Dilma Rousseff.

Estamos tratando, portanto, de uma massa de empreendedores com rendimento mensal da ordem de R\$3 mil pelo projeto do EI, eles podem optar pelo Simples Nacional, sair da informalidade, recolher contribuições em valores fixos mensais, independente da receita bruta. Ao cumprirem com suas obrigações perante o Estado, passam a ter direitos previdenciários e outros benefícios, e, certamente, têm sua autoestima aumentada porque passam a ser vistos e tratados como empresários de fato e de direito.

O Programa do Empreendedor individual é um movimento que resgata a cidadania de milhões e permite que o Estado amplie as fontes para financiar os serviços que presta. É um projeto onde todos ganham, sobretudo o Brasil justo e solidário com o qual sonhamos.

Por isso, como Presidente do Conselho Deliberativo Nacional do Sebrae e Vice-Presidente da Frente Parlamentar Mista de Defesa das Micro e Pequenas Empresas no Senado, percorri o País para apoiar a mobilização em favor da implantação desse projeto que envolveu todos do Sistema Sebrae, as principais lideranças empresarias nos Estados, as autoridades

públicas dos três níveis, os Governadores, as Câmaras e Assembleias Legislativas e a sociedade.

Esse é um projeto libertador, que retira as amarras que prendem milhões de pessoas na clandestinidade, simplifica-lhes o seu dia a dia, concede-lhes a cidadania e dá-lhes dignidade. A sua eficácia social significa a realização de políticas públicas de incentivo à produção, cuja importância é ainda maior para alçar o Brasil ao novo patamar de redistribuição de renda e inclusão.

Sr^{as} e Srs Senadores, eis a boa notícia: depois de um ano de muito trabalho, o Programa do EI – Empreendedor Individual – alcançou o extraordinário patamar de 709.119 empreendedores individuais formalizados, atingindo 71% da meta prevista para o primeiro ano de adesões.

O curioso é que, em algumas unidades da federação, como Roraima, Distrito Federal, Tocantins, Espírito Santo, Rio de Janeiro e Mato Grosso, a execução ultrapassou os 100% do que fora planejado. E vários Estados romperam o limiar dos 90%, ficando muito próximos das metas inicialmente propostas.

Com a adoção de mutirões de formalização em todos os Estados, o Sebrae deu início, em outubro, a uma nova fase no processo de formalização desses empreendedores. O objetivo é chegar, em dezembro, o mais próximo possível da meta prevista de um milhão de adesões ao programa este ano.

Realizou-se, há algumas semanas, a Semana do Empreendedor Individual em todo o País, ainda nesse mês de outubro próximo passado. Nesse período, foram efetuadas 46.593 formalizações, um êxito que demonstra que a estratégia de ir ao encontro desses empreendedores está correta. Agora, o Sebrae prepara novos mutirões, desta vez instalados em pontos avançados de atendimento e promovendo mobilizações em cidades do interior com mais de 100 mil habitantes.

Outra importante âncora desse movimento de fortalecimento e de valorização permanente das pequenas empresas é, sem dúvida, o que resulta na abertura gradativa do mercado de compras governamentais para elas. Para tanto, é fundamental estimular e apoiar o estabelecimento de metas a alcançar a cada ano na ampliação das compras governamentais pelos três entes federativos: União, Estados e Municípios.

Nos diferentes debates que se travam hoje sobre a empregabilidade, geração e manutenção de renda, observa-se uma quase unanimidade sobre o papel dos pequenos negócios.

Como é sabido, as micro e pequenas empresas brasileiras, segundo o IBGE, empregam cerca de 70% do pessoal ocupado em todo o País e geram 20% do nosso PIB – cerca de R\$ 500 bilhões – e representam mais de 98% das empresas brasileiras.

Não obstante essa força impulsionadora do desenvolvimento, os pequenos negócios são contemplados com menos de 20% das compras governamentais em todos os entes federativos do País.

A propósito, para ilustrar a importância da necessidade de se mudar essa estatística e assim ampliar o mercado interno para as micro e pequenas empresas por intermédio do uso de poder de compra governamental, convém registrar que, nas economias desenvolvidas com as quais competimos, a participação das micro e pequenas empresas já alcança, em média, 50% do PIB e mais de 30% nas compras governamentais.

No caso brasileiro, o mercado das compras governamentais movimenta valores significativos, mas está exageradamente restrito à participação de médias e grandes empresas, embora tenhamos notícias de progressos no âmbito de prefeituras e do Governo do Estado de São Paulo, com a adoção de mecanismos de inserção das micro e pequenas empresas, e em Sergipe, que registrou um crescimento de mais de 600%, de 2007 para 2008, nas compras governamentais de pequenas empresas e já desponta como uma das unidades da federação que lidera o estímulo aos órgãos públicos para aumentarem suas compras de bens e serviços do segmento.

Finalmente, cumpre-me lembrar que caberá aos novos governantes e congressistas, que em janeiro e fevereiro tomarão posse em seus cargos, associarem-se às instituições que atuam em defesa das pequenas empresas para transformar essa realidade, promovendo uma grande cruzada político-institucional em favor das micro e pequenas empresas brasileiras, peças-chave para a superação dos obstáculos que por vezes emperam o crescimento econômico e a ampliação da oferta de empregos e da renda dos brasileiros.

Lanço, pois, meu apelo aos Deputados e Senadores que permanecerão no Congresso Nacional e aos que foram eleitos em outubro passado para que assumam compromissos firmes e se empenhem na luta em defesa das pequenas empresas. Que trabalhem em benefício dos excluídos e dos mais pobres, pois assim contribuirão com certeza para o fortalecimento da democracia brasileira e sua inserção cada vez mais vigorosa no cenário internacional.

Chama-me atenção, Sr. Presidente, que temos aqui uma frente parlamentar mista, de Deputados e

Senadores, que não é pequena e que defende as micro e pequenas empresas brasileiras. Espero que os novos Congressistas que chegarão a esta Casa e à Câmara, no mês de fevereiro, incorporem-se nessa comissão para que continuem essa luta, que não é só nossa, mas é de todo o povo brasileiro em defesa das micro e pequenas empresas do nosso País.

Muito obrigado, Sr. Presidente!

Durante o discurso do Sr. Adelmir Santana, o Sr. Papaléo Paes deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mozarildo Cavalcanti.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Após as palavras do Senador Adelmir Santana, concedo a palavra ao Senador Papaléo Paes, por permuta com o Senador Gilvam Borges.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Adelmir, por favor, solicito que V. Ex^a compareça à Mesa dos trabalhos para complementar, com uma assinatura, um processo burocrático – é verdade. *(Pausa.)*

Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores, terminado o processo eleitoral de 2010, devemos agora nos debruçar sobre as preocupações para o desenvolvimento do Brasil para as próximas décadas.

E a grande dor de cabeça está mesmo nos gargalos crônicos da infraestrutura que põem em risco a competitividade do País e os indicadores sociais de saúde e educação que comprometem a nossa imagem internacional.

Assim, para garantir um crescimento sustentável em um cenário de 10 anos, necessitaremos fazer um esforço gigantesco nesse período e investir ininterruptamente bilhões de reais em estradas, portos, aeroportos, ferrovias, hidrovias, energia, saúde, educação e saneamento básico.

É bom não esquecer que falta muito em todos esses setores, e o Brasil sempre aparece nas publicações de maneira vergonhosa. Na área social, por exemplo, a começar pela educação: os dados mais atualizados mostram que ainda estamos longe dos níveis já alcançados por vários países da América Latina, aliás, economicamente menos desenvolvidos que o nosso, como Argentina, Chile, Cuba, Costa Rica e Uruguai.

Convém destacar que o Brasil continua investindo pouco em educação, e, certamente, tal situação pode anular os objetivos dos nossos programas de desenvolvimento para os próximos anos. Dessa forma só teremos realmente condições de pensar em

desenvolvimento sustentável até 2022 se investirmos pesadamente em educação, ciência e tecnologia. Por isso, a nova Presidente da República não pode deixar de enfrentar essa agenda. Caso contrário, estaremos condenados na próxima década a continuar sendo apenas uma “economia emergente” e com baixa produtividade do trabalho.

Hoje, o Brasil investe menos de 5% do Produto Interno Bruto (PIB) em educação. O Plano Nacional de Educação (PNE) previa 7%, mas foi vetado.

Igualmente grave é que o Governo ainda não conseguiu equacionar adequadamente os problemas do financiamento, da gestão, da avaliação e da formação dos professores. Inegavelmente, essas são as questões mais importantes de toda a política educacional, juntamente com a valorização salarial de carreira do Magistério, que ainda não está concluída.

Por outro lado, para a maioria dos educadores, se o País quer verdadeiramente ter um ensino forte, deve investir nas escolas, incentivar os alunos, promover os professores e primar pela qualidade da educação com inovação, emprego do conhecimento e da tecnologia. Para eles, a realização desses objetivos só será possível com a garantia de financiamento crescente para todo o sistema educacional, desde a creche até o curso de doutorado mais avançado. Só assim o País conseguirá sair do atraso educacional em que se encontra e se livrar do passivo que acumulou ao longo de sua história.

Portanto, Sr. Presidente, caberá à nova Presidente da República, nesses próximos anos, a difícil missão de diminuir o elevado índice de analfabetismo no País, elevar o padrão da educação fundamental brasileira, do ensino médio e do ensino superior, garantindo uma pós-graduação de excelência.

Estamos com 10% de analfabetismo, e o índice é alto. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em sua Síntese de Indicadores Sociais 2009, cerca de 19,1 milhões brasileiros de 15 anos ou mais de idade são analfabetos. Ou seja, 19,1 milhões de 15 anos ou mais de idade são analfabetos! Mais chocante ainda é que, segundo a mesma fonte, o Brasil tem cerca de 40 milhões de analfabetos funcionais na faixa de 15 anos ou mais de idade, uma taxa correspondente a 21% da população total estimada.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, na área da saúde pública e do controle das chamadas doenças tropicais negligenciadas, que atingem, sobretudo, as camadas mais pobres da população, a situação do País é ainda mais humilhante.

No dia 14 de outubro passado, Senador Mozarildo, a Organização Mundial de Saúde (OMS), em relatório divulgado sobre dezessete infecções dessa natureza, tais como malária, tuberculose, filariose linfática, hanseníase, raiva, dengue, doença do sono, leishmaniose visceral, doença dos rios, doença de Chagas e outras, o Brasil apareceu ao lado dos países mais pobres do mundo que são vitimados por essas enfermidades, o que é uma verdadeira vergonha.

Cerca de 90% dos casos de leishmaniose visceral ocorrem nas áreas mais pobres do mundo. Três estão no continente asiático: Bangladesh, Índia e Nepal. Na África, os casos aparecem em países como a Etiópia e o Sudão. No continente americano, o Brasil é o único país a fazer parte desse sinistro grupo, e o número de casos só tem aumentado desde 1999, inclusive nas áreas urbanas. O Brasil aparece também como campeão latino-americano de registros de dengue.

E aqui, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras e todos que estão nos assistindo, esta questão de dengue é muito séria. O Sr. Ministro da Saúde já devia ter-se pronunciado junto aos meios de comunicação e acabado com essa história. No período militar é que se escondiam esses dados. Hoje nós vivemos em democracia ampla. E ele já devia ter denunciado à Nação as prováveis epidemias de dengue que vão ocorrer em nosso País. Tomei conhecimento de que o meu Estado, o Amapá, é um dos que serão atingidos por uma grande epidemia de dengue.

Senador Alvaro Dias, quero dizer a V. Ex^a que tive a minha terceira dengue e só não morri porque telefonei para conversar com um colega meu. Eu estava negligenciando comigo mesmo. O Dr. Cláudio Leão, um colega, um grande profissional no Amapá, em uma conversa particular, quando lhe falei que não estava me sentindo bem, mandou fazer os exames. Eu estava em um grau de difícil tratamento. Fiquei internado e só não morri porque um colega me internou e me tratou, senão teria morrido, como muitos que morrem até sem o diagnóstico de dengue, Senador Mozarildo, porque a fisiopatologia dessa doença é terrível, é traiçoeira.

Então, o Sr. Ministro deveria aproveitar o final do Governo Lula e ir para a televisão para jogar claro com a população. A população precisa saber desses problemas que já citei aqui. O Brasil ocupa lugares no **ranking** mundial vergonhosos para nós em matéria de doenças controladas por ações diretas do Governo, por ações diretas da boa educação da população, dada, claro, pelo Governo.

Por isso, Senador Alvaro, faço esta referência aqui a respeito da dengue, que é gravíssima, muito grave mesmo em nosso País.

Com muita honra, Senador Alvaro Dias.

O Sr. Alvaro Dias (PSDB – PR) – Senador Palácio Paes, mais uma vez, V. Ex^a demonstra conhecimento e traz um relato da realidade que vive a saúde pública no Brasil: as pessoas estão abandonadas. Essa é a realidade. E veja: o Governo, nesse período de oito anos, fez crescer as despesas, especialmente as correntes, que são consideradas despesas secundárias, em 47% do PIB. Veja o crescimento das despesas em 47% do PIB entre 2003 e 2010, mas só uma fatia de 2% do aumento foi para a saúde pública. Do total de 47% apenas 2% para a saúde pública. Portanto, saúde não é a suprema lei para este Governo, saúde não é prioridade para o Governo. Não há competência no momento de se estabelecer as prioridades que dizem respeito ao interesse coletivo. E é por essa razão que, de quando em vez, aparece essa onda de CPMF, que passa a ser um palavrão para a população brasileira. O Governo usa o pretexto da extinção da CPMF para justificar o descaso com a saúde no País. Mas vejam os números. O Governo tem dinheiro para tudo. A despesa cresce, cresce 47% em relação ao PIB, e, do total, apenas 2% para a saúde pública. Isso é um escárnio, é uma afronta, especialmente àqueles que vivem esse drama da doença. E V. Ex^a traz um relato de uma das regiões do País mais necessitadas do atendimento do Governo na área de saúde pública. E queremos cumprimentá-lo por isso.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – Agradeço a V. Ex^a, nobre Senador Alvaro Dias, pela sua participação no meu pronunciamento, porque realmente V. Ex^a nos traz dados extremamente importantes e lembra esse pano de fundo que estão querendo colocar na saúde, relacionado à CPMF, o que é lamentável. Para mim é falta de responsabilidade – é falta de responsabilidade, repito! –, falta de bom senso daqueles que estão falando em trazer de volta a CPMF.

Senador Alvaro Dias, era uma propaganda enganosa. As pessoas que não conhecem a realidade da CPMF, realmente, ficaram chocadas quando se falou na extinção, mas quem conhece sabe que se faziam uma verdadeira festa com o dinheiro da CPMF.

Logo que foi instituída a CPMF, 100% do dinheiro ia para a saúde. O atual Governo começou a fracionar os destinos dessa CPMF. Conclusão dos 100% só 48% iam para a saúde. E ele se amparava nos recursos da CPMF para não colocar recurso do Orçamento direito

para a saúde. E vemos a vergonha que a saúde está passando.

Nós precisamos, sim, que a Emenda nº 29 seja regulamentada – ela precisa sair lá da Câmara para que seja regulamentada –, para termos percentuais fixos na saúde e parar de pedir esmola para a saúde. Ela não precisa de esmola. Ela precisa, sim, de investimento e fazer com que a nossa saúde pública tenha ou dê bons exemplos.

E outra coisa, Senador Alvaro Dias, na maioria dos Estados, a saúde deve ser olhada, além do aspecto técnico, deve ser olhada no aspecto administrativo, porque na área da saúde – temos isso muito encoberto –, seja no Ministério da Saúde, seja nas Secretarias Estaduais de Saúde, seja nas Secretarias Municipais de Saúde, há um filão que proporciona àqueles maus administradores a oportunidade de desviarem recursos públicos. É uma roubalheira muito grande com o dinheiro da saúde. É uma roubalheira – repito – muito grande com o dinheiro da saúde. Essa área está cheia de notas frias, de contratos frios. Por quê? Porque na saúde há muito material de consumo. A saúde é uma estrutura muito complexa e dentro dessa complexidade os maus gestores, o grupo de políticos que vão fazer fundo de campanha com o dinheiro público, usam as Secretarias de Saúde e o Ministério da Saúde para desviar dinheiro, ou seja, para fazer corrupção.

E lá no meu Estado, Senador Mozarildo Cavalcanti, eu quero pedir ao novo Governador que olhe com rigor para a nossa Secretaria de Saúde.

Nós fazemos uma avaliação técnica na área financeira e vemos que, pelo montante destinado à saúde do nosso Estado, nós não poderíamos estar no caos em que estamos, passando por uma dificuldade tremenda. Vemos que aquela Secretaria já deixou muita gente rica – muita gente mesmo! Então, isso significa o quê? Corrupção.

Já conversei com algumas pessoas e disse: olha, o nosso Estado foi muito agredido por nós mesmos, por pessoas inescrupulosas que todos conhecem – eu não gosto nem de falar nisso; fico até com vergonha, Senador Mozarildo, de falar da situação por que já passou o nosso Estado –, mas quero dizer que o Amapá não é isso que os senhores vêem na imprensa, não. O Amapá é um Estado de pessoas de bem, um Estado bem organizado. Lamentavelmente, aparecem alguns maus gestores, pessoas que – digo até que são psicopatas – assumem o poder e entram na corrupção, que fica sem freio.

O Estado do Amapá precisa se recuperar, precisa recuperar sua autoestima. Eu tenho grande fé, Sena-

dor Pedro Simon, de que o estilo do futuro Governador Camilo Capiberibe, filho do ex-Senador João Capiberibe, que vai assumir em janeiro, não vai permitir que aconteçam mais esses descabimentos, essas safadezas que vêm acontecendo no Estado do Amapá, com dinheiro público. É gente ficando rica do dia para noite – e só gente ligada ao Governo, às prefeituras. É uma lástima isso!

Eu já disse: votei no Camilo, empreguei toda a minha confiança e quero ficar assistindo esse bom governo e voltar, Senador Paulo Paim, Senador Pedro Simon, a ter aquele ânimo que sempre nós tivemos quando o Amapá andava na boa direção.

Sou profissional liberal, sou funcionário público federal e vou, com o meu trabalho, se Deus quiser, fazer com que, ajudando um daqui, outro dali, os poucos se transformarão em muitos para transformar a imagem deste Estado.

Então, lembrando Senador Paim, a saúde é um foco, um local ideal para aqueles que querem roubar. É só agir na saúde, onde material de consumo corre para um lado e para o outro. São os remédios, os atendimentos excepcionais... Só isso que eu quero deixar bem claro.

Vou concluir, Sr. Presidente. Eu dizia que o Brasil aparece também como campeão latino-americano de registros de dengue. Por fim, vale dizer que, no caso brasileiro, a maioria dessas doenças ocorre na região amazônica e no Nordeste, onde as condições socioeconômicas e de saneamento básico são mais precárias.

Neste documento, a Organização Mundial de Saúde chama a atenção para os enormes prejuízos econômicos que as moléstias causam por ano aos países que convivem com essa realidade. No caso do Brasil, por exemplo, pelo menos US\$5,6 milhões são perdidos anualmente com as ausências trabalhistas por causa da doença de Chagas.

Além disso, a OMS adianta que, apenas com políticas eficazes de saúde pública, melhoria das condições de vida das populações, coleta seletiva do lixo, água tratada, saneamento básico e campanhas educativas, essas ocorrências seriam drasticamente reduzidas em curto espaço de tempo.

Dessa forma, além dessas providências que são imediatas, a futura Presidente da República, que deverá iniciar o seu Governo com forte apoio no Congresso Nacional, não pode perder a oportunidade de lutar pela regulamentação da Emenda Constitucional nº 29, que garante mais financiamento para a saúde.

Nobres Senadores, nobres Senadoras, em minha opinião, esses são alguns dos maiores problemas que terão de ser enfrentados pelo Governo Federal e, como falei anteriormente, pelo Governo estadual a partir de 2011. Como mostrei no decorrer deste pronunciamento, o Brasil é um país socialmente pobre, mas, ao contrário dos países da África, da América Latina e da maioria dos países asiáticos, nossa economia produz anualmente US\$2 trilhões de bens e serviços, o oitavo PIB do mundo.

Dessa forma, com esse enorme poderio econômico, não existe mais explicação para continuarmos sendo vistos como um país do Terceiro Mundo.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Agradeço ao Senador Papaléo Paes.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Com a palavra V. Ex^a.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Peço a V. Ex^a para inscrever-me para falar como Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – V. Ex^a está inscrito.

Senador Pedro Simon, indago de V. Ex^a, que está inscrito para uma comunicação e também como orador inscrito, como quer fazer: deseja falar agora ou depois? *(Pausa.)*

Concedo, portanto, a palavra a V. Ex^a.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, há algum tempo, quer dizer, há alguns dias, eu me propunha a vir a esta tribuna.

Volto a repetir que acho que a eleição se desenvolveu de uma maneira altamente positiva, apesar de dúvidas e interrogações. E nós sabemos que alguns temas que não os mais felizes foram levados para o debate e que houve o esquecimento de teses algumas as mais importantes. Mas foi uma eleição importante, com uma vitória bonita entre grandes candidatos.

Eu me propus a vir a esta tribuna exatamente na noite em que eu assisti à proclamação do resultado da eleição, ganhando a candidata do PT, a Presidente Dilma.

Anunciada a sua eleição, a televisão, ao vivo, transmitiu o seu pronunciamento. No comitê, seus aliados, centenas, milhares, sei lá - não deu para ver bem na televisão -, numa imensa de uma euforia, numa imensa de uma alegria, o que é natural, festejavam a candidata.

E a mim me impressionou muito, muito o discurso da Presidente Dilma.

Ela não fez um discurso magnífico, brilhante, discurso de estadista, propondo uma fala emocionante à Nação, primeira mulher Presidente da República. Seu pronunciamento foi objetivo, claro, e a mim me surpreendeu muito.

O Lula, quando candidato, quando fez o seu pronunciamento, candidato, uma espécie de choque ao capitalismo, quando ele, inclusive, mudou os rumos da orientação à sua candidatura, candidatura que era tida com interrogações, pois banqueiros, empresários, agentes internacionais, todos levantavam algumas dúvidas, o Lula lançou uma nota, um pronunciamento praticamente tranquilizando os empreiteiros – não, empreiteiros, não; os banqueiros, os homens do grande capital –, dizendo que ele não vinha para fazer revolução, nem para transformação, mas vinha para fazer um grande governo. A linguagem do seu pronunciamento foi uma linguagem de tranquilidade, de buscar voto em área onde a sua situação era mais complicada. E, é claro, ele fez isso antes das eleições! E dizem os entendidos que foi muito importante, muito importante na sua vitória esse pronunciamento.

Aliás, esse não foi o primeiro nesse sentido. Antes dele, Mário Covas, candidato à Presidência da República, naquela que ganhou o Sr. Collor, também fez um pronunciamento nesse sentido – “Choque no capitalismo” -, onde ele também mostrava que a sua socialdemocracia e o seu governo não tinham alguns dos radicalismos que alguns queriam incutir à sua candidatura. Covas também fez antes da eleição.

Mas a Presidente Dilma falou depois da eleição, depois de eleita, depois de consagrada.

Eu diria até que não sei se era aquele o momento racionalmente normal para ela fazer esse pronunciamento. Aquele era um momento, talvez, para fazer um pronunciamento épico, romântico, de paz, de paixão, de somatório àqueles que votaram nela, de alta confiança em toda a Nação.

Tenho aqui esse discurso e peço sua transcrição nos Anais da Casa, porque acho muito importante que faça parte dos Anais da Casa o discurso que a Presidente Dilma fez horas depois de proclamada e reconhecida a sua vitória.

Eu me lembrei, ouvindo o seu pronunciamento, do pronunciamento de um outro Presidente.

Eu estava no Hospital Moinhos de Vento, em Porto Alegre. Meu filho mais velho, Tiago, estava nascendo. Minha mulher estava na maternidade tendo filho. Meu secretário, Rômulo Brasil, não se conteve e, ali do lado,

ouvindo o discurso de Médici tomando posse nesta Casa. Na hora, confesso, eu estava muito nervoso para ouvir o pronunciamento, mas depois o ouvi com calma. Que belo pronunciamento! Que belo pronunciamento o Sr. Chefe da Casa Civil, Leitão de Abreu, fez, que ele leu. “Para de atirar pedras nos adversários. Recolherei essas pedras para construir um edifício de amor à liberdade, à democracia e aos direitos humanos”. Que belo discurso! Que péssimas intenções tinha S. Ex^a! Aliás, lembro que o meu colega Brasil estava ouvindo o pronunciamento e, de repente, abre o choro meu filho Tiago, que tinha nascido. E eu disse: “Brasil, tome nota aí: meu filho já nasceu protestando na posse desse que, sem voto, assume a Presidência da República”.

A Presidente Dilma, não. Ela assume fazendo um discurso de responsabilidade, de compromissos que ela assume, fazendo questão de dizer as grandes teses e as grandes bandeiras do seu pronunciamento. Ela fala em valorizar a democracia em todas as suas dimensões, desde o direito de opinião e expressão até os direitos essenciais, à alimentação, ao emprego, à renda, à moradia digna e à paz social. De saída, ela externa sua tese absolutamente favorável à liberdade de imprensa, deixando claro que o que aparece na imprensa em contrário não traduz o seu pensamento.

[...] Reforço aqui meu compromisso fundamental: a erradicação da miséria e a criação de oportunidades para todos os brasileiros e brasileiras. [...]

[...] Honrar as mulheres brasileiras. E que ele [o fato de, pela primeira vez, uma mulher presidir o Brasil] possa se repetir e se ampliar nas empresas, nas instituições civis, nas entidades representativas de toda nossa sociedade. [...]

[...] Zelarei pela mais ampla e irrestrita liberdade de imprensa.

Zelarei pela mais ampla liberdade religiosa e de culto.

Zelarei pela observância criteriosa e permanente dos direitos humanos, tão claramente consagrados em nossa Constituição.

Zelarei, enfim, pela nossa Constituição, dever maior da Presidência da República.

[...] Por isso, reforço aqui meu compromisso fundamental: a erradicação da miséria e a criação de oportunidades para todos os brasileiros e brasileiras.

Ressalto, entretanto, que esta ambiciosa meta não será realizada pela vontade do governo. Ela é um chamado à nação, aos em-

presários, às igrejas, às entidades civis, às universidades, à imprensa, aos governadores, aos prefeitos e a todas as pessoas de bem.

Continua a Presidente:

[...] Não podemos descansar enquanto houver brasileiros com fome, enquanto houver famílias morando nas ruas, enquanto crianças pobres estiverem abandonadas à própria sorte.

[...] Reconheço que teremos um duro trabalho para qualificar o nosso desenvolvimento econômico.

[...] No curto prazo, não contaremos com a pujança das economias desenvolvidas para impulsionar nosso crescimento. Por isso, se tornam ainda mais importantes nossas próprias decisões econômicas.

[..] O povo brasileiro não aceita mais a inflação como solução irresponsável para eventuais desequilíbrios. O povo brasileiro não aceita que governos gastem acima do que seja sustentável. Por isso, faremos todos os esforços pela melhoria da qualidade do gasto público, pela simplificação e atenuação da tributação [...].

Gostou, Senador Alvaro? *(Pausa.*

Gostou. (Pausa.)

Eu também gostei.

O povo brasileiro não aceita mais a inflação como solução irresponsável [...]

[...] A visão moderna do desenvolvimento econômico é aquela que valoriza o trabalhador e sua família, o cidadão e sua comunidade, oferecendo acesso à educação e saúde de qualidade.

É aquela que convive com o meio ambiente sem agredi-lo e sem criar passivos maiores que as conquistas do próprio desenvolvimento.

[...]

Disse na campanha que os mais necessitados, as crianças, os jovens, as pessoas com deficiência, o trabalhador desempregado, o idoso teriam toda minha atenção. Reafirmo aqui este compromisso.

Fui eleita com uma coligação de dez partidos e com apoio de lideranças de vários outros partidos. Vou com eles construir um governo onde a capacidade profissional, a li-

derança e a disposição de servir ao País será o critério fundamental.

[...]

Dirijo-me também aos partidos de oposição e aos setores da sociedade que não estiveram conosco nesta caminhada. Estendo minha mão a eles. De minha parte não haverá discriminação, privilégios ou compadrio.

A partir da minha posse serei presidenta de todos os brasileiros e brasileiras, respeitando as diferenças de opinião, de crença e de orientação política.

Nosso País precisa ainda melhorar a conduta e a qualidade da política. Quero empenhar-me, junto com todos os partidos, numa reforma política que eleve os valores republicanos, avançando em nossa jovem democracia.

A Presidente assume o compromisso da reforma política. O Presidente Lula, em seu último pronunciamento, assumiu um compromisso: “A partir de 1º de janeiro, deixando o Governo, assumo o compromisso de que lutarei pela reforma política”. Um compromisso oito anos depois. Esse compromisso ele tinha assumido, e nós imaginamos que ele cumpriria oito anos atrás.

Por isso, é importante, Presidente Dilma, que esse compromisso que V. Ex^a está assumindo comece no primeiro ano, ou não se faz mais. Se deixar para terminar o seu mandato, como faz o Lula, para dizer que agora o compromisso é com a reforma política, não acontece nada!

Mas quando V. Ex^a, em seu primeiro pronunciamento, como Presidente eleita, diz que o seu compromisso é com as modificações políticas e com a reformulação da política brasileira, nota dez! Mas comece logo, Presidenta. Comece, se possível, em janeiro. Que seja um dos primeiros atos do seu governo. Ou a senhora o faz a partir de janeiro do ano que vem, ou fica como o Lula, não faz mais durante os quatro anos de seu mandato.

Ao mesmo tempo, afirmo com clareza que valorizarei a transparência na administração pública.”

Reitero: “Ao mesmo tempo, afirmo com clareza que valorizarei a transparência na administração pública. Não haverá compromisso com o erro, o desvio e o malfeito”.

Repito:

Afirmo com clareza [diz a Presidente Dilma] que valorizarei a transparência na administração pública. Não haverá compromisso com o erro, o desvio e o malfeito. Serei rígida na defesa do interesse público em todos os níveis de meu governo. Os órgãos de controle e de fiscalização trabalharão com meu respaldo, sem jamais perseguir adversários ou proteger amigos.

Olha, Sr. Presidente, um dos maiores jornalistas que conheci na minha vida e, para mim, um dos maiores nos dias de hoje, Carlos Chagas, faz um comentário. Ele diz:

Intolerância diante da impunidade.

(...) Dilma Rousseff avançou significativa definição a respeito de eventuais desvios e atos de corrupção porventura praticados pela sua equipe de governo: não haverá tolerância de espécie alguma. Ao primeiro sinal de irregularidades evidentes, o cidadão será afastado do cargo, não apenas para se defender, mas também para ser punido, se comprovada sua culpa. Ela espera que a justiça cumpra o seu papel.

Importante o pronunciamento da Presidente. Muito importante. E é importante nós salientarmos: ela o fez talvez no momento mais emotivo da sua vida. Eleita Presidente da República, no momento que a Justiça conclama o resultado, no momento em que a Nação inteira, no rádio e na televisão, assiste ao seu primeiro pronunciamento, ela é inflexível. Repito: não faz um pronunciamento belo, não faz um pronunciamento romântico, não faz um pronunciamento que seria interessante, com frases bonitas, como Kennedy quando disse na sua posse: “Não pergunte o americano o que a Pátria pode fazer por você, pergunte o que você pode fazer pela sua Pátria.” Repito: pronunciamento bonito como Médiçi fez da tribuna do Congresso: “Recolherei as pedras que atirarem para, com elas, construir o monumento à liberdade”. Não! Foi um pronunciamento frio. Foi um pronunciamento sem palavras sobrando, sem adjetivos. Foi um compromisso, um grande compromisso. Um grande compromisso, Sr. Presidente, e por isso peço que seja transcrito nos Anais desta Casa.

É uma pena que, quando olhamos o panorama desses dias que antecedem a posse, e olhando de modo geral para todos os partidos políticos – todos, sem exceção, de governo e de oposição –, parece que eles não ouviram o pronunciamento da Presidente. Não vemos a preocupação, o interesse, a dúvida, a angústia

para montar um grande Governo. “Nós temos de escolher um grande Governo.” “Vamos selecionar uma equipe de primeira trajetória.” Não é o que vemos.

Primeiro, uma briga impressionante por cargos. Uma briga exagerada por cargos. Aliás, também aqui tenho gostado da presença da Presidente. Ela está numa posição delicada. No Brasil, afinal, em primeiro lugar, o Presidente ainda é o Presidente Lula. Em segundo lugar, por muito tempo, temos de olhar a figura do Presidente Lula; não como imaginam alguns, como tutor ou orientador, mas como o grande Presidente que foi, o grande eleitor da Presidente, o homem que mostrou carinho, dedicação, esforço e que fez um trabalho fora do comum para a eleição da candidata. É mais que justo não o servilismo, mas o respeito profundo entre o Presidente eleito e o Presidente que sai. Isso vai acontecer. Mas daí a esse exagero pela cobrança de cargos...

Segundo algumas notícias de jornal... Peço a transcrição nos Anais desta página do **Correio Brasileiro** – V. Ex^a deve saber, Senador Dornelles, é a sua especialidade, não gastar, mas recorrer, cobrar, colher –: “Briga por R\$500 bilhões”. São os fundos. Então, aqui, a gente vê o que eu nunca tinha visto em nenhum governo anterior. Assim como está aqui, escancaradamente, os fundos de pensão serem distribuídos pelos partidos políticos, nunca tinha acontecido.

Está aqui no jornal: “Briga por 500 bilhões”. Primeira briga: Previ, R\$139 bilhões. Hoje está na mão do PT, de Ricardo José da Costa Flores. E o PT quer manter. Essa Previ tem participação na Fiago, R\$51 bilhões; na Vale, R\$22 bilhões; Centrais Elétricas de Santa Catarina, R\$33 bilhões; Tupi S. A., R\$35 bilhões; CPFL Energia, R\$31 bilhões; Neo Energia, R\$49 milhões. É uma montanha de dinheiro.

Petros (Petrobras): R\$46 bilhões. Hoje, Wagner Pinheiro. Partido: PT. Quer continuar.

Funcef (Caixa): valor R\$39 bilhões. Atual, Guilherme Lacerda, PT. O Partido quer continuar.

Centrus (Banco Central): Hélio César Brasileiro.

Real Grandeza (Furnas), MDB – não, por amor de Deus, PMDB –, Aristides Leite França: quer continuar.

Postalis (Correios), Alexej Predtechensky, PMDB: quer continuar.

E assim estão os cargos.

A briga é ostensiva. O partido quer indicar o fundo de pensão.

Senador Dornelles, o que, ideologicamente, um presidente de fundo pode fazer para cumprir o programa do partido, usando fundo de pensão? O que um

fundo de pensão – V. Ex^a é um técnico da matéria – tem a ver com a vida partidária? Por que um partido vai exigir que um homem dele dirija um fundo de pensão? Pois isso está aqui. Minha querida Presidente da República, isso está aqui.

V. Ex^a, Presidente Dilma, sabe... Não vou apontar o dedo, porque fica meio sem graça. V. Ex^a, Presidente Dilma, sabe. Quando V. Ex^a esteve no Ministério de Minas e Energia, houve uma briga entre o MDB e o PT pela distribuição dos cargos, que são os fundos! Além dos fundos, há as diretorias da Petrobras, por exemplo. No tempo da Dona Dilma, quando Ministra de Minas e Energia, os cargos eram de técnicos da Petrobras.

Os cargos, as diretorias das empresas eram de técnicos da empresa durante toda a sua administração. O MDB e o PT brigaram para a Ministra mudar e ela não mudou, mas, quando veio a ser Chefe da Casa Civil, brigaram para botar alguém no lugar dela e ela perdeu. A Ministra de Minas e Energia, Dona Dilma, queria botar alguém que representasse o pensamento dela. Foi derrotada. O Dr. Sarney ganhou e indicou um representante dele. O representante dele foi afastado por interrogações e botou outro representante dele.

A partir daí, as presidências – uma está na mão do PCdoB, outra está na mão do MDB, outra está na mão do PT e, assim, todas elas –, das estatais ligadas à Petrobras, os fundos de pensão e as presidências das estatais ligadas à Eletrobrás estão na mão dos partidos políticos.

Por isso, hoje vemos nos jornais que, na hora de escolher qual é o ministério que fulano ou beltrano quer, olha-se qual é o orçamento e qual é o fundo de pensão que aquele ministério tem nas entidades que estão ligadas a ele.

V. Ex^a tem uma grande oportunidade, Presidente Dilma, de fazer agora aquilo que fez quando era Ministra e que não teve condições de evitar quando deixou de ser Ministra. Não vai ser nenhuma provocação ao ex-Presidente Lula se V. Ex^a voltar a fazer aquilo que fez.

Roberto Jefferson, Presidente do PTB, fez um depoimento na CPI do Mensalão. Eu estava lá. A maioria queria demoli-lo. Ele foi ali e contou toda a história; tudo o que estava acontecendo ele contou. Os partidos se reuniram e arreglaram entre eles: arreglaram sobre qual é o partido que ia ficar com qual ministério. E ficou decidido, diz o ex-Deputado Jefferson: “Cada partido ficava com um ministério, e a engrenagem roda no partido.” Com aquele partido e com a engrenagem – e com engrenagem leia-se fundo de pensão, leiam-se

estatais –, com aquela engrenagem, eles movimentavam o partido, davam dinâmica ao partido.

Eu o felicitei por ele ter a coragem de ter dito isso. Igual a V. Ex^a, que está tendo uma coragem muito importante, porque V. Ex^a está dizendo algo que o prejudica, mas V. Ex^a está abrindo porta a essa comissão. E foi graças a esse depoimento do Presidente do PTB, Jefferson, lá na comissão, que, por mais que o Governo quisesse e que alguns Parlamentares quisessem, não foi possível arquivar. Não foi possível arquivar! E a comissão foi adiante.

E foi lá ao Supremo. E o Ministro do Supremo fez a denúncia, denunciando 43 envolvidos no mensalão, inclusive o então Presidente do PT e Chefe da Casa Civil, Sr. José Dirceu.

Minha querida Presidente Dilma, é hora de analisar essa questão agora. V. Ex^a tem de analisar essa questão agora! E, aí, eu quero elogiar o Presidente do PT, que teve coragem –, e peço a transcrição de *O Globo*, do dia 7, “Governo não pode ser soma de feudos”. O Governo não pode ser soma de feudos, diz o Presidente do PT. Não pode cada partido do Governo dizer o que quer – “Esse feudo é o meu, aquele é teu, aquele é teu” – e o Governo ficar olhando. Eu sou radicalmente contra fechar o ministério: o ministério é daquele partido, e aquele partido enche com a “cupinchada” que quer. Tem razão o Presidente do PT: o Governo não pode ser soma de feudos!

Quando eu vejo o Senador Dornelles passar aqui atrás e vendo essa questão toda, e não pode contar mais uma vez...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT – RO) – Senador, V. Ex^a me permite interrompê-lo só para dar as boas-vindas aos alunos do 9º ano, do ensino fundamental, do Colégio Estadual Senhor do Bonfim, de Pirenópolis, Goiás.

Sejam todos bem-vindos: alunos, professores e demais visitantes aqui do Senado! As senhoras e os senhores sejam bem-vindos à nossa Casa!

Muito obrigado, Senador.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Peço aos jovens que rezem ao Senhor do Bonfim para a Presidente Dilma ter sorte no seu mandato.

No meio daquela confusão que havia para a escolha do Ministério de Tancredo – ele, com aquela serenidade dele, buscando selecionar o que achava de melhor –, de repente, aparece um tal de Dornelles, Ministro da Fazenda, que não tinha indicação de nenhum partido político, nem do MDB, nem de ninguém.

O MDB tinha uma série de economistas de alto gabarito, diga-se de passagem. O Dr. Ulysses, ao longo

de toda a ditadura, reunia-se aos domingos, inclusive, na sua casa, para debater, para discutir, para analisar. Gente de grande valor até porque, ali indo e sabendo que as casas eram cercadas e filmadas pela ditadura e pelos homens da força, estavam se expondo abertamente.

Eu me lembro. O Dr. Ulysses disse ao Dr. Tancredo: “Ô, Tancredo, eu conheço muito o Dornelles. É um homem formidável. Todo mundo diz que ninguém entende mais de arrecadação do que o Dornelles. Receita é com ele, mas você está botando no Ministério da Fazenda.” E o Dr. Tancredo olha para o Dr. Ulysses e diz o seguinte: “Pois é, Ulysses – e nós estávamos na reunião –, olha em roda de ti, todo mundo é especialista no gasto. Eu quero um especialista na Receita. Pois eu vou botar alguém que arrecada. Gastar, nós todos sabemos.”

Uma resposta de tal maneira que irritou até profundamente o Dr. Ulysses, porque foi meio debochada e todo mundo caiu na gargalhada.

Mas foi uma escolha na busca do bem. Naquela altura, não havia quem, mais do que ele, o Dr. Dornelles, representasse, conhecesse profundamente a questão das finanças deste País. E é lá que ele foi escolhido. Nem no MDB, nem no PP, nem no PDT, nem no partido, nem na oposição, nem em coisa nenhuma. Foi escolher um homem do mais alto gabarito – e pergunte a ele –, sem nenhum compromisso com nada, a não ser com o País. Despreocupado estava o Presidente Tancredo Neves em saber o que era, o que não era, para onde ia, para onde não ia. Estava apenas certo. Era o homem que ele conhecia na sua intimidade e que o País conhecia na sua integridade, na sua competência, para ser o Ministro da Fazenda.

Essa é a maneira de ser. Tem razão o Presidente do PT, não dá para fazer feudos dentro do partido: esse é meu, esse é teu, aquele é dele. Não dá!

Eu gostaria que alguém me dissesse, porque, olha, eu sou uma pessoa avançada em idade e aprofundada em conhecimento dessa matéria. Qual é o argumento para um partido indicar alguém do partido que represente o partido no fundo de pensão? O que é o fundo de pensão? O Banco do Brasil tem seu fundo de pensão, cada entidade estatal tem seu fundo de pensão, bilhões são movimentados, e esse fundo de pensão é aplicado em várias estatais ou não estatais, é aplicado no rumo do desenvolvimento.

O que é que a gente entende? O que o Presidente do PT quer dizer quando fala em feudo? O que o Presidente do PTB, o Deputado Jefferson, disse quando argumentou que tinha que ser feita uma di-

visão: esse ministério vai para lá com as estatais e os fundos de pensão e o rendimento é do partido? Depois, veio o mensalão e atrás do mensalão tudo o que aconteceu.

Ministra Dilma, Presidente Dilma, esta é a hora. Esta é a hora, Presidente Dilma, a hora em que Vossa Excelência vai escolher. É agora ou nunca.

V. Ex^a diz, no seu pronunciamento, de maneira muito feliz: eu escolherei para o meu governo técnicos competentes que conheçam a matéria. Correto! Que tenham direção, orientação e indicação política. Correto! Mas que sejam inatacáveis, que tenham a vida tranquila e que contra eles nada tenha.

Presidente Dilma, desculpe o que vou lhe dizer, mas, já no início da montagem do seu governo, à revelia de Vossa Excelência, aconteceu um caso que mostra o que não deve acontecer. A servidora do governo de transição, Cristiane Araújo de Oliveira, foi indicada por aqueles membros que compunham a transição, aquelas pessoas que vão organizar o diálogo entre o Governo do Lula e o Governo da Dilma; aquelas que vão dizer quem vai, como é que vai, quais são as orientações, quais são as diretrizes. Escolheram. Aparece o nome da Sr^a Cristiane de Araújo Oliveira. Não teve repercussão nenhuma, até que a imprensa publicasse. Ela foi denunciada em 2008 pelo Ministério Público Federal, sob acusação de envolvimento com a máfia dos sanguessugas. E ela é indicada. Aí vem a explicação dos órgãos do Governo: não, mas não sou eu, eu não sei quem foi que indicou. Não fui eu quem indicou. Não tenho nada a ver com isso. Não cabe a mim indicar.

E aí vem ela falando a primeira vez, quando ainda pensava em ficar: “Mas não tem nada contra mim. Só tem uma denúncia, mas não fui condenada a nada. Não tenho nenhuma condenação.” É verdade.

Aqui, Ministra Dilma, Presidente Dilma, é bom um esclarecimento. O Presidente Lula, uma vez, na televisão, falou o seguinte: “Só pode ser considerado réu quem for condenado de forma inapelável. Não tem mais recurso.” É verdade! É verdade no mundo inteiro, inclusive na nossa Constituição. Só é condenado quem foi condenado e não tem mais recurso nenhum.

Diga-se de passagem, um erro da Justiça brasileira, não é esse princípio. O princípio está certo, mas ninguém consegue ser condenado em caráter definitivo, a não ser ladrão de galinha. No Brasil, quem tem um bom advogado é absolvido; recorre e é absolvido; recorre, 10 anos, 20 anos, 30 anos, e ninguém é condenado em caráter definitivo. Agora está mudando com a Ficha Limpa. Parece que as pessoas realmente nem vão chegar a esta Casa, pelas novas decisões.

Mas, “Dr. Lula”, quando Vossa Excelência disse que não pode ser considerado réu quem não foi julgado em última instância, é verdade! Mas daí a Vossa Excelência deixar em seu governo pessoas cuja corrupção está aberta e franca há uma diferença muito grande.

O caso Waldomiro, Presidente Lula. Quando eu fui lá, em seu gabinete, para mostrar que a televisão havia mostrado o Waldomiro, Assessor Especial da Casa Civil, trabalhando na Casa Civil, recebendo dinheiro, colocando dinheiro no bolso, discutindo quais seriam os percentuais, quando isso aconteceu – e a Nação inteira assistiu –, eu pedi que Vossa Excelência o demitisse: demita, Presidente! demita esse Waldomiro para dar o início do seu governo, para mostrar que o senhor está dando a linha do seu governo: “A minha linha é essa, a moral. Não cometeu, rua!”

E Vossa Excelência não demitiu, deixou. O tempo foi passando, e deixou.

Aí, eu criei uma CPI aqui e Vossa Excelência, junto com o Presidente do Senado, não quis deixar funcionar. Tivemos de recorrer ao Supremo. E ganhamos. Mas um ano depois. E um ano depois, quando a CPI começou a funcionar, já não era mais o caso Waldomiro, era o mensalão, cheio de corrupção.

Tudo porque Vossa Excelência não deu o primeiro passo.

Lá atrás, quem leu o livro fantástico *O Tribunal de Nuremberg* sabe que, terminado o Tribunal, um condenado nazista, um cientista famosíssimo considerado um dos grandes líderes da Física do mundo inteiro, condenado por nazismo, pede para conversar com o Presidente da Suprema Corte americana, que havia sido o Presidente do Tribunal. E aí ele recebe. E o nazista e grande cientista pergunta ao Presidente da Corte: – Mas nós nos conhecemos há tanto tempo. Nós andamos pelo mundo, em vários congressos. V. Ex^a me conhece. V. Ex^a sabe quem eu sou. Eu sempre fui um apaixonado pela ciência. Eu sempre busquei melhorar as condições da técnica. Como é que eu cheguei a cair, como eu caí, a cometer essas absurdas condenações? Como é que eu cheguei a isso?

E o Presidente da Suprema Corte americana e Presidente do Tribunal de Haia disse o seguinte: “Lá no início, quando aconteceram as primeiras violências cometidas pelos nazistas, diante das quais você silenciou e que você deixou, foi ali que começou. Foi ali que você entrou num caminho que não tinha volta. Se você tivesse rechaçado desde o início, talvez a situação fosse diferente.”

Minha querida Presidente Dilma, é no início. É no início. É exatamente agora.

A imprensa está adquirindo um contexto. Hoje aparece nos jornais algo em que não acredito. Eu juro que não acredito. No *Jornal do Comércio*, o jornalista Adão, da maior seriedade, noticia que o Presidente Sarney e o Senador Jader teriam entregue ao Presidente Lula, em um jantar ou almoço, sei lá, no Itamaraty, a indicação de um nome, de um ilustre e correto jurista ex-Presidente do Superior Tribunal de Justiça, fazendo uma indicação, para ele ser o indicado a Ministro do Supremo.

Não vejo que seja missão do Presidente do Senado fazer isso, mas também não tinha reparado em más notícias. Mas diz a imprensa, a notícia, que eles estariam em busca disso porque esse Ministro, se fosse para o Supremo, facilitaria no Supremo a tramitação da questão do Ficha Limpa e a facilitação para alguns prováveis julgamentos que virão a envolver determinada pessoa.

Ilustre ex-Presidente do Superior Tribunal de Justiça, minha solidariedade. Eu não acredito. Presidente Sarney, eu quero dizer também a V. Ex^a que eu não acredito. Não me passa pela cabeça isso. Mas uma matéria como essa, publicada assim *an passant* e ficando assim não pode! Não pode! Todas as informações que eu tenho são de que esse Ministro é da maior dignidade. Mas uma notícia que nem essa, assim! São dessas coisas, Presidente Dilma, que V. Ex^a tem que cuidar.

O que aconteceu na comissão que vai acompanhar a transição é um fato singelo, mas o que chama a atenção é que ninguém assume a responsabilidade de como é que ela foi indicada e ninguém saber quem ela era. Como serão as indicações de quem vai ocupar cargos no Governo de V. Ex^a, Presidente Dilma? Como serão?

Eu tenho convicção, uma profunda convicção: há uma obrigatoriedade de fiscalização ampla e profunda dos nomes que forem indicados. E na minha opinião, não é descobrir se o cidadão foi condenado, foi culpado. Tem de saber a biografia, o nome, a credibilidade desse nome. Não de “a”, de “b” ou de “c”; não de fulano daquele partido que eu não gosto ou desse partido que ele não gosta. É claro que não. Estamos falando da respeitabilidade que o nome representa.

Foi indicado o Ministro da Fazenda. Respeitabilidade 100. Quatro anos como Ministro da Fazenda e não tem uma vírgula com relação a ele. Ninguém, Governo ou Oposição, seja o que for, pode dizer nada com relação a ele. Isso é importante. Isso é muito importante. Não dá para dizer isso de todos os Ministros que ocuparam o Governo do Lula; e não dá para dizer

de todos os Ministros que ocuparam o Governo do Fernando Henrique.

Está sendo processado? Está respondendo processo? Primeiro, resolva o processo, e depois seja nomeado. Mas alguém para entrar no Supremo Tribunal?! É claro que hoje fica na gaveta do Supremo e não acontece nada, o que é um absurdo! É claro que não pode ficar na gaveta do Supremo! O normal é que não fique na gaveta do Supremo. Mas o normal também é que, enquanto não for decidido lá, ele não assuma aqui. Foi condenado? Não. É réu? Não. Mas está sendo processado no Supremo e não tem a imparcialidade normal da sociedade para dizer: quanto a esse, não há dúvida.

Eu sei que é muito difícil a posição da Presidente Dilma. A gente vê os partidos em uma luta fratricida. Um contra o outro, de um lado; e todos contra todos, do outro lado. Parece, de certa forma, que essa é uma caminhada que, em determinados momentos, fica a Presidente no vazio do seu cargo, ela e sua consciência. Mas não tenho dúvidas de que a vontade de acertar dela é real. Mas, muitas vezes, na vida, o importante não é saber o que fazer, mas como fazer. Muitas vezes cumprir o dever a pessoa sabe cumprir. Mas qual é a melhor maneira de cumprir o dever? Essa é a interrogação.

Encerro, Sr. Presidente.

É muito singelo. Alguns talvez até não percebam. Mas, na *Folha*, esse homem por quem tenho um carinho e admiração muito grande, que é o jornalista Carlos Heitor Cony, escreve:

Desconfio de que já contei esta história em crônica muito antiga, mas de forma incompleta. Agora, com a proximidade das eleições, acredito que ela deva ser lembrada.

O escritor Álvaro Lins foi editorialista do 'Correio da Manhã', Chefe da Casa Civil da Presidência JK e embaixador em Portugal, onde, aliás, criou um caso internacional dando asilo a um adversário do regime salazarista. Muitos o consideram o crítico literário mais completo do Brasil. Sua entrada na Academia Brasileira de Letras foi uma noite memorável, pois chegou atrasado duas horas para a cerimônia.

Em Lisboa, ele decidiu visitar a Suíça, sendo ali recebido com todas as honras. Na manhã do seu primeiro dia em Genebra, depois de ler os jornais locais, deu um giro pela cidade em companhia de um funcionário do governo. Andou pelas ruas, de carro e a pé.

Em dado momento, comentou: 'Li nos jornais que hoje é dia de eleições gerais. Mas não estou vendo nenhum movimento especial, nenhuma fila, nenhum posto eleitoral...'[pergunta ele]

O funcionário que o acompanhava respondeu: 'Senhor embaixador, hoje, realmente, é dia de eleições gerais, e elas estão se processando normalmente'. 'Mas como?' [responde o Embaixador] Não vejo nenhum movimento... nenhuma fila... parece um dia qualquer...'

'Nós não precisamos de filas. Cada quarteirão tem uma urna em local determinado. O eleitor chega e deposita sua cédula. À meia-noite, as urnas são recolhidas, e, no dia seguinte, o resultado é proclamado.'

Álvaro Lins ouviu, abaixou a cabeça, pensou um pouco e perguntou: 'Mas, digamos, um eleitor pode depositar na mesma urna ou em outras muitas cédulas de um só candidato, dez, vinte, cinquenta... E aí como é que fica?'

Foi a vez de o funcionário suíço ficar espantado: 'Mas, senhor embaixador, quem faria isso?'

É na Suíça. Na verdade, quem faria isso? Pois, no Brasil, muita gente faz isso e muita coisa mais.

Por isso, querida Presidente Dilma, eu peço a Deus que te oriente, que dê força, que tu tenhas condições de vencer esta parada. O mais importante todos dizem que tu tens: tens fibra, tens garra, tens coragem, tens altivez. Alguns até acham que tu podes usar isso em exagero. Eu não acredito. Tu podes temperar isso. Não precisa ser ríspida nem radical. Podes ser elegante. Mas quando tiver que ser ríspida, seja. Quando tiver que dizer "não", diga "não".

Adote uma linha, Presidente. Assim como hoje, olhando atrás, podem publicar nos jornais sua ficha corrida da Polícia Federal, do Dops, de onde quiserem, mas não viram uma vírgula que não diga que a senhora é uma pessoa digna, uma pessoa de bem e que fez o que é de valor. Faça isso. Comece no primeiro dia. Não se dobre, não se entregue. Tenha coragem de ter a sua linha e seguir a sua linha. Tenho certeza de que a senhora terá uma grande vitória.

Muito obrigado pela tolerância, Sr. Presidente.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR PEDRO SIMON EM SEU PRONUNCIAMENTO

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Economia

11 • CORREIO BRAZILENSE • Brasília, segunda-feira, 8 de novembro de 2010

Editor: Vicente Nunes
victorenunes@correiobrazil.com.br
3214-1240



Bolças	Bolsa	Global 48	Alvo	Euro	Capital de giro	CDB	Inflação
US\$ 1,412 (+ 0,33%)	R\$ 1,680 (+ 0,12%)	US\$ 1,412 (+ 0,33%)	R\$ 1,680 (+ 0,12%)	R\$ 2,359	55,09%	10,05%	

FUNDOS DE PENSÃO

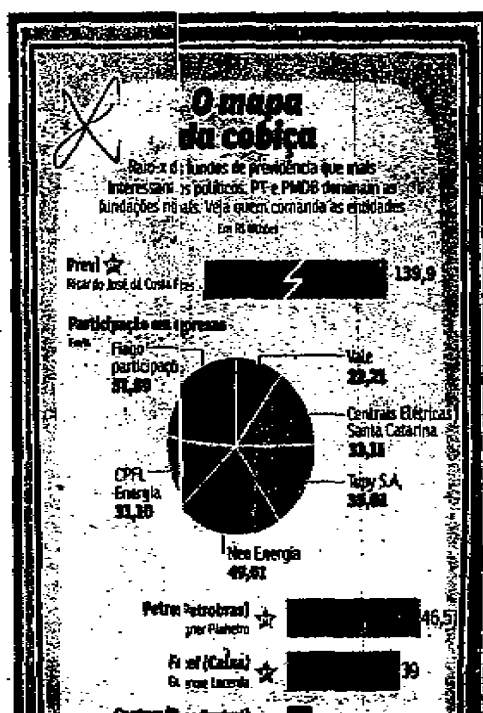
Briga por R\$ 500 bilhões

Governistas entram em disputa fratricida para comandar fundações de previdência. Roger Agnelli, presidente da Vale, torna-se alvo

• VÍCTOR MARTINS
• JORGE FREITAS
ESPECIAL PARA O CORREIO

A **l**egião dos Ministérios e as empresas estatais não são as únicas joias que a presidente eleita, Dilma Rousseff, poderá dispor para montar seu governo. Entrará também no rol de cargos a seus principais apoiadores, especialmente ligadas do PT e do PMDB, os poderosos fundos de pensão, entidades cuja gestão já suscita uma verdadeira guerra nos bastidores do poder. Todos cobram uma fatia dos recursos geridos por essas fundações, uma fabulosa quantia de R\$ 500 bilhões. Parte dessa montanha de dinheiro vai bancar as maiores obras de infraestrutura do país, algumas delas, como o trem-bala, propagandeadas como as vitórias do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

Mas, além de um cofre abarrotado — habitualmente usado para barganhar vantagens e viabilizar políticas públicas —, a fase aliada debate-se em torno de um gigantesco cabide de empregos. São mais de 8 mil cargos e salários que variam de R\$ 20 mil a R\$ 30 mil mensais, fora os bônus pagos ao gestor. Meta que vem para obrigar cabos eleitorais, as fundações têm poder para decidir sobre posturas nas empresas nas quais participam do controle. Foi diante desse cenário que Dilma, antes mesmo de assumir o poder, já escalou os três maiores fundos — Previ (dos funcionários do Banco do Brasil), Petros (Petrobras) e Funcef (Caixa) — para uma missão especial: destituírem Roger Agnelli da Presidência da Vale. A ordem é que as três fundações se unam ao Bndesco para pôr um ponto final à gestão do executivo, especialmente depois que ele



pelos governos, que a opere por meio dos fundos de pensão — presentes na mineração desde sua desestatização. Foram também os fundos de pensão que viabilizaram, no governo Fernando Henrique Cardoso, a privatização do sistema Telebrás, e mais recentemente, já na gestão de Lula, a transformação da Oi em uma supelista nacional. Não por acaso, Petros, Petros e Funcef também foram recentemente convocados por Lula para garantir a competição na licitação de mega-hidroelétrica de Itaipu Moinho, no Rio Xingu, quando a iniciativa privada ameaçou esquivar-se do empreendimento — um dos maiores e mais caros do PAC.

Roteiro

Tradicionalmente, o partido de quem assume a Presidência da República ocupa espaço de destaque entre as entidades previdenciárias. Hoje no comando de nove dos 15 fundos mais importantes do país, o PT vai brigar para manter sua posição. A sigla tem nas mãos pelo menos metade de todos os recursos do setor previdenciário, cerca de R\$ 250 bilhões.

Mais forte após vencer as eleições em aliança com o Dilma, o PMDB também promete não deixar barato. Nos oito anos da gestão petista, ficou com cinco fundos de pensão mais importantes e nada menos que R\$ 16,6 bilhões. Entre as entidades de previdência de destaque, a oposição teve espaço. O Centro, dos servidores do Banco Central, está com o PSDB.

A tendência, segundo uma fonte com trânsito tanto no governo quanto entre os aliados, é de que administração Dilma não faça mudanças radicais na configuração das entidades. "Com uma base aliada tão grande, a preocupação principal do

Presidência da Vale. A ordem é que as três fundações se unam no Bradesco para pôr um ponto final à gestão do executivo, especialmente depois que ele se tornou um desafio do governo e do PT.

Por repetidas vezes, Agnelli reuniu-se com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, prometeu implantar projetos faraônicos, mas nunca os executou. Na visão de um técnico do Ministério da Fazenda, a proximidade do Bradesco e do Banco do Brasil em operações comerciais e o interesse do banco privado em possíveis benefícios oriundos dessa relação pavimentou o caminho para o desejo de Dilma. "Agora ficou mais fácil um acerto", avalia o funcionário.

Manobras

Agnelli já deve estar em busca de um novo emprego. O acordo entre os acionistas que o colocou no cargo vence no próximo ano. Para substituí-lo, a presidente eleita tem uma lista com quatro candidatos: Antônio Pallocci, deputado federal e coordenador da equipe de transição do governo; Guido Mantega, atual ministro da Fazenda; Luciano Coutinho, presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Social (BNDES), que também é acionista da Vale; e Aldemir Bendine, hoje no comando do Banco do Brasil. Bendine, aliás, foi o responsável pela nomeação do atual presidente da Previ, Ricardo Flores. Em nota, a Vale nega intenção de seus controladores de realizarem mudanças no comando da empresa.

Desde que foi privatizada, a Vale entrou em um turbilhão de polêmicas e, mesmo tendo se tornado empresa privada, nunca deixou de ser manobrada

Funcef (Caixa)	☆
Guilherme Lacerda	
Centrus (Banco Central)	☆
Helio Cesar Brasileiro	
Real Grandeza (Furnas)	☆
Aristides Leite França	
Fapes (BNDES)	☆
Sebastião José Martins Soares	
Postalis (Correios)	☆
Alexej Predtechensky	
Fachef (Chesf)	☆
Clayton Ferraz de Paiva	
Serpros (Sepro)	☆
Armando de Almirante Frio	
Ceres (Embrapa)	☆
Manoel Moacir Costa Macêdo	
Eletros (Eletrobras)	☆
Marco Aurélio Orrego da Costa e Silva	
Fundação Refer (Ferroviários)	☆
Marco André Marques Ferreira	
Geap (governo federal)	☆
Hélio Pereira	
Núcleos (Eletro nuclear)	☆
Marcos Elias	
Cíbrus (Conab)	☆
Fabrizio Pereira Garcia	

tanto no governo quanto entre os aliados, é de que administração Dilma não faça mudanças radicais na configuração das entidades. "Com uma base aliada tão grande, a preocupação principal do PMDB é não perder os espaços que conquistou. O problema é que ninguém quer abrir mão. O que se espera é que as divisões sejam feitas proporcionalmente às bancadas no Congresso", diz.

A ingerência dos partidos entre os fundos é clara. Filiado ao PT desde 1983, Guilherme Lacerda, presidente da Funcef, por exemplo, nem precisou se desincompatibilizar do cargo quatro meses antes das eleições para concorrer ao pleito. A apenas um mês da disputa, ele se licenciou para dedicar-se à campanha de deputado federal pelo Espírito Santo. Deixou no lugar um presidente laranja, o ex-diretor de benefícios Carlos Alberto Casér. Mas a empreitada de Lacerda rumo ao Congresso não deu certo e o ex-presidente retomou seu posto na Funcef há pouco mais de um mês.

O que preocupa, de fato, diante da guerra fratricida entre os aliados pelo comando dos fundos de pensão, é a destinação que será dada aos recursos e a garantia de aposentadoria complementar de seus associados. Regras rígidas para investimentos buscam proteger o patrimônio das fundações. Mas há erros históricos, como os de-

sembolsos em parques temáticos, que geraram prejuízos. O Trem de Alta Velocidade (TAV), que ligará o Rio de Janeiro a São Paulo, mais conhecido como trem-bala, merece atenção. Avaliado em R\$ 35 bilhões, o mega-projeto é considerado arriscado na visão de especialistas em fundos. Mas o PT, o PMDB e Dilma Rousseff não parecem preocupados com esse aspecto agora.

CARLOS HEITOR CONY

Quem?

RIO DE JANEIRO - Desconfio de que já contei esta história em crônica muito antiga, mas de forma incompleta. Agora, com a proximidade das eleições, acredito que ela deva ser lembrada.

O escritor Álvaro Lins foi editorialista do "Correio da Manhã", chefe da Casa Civil na Presidência de JK e embaixador em Portugal, onde, aliás, criou um caso internacional dando asilo a um adversário do regime salazarista. Muitos o consideram o crítico literário mais completo do Brasil. Sua entrada na Academia Brasileira de Letras foi uma noite memorável, pois chegou atrasado duas horas para a cerimônia.

Em Lisboa, ele decidiu visitar a Suíça, sendo ali recebido com todas as honras. Na manhã do seu primeiro dia em Genebra, depois de ler os jornais locais, deu um giro pela cidade em companhia de um funcionário do governo. Andou pelas ruas, de carro e a pé.

Em dado momento, comentou: "Li nos jornais que hoje é dia de

eleições gerais. Mas não estou vendo nenhum movimento especial, nenhuma fila, nenhum posto eleitoral...". O funcionário explicou: "Senhor embaixador, hoje, realmente, é dia de eleições gerais, e elas estão se processando normalmente". "Mas como? Não vejo nenhum movimento... nenhuma fila... parece um dia qualquer...".

"Não precisamos de filas. Cada quarteirão tem uma urna em local determinado. O eleitor chega e deposita sua cédula. À meia-noite, as urnas são recolhidas e, no dia seguinte, o resultado é proclamado."

Álvaro Lins ouviu, abaixou a cabeça, pensou um pouco e perguntou: "Mas digamos... um eleitor pode depositar na mesma urna ou em outras muitas cédulas de um só candidato, dez, vinte... cem... e aí como é que fica?"

Foi a vez de o funcionário suíço ficar espantado:

"Mas senhor embaixador, quem faria isso?"

14 • O PAÍS O GLOBO Domingo, 7 de novembro de 2010



*De Silva para
Rousseff*

‘Governo não pode ser soma de feudos’

Enquanto negocia ministérios com os partidos aliados, o presidente do PT, José Eduardo Dutra, defende uma relação menos agressiva com a oposição

O GLOBO: Já começou a briga por cargos entre aliados?

JOSÉ EDUARDO DUTRA: Ninguém vai apresentar um pacote a ser negociado. A presidente Dilma tem que ter a devida autonomia para tentar compor um governo que, sem prejuízo do tamanho dos partidos, será de pessoas que ela acredita com mais capacidade para implementar o projeto.

• *A verticalização na ocupação dos cargos será adotada para a divisão do governo com os aliados?*

DUTRA: Ainda não há definição se será "porteira fechada" ou "porteira aberta". Até porque ela quer ter primeiro um panorama global de como estão pensando os partidos. Fui encarregado dos primeiros contatos com os partidos.

• *A "porteira fechada" não tira a autonomia da presidente eleita?*

DUTRA: O governo não pode ser formado a partir de uma soma de feudos. O governo é de coalizão, em que partidos têm que estar representados.

• *Não vai ter o feudo do Sarney na Eletrobras, por exemplo?*

DUTRA: Não vou entrar na adjetivação. Um governo plural precisa ter a participação dos partidos, mas não pode ser o somatório aritmético de compartimentos estanques, como se um não falasse com o outro. A presidente Dilma já sinalizou os critérios: o fato de determinado partido indicar para determinada área não significa que o partido vai indicar a pessoa que quiser.

• *Como administrar a demanda dos partidos que cresceram nas eleições e querem um espaço maior? O PT vai ceder?*

DUTRA: A composição do governo não pode levar em consideração a aritmética do crescimento. Isso significaria aumentar as estruturas do governo indefinidamente. Não é assim!

Dutra:

DUTRA: O Lula é uma liderança da humanidade. Seria um contrassenso o PT, o governo Dilma ou o próprio país dispensar a contribuição que um homem como esse pode dar. Não dá para querer que um homem com essa experiência, com 65 anos, no auge de sua capacidade, venha botar o pijama.

• *Será uma espécie de eminência parda do governo?*

DUTRA: Quando se fala em eminência parda pode parecer que é uma sombra pairando... O

Lula hoje é quase que uma instituição, a qual todos vão recorrer nos momentos em que necessitarem.

• *O presidente Lula está inserido no projeto de 20 anos de poder do PT?*

DUTRA: Não existe esse negócio de definir projeto de poder por número de anos. O PT tinha um projeto de chegar à Presidência da República. Chegou. Conseguiu a reeleição e agora ganhar mais quatro anos. Normalmente, são vertentes autoritárias que trabalham com projetos de longo prazo. O nazismo é que trabalhava com um projeto de décadas.

• *Se Sarney não disputar a reeleição à presidência do Senado, o candidato do PMDB pode ser Edison Lobão. Há quem diga que seria bom para um governo novo-se-livrar desses estigmas, e renovar Câmara e Senado...*

DUTRA: Não podemos ficar nessa coisa de que tem ou não que renovar, até porque objetivamente isso passa pela decisão do povo que eligeu as maiores bancadas. Ficar nessa discussão de que não pode ser fulano porque sicrano é antigo tem uma vertente preconceituosa de que o povo votou errado.

• *Mas não é desgastante para Dilma, que inicia um momento novo, ter o Sarney do lado?*

DUTRA: Não há nenhum desgaste porque o Sarney é um parceiro nosso, que teve um pa-

No comando das reuniões com presidentes de partidos aliados para tentar domar seus apetites sobre os cargos no futuro governo Dilma Rousseff, o presidente do PT, José Eduardo Dutra, não anda conseguindo domar nem o próprio apetite, e nem o de seu partido, o PT. Em entrevista ao GLOBO durante um almoço, ele se despedia da comilança com linguicinha de Formiga, iguaria tradicional de Minas, massa com bacalhau e, de sobremesa, risoto de chocolate branco e cobertura de morango. Prometeu rigor não só na condução da articulação com aliados, mas também com a dieta, depois de engordar quase dez quilos durante a campanha eleitoral. Antes de sair de folga, Dutra descartou a possibilidade de entregar a aliados ministérios com "porteira fechada" (a ocupação vertical de todos os cargos da pasta), aventada após a eleição. Disse que coligação não é uma soma de feudos. E lançou uma ideia que pode espalhar mais cizânia na oposição: zerar o jogo dos 16 anos de oposição agressiva — de petistas primeiro e de tucanos depois. O governo Dilma daria o primeiro passo em direção ao senador eleito Aécio Neves (PSDB-MG). O candidato tucano derrotado, José Serra, disse o presidente do PT, "com todo respeito, está fora", por não ter mais mandato. Botafoguense doente, o sergipano Dutra fez malabarismos com a agenda para ver alguns jogos: — Para completar minha felicidade, só com o Fogão campeão...

pel importante no governo Lula. Estou dizendo que existem pessoas ali colocadas por vontade do povo. Na conversa com Michel Temer, acordamos em repetir um protocolo assinado pelos presidentes dos dois partidos deixando claro que não vai haver disputa entre PT e PMDB para a presidência da Casa. Haverá revezamento, com um biênio para cada.

• *Como espera que seja a relação do governo com a oposição, que administra a maioria do eleitorado brasileiro?*

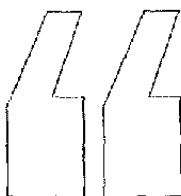
DUTRA: A relação com a oposição leva em consideração o peso de cada partido no Congresso. Isso é histórico.

• *Acha que a oposição não vai contar com o peso dos seus governadores?*

DUTRA: A própria influência dos governadores em suas bancadas é relativa. Vamos lembrar que na votação da CPMF, que foi o grande conflito no Senado onde o governo perdeu, os governadores da oposição, a começar por Serra e Aécio, eram a favor da continuidade da CPMF. Nem por isso conseguiram. A relação com a oposição se dá principalmente através do Congresso.

• *E como será?*

DUTRA: Fui senador oito anos, onde tinha uma oposição com o governo (Fernando Henrique) em clima de Fla-Flu: o que vem



Um governo plural precisa ter a participação dos partidos, mas não pode ser o somatório aritmético de compartimentos estanques, como se um não falasse com o outro

Lula) onde se repetiu essa lógica. Já que cada um teve seus oito anos, seria possível criar uma relação governo/oposição sem esse clima de Fla-Flu: a oposição deixar de tratar tudo que vem do governo como ruim, e o governo deixar de tratar como ruim tudo que vem da oposição. Criar pontes em relação a isso.

• *Vocês dariam o primeiro passo?*

DUTRA: Defendo que isso aconteça, e é claro que o primeiro passo tem que ser por parte do governo, que foi vitorioso. Desobstruir canais de conversa, tem que ser por iniciativa do governo.

• *A conversa seria com Aécio Neves, líder ascendente, ou José Serra?*

DUTRA: Sem qualquer demérito ao Serra, que também tem uma liderança importante, vamos lembrar que quem tem mandato não é ele. Não me refiro só ao Aécio. O processo de conversa se dá no Congresso. Então é claro que o Aécio — estou pegando um exemplo que tem sido citado — vai ter um papel proeminente pela oposição no Senado. Não só pela sua importância, por já ter sido presidente da Câmara, não só pela vitória. É porque está credenciado como uma voz importante na oposição, assim como outros que se elegeram.

agora não é o Zé Dirceu, vocês têm uma obsessão...

• *Ele sendo inocentado, pode ir para o governo Dilma?*

DUTRA: Claro que qualquer pessoa que está sendo objeto de um processo, quando inocentada, está plenamente em condições de exercer qualquer atividade. Não significa que em função disso vai estar automaticamente no governo. Até porque quem decide quem vai para o governo é a presidente.

• *Como Dilma está lidando com o assédio político?*

DUTRA: Qualquer pessoa que se elege tem que conviver com isso. Não significa necessariamente que vai atender a todo mundo.

• *Depois do primeiro turno, Dilma ficou a cinco pontos de Serra, e vocês tiveram a derrota. Como conseguiram virar?*

DUTRA: A partir do momento em que politizamos, com a comparação dos dois projetos, e particularmente a questão da privatização, o PSDB mais uma vez caiu em contradição. Primeiro, Serra apareceu como defensor da Petrobras, e depois tenta nos carimbar como privatistas, usando o argumento ridículo de que a Dilma entregou parte do pré-sal para empresas estrangeiras.

• *O Aécio já disse que quer fazer uma agenda de Estado para orientar a oposição...*

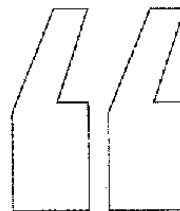
DUTRA: É um sinal positivo. Quando falo na nova relação, não estou nem de longe insinuando de cooptação da oposição. A oposição tem de existir de forma independente para fiscalizar o governo, é bom que exista porque quando não tem, o governo tende a relaxar.

• *O José Dirceu já foi reabilitado no PT. Se inocentado pelo Supremo, será reabilitado também no governo?*

DUTRA: Do ponto de vista partidário, ele mantém todos os seus direitos es-

• *É a segunda vez que vocês ganham do PSDB usando a mesma arma da privatização.*

DUTRA: Exatamente com a mesma coisa, e se comportaram da mesma forma. Não tinham argumentos para contestar e ainda tentaram buscar artifícios irreais para tentar colar em nós a pecha de privatistas. Independentemente do mérito, a tese de que somos privatistas é absolutamente fora da realidade.



Seria possível a oposição deixar de tratar tudo do governo como ruim, e o governo deixar de tratar como ruim tudo que vem da oposição

O GLOBO NA INTERNET
Confira um trecho da entrevista com o presidente do PT
oglobo.com.br/pais

PRONUNCIAMENTO DE 31/10/2010 FOLHA DE SAO PAULO ONLINE 31/10/2010 - 22h19

"Minhas amigas e meus amigos de todo o Brasil, É imensa a minha alegria de estar aqui.

Recebi hoje de milhões de brasileiras e brasileiros a missão mais importante de minha vida.

Este fato, para além de minha pessoa, é uma demonstração do avanço democrático do nosso país: pela primeira vez uma mulher presidirá o Brasil. Já registro portanto aqui meu primeiro compromisso após a eleição: honrar as mulheres brasileiras, para que este fato, até hoje inédito, se transforme num evento natural. E que ele possa se repetir e se ampliar nas empresas, nas instituições civis, nas entidades representativas de toda nossa sociedade.

A igualdade de oportunidades para homens e mulheres é um princípio essencial da democracia. Gostaria muito que os pais e mães de meninas olhassem hoje nos olhos delas, e lhes dissessem: SIM, a mulher pode!

Minha alegria é ainda maior pelo fato de que a presença de uma mulher na presidência da República se dá pelo caminho sagrado do voto, da decisão democrática do eleitor, do exercício mais elevado da cidadania. Por isso, registro aqui outro compromisso com meu país:

Valorizar a democracia em toda sua dimensão, desde o direito de opinião e expressão até os direitos essenciais da alimentação, do emprego e da renda, da moradia digna e da paz social.

Zelarei pela mais ampla e irrestrita liberdade de imprensa.

Zelarei pela mais ampla liberdade religiosa e de culto.

Zelarei pela observação criteriosa e permanente dos direitos humanos tão claramente consagrados em nossa constituição.

Zelarei, enfim, pela nossa Constituição, dever maior da presidência da República.

Nesta longa jornada que me trouxe aqui pude falar e visitar todas as nossas regiões. O que mais me deu esperanças foi a capacidade imensa do nosso povo, de agarrar uma oportunidade, por mais singela que seja, e com ela construir um mundo melhor para sua família.

É simplesmente incrível a capacidade de criar e empreender do nosso povo. Por isso, reforço aqui meu compromisso fundamental: a erradicação da miséria e a criação de oportunidades para todos os brasileiros e brasileiras.

!Ressalto, entretanto, que esta ambiciosa meta não será realizada pela vontade do governo. Ela é um chamado à nação, aos empresários, às igrejas, às entidades civis, às universidades, à imprensa, aos governadores, aos prefeitos e a todas as pessoas de bem.

Não podemos descansar enquanto houver brasileiros com fome, enquanto houver famílias morando nas ruas, enquanto crianças pobres estiverem abandonadas a própria sorte.

A erradicação da miséria nos próximos anos é, assim, uma meta que assumo, mas para a qual peço humildemente o apoio de todos que possam ajudar o país no trabalho de superar esse abismo que ainda nos separa de ser uma nação desenvolvida.

O Brasil é uma terra generosa e sempre devolverá em dobro cada semente que for plantada com mão amorosa e olhar para o futuro.

Minha convicção de assumir a meta de erradicar a miséria vem, não de uma certeza teórica, mas da experiência viva do nosso governo, no qual uma imensa mobilidade social se realizou, tornando hoje possível um sonho que sempre pareceu impossível.

Reconheço que teremos um duro trabalho para qualificar o nosso desenvolvimento econômico. Essa nova era de prosperidade criada pela genialidade do presidente Lula e pela força do povo e de nossos empreendedores encontra seu momento de maior potencial numa época em que a economia das grandes nações se encontra abalada.

No curto prazo, não contaremos com a pujança das economias desenvolvidas para impulsionar nosso crescimento. Por isso, se tornam ainda mais importantes nossas próprias políticas, nosso próprio mercado, nossa própria poupança e nossas próprias decisões econômicas.

Longe de dizer, com isso, que pretendamos fechar o país ao mundo. Muito ao contrário, continuaremos propugnando pela ampla abertura das relações comerciais e pelo fim do protecionismo dos países ricos, que impede as nações pobres de realizar plenamente suas vocações.

Mas é preciso reconhecer que teremos grandes responsabilidades num mundo que enfrenta ainda os efeitos de uma crise financeira de grandes proporções e que se socorre de mecanismos nem sempre adequados, nem sempre equilibrados, para a retomada do crescimento.

É preciso, no plano multilateral, estabelecer regras mais claras e mais cuidadosas para a retomada dos mercados de financiamento, limitando a alavancagem e a especulação desmedida, que aumentam a volatilidade dos capitais e das moedas. Atuaremos firmemente nos fóruns internacionais com este objetivo.

Cuidaremos de nossa economia com toda responsabilidade. O povo brasileiro não aceita mais a inflação como solução irresponsável para eventuais desequilíbrios. O povo brasileiro não aceita que governos gastem acima do que seja sustentável.

Por isso, faremos todos os esforços pela melhoria da qualidade do gasto público pela simplificação e atenuação da tributação e pela qualificação dos serviços públicos.

Mas recusamos as visões de ajustes que recaem sobre os programas sociais, os serviços essenciais à população e os necessários investimentos.

Sim, buscaremos o desenvolvimento de longo prazo, a taxas elevadas, social e ambientalmente sustentáveis. Para isso zelaremos pela poupança pública.

Zelaremos pela meritocracia no funcionalismo e pela excelência do serviço público.

Zelarei pelo aperfeiçoamento de todos os mecanismos que liberem a capacidade empreendedora de nosso empresariado e de nosso povo.

Valorizarei o Micro Empreendedor Individual, para formalizar milhões de negócios individuais ou familiares, ampliarei os limites do Supersimples e construirei modernos mecanismos de aperfeiçoamento econômico, como fez nosso governo na construção civil, no setor elétrico, na lei de recuperação de empresas, entre outros.

As agências reguladoras terão todo respaldo para atuar com determinação e autonomia, voltadas para a promoção da inovação, da saudável concorrência e da efetividade dos setores regulados.

Apresentaremos sempre com clareza nossos planos de ação governamental. Levaremos ao debate público as grandes questões nacionais. Trataremos sempre com transparência nossas metas, nossos resultados, nossas dificuldades.

Mas acima de tudo quero reafirmar nosso compromisso com a estabilidade da economia e das regras econômicas, dos contratos firmados e das conquistas estabelecidas.

Trataremos os recursos provenientes de nossas riquezas sempre com pensamento de longo prazo. Por isso trabalharei no Congresso pela aprovação do Fundo Social do Pré-Sal. Por meio dele queremos realizar muitos de nossos objetivos sociais.

Recusaremos o gasto efêmero que deixa para as futuras gerações apenas as dívidas e a desesperança.

O Fundo Social é mecanismo de poupança de longo prazo, para apoiar as atuais e futuras gerações. Ele é o mais importante fruto do novo modelo que propusemos para a exploração do pré-sal, que reserva à Nação e ao povo a parcela mais importante dessas riquezas.

Definitivamente, não alienaremos nossas riquezas para deixar ao povo só migalhas.

Me comprometi nesta campanha com a qualificação da Educação e dos Serviços de Saúde.

Me comprometi também com a melhoria da segurança pública.

Com o combate às drogas que infelicitam nossas famílias.

Reafirmo aqui estes compromissos. Nomearei ministros e equipes de primeira qualidade para realizar esses objetivos.

Mas acompanharei pessoalmente estas áreas capitais para o desenvolvimento de nosso povo.

A visão moderna do desenvolvimento econômico é aquela que valoriza o trabalhador e sua família, o cidadão e sua comunidade, oferecendo acesso a educação e saúde de qualidade.

É aquela que ~~convive com o~~ meio ambiente sem agredi-lo e sem criar passivos maiores que as conquistas do próprio desenvolvimento.

Não pretendo me estender aqui, neste primeiro pronunciamento ao país, mas quero registrar que todos os compromissos que assumi, perseguirei de forma dedicada e carinhosa.

Disse na campanha que os mais necessitados, as crianças, os jovens, as pessoas com deficiência, o trabalhador ~~desempregado~~, o idoso teriam toda minha atenção. Reafirmo aqui este compromisso.

Fui eleita com uma coligação de dez partidos e com apoio de lideranças de vários outros partidos. Vou com eles construir um governo onde a capacidade profissional, a liderança e a disposição de servir ao país será o critério ~~fundamental~~.

Vou valorizar os quadros profissionais da administração pública, independente de filiação partidária.

Dirijo-me também aos partidos de oposição e aos setores da sociedade que não estiveram conosco nesta caminhada. Estendo minha mão a eles. De minha parte não haverá discriminação, ~~privilégios ou compadrio~~.

A partir de minha posse serei presidenta de todos os brasileiros e brasileiras, respeitando as diferenças de opinião, de crença e de orientação política.

Nosso país precisa ainda melhorar a conduta e a qualidade da política. Quero empenhar-me, junto com todos os partidos, numa reforma política que eleve os valores republicanos, avancando em nossa jovem democracia.

Ao mesmo tempo, afirmo com clareza que valorizarei a transparência na administração pública ~~Não haverá compromisso com o erro, o desvio e o malfeito.~~ Serei rígida na defesa do interesse público em todos os níveis de meu governo. Os órgãos de controle e de fiscalização trabalharão com meu respaldo, sem jamais perseguir adversários ou proteger amigos.

Deixei para o final os meus agradecimentos, pois quero destacá-los. Primeiro, ao povo que me dedicou seu apoio. Serei eternamente grata pela oportunidade única de servir ao meu país no seu mais alto posto. Prometo devolver em dobro todo o carinho recebido, em todos os lugares que passei.

Mas agradeço respeitosamente também aqueles que votaram no primeiro e no segundo turno em outros candidatos ou candidatas. Eles também fizeram valer a festa da democracia.

Agradeço as lideranças partidárias que me apoiaram e comandaram esta jornada, meus assessores, minhas equipes de trabalho e todos os que dedicaram meses inteiros a esse árduo trabalho.

Agradeço a imprensa brasileira e estrangeira que aqui atua e cada um de seus profissionais pela cobertura do processo eleitoral.

Não nego a vocês que, por vezes, algumas das coisas difundidas me deixaram triste. Mas quem, como eu, lutou pela democracia e pelo direito de livre opinião arriscando a vida; quem, como eu e tantos outros que não estão mais entre nós, dedicamos toda nossa juventude ao direito de expressão, nós somos naturalmente amantes da liberdade. Por isso, não carregarei nenhum ressentimento.

Disse e repito que prefiro o barulho da imprensa livre ao silêncio das ditaduras. As críticas do jornalismo livre ajudam ao país e são essenciais aos governos democráticos, apontando erros e trazendo o necessário contraditório.

Agradeço muito especialmente ao presidente Lula. Ter a honra de seu apoio, ter o privilégio de sua convivência, ter aprendido com sua imensa sabedoria, são coisas que se guarda para a vida toda. Conviver durante todos estes anos com ele me deu a exata dimensão do governante justo e do líder apaixonado por seu país e por sua gente. A alegria que sinto pela minha vitória se mistura com a emoção da sua despedida.

Sei que um líder como Lula nunca estará longe de seu povo e de cada um de nós. Baterei muito a sua porta e, tenho certeza, que a encontrarei sempre aberta.

Sei que a distância de um cargo nada significa para um homem de tamanha grandeza e generosidade. A tarefa de sucedê-lo é difícil e desafiadora. Mas saberei honrar seu legado.

Saberei consolidar e avançar sua obra. Aprendi com ele que quando se governa pensando no interesse público e nos mais necessitados uma imensa força brota do nosso povo.

Uma força que leva o país para frente e ajuda a vencer os maiores desafios.

Passada a eleição agora é hora de trabalho. Passado o debate de projetos agora é hora de união.

União pela educação, união pelo desenvolvimento, união pelo país. Junto comigo foram eleitos novos governadores, deputados, senadores. Ao parabenizá-los, convido a todos, independente de cor partidária, para uma ação determinada pelo futuro de nosso país.

Sempre com a convicção de que a Nação Brasileira será exatamente do tamanho daquilo que, juntos, fizermos por ela.

Muito obrigada,

ACUSADA DE SER SANGUESSUGA PEDE DEMISSÃO DO GOVERNO DE TRANSIÇÃO

Márcio Falcão de Brasília 11-11-2010 – 12h55

A servidora do governo de transição Christiane Araújo de Oliveira pediu exoneração nesta quinta-feira após a revelação de que ela foi denunciada em 2008 pelo Ministério Público Federal sob acusação de envolvimento com a máfia dos sanguessugas. A exoneração será publicada no “Diário Oficial da União” desta sexta-feira.

Christiane, que é advogada, está entre os 50 funcionários que o governo de transição pode contratar. Ela receberia um salário mensal de R\$2.600 para exercer a função de secretária, com a atribuição de “atender telefonemas e anotar recados.”

Até hoje, 25 nomes foram confirmados. A assessoria da equipe de transição informou que o nome de Christiane, assim como os dos outros já nomeados, passou por análise prévia da Abin (Agência Brasileira de Inteligência), que não teria detectado nada que a desabonasse.

A ABIN confirmou, por meio de sua assessoria, ter sido acionada para a checagem dos nomeados, mas disse que não poderia comentar qualquer caso concreto.

A assessoria informou que a opinião da agência “não é vinculante” para a escolha dos assessores.

O esquema de sanguessugas foi descoberto em 2006 e consistia no direcionamento de licitações para a compra de ambulâncias por prefeituras com dinheiro de emendas parlamentares em troca de pagamento de propina para congressistas.

INTOLERÂNCIA DIANTE DA IMPUNIDADE

Data de Publicação: 6 de novembro de 2010

Carlos Chagas
cchargas@brasiliaemdia.com.br

Tentações, também. Fatalmente, no próximo mandato, acontecerão atos de corrupção maiores ou menores. A cena inicial marcará o ritmo da peça. A reação da nova presidente diante da primeira denúncia será o espelho de toda a sua gestão. E, se quiser buscar um exemplo no passado recente, Dilma deveria chamar Itamar Franco para um cafezinho. Mesmo senador da oposição, o ex-presidente tem experiências a relatar.

De cascata de entrevistas nas telinhas, Dilma Rousseff avançou significativa definição a respeito de eventuais desvios e atos de corrupção porventura praticados pela sua equipe de governo: não haverá tolerância de espécie alguma. Ao primeiro sinal de ir-

regularidades evidentes, o cidadão será afastado do cargo, não apenas para se defender, mas para ser punido, se comprovada sua culpa. Ela espera que a justiça cumpra o seu papel.

O aspecto central do raciocínio da presidente eleita deve estar elevando Pedro Simon ao Reino dos Céus, com todas as letras, ela disse que “impunidade não!” Precisamente o que o senador gaúcho vem pregando há décadas.

Tomara que à teoria siga-se a prática inflexível porque malfeitos são inerentes à natureza humana. Tentações, também. Fatalmente, no próximo mandato, acontecerão atos de corrupção maiores e menores. A cena inicial marcará o ritmo da peça. A reação da nova presidente diante da primeira denúncia será o espelho de toda a sua gestão. E, se quiser buscar um exemplo no passado recente, Dilma deveria chamar Itamar Franco para um cafezinho. Mesmo senador de oposição, o ex-presidente tem experiências a relatar.

INTOLERÂNCIA DIANTE DA IMPUNIDADE

Por Carlos Chagas

Da cascata de entrevistas nas telinhas a Dilma resolveu conceder a entrevista na amanhã de hoje, Dilma Rousseff avançou significativa definição a respeito de eventuais desvios e atos de corrupção porventura praticados pela sua equipe de governo: não haverá tolerância de espécie alguma. Ao primeiro sinal de irregularidades evidentes o cidadão será afastado do cargo, não apenas para defender-se. Para ser punido, se comprovada sua culpa. Ela espera que a justiça cumpra o seu papel.

O aspecto central do raciocínio da presidente eleita deve estar elevando Pedro Simon ao reino dos céus: com todas as letras, ela disse que “impunidade, não!” Precisamente o que o senador gaúcho vem pregando há décadas.

Tomara que à teoria siga-se a prática inflexível. Porque mal-feitos são inerentes à natureza humana. Tentações, também. Fatalmente, no próximo mandato, acontecerão atos de corrupção maiores ou menores. A cena inicial marcará o ritmo da peça. A reação da nova presidente diante da primeira denúncia será o espelho de toda a sua gestão. E se quiser buscar um exemplo no passado recente, Dilma deveria chamar Itamar Franco para um cafezinho. Mesmo senador da oposição, o ex-presidente tem experiências a relatar.

TRANSIÇÃO DESNECESSÁRIA

Na República Velha os presidentes eram eleitos no primeiro dia de março e só tomavam posse a 15 de novembro. Um interregno desnecessário onde o

país convivía com dois chefes de governo, o que saía e o que entrava.

O tempo passou, os períodos dessa constrangedora convivência foram encurtados mas, mesmo assim, nossas instituições seriam aprimoradas se apenas uma semana separasse a eleição da posse.

No caso atual, acresce estar sendo encenada uma fantasia. Para que equipe de transição entre os governos Lula e Dilma, se com as correções necessárias, a equipe é a mesma? Antônio Palocci de um lado, Paulo Bernardo de outro, quando ambos têm todas as chances de integrar o novo ministério?

Cinquenta funcionários do Lula prontos para informar a turma da Dilma, que é a mesma, ou quase isso?

Mas tem mais: quem estará melhor preparado para saber das realizações, carências e objetivos do governo atual senão a própria Dilma, que por tantos anos comandou a coordenação administrativa? A impressão é de que essa tal equipe de transição funcionará apenas para preencher o vácuo de dois meses entre os dois governos.

Durante o discurso do Sr. Pedro Simon, o Sr. Mozarildo Cavalcanti deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Acir Gurgacz.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT – RO) – Ouvimos o pronunciamento do Senador Pedro Simon, do Rio Grande do Sul.

Agora, concedo a palavra ao Senador Francisco Dornelles, do PP do Rio de Janeiro, nosso Senador e ex-Ministro.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (PP – RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu pretendo ser muito breve, Sr. Presidente. Eu quero me referir à discussão que, hoje, toma conta da Câmara, de alguns setores do Governo, sobre a Contribuição Social da Saúde, que é prima, que é, na realidade, a própria CPMF disfarçada.

A CPMF, Sr. Presidente, foi criada em 1996, por meio de uma emenda constitucional, e teve sua vigência prorrogada por três anos por emendas constitucionais. Todas as prorrogações de sua vigência sempre foram feitas por emenda constitucional. Eu pergunto o seguinte: por que motivo a CPMF foi criada por emenda constitucional e teve sempre a sua vigência prorrogada por emenda constitucional? E a resposta é uma só: porque a Constituição não permite que ela seja criada nem prorrogada por lei complementar.

O capítulo da Constituição dedicado à Seguri-

dade Social, substituindo aqueles impostos cuja receita era compartilhada com Estados e Municípios.

Assim, a União diminuiu o IPI, metade era Estados e Municípios, e criou a Cofins, criou a CPMF, criou contribuições cuja receita ela não tinha que distribuir a Estados e Municípios. A CPMF foi uma delas; a CPMF tem o encanto da facilidade, mas é uma incidência retrógrada, atrasada, cumulativa, que incide sobre o consumo, o investimento, as exportações, desestimula a intermediação bancária e, indiretamente, atinge as pessoas de renda mais baixa.

O art. 195 da Constituição estabelece que a Seguridade Social pode ser financiada por contribuições sobre o lucro, sobre o faturamento e estabelece também, no seu § 6º, que ela pode criar outras contribuições para a Seguridade Social, desde que sejam não cumulativas. Então uma contribuição cumulativa como a CPMF só pode ser criada por emenda constitucional, e isso foi reconhecido seja no Governo Fernando Henrique, seja no Governo Lula: sempre, todas as contribuições cumulativas foram criadas por emenda constitucional.

Ora, Sr. Presidente, se nós admitirmos que uma contribuição cumulativa poderá ser criada por lei complementar, nós estamos estabelecendo um precedente muito perigoso: hoje, é a contribuição social da saúde; amanhã, é a contribuição social da segurança; depois de amanhã, é a contribuição social da educação; depois, é a contribuição social do meio ambiente. Nós vamos criar um precedente da maior periculosidade; nós vamos fazer aqui um sistema de arrecadação baseado em contribuições criadas por lei complementar, sem qualquer garantia para o contribuinte.

Eu tenho visto também alguns argumentos de que essa Contribuição Social da Saúde, criada com outro nome, não é a CPMF.

Sr. Presidente, se o Senador Mozarildo Cavalcanti chegar ao Senado usando um crachá escrito “Deputado Mozarildo Cavalcanti”, não será esse crachá que vai fazer com que ele seja um Deputado porque ele foi eleito Senador, foi diplomado pelo Tribunal Superior Eleitoral como Senador, é um Senador dos mais brilhantes desta Casa, fala como Senador, de modo que não será um crachá que vai transformar o Senador Mozarildo em Deputado.

Por isso, em termos tributários, o que caracteriza uma incidência, uma contribuição é o seu fato gerador e a sua base de cálculo; não é o nome que ela tem. Pode-se dar à contribuição social da saúde o nome que quiser. Se for cumulativa, só pode ser criada por lei complementar.

Verifico também, Sr. Presidente, essa idéia de que a saúde precisa de dinheiro. Todos os setores precisam de dinheiro, não é só a saúde. Mas é importante priori-

zar a saúde. Todavia, eu acredito que a saúde tem que melhorar a sua gerência. Tenho pelo Ministro Temporão o maior respeito, a maior admiração; ele é um homem culto, inteligente, preparado, mas a gerência do Ministério da Saúde é do pior gabarito; nunca houve uma gerência tão falha como a gerência do ilustre querido Ministro Temporão. De modo que, realmente, não é a receita que vai resolver o problema da saúde. Temos que reformar a gerência do Ministério da Saúde para depois pensar em recursos para o Ministério da Saúde.

Eu também tenho muitas dúvidas sobre a chamada receita vinculada. É muitas vezes um engodo, Sr. Presidente. O senhor admite que um setor tenha uma dotação orçamentária, tenha recursos orçamentários de cem.

Quando se estabelece uma receita com destinação a esse setor – vamos admitir uma receita que dê trinta –, o que acontece? O Governo, colocando 30, diminui a outra dotação para 70, e continua a mesma dotação de 100.

De modo que é um engodo muitas vezes essa receita vinculada para um determinado setor. Isso significa aumento de carga tributária.

Para terminar, Sr. Presidente, não aceito em nenhuma hipótese a criação de uma contribuição cumulativa por lei complementar. É um precedente perigoso. Se tivermos que discutir a instituição de uma CPMF, com que nome seja, tem que ser mediante emenda constitucional.

Eu não a apoiaria nem mesmo por emenda constitucional, porque acho que a criação de mais uma incidência neste momento seria realmente uma agressão a todos aqueles que querem um setor tributário com maior racionalidade.

Se houvesse a troca de um tributo por outro, poderíamos admiti-la, se se trocasse uma incidência por outra incidência, mas não simplesmente a criação pura e simples de uma incidência, de uma contribuição – fala-se em contribuição social sobre a saúde –, por lei complementar, o que é uma agressão e um desrespeito ao ordenamento jurídico do País.

Gostaria de conceder um aparte ao Senador Mozarildo Cavalcanti.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – Senador Dornelles, é uma honra muito grande estar no plenário neste momento e ouvir o pronunciamento de V. Ex^a, com a serenidade e o conhecimento que lhe são característicos e ter a oportunidade de apartear-lo. Primeiramente, concordo integralmente com a abordagem que V. Ex^a fez a respeito não só da parte técnica legislativa, no que tange à criação de uma nova contribuição, no caso aqui, como diz V. Ex^a, uma CPMF fantasiada de outra coisa. Eu tive a oportunidade de, junto com V. Ex^a e outros Senadores, portanto a maioria, deba-

termos e sermos contra a CPMF. Sou médico e para alguns colegas era algo paradoxal eu não querer que a CPMF continuasse, porque a alegação sempre foi a de que o recurso ia para a saúde. V. Ex^a disse muito bem que o problema da saúde não é falta de dinheiro; é, na verdade, má gestão, em outras palavras, corrupção, Senador Dornelles. No meu Estado eu tenho dois exemplos, um federal e um estadual. A Funasa, no meu Estado, é um exemplo de corrupção às vistas, escancaradamente, tanto que dois superintendentes já foram presos pela Polícia Federal por corrupção. A mesma coisa se dá na Secretaria de Estado. Há poucos meses eu denunciei o fato de jogarem fora medicamentos dentro do prazo de validade ou com prazo de validade perto de vencer para adquirir os mesmos medicamentos com preços superfaturados, sem licitação. Hoje, o Senador Papaléo deu um exemplo do que acontece lá no Amapá. Daqui a pouco vou fazer um pronunciamento mencionando outro caso ocorrido no meu Estado, onde material e medicamentos foram jogados fora para adquiri-los de novo. Essa má gestão é associada à corrupção. Na compra de materiais – equipamentos, materiais de uso permanente ou não, como o caso de medicamentos, gaze, etc –, há uma corrupção escancarada. Então, não é pondo mais dinheiro numa caixa furada que vamos resolver o problema. A saúde tem que ser, realmente, tratada de maneira forte para podermos oferecer aos cidadãos e às cidadãs pobres deste País uma saúde de respeito.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (PP – RJ)

– Muito obrigado, Senador. Fico muito honrado pelo aparte de V. Ex^a e quero reitero a minha plena concordância.

Nós temos, realmente, de aperfeiçoar a gerência do problema saúde. Acho que existe uma centralização muito grande em Brasília, o que impossibilita, muitas vezes, o exercício de fiscalização. Muitas vezes vemos o Governo Federal querendo operar determinados hospitais municipais e estaduais, ou nos Estados e nos Municípios, longe, inclusive, de qualquer tipo de controle.

Agora, criar uma contribuição social sobre a saúde, cumulativa, por lei complementar é uma agressão ao ordenamento jurídico do país e um precedente perigosíssimo para a criação de uma centena de outras contribuições que vão desorganizar completamente o sistema de receitas no país.

Muito obrigado pelo seu aparte.

Dou a palavra ao Senador Alvaro Dias.

O Sr. Alvaro Dias (PSDB – PR) – Senador Dornelles, é muito bom ouvi-lo com uma exposição que tem um conteúdo técnico que oferece segurança àqueles que eventualmente defendam politicamente a rejeição de qualquer imposto que venha para substituir

a CPMF. A exposição que V. Ex^a faz, com conteúdo técnico, é, de certa forma, irresponsável. E, na verdade, além do que disse o Senador Mozarildo, que falta competência e há a desonestidade na aplicação dos recursos, o que se vê é um descaso absurdo com a saúde pública no Brasil e uma incapacidade para se estabelecer corretamente as prioridades. Porque veja, Senador Dornelles: as despesas, nos anos de 2003 a 2010, do Governo cresceram num percentual de 47% do PIB e apenas 2% desse percentual se destinou à saúde pública. Portanto, não se considera saúde prioridade. Foram destinados 8% para a educação; também não se considera educação prioridade, ou seja, a máquina cresceu exorbitantemente. Depois de V. Ex^a, eu pretendo ir à tribuna exatamente para abordar essa questão. Um Governo que não estabelece as prioridades com correção certamente abre espaço para o desperdício em prejuízo da sociedade. Quero apenas cumprimentá-lo pela exposição que faz e pela forma com que aborda essa matéria, colocando como prioridade a questão técnica.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (PP – RJ) – Muito obrigado, Senador Alvaro Dias. É uma honra muito grande receber um aparte de V.Ex^a

Para terminar, Sr. Presidente, eu queria dizer o seguinte: a CPMF foi criada pela Emenda Constitucional nº 12. Foi prorrogada pela Emenda Constitucional nº 37. Teve nova prorrogação mediante a Emenda Constitucional nº 42. O Presidente Lula enviou a Proposta de Emenda Constitucional nº 87, que foi rejeitada.

De modo que, todos os governos sempre entenderam de foram correta que uma contribuição cumulativa só poderia ser criada ou prorrogada por emenda constitucional. De modo que, nós não podemos aceitar essa tese de que, criando uma contribuição com outro nome, mas com o fato gerador e a base de cálculos idênticos à da CPMF, o que faz com que essa contribuição seja cumulativa, que ela pode ser criada por lei complementar. Isso seria um precedente extremamente perigoso abrindo caminho para a desorganização completa do sistema de arrecadação do País.

Sr. Presidente, é uma honra muito grande falar numa sessão presidida por V.Ex^a

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT – RO) – Ouvimos nosso Ministro Senador Francisco Dornelles, PP do Rio de Janeiro.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT – RO) – A Presidência designa os Relatores Revisores das seguintes matérias:

– **Projeto de Lei de Conversão nº 11, de 2010** (proveniente da Medida Provisória nº 497, de 2010), Senador Marcelo Crivella; e

– **Projeto de Lei de Conversão nº 12, de 2010** (proveniente da Medida Provisória nº 496, de 2010), Senador Francisco Dornelles.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT – RO) – Alternando um inscrito e um Líder, concedo a palavra ao nobre Líder do PSDB, Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, estamos na fase de transição de um Governo para o outro, e a Nação fica na expectativa sempre de mudanças que possam significar avanços. Lamentavelmente, desde a eleição até esta data, não se ouviu nada que pudesse ensejar esperança de mudanças efetivas no Governo do País. Não ouvimos, por exemplo, nenhuma manifestação a respeito do inchaço da máquina pública, do gigantismo do Estado brasileiro, que cresceu de forma avassaladora nos últimos anos com a criação de Ministérios, de Secretarias, de Diretorias, de estatais, de departamentos e de cargos comissionados. Estabeleceu-se nesse período do Governo Lula, como jamais ocorreu no País, superposição de ações, paralelismos, que se avolumaram na passagem de um mandato para outro do Presidente Lula.

Isso fez com que as despesas correntes crescessem assustadoramente. Veja, nós tivemos um crescimento de despesas – já abordei isto hoje em aparte –, nesses anos, de 47% do PIB. Apenas 2% desse total foram para a saúde pública e apenas 8% foram para educação – setores essenciais. Não faço referência à segurança pública, porque aí é uma lástima! A aplicação dos recursos em segurança pública pelo Governo Federal é catastrófica. Portanto, essas despesas significam desperdício.

Se nós formos abordar o que se investiu em infraestrutura – faremos isto amanhã, quem sabe, ou depois –, aí ficaremos ainda mais assustados. É de se perguntar: as despesas aumentaram tanto, 47% do PIB, mas que despesas são essas?

Veja: ainda agora se verifica que os débitos pendentes nos itens “investimentos em obras” e “outras despesas correntes”, que são contratações temporárias, material de consumo, pagamento de diárias, subvenções etc, que somavam R\$12 bilhões em 2003, saltaram para R\$102,2 bilhões em 2009. Ainda não temos o valor de 2010. Portanto, de R\$12 bilhões para R\$102,2 bilhões os débitos presentes.

Olha, Sr. Presidente, agora a Presidenta Dilma deve estar vivendo um dilema que tem que superar: ou paga as pendência do exercício anterior, ou executa o orçamento do ano. Isso significa que perdeu-se o controle operacional da administração. Ou seja, traduzindo, não há um governo, mas um desgoverno.

Por que isso ocorre? Ocorre porque a máquina pública inchou, cresceu, como eu disse, de forma avassaladora. O patrimonialismo se institucionalizou. Os detentores do poder apropriaram-se da estrutura da administração federal e a lotearam. É o que se verifica agora: uma disputa acirrada pelos espaços do Governo. E já se fala não em reduzir ministérios, não em realizar uma reforma administrativa para cortar gastos supérfluos. Fala-se em criar ministérios para atender à base de apoio do Governo.

Hoje, temos 37 ministérios, ou 37 ministros, pois não sei se temos ministérios. Temos ministros que são, de um modo geral, desconhecidos da população brasileira. São ministros, para a maioria dos brasileiros, “fantasmas”, porque não aparecem. Não se vê um ministro apresentando resultado.

Certamente, o Senador Mozarildo Cavalcanti verificou lá nos rios de Roraima o resultado do Ministério da Pesca. Eu, no Paraná, não vi nada. Não se pescou nada, Senador Mozarildo Cavalcanti, no meu Estado. Existe um Ministério, existe um Ministro, mas nada se vê!

Isso é apenas um exemplo. Nada contra o Ministro da Pesca. Pode até ser uma extraordinária figura, eu não o conheço. Mas eu o citei como exemplo porque é o que se estabeleceu no Brasil: uma estrutura gigantesca gastando o dinheiro do imposto pago com sacrifício pelo povo sem resultados práticos. E nós vamos continuar assistindo a disputa do PMDB com o PT e outros partidos aliados por ministérios, por diretorias, por estatais, por cargos importantes do Governo. E o povo vai continuar pagando a conta.

Vamos colocar alguns números para dar sustentação à argumentação que estamos fazendo. Ocupam cargos de confiança no Governo Lula 21.358 servidores. Vejam: 21.358! Houve um aumento fantástico desses servidores, portanto, durante o atual Governo.

O inchaço na estrutura dos cargos de confiança, que será herdado por Dilma Rousseff, é um dos maiores desde que o planejamento começou a contabilizar os DAS, em 1997. Naquele ano, os cargos de confiança somavam 17 mil.

A estrutura do primeiro escalão do Governo foi ampliada e os titulares de várias secretarias ganharam **status** de ministro. Uma reunião do Ministério do Presidente Lula envolve 38 ministros. Vejam que eu já errei, pois antes falei de improviso em 37 ministros. São 38 ministros. Em maio de 2002, o primeiro escalão era composto por 24 ministros. Portanto, 38 ministros é quase um comício a reunião do Ministério do Presidente Lula. É quase um comício. Aliás, eu já vi comícios por aí com menos gente do que reunião do Ministério do Presidente Lula.

Ao longo dos quase oito anos da gestão Lula houve uma multiplicação sem precedentes de estruturas, cargos, verbas e poderes da Presidência da República. O orçamento da Presidência e dos órgãos sob seu comando direto somava, em valores já corrigidos pela inflação, R\$3,7 bilhões no final do Governo do Fernando Henrique. No final da administração petista, são R\$8,3 bilhões, R\$9,2 bilhões se contabilizado o Ministério da Pesca, que tem orçamento separado mas é vinculado à Presidência da República.

A expansão de 126% do cálculo mais comedido superou com folga a do restante da máquina federal. De lá para cá, as verbas de Ministérios, autarquias, fundações, Legislativo e Judiciário tiveram, juntas, aumento de 70%. Aumento de 70%! Imaginem se o nosso trabalhador tivesse o mesmo aumento! Imaginem se o salário mínimo, que se discute agora, tivesse esse aumento! Aliás, o Gabinete do Presidente Lula foi o que apresentou aumento maior. As despesas do Gabinete do Presidente foram multiplicadas por cinco. Cinco vezes! Portanto, o exemplo prosperou.

Mas, Sr. Presidente, isso tudo tem uma relação direta com o crescimento da dívida pública brasileira. Ela cresceu de forma assustadora nos últimos anos. Há, sem sombra de dúvida, uma estratégia de escamotear a realidade da dívida bruta interna do nosso País. Eu já disse inúmeras vezes, e repito, que se armou uma bomba-relógio de efeito retardado, que pode explodir logo mais à frente, com consequências imprevisíveis. Há a dívida pública reconhecida pelo Governo oficialmente e há uma outra, maior, não reconhecida pelo Governo, que nós denominamos de “dívida fantasma”, nos subterrâneos do Banco Central.

Sr. Presidente, a dívida pública do nosso País, segundo o Governo, é de R\$1,551 trilhão. A fonte é o Tesouro Nacional no mês de setembro. Portanto, este é um número reconhecido pelo Governo de dívida interna: R\$1,551 trilhão. Há outros números que levam essa dívida para R\$2,3 trilhões.

Nós vamos, à frente, dissertar por que existe essa diferença entre o que o Governo reconhece e aquilo que o Governo não reconhece.

Quando o Governo pagou uma dívida de R\$20 bilhões ao FMI, procurou-se passar a ideia de que o Brasil não tinha mais dívida externa. O próprio Governo reconhece. Há especialistas que dizem que a dívida externa brasileira é da ordem de US\$277 bilhões. O Governo, por meio do Tesouro Nacional, informa que a dívida externa é de US\$94 bilhões.

Portanto, são as diferenças. O Governo Lula aprendeu a manipular. A mistificação é uma prática constante, e a manipulação dos números é especialidade de mágicos que são utilizados no Governo para a

contabilidade pública, para a apresentação dos números oficiais das contas públicas do Governo brasileiro.

A dívida, se considerarmos os números oficiais apontados pelo Governo, correspondeu, em setembro, a 41% do Produto Interno Bruto.

A ganância do Governo para bancar essa farra fiscal está custando muito caro ao País. A emissão de títulos públicos pelo Tesouro Nacional para financiar as despesas resultou no pagamento de R\$139,7 bilhões em juros da dívida somente de janeiro a setembro, valor nunca registrado para um período tão curto, segundo levantamento realizado pelo próprio Banco Central.

Portanto, são R\$139 bilhões de juros da dívida somente nesse período de janeiro a setembro, a emissão de títulos públicos para o pagamento de juros e serviços da dívida.

Nós temos uma necessidade de investimentos da ordem de US\$30 bilhões por ano em infraestrutura e não investimos sequer R\$10 bilhões por ano. Veja que só em juros da dívida foram R\$139 bilhões de janeiro a setembro. Por dia, a população arcou com encargos de R\$517,6 milhões, ou seja, cada brasileiro bancou uma fatura de R\$700.

Recentemente, uma manobra contábil do Governo fez a mágica de transformar dívida em receita, produzindo o maior superávit primário do País em setembro, quando, na verdade, o Tesouro teve um déficit de R\$5,8 bilhões.

Portanto, os chamados mágicos das contas públicas fazem este tipo de mágica: transformam a dívida em receita, o déficit em superávit.

Como é feito isso? O Tesouro emitiu dívida no valor de R\$74,8 bilhões. Transferiu uma parte, R\$42 bilhões, à Petrobras para subscrever as ações da empresa. Entregou o resto, R\$31,9 bilhões, ao BNDES e ao Fundo Soberano. BNDES e Fundo Soberano repassaram esses títulos à Petrobras para pagar pelas ações que também compraram. A Petrobras pegou todos esses títulos que recebeu e com eles pagou a cessão onerosa dos barris de petróleo do pré-sal.

O Governo descontou o dinheiro que gastou na subscrição e considerou que o resto, R\$31,9 bilhões, era receita. Essa é a mágica do Governo!

Nós dissemos que há uma diferença entre números apresentados por especialistas em contas públicas da dívida bruta interna do nosso País e os números apresentados pelo Governo. O Governo não contabiliza como dívida bruta as transferências internas, transferências do Tesouro para a Petrobras, transferências do Tesouro para o BNDES, para a Caixa Econômica Federal. E isso é dívida. Não há como não considerar dívida. O Governo não considera. Além do lançamento de títulos públicos de curto e médio prazo, que fazem

parte também dessa estratégia esperta para esconder parcela da dívida pública brasileira, que vai crescendo de forma assustadora e que pode chegar, ao final deste ano, em números reais, identificados por especialistas, a cerca de R\$2,6 trilhões.

O triunfalismo presidencial incorporado pela propaganda oficial do Governo deverá sofrer grandes reajustes para transmitir a verdadeira situação do País. A magia articulada das falas presidenciais deve dar lugar à realidade estampada nos números.

No final do primeiro mandato, o Presidente Lula proferiu a máxima: “Não está longe de a gente atingir a perfeição no tratamento da saúde neste País”. Faltando menos de dois meses para a posse de sua sucessora, a população precisa conhecer a verdadeira situação do Brasil. O palanque e as andanças do Presidente para eleger sua candidata fazem parte do passado. A sociedade espera agora por um país real.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT – RO) – Ouvimos o Senador Alvaro Dias, do Paraná.

E, pela inscrição, concedo a palavra ao nobre Senador Paulo Paim, do PT do Rio Grande do Sul.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Acir Gurgacz, Senador Alvaro Dias, Senador Mozarildo Cavalcanti, eu quero fazer alguns registros sobre temas que têm tudo a ver com este momento da história.

Sr. Presidente, no dia 22 de novembro de 1910, há exatos 100 anos, cerca de 2,3 mil marinheiros deram início, a bordo dos navios Minas Gerais e São Paulo, na Baía da Guanabara, no Rio de Janeiro, a uma rebelião, na Marinha de Guerra do Brasil, que a história registrou como a Revolta da Chibata.

O levante foi motivado pelas humilhações e castigos corporais, uma prática na época na Marinha. Os marinheiros que cometiam faltas leves eram presos na solitária por cinco dias, a pão e água; já as faltas graves eram punidas com, no mínimo, vinte e cinco chicotadas. Até que veio a revolta. A revolta estourou quando o marinheiro Marcelino Rodrigues foi castigado não com 25, mas com 250 chibatadas.

Coube, então, a um gaúcho nascido lá em Encruzilhada do Sul, cidade de onde recebi o título de cidadão há uma semana. Sob o comando, então, do negro João Cândido Felisberto, iniciou-se a famosa Revolta da Chibata. O que eles queriam: instaurar justiça social e dignidade.

Naquele momento, com repercussão intensa em toda a sociedade brasileira, encaminharam uma carta reivindicando o fim dos castigos físicos, melhorias na alimentação, anistia para todos os marinheiros que par-

ticiparam da revolta. O Governo aceitou as exigências, mas, findado o levante, os marinheiros foram presos e muitos, assassinados.

O líder João Cândido, que já vinha sendo chamado no mundo pelo título de Almirante Negro, foi expulso da Marinha, internado como louco no Hospital de Alienados, sendo solto dois anos depois. Morreu na miséria, em 1969, no Rio de Janeiro, aos 89 anos.

João Cândido e seus companheiros lutaram pela dignidade de suas vidas e foram vítimas de uma feroz perseguição. Aos poucos, a nossa História está fazendo justiça. O Congresso aprovou projeto da Senadora Marina Silva, de que tive a alegria de assumir a articulação, e o Presidente Lula sancionou a anistia **post mortem** a João Cândido.

Esta Casa aprovou o projeto de minha autoria que insere o nome de João Cândido Felisberto no livro dos Heróis da Pátria, ao lado de Tiradentes, Zumbi dos Palmares, Sepé Tiaraju, D. Pedro I e outros. O projeto se encontra na Câmara dos Deputados.

Termo este pequeno registro, mas importante, neste dia histórico, 22 de novembro, com as palavras do historiador e professor da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Marco Morel, que consta na publicação comemorativa de **A Revolta da Chibata**, de autoria do cearense José Edmar de Oliveira Morel:

Relembrar hoje João Cândido e a rebelião de marinheiros da qual ele se tornou símbolo significa compreender que seus gestos e palavras trazem à tona problemas ainda inquietantes para a sociedade brasileira [nos dias de hoje], como o racismo, a intolerância, a desigualdade social [e racial] e a violência.

Sr. Presidente, lembrando os 100 anos da Revolta da Chibata exatamente no dia de hoje, 22 de novembro, falo também de intolerância. Eu que diversas vezes comento aqui da tribuna programas da imprensa, quero hoje dar um destaque especial ao programa Fantástico, da TV Globo, que apresentou ontem uma reportagem sobre o que existe por trás de tantos casos de intolerância no País.

O programa, muito bem feito, mostrou pessoas agredidas nas ruas, assassinatos, agressões verbais, ameaças de morte, vídeos e fotos de grupos neonazistas. Tudo isso contra negros, homossexuais, travestis, pobres, nordestinos, judeus, palestinos, crianças, mulheres e idosos, entre outros, incluindo a intolerância religiosa.

Confesso, Sr. Presidente, que fiquei perplexo ao ver que a minha imagem está num vídeo junto com a do Papa, a do Primeiro Ministro de Israel, a figura do já

assassinado Martin Luther King, a do já falecido Yasser Arafat, Jimmy Carter, Bush Filho, entre outros.

Quero dizer, Sr. Presidente, que, embora a minha imagem – escolhida, parece, a dedo aqui no Brasil – esteja junto à dessas lideranças, consideradas inimigas dos neonazistas intolerantes, sendo distribuídas pelos cinco continentes, eu reafirmo o que disse aqui na quinta-feira: esses grupos extremistas não nos intimidam; eu entendo que só aumenta a nossa responsabilidade de continuar sempre na linha de frente do combate a todo tipo de preconceito.

Ressalto aqui, Sr. Presidente, a importância desse debate. Que consigamos, um dia, neste País, poder dizer que aqui o preconceito não existe. Isso ainda é um sonho, mas nós vamos persegui-lo.

Sr. Presidente, aproveito ainda para fazer mais dois registros.

Quero registrar, Senador Mozarildo, que veio à tona, novamente, o debate sobre a desoneração da folha salarial. Quero dizer que sou totalmente favorável, não vejo problema algum. Tanto que apresentei o Projeto nº 205, ainda em 2004, desonerando a folha de pagamento da contribuição previdenciária e transferindo-a, progressivamente, para o faturamento.

Escrevi aqui, mas a síntese desse pronunciamento é exatamente o que eu estou dizendo.

Por isso, vejo com alegria que o Governo está se debruçando sobre esse tema e que a futura Presidenta já eleita disse que uma das metas é desonerar a folha.

Estou aqui com dados, com números. É só aprovar o PLS nº 205, de 2004, que diminui, ao longo do tempo, Senador Mozarildo, em até 20% os encargos da Previdência sobre a folha. Mas repito: não só reduz; eu transfiro a arrecadação da Previdência para o faturamento. Com isso, com certeza, a Previdência vai arrecadar ainda mais, e quem mais emprega vai pagar menos sobre a folha.

Sempre dou o seguinte exemplo: não é justo que uma empresa de calçados com 5 mil empregados na folha pague, sobre o total da folha, 20%, e um grande banco que tem 100 empregados, e lucra mais do que essa empresa, pague sobre 50 empregados. A outra, no caso, o outro empreendedor ou a outra empresa paga sobre o total da folha de cinco mil empregados. Naturalmente, essa empresa que tem cinco mil empregados cumpre a importância da responsabilidade social como fonte geradora de emprego.

Por isso, com alegria, vejo que este debate, enfim, chega ao Executivo e deve chegar aqui, ao Congresso Nacional: desonerar a folha de pagamento. Repito: em vez de termos um índice altíssimo sobre a folha, vamos passar para o faturamento.

Então, aqueles que lucram muito e não empregam quase ninguém, esses vão ter que transferir parte do seu lucro para a Previdência. E aqueles que geram bastante emprego, esses, naturalmente, terão uma contribuição bem menor. Acho que é uma questão de justiça e responsabilidade social.

Sr. Presidente, peço que V. Ex^a considere na íntegra este pronunciamento.

Por fim, faço outro registro. Eu já abordei, aqui no plenário, inúmeros temas sobre a cadeia produtiva. Já falei do vinho, da uva e seus derivados, bem como das suas implicações na economia brasileira e na vida do nosso povo e de milhares de trabalhadores e trabalhadoras.

Outro setor que também é fundamental para o desenvolvimento e a geração de empregos no País, em especial no Estado do Rio Grande, é o setor coureiro-calçadista. Portanto, este tema tem que ser aprofundado.

A Associação Brasileira das Indústrias de Calçados (Abicalçados) entregou-me um documento com uma análise setorial e com algumas reivindicações que julgo serem justas e que passo a citar.

Primeiro, com relação às fraudes, ao **antidumping**. O primeiro ponto levantado pela Abicalçados é com relação à triangulação das importações. Ou seja, após a implementação do direito **antidumping** nas importações de calçados da China, observou-se um forte crescimento da importação de calçados do Vietnã, da Malásia e da Indonésia, como forma de excluir o pagamento do **antidumping**, que é, no mínimo, 3,5 dólares por par de calçado.

Segundo ponto: importação de cabedais e solados. A importação dessas partes e outras é uma forma que vem sendo utilizada para excluir a aplicação do direito **antidumping**.

Nesse caso, o importador recebe o cabedal e o solado separados e apenas completa o produto com uma operação de colagem, e não paga o que deveria pagar da taxa **antidumping**.

A ação necessária para coibir estas duas questões, o combate à triangulação das importações e à importação de cabedal e solado, é a regulamentação da Lei nº 9.019 por parte da Câmara de Comércio Exterior.

Na avaliação da Associação Brasileira das Indústrias de Calçados, com a regulamentação dessa lei, a solução para esses dois problemas estaria garantida. Portanto, ela tem de ser encaminhada.

Reafirmo ainda, senhores e senhoras, que temos também a revisão do sistema PIS/Cofins. A alteração procedida na legislação do PIS/Cofins tinha como propósito a diminuição da carga tributária.

No setor calçadista, devido a sua característica especial, do uso intensivo de mão de obra e da cadeia produtiva curta, ocorreu o inverso, com aumento de mais de 4 pontos percentuais na carga deste tributo.

Neste caso, os empresários da área reivindicam uma forte ação junto ao Ministério da Fazenda para alterar o dispositivo citado, já que o tema foi amplamente debatido na esfera técnica.

A cadeia produtiva também defende a manutenção do Imposto de Exportação sobre couros salgados, chamados Wet Blue, como forma de incentivar a exportação de couros acabados e semiacabados, o que nos garante o valor agregado.

Sr. Presidente, há outras questões pontuais, como terceirização, desoneração das exportações, liquidação dos créditos tributários, jornada de trabalho, financiamento e desoneração de investimentos, entre outros.

O documento reivindicatório da Associação Brasileira das Indústrias de Calçados, quero que fique registrado aqui, é mais um passo para que a gente avance na linha de fortalecer aqueles que mais empregam.

Sr. Presidente, quero ainda destacar algumas situações estruturais de fundamental importância para o setor. Por exemplo, a reforma tributária. Temos de avançar na reforma tributária: optar por uma maior tributação na ponta de consumo, reduzindo os custos com planejamento tributário e com fiscalização de tributos, também reduzindo, como eu dizia já em outro registro, os encargos sobre a folha de salários, como forma de incentivar o emprego. Como vemos aqui, os próprios empresários concordam: reduzir os encargos sobre a folha e transferir para o faturamento.

Acordos internacionais. Nos últimos dez anos, o Brasil celebrou apenas um acordo de livre comércio, um acordo com Israel. Esse instrumento de incremento do comércio internacional é de larga aplicação em muitos países e representa forte estímulo à abertura de novos mercados para o empresariado nacional.

Enfim, finalizo, lembrando que os calçados produzidos por nossas indústrias perdem competitividade nos mercados internacionais devido à combinação de diversos fatores, fatores cambiais e outros que aqui citei.

Um dado interessante e assustador: nos últimos 18 meses, três temporadas, a perda de faturamento de calçados no mercado externo foi de US\$700 milhões!.

Sr. Presidente, em face dessas considerações, solicito que considere, na íntegra, todos os meus quatro pronunciamentos.

V. Ex^a vai ver que todos eles vão na linha do combate às discriminações em todo sentido, inclusive não só em relação ao trabalhador, não só em relação àqueles que mais precisam, que são os mais pobres, mas também do empresariado nacional em relação ao *dumping* cometido por muitos setores que chegam aqui com seu produto a um preço aviltante, com mão de obra considerada lá fora praticamente escrava. Nós temos de caminhar na linha de fortalecer o empresariado nacional, que consequentemente está gerando emprego aqui dentro, gerando divisas para o nosso País, distribuindo renda e melhorando o salário dos nossos trabalhadores.

Obrigado, mais uma vez, a V. Ex^a, Senador Mozarildo Cavalcanti, pois eu procurei ficar no tempo previsto, em torno de 20 minutos.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

**SEGUEM, NA ÍNTEGRA, DISCURSOS
DO SR. SENADOR PAULO PAIM:**

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, no dia 22 de novembro de 1910 – há exatos cem anos – cerca de 2300 (dois mil e trezentos) marinheiros deram início, a bordo dos encouraçados Minas Gerais e São Paulo, na Baía da Guanabara, no Rio de Janeiro, a uma rebelião na Marinha de Guerra do Brasil que a História registrou como Revolta da Chibata.

O levante foi motivado pelas humilhações e castigos corporais, uma prática da época na corporação. Os marinheiros que cometiam faltas leves eram presos na solitária por cinco dias, recebendo apenas pão e água. Já as faltas graves eram punidas com, no mínimo, 25 chicotadas.

A revolta estourou quando o marinheiro Marcelino Rodrigues foi castigado com 250 chibatadas. Coube então a um gaúcho nascido em Encruzilhada do Sul o comando do movimento: o negro João Cândido Felisberto.

Num plano superior eles queriam “instaurar justiça social e dignidade na sociedade brasileira de então”.

Uma carta reivindicando o fim dos castigos físicos, melhorias na alimentação e anistia para todos os marinheiros que participaram da revolta foi redigida. O governo aceitou as exigências, mas, findado o levante, os marinheiros foram presos e muitos assassinados.

O líder João Cândido, que já vinha sendo chamado pela imprensa de Almirante Negro, foi expulso da Marinha e internado como louco no Hospital de Alienados, sendo solto dois anos depois. Morreu na miséria, em 1969, no Rio de Janeiro, aos 89 anos.

João Cândido e seus companheiros lutaram pela dignidade de suas vidas e foram vítimas de uma feroz perseguição. Aos poucos a nossa História está fazendo justiça. O Congresso aprovou projeto da senadora Marina Silva e o presidente Lula sancionou a anistia post mortem.

Esta Casa já aprovou projeto de lei de nossa autoria que insere o nome de João Cândido Felisberto no livro dos Heróis da Pátria ao lado de Tiradentes, Zumbi dos Palmares, Sepé Tiarajú, Dom Pedro I e outros. Atualmente o projeto está na Câmara dos Deputados.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, termino este pequeno registro com as palavras do historiador e professor da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Marco Morel, que consta na publicação comemorativa de “**A Revolta da Chibata**” de autoria do cearense José Edmar de Oliveira Morel:

Relembrar hoje João Cândido e a rebelião de marinheiros da qual ele se tornou símbolo significa compreender que seus gestos e palavras trazem à tona problemas ainda inquietantes para a sociedade brasileira, como o racismo, a intolerância, a desigualdade social e a violência.

Era o que eu tinha a dizer.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu já abordei aqui no plenário algumas questões sobre a cadeia produtiva do setor vitivinícola e suas implicações na economia brasileira e na vida de milhares de trabalhadores e trabalhadoras.

Outro setor que também é fundamental para o desenvolvimento e geração de empregos no país em especial no Estado do Rio Grande do Sul é o coureiro–calçadista. Portanto este é o tema do meu pronunciamento de hoje.

A Associação Brasileira das Indústrias de Calçados (ABICALÇADOS) me entregou um documento com uma análise setorial e com algumas reivindicações que julgo serem justas e que passo a citar.

Com relação às fraudes, ao anti-dumping. O primeiro ponto levantado pela ABICALÇADOS é com relação à triangulação das importações. Ou seja, após a implementação do direito anti-dumping nas importações de calçados da China observou-se forte crescimento das importações de calçados do Vietnã, Malásia e da Indonésia, como forma de excluir o pagamento do direito anti-dumping. Segundo ponto: Importação de cabedais e solados.

A importação dessas partes é outra forma que vem sendo utilizada para excluir a aplicação do direito **anti-dumping**. Neste caso, o importador recebe o cabedal e o solado separados e apenas completa o produto com uma operação de colagem.

A ação necessária para coibir estas duas questões, a triangulação das importações e a importação de cabedal e solado, é a regulamentação da Lei 9.019 por parte da Câmara de Comércio Exterior.

Na avaliação da Associação Brasileira das Indústrias de Calçados, com a regulamentação desta lei, a solução para esses dois problemas aqui citados, estará encaminhada.

Sr^{as} e Srs. Senadores, temos também a revisão do sistema do PIS/COFINS. A alteração procedida na legislação do PIS/COFINS tinha como propósito a diminuição da carga tributária no setor calçadista, devido a sua característica de uso intensivo de mão-de-obra e de cadeia produtiva curta, ocorreu o inverso, com aumento de mais de 4 pontos percentuais na carga deste tributo.

Neste caso, a ABICALÇADOS reivindica uma forte ação junto ao Ministério da Fazenda para alterar o dispositivo citado, já que o tema foi amplamente debatido na esfera técnica.

A cadeia produtiva também defende a manutenção do imposto sobre exportação de couros salgados e wet-blue, como forma de incentivar a exportação de couros acabados e semi-acabados, com maior valor agregado.

Sr. Presidente, há outras questões pontuais como a terceirização, desoneração das exportações, liquidação dos créditos tributários, jornada de trabalho, financiamento e desoneração de investimentos, entre outros.

O documento reivindicatório da Associação Brasileira das Indústrias de Calçados eu quero que fique registrado aqui e passo uma cópia à mesa juntamente com este pronunciamento.

Mas, Sr. Presidente, há algumas situações estruturais de fundamental importância para o setor. Vamos a elas:

Reforma tributária. Optar por uma maior tributação na ponta de consumo, reduzindo os custos com planejamento tributário e com fiscalização de tributos. Também reduzindo os encargos sobre a folha de salários, como forma de incentivar o emprego.

Acordos internacionais. Nos últimos dez anos o Brasil celebrou apenas um acordo de livre comércio, com Israel. Este instrumento de incremento do comércio internacional é de larga aplicação em muitos países e representa forte estímulo à abertura de novos mercados.

Para finalizar, lembro que os calçados produzidos pela nossa indústria perdem competitividade nos mercados internacionais devido a combinação de vários fatores cambiais.

Um dado interessante e assustador: nos últimos dezoito meses (três temporadas) a perda de faturamento de calçados no mercado externo foi de 700 milhões de dólares.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu gostaria de falar um pouco sobre um assunto que vem sendo debatido, a desoneração da folha de pagamento das empresas.

Existem uma série de iniciativas que vem sendo estudadas pelo governo federal para retomar as ações pontuais que vem fazendo com que a produtividade da nossa economia melhore e essa medida seria parte delas.

O Ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, informou que o objetivo do governo ao abrir essa discussão é reduzir o custo das empresas e ganhar uma arma na “guerra cambial”

O ponto de partida da discussão vai ser a proposta do Governo Lula de reduzir a contribuição previdenciária de 20% para 14% do valor da remuneração, além de acabar com os 2,5% do salário educação.

A Confederação Única dos Trabalhadores já afirmou que irá se mobilizar contra qualquer proposta que ameace a seguridade social do trabalhador.

O Presidente da Força Sindical, Paulinho da Força, afirma que eles “são favoráveis a desonerar o que é imposto, não o que é direito”.

A grande preocupação é de que a queda da contribuição não seja compensada com outros recursos para a Previdência.

Sr. Presidente, apresentei, em 2004, o Projeto de Lei do Senado nº 205, que regulamenta o § 13 do art. 195 da Constituição Federal, introduzindo mecanismo que altera parcialmente a sistemática de financiamento da Seguridade Social.

A mudança no financiamento da Seguridade Social proposta pelo PLS no 205/04 prevê a substituição gradual da contribuição das empresas, hoje incidente sobre a folha salarial, por dispositivo que fixa como base contributiva sua receita bruta.

No que diz respeito aos aspectos econômicos, é importante ressaltar que a iniciativa de substituição da folha salarial pela receita bruta como base contributiva para vias de financiamento da seguridade social é muito importante e será, sem dúvida, uma medida eficiente.

Digo isso porque ela vem servir de contraponto à crescente informalização que tem caracterizado a economia brasileira, sobretudo nos últimos anos.

É simples, uma empresa X com 5000 funcionários tem um lucro de R\$ 2 bilhões e ela tem uma folha

bastante onerosa por conta do nº de empregados. Outra empresa tem 200 funcionários e aufer o mesmo lucro, no entanto seu imposto é menor porque ela é mais informatizada.

Então, se modificarmos isso, quanto mais informatizada for uma empresa e se o seu lucro for muito alto, maior será o imposto que ela irá pagar.

É na verdade uma questão de justiça social.

Como está assinalado na própria justificação do PLS no 205/04, as contribuições sobre a folha salarial, além de afetarem a competitividade, criam uma dificuldade entre o custo do trabalhador para a empresa e o salário.

O estímulo à informalidade e, por consequência, a toda uma série de desdobramentos negativos à organização econômica fica evidente na atual sistemática, onde a contribuição incide diretamente sobre o salário.

O custo da contratação e da própria manutenção do emprego tem uma sobrecarga decorrente desta oneração.

Sr^{as} e Srs. Senadores, com o objetivo de dar início e efetividade a esta discussão, apresentei esse projeto de lei para análise do Congresso Nacional, onde inicialmente a alíquota de 20% (vinte por cento) é reduzida para 15% (quinze por cento), no caso da contribuição incidente sobre a folha de salários e substituída esta diferença por uma alíquota de 2,5% incidente sobre a receita bruta auferida pela empresa.

Não são números definitivos, pois o debate em torno do tema, e o seu aprofundamento com informações prestadas pelo Poder Executivo, poderão indicar a necessidade de ajustes nestes parâmetros iniciais oferecidos. Foi mantida a alíquota de apenas 1% para o caso da empresas exportadoras.

Essa proposta, caso implantada, permitiria, num período não muito longo, de acordo com a experiência observada, caminhar paulatinamente no rumo do aumento da contribuição sobre o faturamento, diminuindo proporcionalmente o encargo sobre a folha de salários.

É importante observar que a alternativa de se tomar a receita bruta como base contributiva, ao reduzir a cunha fiscal sobre o salário, fortalece o vínculo empregatício formal e, por conseguinte, o próprio sistema de seguridade social.

Em outras palavras, o faturamento ou a receita bruta como base contributiva do sistema de seguridade social faz com que este esteja muito mais preservado, na medida em que os custos associados diretamente à contratação e/ou à manutenção do empregado mantém-se em um patamar mais reduzido.

Tendo em vista que a EC 42/03 prevê a hipótese da substituição da contribuição patronal por contribuição social incidente sobre receita ou faturamento, há claramente uma perspectiva de que a contribuição a ser criada não coincide exatamente com a COFINS, arrecadada e fiscalizada pela Secretaria da Receita Federal -SRF, com destinação não exclusiva para a Previdência Social, podendo, e devendo, ser arrecadada e fiscalizada pelo INSS, como medida de preservação das fontes de recursos da Previdência Social, e impedir que desvios e retenções de receitas comprometam o maior programa de redistribuição de renda do país e que virtuais “déficits” assim fabricados sejam pretexto para mudanças profundas no sistema previdenciário, com redução de garantias e avanço do setor privado.

Essa proposta, Sr. Presidente, tem o apoio da CUT e da Força Sindical que já se manifestaram favoravelmente dizendo que em vez de tributar a folha de pagamento, esse imposto seja cobrado sobre o faturamento das empresas.

O PLS 205/2004 está na Comissão de Assuntos Econômicos, com relatoria do Senador Eduardo Azevedo, pela aprovação.

Creio, Sr. Presidente, que com essa proposta, temos uma forma segura de desonerar a folha, sem correr riscos de que a queda da contribuição não seja compensada com outros recursos para a Previdência.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o programa Fantástico da TV Globo apresentou ontem uma reportagem sobre o que existe por trás de tantos casos de intolerância no país.

Pessoas sendo agredidas nas ruas, assassinatos, agressões verbais, ameaças de morte, vídeos e fotos de grupo neonazistas.

Tudo isso contra negros, homossexuais, travestis, pobres, nordestinos, judeus, palestinos, entre outros.

Fiquei perplexo ao ver que a minha imagem está num vídeo junto com o Papa, o primeiro Ministro de Israel, Martin Luther King, Yasser Arafat, Jimmy Carter, entre outros. Quero dizer que a nossa imagem estava junto a essas lideranças e está sendo distribuída pelos cinco continentes como inimigos dos neonazistas intolerantes.

Só quero deixar registrado que isso não nos intimida. Só aumenta a nossa responsabilidade de estar sempre na linha de frente no combate a todo tipo de preconceito.

Ressalto a importância dos veículos de comunicação na abordagem e na luta contra esta triste situação que presenciamos praticamente todos os dias.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT – RO)

– Muito bem! Meus cumprimentos, Senador Paim.

Este é um tema que eu tenho também abordado seguidamente no Senado: a desoneração do custo do servidor, do funcionário para as empresas. Nós temos de tornar as nossas empresas cada vez mais fortes. Quanto mais fortes são as empresas, mais empregos elas vão gerar e mais forte será o nosso País.

Entendo também que, neste momento, é indispensável um estudo urgente sobre a reforma tributária brasileira.

Meus cumprimentos pelo seu pronunciamento, Senador.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT – RO)

– Com a palavra o Senador Mozarildo Cavalcanti, do PTB do Estado de Roraima.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR.

Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.)

– Sr. Presidente Acir, Sr^{as} e Srs. Senadores, Sr^{as} e Srs. telespectadores da TV Senado, ouvintes da Rádio Senado, hoje, tive oportunidade de ouvir alguns pronunciamentos que, vamos dizer assim, pavimentam ou complementam antecipadamente o pronunciamento que quero fazer hoje.

Primeiro, o Senador Papaléo abordou aqui, analisando a situação da saúde do seu Estado, e também da Amazônia e do Brasil de modo geral, o descaso, a corrupção no setor.

O Senador Francisco Dornelles abordou o tema da possível recriação da CPMF, com outro nome mas com o mesmo sentido, e nós ficamos nos indagando: será mesmo que a saúde no Brasil é ruim por falta de dinheiro? Eu posso afirmar, como médico, como pessoa que já foi Secretário de Saúde e diretor de hospital: não! Não é por falta de dinheiro! É por corrupção e por má gestão ou maus dirigentes que existem no setor.

E já tive oportunidade, Senador Acir, em setembro, de fazer uma denúncia aqui, que fiz de forma indignada, Senador Paim, porque eu recebi toda uma documentação com fotografias, filmes, documentos que davam conta de que, lá no meu Estado, havia sido montado um esquema – e, se lá acontece, pode estar certo de que é só uma amostra grátis do que acontece no Brasil todo –, de compra de remédios sem licitação, com prazo próximo de vencer. Depois, esses medicamentos são descartados antes mesmo de o prazo de validade se esgotar. São fabricados prontuários falsos de pacientes e, aí, depois de descartados os medicamentos, mediante uma aparente justificativa, são adquiridos novos medicamentos, de novo com prazo próximo de vencer.

Aí se pergunta: mas por que comprar tantos remédios com prazo próximo de vencer? Simples, Senador Acir. Suponhamos que um fornecedor lá do seu Estado tenha um número “x” de medicamentos que estejam próximo de vencer. Aí ele resolve vender barato para o fornecedor do meu Estado, que compra barato do fornecedor do seu Estado e vende superfaturado para o governo do meu Estado.

Com isso, esses empresários, mais os dirigentes da Saúde e do Governo, embolsam uma quantia enorme. Enquanto isso, falta remédio para o paciente no posto de saúde, no hospital. É este caos que vemos toda hora na televisão e nos jornais: o caos da saúde no Brasil.

Então, eu denunciei aqui, em setembro, com uma farta documentação, Senador Paim, que mandei inclusive para a Procuradoria-Geral da República, a qual determinou a apuração. A Polícia Federal entrou no circuito e constatou realmente a coisa. E a denúncia partiu de quem? De um funcionário, lá da Secretaria de Saúde, que ficou indignado de ver isso acontecer; um funcionário corajoso, Senador Paim, que teve a coragem de colocar o seu emprego, e a sua vida até, porque, dias depois que ele denunciou isso, a casa da mãe dele foi invadida por pessoas encapuzadas, que deram o seguinte recado a ela: “Mande seu filho desaparecer daqui, senão nós vamos desaparecer com ele”. Eu fiz essa denúncia e recebi, no meu escritório, em Roraima, em Boa Vista, três telefonemas com o mesmo teor, dados – depois, nós levantamos – de telefones públicos, os orelhões, de diversos bairros, dizendo: “Manda o seu Senador ficar quieto, porque ele está mexendo num vespeiro e, qualquer dia desses, ele pode amanhecer com a boca cheia de formigas”. Em outras palavras, iriam me matar. Em plena campanha política, eu pedi ao Senado – e me foram dados – agentes de segurança, que me acompanharam durante todo o período eleitoral. Isso talvez tenha inibido esses que ameaçaram executar qualquer tipo de ação contra mim, embora tenha havido alguns ensaios que eu nem levei em conta.

Mas, agora, sou surpreendido de novo com outro fato igual no meu Estado. Só que agora não fizeram em Boa Vista, na capital, Senador Paim, mas num Município lá no extremo sul do Estado, próximo do Estado do Amazonas, chamado Rorainópolis. O **Jornal Folha de Boa Vista** publicou: duas toneladas de remédios são encontradas em aterro sanitário. E o que é mais grave – estão as fotografias aqui – é que há alguns medicamentos com vencimento em 2013. Nós estamos em 2010 e os medicamentos foram jogados fora. Está aqui a fotografia. Como foi descoberto isso? Um morador próximo ao aterro sanitário do Município percebeu e denunciou para um Vereador, que fez a denúncia na Câmara.

A Câmara resolveu encaminhar ao Ministério Público Estadual, que determinou à polícia que fosse averiguar, e constataram. Estão aqui as fotografias. Eu fico indignado como cidadão, mas, como médico, mais ainda, de ver como se comete esse tipo de roubo, de corrupção, com um medicamento que se destina ao pobre, que é quem se serve do serviço público, para ser atendido nas suas necessidades.

Agora, duas toneladas de remédios! Quanto será que significa isso em dinheiro? Na primeira denúncia, Senador Paim, a estimativa era mais de R\$6 milhões. Agora, um Estado como o meu, carente de tudo, mas que poderia ser um modelo pela outra razão, porque como tem pouca população, se esse dinheiro e esse remédio fossem aplicados direito, nós teríamos um modelo de saúde pública no Brasil. No entanto, infelizmente, existem pessoas que estão enriquecendo às custas da saúde das pessoas.

Esse material de hoje está fartamente documentado com fotografias. A Polícia Civil já constatou, foi ela quem fez a perícia. Aliás, no primeiro caso, também foi a Polícia Civil do meu Estado que investigou a denúncia, mas só que, num determinado momento, recebeu ordem superior para engavetar o processo.

E o pior é que, depois dessa denúncia feita, tanto a Secretaria Municipal de Rorainópolis nega que o remédio seja dela como a Secretaria Estadual de Saúde – portanto, do Estado – diz que também não tem conhecimento.

Ora, isso devia representar, no meu entender, Senador Paim, o imediato afastamento desses secretários e uma investigação profunda por parte dos órgãos públicos, tanto o Ministério Público, como Polícias Civil e Federal e também os Tribunais de Contas, porque não é possível se continuar brincando desse jeito. Olhe que ainda bem que há cidadãos que têm a coragem de denunciar.

Aliás, tenho aqui uma frase do Marquês de Maricá, Senador Paim, que diz o seguinte: “A impunidade é segura quando a cumplicidade é geral”. Isto é, quando ninguém denuncia, quando todo mundo começa a achar que é normal fazer corrupção, aí a impunidade está garantida.

Então, é preciso realmente haver pessoas que tenham coragem, como esse cidadão de Rorainópolis e esse cidadão de Boa Vista, que denunciaram, tomaram a iniciativa de denunciar, e a coisa foi constatada.

Eu não só espero como vou agir no sentido de fiscalizar essa questão. Não vou me acovardar de denunciar isso, porque não só é minha obrigação como Senador, mas é um dever também como cidadão e como médico não aceitar que esses roubos continuem.

Senador Paim, com muito prazer, ouço V. Ex^a.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senador Mozarildo, quero cumprimentar V. Ex^a pelo que enfatizou como médico. Recebi, recentemente, documento que mostra que, em qualquer pesquisa em todo o Brasil, as três maiores preocupações do povo brasileiro são: número um, saúde; número dois, educação; e número três, segurança. De fato, a saúde no Brasil está numa situação muito, muito difícil, para não usar outro termo. Em qualquer Estado, a gente vê a situação daqueles que não têm planos de saúde e estão nos corredores. Estão lá eles em camas nos corredores. Esta semana ainda algumas pessoas me procuraram no Rio Grande do Sul e me perguntaram o que poderia ser feito. Eu digo: olha, vamos, quem sabe, fazer uma audiência pública para discutir especificamente a saúde. De fato, há uma preocupação enorme com a saúde de parte de todo o povo brasileiro. Senador Mozarildo, me permita, eu vou entrar também na questão dos remédios, que é sua preocupação no dia de hoje, mas eu sei que a preocupação de V. Ex^a não é só essa, é a saúde no seu conjunto. As pessoas me dizem o seguinte: quem tem um bom plano de saúde... e um bom plano, porque conforme o plano que você tiver, você paga, paga, paga, chega na hora, lá: não, isso eu não atendo! Ah, isso não pode! Isso está fora do plano! Ou o plano dispara a mensalidade e o cidadão aposentado, pensionista ou não, não pode mais pagar e tem que desistir do plano. Pagou a vida toda, e quando ele mais precisa, tem que desistir, porque o plano foi para uma prestação de mais de mil reais por mês, como, infelizmente, é comum. Então nós teríamos que analisar friamente a questão do SUS, sim, a questão dos planos de saúde também. E essa questão dos remédios que V. Ex^a levanta agora é da maior gravidade. As pessoas não têm dinheiro para comprar remédio, e ainda os remédios em alto volume, em alta escala, digamos, sendo jogados no lixo, desaparecendo, enquanto pessoas estão morrendo. Nós poderíamos, eu acho, ter a iniciativa de, rapidamente – e eu falei com V. Ex^a, sei que o Senador Acir também será parceiro –, no mínimo, chamar uma audiência pública para discutir a questão da saúde no seu todo, desde a saúde na área privada como também o SUS e a questão dos remédios. De fato é cada vez mais preocupante. Repito, quem não tem um bom plano de saúde vai acabar morrendo nas filas, nas macas, dentro dos hospitais. Nas filas, nas macas, dentro dos hospitais. E isso tem que ser falado, tem que ser dito. Como V. Ex^a diz, não podemos nos intimidar, nos acovardar e não enfrentar esse debate. Bom, se se exige a regulamentação da Emenda nº 29, vamos regulamentá-la; se se exige também que a DRU não mais incida sobre a assistência social, que pega a saúde e a assistência e a Previdência, vamos, como

fizemos na educação – aí gerariam R\$50 bilhões –, fazer com que a DRU não incida mais na área da saúde, e eu, naturalmente, indicaria que na seguridade, assistência e Previdência... Porque se nós aprovamos aqui que parte do dinheiro do pré-sal vá para a educação, vá para outros setores, que vá também para a saúde, vamos acelerar. Quando o dinheiro do pré-sal começar a efetivamente, vamos dizer, jorrar, que ele vá também para a saúde, como vai em outros países do mundo, como por exemplo a Dinamarca. Mas eu quero cumprimentar V. Ex^a, que é médico e seguidamente traz este debate aqui ao plenário do Senado. Nós, Congresso Nacional, vamos ter que enfrentar este debate da saúde, tanto na área privada como na área pública. Parabéns a V. Ex^a!

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR)

– Eu agradeço a V. Ex^a, Senador Paim, que é um homem muito sensível às causas sociais. E V. Ex^a disse muito bem: recente pesquisa feita pelo Ibope mostrou no Brasil todo que a preocupação nº 1 das pessoas é a saúde. E é muito compreensível. Por mais que a gente entenda que a educação é o principal investimento para mudar as condições das pessoas pobres, como é que a pessoa pode estudar se não estiver com saúde? Como é que a pessoa pode sequer pensar em ter segurança, quer dizer, ter quem faça segurança se não houver saúde realmente? Então a saúde, não tenha dúvida, é o bem que garante a vida das pessoas.

E fico muito preocupado porque não se procura fazer realmente – vou usar este termo, uma vez que estou falando em saúde e em remédios –, não se procura remédios para curar o problema. Não! Procura-se sempre apenas paliativos. É uma medidinha aqui, uma medidinha acolá, mas não se ataca o problema de maneira forte para corrigir o mal, eliminá-lo pela raiz.

Por exemplo, olhe a questão da saúde indígena. Há um brado, justificado até, de que precisamos dar uma atenção especial à saúde indígena. A saúde indígena estava dentro da Fundação Nacional de Saúde. Houve tanta roubalheira nessa questão indígena! Inclusive, quando fui Presidente da primeira CPI das ONGs, em 2002, constatamos que várias entidades que estavam encarregadas de prestar atenção à saúde indígena, recebiam o dinheiro da Funasa e colocavam no bolso. Colocavam no bolso e sequer apareciam nas comunidades indígenas. Houve sucessivos escândalos na Fundação Nacional de Saúde, notadamente na questão da saúde indígena, porque roubavam, desde a não-prestação de serviços, como voos falsos, fictícios, que só existiam no papel, mas eram pagos, até todo tipo de falcaturia. Daí, o que o Governo resolveu fazer? Tirar a saúde indígena da Funasa, que antes era até da Funai – Fundação

Nacional do Índio. Foi para a Funasa, para melhorar, e ficou essa roubalheira. E criou-se agora uma secretaria nacional para cuidar da saúde indígena, no Ministério da Saúde. Quer dizer, trocou-se o sofá. Não se combateu o problema. E é o que se está fazendo, de um modo geral, com a saúde no Brasil.

A única e cômoda proposta é a seguinte: vamos criar de novo a CPMF para resolver o problema da saúde. Não! O que falta é vergonha na cara de quem dirige o setor de saúde, de quem é responsável, a começar pelo Prefeito, pelo Governador, pelo Presidente da República, de cobrar realmente que a saúde seja tratada de maneira séria. Não devia sequer ser objeto de indicação política. Devia ser realmente uma indicação técnica. Mas não quer dizer que o técnico que vai para lá não seja corrupto. Não! Uma indicação técnica, mas com um acompanhamento permanente da ação desses dirigentes.

Quero terminar, Senador Paim, pedindo a V. Ex^a que autorize a transcrição desta matéria que o jornal **Folha de Boa Vista** publicou, sobre mais esse escândalo no meu Estado, sobre o descarte de medicamentos com prazo de validade dentro da vigência e também próximos a vencer. Enfim, essa maracutaia que se instalou lamentavelmente no meu Estado.

Quero aqui, novamente, louvar a iniciativa tanto do primeiro funcionário que teve a coragem de denunciar o primeiro escândalo de Boa Vista, como esse morador de Rorainópolis que teve também a coragem de denunciar. Quero também parabenizar a Câmara de Vereadores, que tomou atitudes e não colocou na gaveta um problema de tamanha magnitude.

Quero dizer a todos os meus conterrâneos e conterrâneas de Roraima que temos de denunciar essas coisas, porque, repito, só há impunidade quando a cumplicidade é geral, isto é, quando você concorda, quando você se acomoda e não denuncia.

Termino com uma frase de Martin Luther King, que diz: “O que mais impressiona não é o grito e a ousadia dos maus, mas, sim, o silêncio dos bons”.

Então, não podemos nos silenciar diante desses desmandos que são cometidos Brasil afora, inclusive no primeiro escalão do Ministério da Saúde, que é a Fundação Nacional de Saúde.

Sr. Presidente, reitero a V. Ex^a a transcrição da matéria do jornal **Folha de Boa Vista**, de título “Duas toneladas de remédios são encontradas em aterro sanitário em Rorainópolis”.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI
EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e o § 2º, do regimento Interno.)



RORAINÓPOLIS

Duas toneladas de remédios são encontradas em aterro sanitário

Fonte: a A A A

NAIRA SOUSA

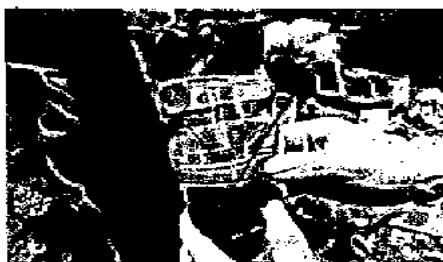
Duas toneladas de medicamentos e lixo hospitalar foram enterradas, na quinta-feira passada, em um buraco de aproximadamente três metros de profundidade, no aterro sanitário do Município de Rorainópolis, no sul do estado. Um perito da Polícia Civil de Boa Vista se deslocou ontem ao local e, após escavação, foi comprovada a denúncia feita à Câmara dos Vereadores de Rorainópolis, que por sua vez repassou ao Ministério Público Estadual (MPE), que entregou o caso à Polícia Civil.

Conforme o delegado Marcelo Renault, será instaurado um inquérito para apurar quem foi o responsável por enterrar os medicamentos e material hospitalar. Se descoberto, o responsável irá responder por crime ambiental e contra a saúde pública.



Mostra de medicamentos que estavam enterrados

O aterro fica na sede do município, quase 2 km da área urbana e menos de 200 metros das residências de moradores rurais. O vereador Ezéquias Feitosa acompanhou todo o desfecho, inclusive quando o buraco foi aberto pelos peritos. Ele afirmou que, além do lixo hospitalar, como seringas, gaze e tubo de coleta de sangue, havia medicamentos vencidos e outros encaixados dentro do prazo de validade e que venceriam só em 2013.



Peritos da Polícia Civil foram chamados para ajudar no trabalho

O delegado descarta a prisão em flagrante de alguém. “Logo após a denúncia, solicitamos da prefeitura a máquina para escavar o local. Na manhã de ontem [quinta-feira] o perito da Polícia Civil da capital veio para confirmar se os produtos eram de cunho hospitalar. O trabalho começou logo nas primeiras horas e terminou por volta das 12h. As investigações vão ser feitas e quem cometeu esses crimes irá responder, pois colocou em risco a vida dos moradores”, disse Renault.

O Ministério Público Estadual orientou o Legislativo municipal a registrar o Boletim de Ocorrência. “No primeiro momento, os procedimentos foram seguidos. Agora não se sabe quem enterrou os medicamentos, principalmente os que ainda estão no prazo de validade. O MPE já encaminhou todo o procedimento à Polícia Civil, que irá tomar todas as medidas cabíveis para punir os envolvidos”, disse o promotor de justiça Eduardo Dias, que acompanhou todo o processo.

As primeiras escavações foram feitas com ferramentas pequenas. “Para mexer no local tivemos que procurar primeiro as autoridades responsáveis em fiscalizar esse tipo de crime”, enfatizou o vereador Juarezmar Pessoa.

Denúncia chegou primeiro à Câmara



Vereadores começaram a escavação, mas pararam quando foi encontrado lixo hospitalar

O vereador Ayrton Sousa disse à Folha que a denúncia sobre o material enterrado chegou à Câmara dos Vereadores de Rorainópolis. A reclamação foi feita por uma pessoa que afirma ter participado do descarte e, não conformada com a quantidade de medicamentos enterrados, decidiu procurar as autoridades.

Os medicamentos e o lixo hospitalar foram enterrados na noite de quinta-feira, 11. No dia seguinte, essa pessoa procurou os vereadores para fazer a denúncia. “Segundo ele, os produtos foram levados em um caminhão 3/4 cheio, que suporta quatro toneladas. O buraco foi feito por uma retroescavadeira”, relatou Sousa.

Na quarta-feira, 17, após o final de semana e o feriado da Proclamação da República, em uma sessão, os vereadores decidiram ir ao aterro. Chegando lá constataram que o barro do terreno estava mexido. Então os vereadores resolveram fazer a escavação.

O buraco media em torno de 1,5m de largura com três de profundidade. “Após tirar o barro, chegando a quase 1,6m encontramos o lixo hospitalar e alguns frascos de medicamentos. Como não tínhamos material para continuar, já que estávamos correndo o risco, pois havia seringas usadas, resolvemos parar”, relatou.

Com fotos do local, os vereadores se deslocaram até o Ministério Público Estadual (MPF) para formalizar a denúncia. “Só assim poderíamos conseguir uma máquina adequada para continuar cavando. Foi aí que, junto com o MPF e a Polícia Civil, fizemos o pedido à prefeitura para ceder a retroescavadeira”, disse Sousa.

Município e Estado negam envolvimento

Em Rorainópolis, existem duas unidades de saúde: uma municipal e outra estadual. Porém, os diretores afirmaram que tanto os medicamentos como o lixo hospitalar não pertenciam a nenhuma das unidades.

A assessoria de comunicação da Prefeitura Municipal de Rorainópolis informou à Folha que os medicamentos e o lixo hospitalar encontrado no aterro sanitário não pertenciam ao Posto de Saúde Municipal. “O lixo é recolhido de três a três meses e é encaminhado para Boa Vista, onde é feita a incineração, pois o município não tem estrutura para isso”, disse.

A Secretaria Estadual de Saúde (Sesau) também descartou a possibilidade de os produtos pertencerem ao Hospital Geral de Rorainópolis, mas informou que vai aguardar o resultado final das investigações. “A demanda no município é alta, por isso não sobram medicamentos”, afirmou a assessoria.

A Sesau disse ainda que a coleta e o destino dos lixos hospitalares são de responsabilidade dos municípios, conforme Resolução do Conama (Conselho Nacional do Meio Ambiente) 237/97. Enquanto a localidade não dispõe de um aterro sanitário, o lixo hospitalar é armazenado em sacos plásticos e colocado numa área específica e isolada, ao lado da unidade hospitalar. Todo o material deve ser coletado pelo município.

A Sesau afirmou que já adquiriu contêineres de armazenamento para resíduos sólidos de saúde e até o final deste mês serão entregues às unidades de saúde vinculadas. "No projeto de conclusão das obras do Hospital Geral de Rorainópolis está prevista a construção de espaço para queima em incinerador, atendendo às normas de vigilância", encerra a nota.

Caso semelhante ocorreu em Boa Vista

No início do mês de setembro deste ano, um caso semelhante aconteceu em Boa Vista, quando um suposto esquema que envolvia superfaturamento e desperdício de medicamentos dentro da Dadimed (Divisão de Administração e Distribuição de Medicamentos), vinculada à Secretaria Estadual de Saúde (Sesau), foi investigada pelas polícias Federal e Civil.

Os medicamentos, após terem o prazo de validade expirado e outros ainda dentro do prazo, foram descartados no aterro sanitário de Boa Vista. O caso foi denunciado por um funcionário que trabalhava em uma empresa privada que, por sua vez, prestava serviço à Dadimed.

O denunciante reuniu ao longo de dois meses farto material que inclui documentos, fotografias e vídeos que comprovariam as irregularidades. Na época, a Folha teve acesso a toda essa documentação que foi entregue à polícia.

COMENTÁRIOS

Nome: Omar William Landrón

Data: 18:01:51 - 21/11/2010

Revolta, raiva, ódio sentimento de impunidade tudo ao mesmo tempo dentro de um cidadão...isso é o que sinto agora e toda vez que leio notícias do tipo!!! "ATÉ QUANDO VOÇE VAI FICAR LEVANDO PORRADA? ATÉ QUANDO VAI SER SACO DE PANCADA? ATÉ QUANDO VAI FICAR SEM FAZER NADA?" sábio Gabriel O Pensador!! Acorda Roraima!!

COMENTÁRIOS

Nome: JESSEFAN MELVILLE

Data: 03:01:30 - 21/11/2010

Mais um pra acabar em "pizza pro povo roraimense pagar e não degustar". Da outra vez, o mesmo fato foi tratado como armação política, e agora, ninguém sabe, ninguém viu. No final, só sobra pro povo pagar a conta, tanto financeira quanto social. Aceleeeeera Roraima!!

COMENTÁRIOS

Nome: Ivo Weddigen

Data: 01:01:46 - 21/11/2010

Com certeza isto é uma brincadeira com a saúde e o dinheiro público. E, os responsáveis, já são conhecidos?

COMENTÁRIOS

Nome: claudinha

Data: 23:01:18 - 20/11/2010

É LAMENTÁVEL QUE FATOS DESSA NATUREZA ACONTEÇA EM NOSSO ESTADO!!!!!! SE FALTA MEDICAMENTOS AOS USUÁRIOS COMO PODEM SER DESCARTADOS? FICAM PRENDENDO PARA NÃO SEREM DISTRIBUIDOS? TOTAL FALTA DE COMPROMISSO COM A SAÚDE E COM A POPULAÇÃO? SERÁ QUE ESSES GESTORES SABEM O REAL SIGNIFICADO DE UM FUNDAMENTO IMPORTANTÍSSIMO DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL COM RESPEITO A DIGNIDADE DA HUMANA?

COMENTÁRIOS

Nome: Luana Coutinho

Data: 09:01:30 - 20/11/2010

"Os materiais hospitalares forma lá e se enterraram sozinhos"...com certeza essa desculpa que vão usar, ninguém nunca faz nada mesmo.Revoltante!

Durante o discurso do Sr. Mozarildo Cavalcanti, o Sr. Acir Gurgacz deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – V. Ex^a será atendido na forma regimental, Senador Mozarildo Cavalcanti.

Mas esta Presidência faz questão de cumprimentar V. Ex^a por trazer, mais uma vez, da tribuna, a questão da saúde, hoje dando enfoque específico à questão dos remédios, que poderiam salvar milhares de vidas. Infelizmente, V. Ex^a faz denúncia da maior gravidade.

Passamos a palavra, neste momento, ao nobre Senador Acir, para que faça seu pronunciamento.

O SR. ACIR GURGACZ (PDT – RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, inicialmente eu quero cumprimentar o Senador Mozarildo pelo seu pronunciamento em relação à saúde.

A saúde pública no País tem problemas, Sr. Presidente. E há uma grande discussão em relação à atenção dada à saúde pelas Prefeituras, por meio do Prefeito, e pelos Governos Estaduais e Federal. Há uma preocupação com os limites de atuação, e a população fica à mercê dessa discussão. Porque, quando uma pessoa vai a um hospital, ela não quer saber se a responsabilidade é do Município, se é do Estado ou se é da União. Então, essa discussão precisa ser aprofundada. Que se ache uma solução para atender à sociedade, àquelas pessoas que necessitam do atendimento da saúde pública em todo País, independente de a responsabilidade ser do Município, do Estado ou da União. De repente, um debate amplo sobre este assunto se faz necessário.

Mas quero fazer um registro hoje, Sr. Presidente, com relação à inauguração do Centro de Referência do Trabalhador, que aconteceu na última quinta-feira, dia 18, aqui em Brasília, com as presenças do Ex^o Sr. Ministro Carlos Lupi, Ministro do Trabalho, e do nosso Excelentíssimo Senhor Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva.

Foi uma grande homenagem feita ao saudoso Leonel Brizola, cujo nome foi dado ao Centro de Referência do Trabalhador. O Centro de Referência do Trabalhador Leonel Brizola foi inaugurado na semana passada, dia 18 de novembro, pelo Ministro do Trabalho e Emprego, Ministro Carlos Lupi, e pelo Presidente Lula, no Setor de Indústria e Abastecimento – SIA.

O espaço tem como finalidade a preservação da memória do trabalho no Brasil, dando continuidade à produção de conhecimento sobre o tema e sobre o papel do Ministério do Trabalho na história brasileira, neste ano em que o Ministério do Trabalho comemora 80 anos de sua existência.

Portanto, quero cumprimentar o Ministro Carlos Lupi pela iniciativa, pelo trabalho e pela inauguração; aliás, não só ao Ministro, mas, principalmente, ao Presidente Lula por ter dispensado um tempo muito grande, por ter estado lá fazendo o ato para oficializar o Centro de Referência do Trabalhador.

Sr. Presidente, quero fazer um outro registro com relação à reunião da Executiva do PDT, na sexta-feira, dia 19 último, quando se reuniu toda a Executiva Nacional do PDT, onde debatemos vários temas e, principalmente, as bandeiras que o PDT irá defender daqui para a frente, a partir principalmente do ano que vem, que é a continuidade da nossa preocupação do investimento na educação. Essa preocupação é eterna, vem de muitos anos e continuará sendo uma preocupação de toda a Bancada pedetista, tanto aqui do Senado quanto da Câmara Federal e dos executivos do PDT que atuam em vários cantos do País.

Nós também assumimos o compromisso de defender aqui a reforma tributária e a reforma política, que já esperamos há muito tempo. Essas bandeiras foram discutidas, esse assunto foi debatido muito nessa reunião, e fechou-se questão com relação a isso. De modo que o PDT sai fortalecido, mais uma vez, dessa reunião, junto com o seu Presidente afastado, o Ministro Lupi, junto com Manuel Dias e toda a Executiva, toda a Diretoria do PDT, que esteve presente nessa reunião do dia 18.

Sr. Presidente, hoje tenho orgulho de dizer que estou comemorando, como ji-paranaense, o 33º aniversário do meu Município Ji-Paraná.

Nascida Vila de Rondônia, Ji-Paraná só vem crescendo nesses 33 anos de história, após sua emancipação política, que faz aniversário hoje.

Minha família lá chegou no decorrer dessa trajetória, há 38 anos, estabelecendo-se naquela terra e lá iniciando uma jornada de trabalho duro em Rondônia. Lá finquei raízes, constituí minha família e meus laços de amizades.

A história de Ji-Paraná começou bem antes da chegada do desbravador Marechal Cândido Rondon. Começou entre 1877 e 1880, quando nordestinos fugidos da seca migraram para aquela região em busca de uma vida melhor. Eles lá se estabeleceram, lutando contra as doenças da floresta, como a malária, e contra

todas as adversidades, formando a primeira povoação na confluência do Rio Urupá, que serviu de base para garimpeiros e seringueiros, atraídos pela extração do látex, ouro e pedras preciosas.

Após o ciclo da borracha, da implantação da linha telegráfica, de altos e baixos da história de Rondônia, a partir de 1968, milhares de imigrantes oriundos principalmente do centro-sul do País migraram para Ji-Paraná; na bagagem, a esperança de uma nova vida.

Em 11 de outubro de 1977, o Presidente Ernesto Geisel concedeu emancipação política à Vila de Rondônia, através da Lei nº 6.448. No dia 22 de novembro, na Comarca de Porto Velho, através da Lei nº 6.750, de 10 de dezembro de 1979, deu-se a instalação do Município de Ji-Paraná.

Seu primeiro prefeito foi Walter Bartolo, que assumiu o mandato em 22 de novembro de 1977 até abril de 1978. Posteriormente foram eleitos: Nunoi Itsumi – de 1978 a 1979; Assis Canuto, de 1979 a 1982; Manuel Lamego, de 1982 a 1983; Roberto Jotão Geraldo, de 1983 a 1987; José de Abreu Bianco, de 1988 a 1992; Jair Ramires, de 1992 a 1996; Ildemar Kussler, de 1996 a 2000; Acir Gurgacz, de 2000 a 2004, e, novamente, José de Abreu Bianco, de 2004 a 2008, e que foi reeleito e segue até 2012.

Hoje, o cenário ji-paranaense é de muito desenvolvimento e de uma grande satisfação pelo trabalho bem feito, pelo trabalho de construir, do nada, uma bela cidade.

Obras importantes do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) unidas com o crescimento do ramo de construção civil imobiliário e seu promissor comércio e pólo industrial dividem o seu potencial econômico com o que é produzido no campo.

Nos últimos cinco anos, o comércio de Ji-Paraná cresceu 47%, registrando mais de 2.400 estabelecimentos comerciais. O setor de serviços como um todo cresce para atender, pelo menos, a população de 28 municípios do interior do Estado de Rondônia. Um crescimento já esperado pelos empresários, levando-se em conta a localização da nossa cidade. É uma cidade com uma posição geográfica privilegiada, que lhe conferiu o título de “coração de Rondônia”. Devido a isso, o Município é hoje considerado um verdadeiro pólo dos setores de saúde, educação, industrial e de serviços.

O setor educacional mostra números empolgantes também. Cerca de 5 mil estudantes universitários frequentam hoje as salas de aula de cursos de graduação e de pós-graduação, presenciais e à distância,

em instituições privadas e na Universidade Federal de Rondônia, a Unir. Destaque para a educação básica municipal. Na educação básica, o Município também é destaque. Sua mais recente conquista foi a de melhor Ideb do interior do Estado de Rondônia, que alcançou a média 5,7, meta do Ministério da Educação para o ano de 2011.

Por isso e por muitos outros motivos, Ji-paraná ganhou destaque nacional neste ano, sendo indicada pela revista Veja, em agosto deste ano, como o grande fenômeno nacional de desenvolvimento. A revista apontou o crescimento do número de empresas em funcionamento na cidade e fez elogios, chamando-a de cidade “limpa, pavimentada e iluminada...”. Seus motores da economia, de acordo com a revista, seriam o setor de serviços e a pecuária.

A cidade, no entanto, ainda tem muitos problemas para resolver, e acredito verdadeiramente que seu povo, que não tem medo do trabalho, vai encarar todo e qualquer desafio, como vem fazendo há anos, há mais de três décadas. Venceremos o desafio do saneamento básico; ultrapassaremos as diferenças sociais, a fim de evitar a escalada da violência; encaremos o problema das drogas, que assola toda e qualquer sociedade do País.

Contaremos com o apoio governamental efetivo dos nossos representantes eleitos para a conclusão de obras de infraestrutura de grande porte, como a duplicação da ponte sobre o rio Machado e a duplicação do anel viário da BR-364 no Município.

Falei hoje com o engenheiro Johnny sobre esse projeto que está no Dnit. Conversei com o Ministro Paulo, que está em viagem, mas me atendeu por telefone. Conversei com o Dr. Pagot, que me confirmou que essa obra está em fase inicial de licitação e deverá ser publicado, se não amanhã, no máximo depois de amanhã, o edital de concorrência desta obra tão importante que são as travessias urbanas da cidade de Ji-Paraná. E vai beneficiar não só quem mora em Ji-Paraná, mas vai beneficiar todos aqueles que passam pelo nosso Município.

Colocar asfalto em cada metro quadrado da nossa Ji-Paraná e ter escola e emprego para cada um de nossos cidadãos. Esses são desafios parecidos com os de, praticamente, todos os Municípios deste imenso Brasil. São os nossos também. Em 33 anos de história, transformamos um ponto perdido no meio da Amazônia em um verdadeiro lar de esperança e de fé no trabalho e na educação. O tempo e a disposição de cada um de nós estão a nosso favor. Ji-Paraná segue em fren-

te hoje, no dia do seu 33º aniversário, e promete não parar, em nome de todos os ji-paranaenses.

Meus parabéns a todos vocês que moram em Ji-Paraná, que construíram essa cidade, que estão construindo a nossa Ji-Paraná e continuarão construindo a nossa Ji-Paraná, a nossa cidade do coração.

Outro tema que eu quero abordar, Sr. Presidente, é que, na última semana, nós pudemos comemorar, com satisfação, a derrubada de uma árvore na Floresta Nacional do Jamari, no norte de Rondônia. Derrubada talvez não seja o termo certo; derrubada talvez não seja o termo politicamente correto para o fato que aconteceu nesse dia. Vamos colocar assim: a extração de uma primeira árvore na Floresta Nacional do Jamari, no norte de Rondônia, uma frondosa muiracatiara, com quase trinta metros de altura. Foram necessários quatro anos e seis meses para que o seu corte pudesse ser considerado legal e um exemplo de sustentabilidade. O corte da árvore simbolizou o início do manejo florestal sustentável de 96 mil hectares de um remanescente importante da Floresta Amazônica em Rondônia, dentro dos 222 mil hectares de área da Floresta Nacional do Jamari. Essa área foi concedida pelo Governo Federal, por meio de edital público lançado em 2007, para exploração por três empresas privadas, sendo uma de São Paulo e duas de Rondônia, pelo período de 40 anos.

Mas o corte seletivo de árvores em unidades de conservação só se tornou possível hoje – e tenho orgulho de dizer que ela se iniciou no nosso Estado de Rondônia, Estado pioneiro nessa modalidade de exploração sustentável – porque a sociedade civil organizada, os engenheiros florestais, madeireiros e conservacionistas que sempre lutaram pelo uso sustentável da floresta encontraram o apoio necessário do Governo Federal e do Congresso Nacional.

Conseguiram apoio, Sr. Presidente, para que fosse possível a discussão do problema e a elaboração da Lei de Gestão das Florestas Públicas, a Lei nº 11.284, sancionada pelo Presidente Lula em 2 de março de 2006. Foi essa Lei que instituiu um marco legal para o setor e criou o Serviço Nacional de Florestas e o Fundo Nacional Desenvolvimento Florestal.

Essa política, Sr^{as} e Srs. Senadores, permite que o Governo Federal e os Governos Estaduais e Municipais gerenciem seu patrimônio florestal de forma a combater a exploração predatória e a grilagem de terras, bem como promover uma economia florestal em bases sustentáveis e de longo prazo. A floresta concedida permanece em pé, pois a única

forma de extrair madeira nela é por meio das técnicas de manejo florestal, em que a área é utilizada em um sistema de rodízio que permite o corte seletivo e a produção contínua e sustentável da madeira. Nesse modelo, apenas seis árvores podem ser retiradas por hectare a cada trinta anos. Isso é a garantia de que teremos a floresta amazônica se renovando por muitos e muitos anos.

Como bem destacou o Diretor-Geral do Serviço Florestal Brasileiro, o engenheiro florestal Antônio Carlos Hummel, na solenidade da última terça-feira, em Itapuã do Oeste, a concessão de florestas públicas para manejo sustentável, como já está ocorrendo na Flona do Jamari, é uma vitória histórica para o setor florestal do País, um reforço importante na regularização fundiária da Amazônia, e pode tornar-se um exemplo para o mundo por conta da transparência, do controle interinstitucional e da contrapartida social, com a geração de emprego e renda, definidos como princípios desse novo modelo de gestão de florestas públicas. Com mais de 25 anos de serviços prestados ao País como funcionário de carreira do Ibama e oriundo dos quadros do extinto Instituto Brasileiro Florestal (IBDF), Antônio Carlos Hummel acompanhou uma boa parte dessa discussão, que começou lá na década de 60, na antiga Sudam e no próprio IBDF. Ele acredita que, a partir desse momento, em dez anos, a economia madeireira da Amazônia estará organizada de forma sustentável e que a gestão florestal brasileira será um exemplo mundial.

Eu tenho a convicção de que se depender da organização do setor madeireiro de Rondônia, da vontade do Governo do Estado, que assumirá a partir de 1º de janeiro, com o apoio da Presidente Dilma Rousseff, teremos, em pouco tempo, isso como uma grande realidade para o avanço do desenvolvimento sustentável da Amazônia.

Percebam, Srs. Senadores, que se passaram mais de 40 anos para que uma boa ideia fosse transformada em política pública. Creio que uma boa parte das florestas e unidades de conservação da Amazônia teriam sido poupadas do corte ilegal se os Governos passados tivessem encarado os problemas socioambientais da Amazônia com o mesmo olhar do Governo Lula, um olhar que enxerga o verde, mas também atende às necessidades dos povos da floresta, de quem produz e gera riqueza para o País.

Nesse sentido, podemos dizer que os quatro anos entre a criação do marco legal e o início das atividades de manejo sustentável na Flona do Jamari foi um tempo relativamente curto, mas o que esperamos

é que, daqui para frente, esse modelo se consolide e ajude o setor madeireiro a sair da marginalidade em que foi colocado justamente pela falta de um marco legal, de uma política pública com transparência e com controle social, como a que está sendo implementada hoje pelo Serviço de Floresta Brasileira.

Essa política pública, nobres Senadores, não pode parar, assim como outras medidas legais, como a renovação do Código Florestal Brasileiro – vou repetir: a renovação do Código Florestal Brasileiro –, que está pronto para ser votado na Câmara dos Deputados e traz um grande avanço para a produção brasileira não só na região amazônica, mas em todo o País. Precisamos aprovar essa lei o quanto antes.

Com prazer, concedo um aparte ao nobre Senador Mozarildo Cavalcanti.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – Senador Acir, V. Ex^a demonstra, mais uma vez, em seu pronunciamento, uma nova visão, uma visão, digamos assim, sem “ismos” sobre a Amazônia. Quando digo “ismos”, pode-se citar ambientalismo, desenvolvimentismo e outros “ismos”, porque sempre acho que, quando existe isso, existe a questão ideológica. E quando existe a questão ideológica, não há a racionalidade numa proposta, de fato, para o desenvolvimento de uma região do tamanho da Amazônia, que representa 61% do território nacional. Então, certas pregaçãoes... V. Ex^a inclusive disse aqui, em pronunciamento anterior, que, nos Estados Unidos, dentro da classe produtora rural, existe uma frase cunhada mais ou menos assim: “Fazendas cá” – quer dizer, lá nos Estados Unidos – “e florestas lá” – aqui na Amazônia”. Quer dizer, nós somos obrigados a manter a floresta que eles derrubaram lá. Para quê? Para equilibrar o clima. Muito bem. Eu não discordo em tese, mas discordo quando se coloca em prática. Porque V. Ex^a deu o exemplo aí de uma árvore. O que é uma árvore? O corte de uma árvore centenária, como V. Ex^a citou aí? O que é uma árvore? É um ser vivo que nasce, cresce, produz e morre. Então, o que tem que haver é realmente a exploração inteligente desse recurso natural importante, sem que, vamos dizer assim, o caboclo da Amazônia, o homem da Amazônia seja obrigado a pagar um preço altíssimo para viver lá. Quer dizer, que ele tenha que contemplar florestas, tenha que contemplar pássaros, e que passe fome com a família dele. Então, realmente, o Presidente Lula, no meu entender... Basta citar um ato que ele fez, embora já no final do Governo dele, que foi a aprovação da medida provisória que trata da regulamentação das terras na Amazônia. Porque se há um mal original de

tudo isso é o fato de que na Amazônia, não havendo regulamentação das terras, existe a exploração por pessoas que costumam chamar de grileiros ou invasores, o que seja, que, como não estão na terra que é deles, terminam praticando todos os ilícitos possíveis. E também o Governo Federal não pode tirar a culpa que tem de ter estimulado o desmatamento. Por exemplo, ele pôs muitos brasileiros lá, deu-lhes assentamento, deu-lhes terra e os obrigou, para que eles tivessem o título, a desmatar. Eu acho que realmente, como V. Ex^a disse, a aprovação de um novo Código Florestal... Quero aqui ressaltar a relatoria feita pelo Deputado Aldo Rebelo, que é um homem que não se pode dizer que esteja... Aliás, querem fazer a vinculação dele com o setor que eles chamam dos grandes homens do agronegócio. Ele tem uma visão nacionalista, ele pensa realmente nas coisas que devam ser feitas de maneira equilibrada, em benefício da Nação. Portanto, pensar a Amazônia, como querem estereotipar, somente como tudo igual, uma floresta só, onde 25 milhões de pessoas moram e são obrigados a viver na miséria e ainda ter o rótulo de vilões, de depredadores do meio ambiente. Eu quero, portanto, cumprimentar V. Ex^a pela coragem serena de abordar esses temas que são fundamentais para a nossa região e para o país.

O SR. ACIR GURGACZ (PDT – RO) – Muito obrigado, Senador Mozarildo, pelo seu aparte.

A ilegalidade nos leva a mais ilegalidade. Então a regularização fundiária da Amazônia é indispensável, tem que acontecer o mais rápido possível em todo o país, mas especificamente na região Amazônica, que está um pouco mais atrasada com essa regularização fundiária. E a ilegalidade gera mais ilegalidade. A falta de uma política para produzir madeira levou ao desmatamento, levou à perda de várias florestas. Mas agora, com essa atuação do Serviço Florestal Brasileiro, nós iniciamos uma nova fase de exploração das florestas brasileiras. E o Código Florestal Brasileiro é urgente. Já foram feitas várias audiências públicas em todo o País, chegaram a um consenso, está na Câmara Federal, e nós aqui do Congresso temos que cuidar dos interesses do País, não é do pequeno, nem só do grande e muito menos do médio, nós temos que cuidar de todos os brasileiros, sejam eles quem forem, principalmente os que produzem e que geram emprego e renda no nosso país.

Então, outras medidas legais também precisam avançar para que possamos conservar as nossas florestas e sua biodiversidade, mas também dar condições

para que as atividades econômicas se desenvolvam de forma sustentável.

Outros seis processos de concessão de florestas públicas estão sendo realizados na Amazônia, em Rondônia e no Pará. Segundo o Serviço Florestal Brasileiro, existem cerca de 10 milhões de hectares de florestas públicas a serem exploradas, em condições de receber uma concessão, área suficiente para atender 20% da demanda por madeira das indústrias brasileiras. A expectativa do Serviço Florestal Brasileiro é atingir, em 2011, um milhão de hectares de florestas licitadas.

Além do início das atividades de exploração na Flona do Jamari, na semana passada também foram realizadas em Candeias do Jamari, Cujubim e Porto Velho, em Rondônia, as audiências públicas que discutiram a concessão florestal de 112 mil hectares da Flona de Jacundá.

O potencial produtivo dessa nova concessão será de 81 mil metros cúbicos ao ano, e somados aos 68 mil metros cúbicos que devem ser extraídos anualmente da Flona do Jamari, Rondônia terá um aumento significativo na produção de madeira legal. A previsão é que só a arrecadação anual do Governo com essas concessões seja algo em torno de R\$24 milhões ao ano. Só em Jamari, serão R\$3,3 milhões ao ano, e na Flona de Jacundá serão mais R\$3,8 milhões ao ano.

Além disso, essas atividades vão desempenhar um efeito multiplicador na economia das comunidades do entorno e também de toda a Amazônia. Isto porque um dos benefícios desse modelo de manejo é a geração de empregos nas comunidades do entorno das concessões florestais. Ou seja, quem vai extrair as madeiras, tem por obrigação gerar emprego e tem várias atividades sociais que são levantadas nas audiências públicas e que devem ser e serão instaladas pelas empresas que vão explorar a madeira e, no seu entorno, gerar emprego e gerar renda à população.

As empresas são obrigadas a instalar unidades de processamento no entorno da área concedida e também podem oferecer serviços de ecoturismo. As comunidades também são beneficiadas diretamente por meio de investimentos em bens e serviços, pois a própria população é quem decide como parte do dinheiro arrecadado pelo Governo será usado. Só na Flona do Jamari, mais de R\$5 milhões serão investidos em melhorias durante o período da concessão.

Portanto, Sr.^{as} e Srs. Senadores, temos, sim, que comemorar a derrubada, mas de outra forma,

a extração dessa frondosa muiracatiara da Flona do Jamari, justamente porque ela simboliza um novo tempo na exploração da Floresta Amazônica. Temos outros desafios pela frente como a regulamentação do Código Florestal e a consolidação de uma política agrícola que privilegia o homem do campo, retirando-o também da mesma condição de marginalidade em que ainda se encontram muitos madeireiros do País. Só assim vamos acabar com muitos problemas que impedem o avanço de nossa economia de forma sustentável, como o desmatamento ilegal, a grilagem de terras e os conflitos fundiários, além do déficit tecnológico para exploração madeireira e para a agricultura do Brasil, principalmente da região amazônica.

Isto é um exemplo de desenvolvimento sustentável e de apoio ao homem da floresta.

Mais uma vez, quero evidenciar aqui a importância que tem a Floresta Amazônica, a importância do meio ambiente. Esse trabalho é uma demonstração de que é possível ambientalistas e produtores andarem juntos, de mãos dadas para o crescimento da nossa população, para o crescimento do País e para melhorar a qualidade de vida dos brasileiros.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Meus cumprimentos, Senador Acir Gurgacz.

Senador Garibaldi Alves com a palavra.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN.

Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Paulo Paim, Sr.^{as} e Srs. Senadores, estou, a esta altura, já devendo um discurso pelo fato de que, após uma licença de 120 dias, como é de praxe, como está no Regimento, ter voltado a esta Casa. Creio que esta segunda-feira não se constituiu cenário ideal para que eu possa fazer essa prestação de contas, esse discurso, essa avaliação do que se passou na última eleição no nosso Estado.

Desde logo, quero dizer da minha gratidão ao povo do meu Estado, não apenas pela minha eleição, Sr. Presidente Paulo Paim, mas pela eleição de todos aqueles que se juntaram à nossa coligação, uma coligação que terminou vitoriosa, com a eleição da Senadora Rosalba Ciarlini, com a eleição do Senador José Agripino e com a minha eleição, além da eleição de deputados federais e estaduais daquela coligação. A minha coligação foi atípica, pouco ortodoxa, porque foi informal em determinados aspectos, já que o PMDB se mostrou dividido com relação à eleição para Governador.

Não seria hoje, inclusive na ausência da Senadora Rosalba e do Senador José Agripino, que eu iria explicar tudo isso àqueles que estão aqui ou então àqueles que estão acompanhando esta sessão.

Quero apenas patentear aqui essa gratidão pelo resultado obtido e quero fazer um elogio ao meu suplente, Senador João Faustino, ex-Deputado, que me deu a alegria de ver que a minha ausência foi muito pouco sentida aqui, já que o Senador João Faustino teve uma atuação das mais eficientes, tanto no que toca aos trabalhos do plenário, como no que toca aos trabalhos das comissões.

João Faustino, Sr. Presidente, Srs. Senadores, é meu conterrâneo. Ele foi um líder estudantil bastante atuante. Depois, enveredou pela política partidária e, ultimamente, adotou o PSDB, Partido da Social Democracia Brasileira, fazendo parte até agora dos seus quadros. Inclusive, colaborou na administração do ex-Governador José Serra e tornou-se meu suplente e vai continuar suplente, mas agora não meu, mas suplente do Senador José Agripino.

Portanto, eu quero me colocar, neste instante, à disposição de todos os meus conterrâneos aqui no Senado da República, dizer que estou de volta, revigorado não tanto quanto o Senador Paulo Paim, disposto a travar novas lutas, disposto a fazer com que aquelas lutas que já foram travadas e que não tiveram o necessário êxito possam agora ser continuadas.

Saúdo o Senador Jarbas Vasconcelos.

Saúdo o Senador Mozarildo Cavalcanti.

E, amanhã, estarei na presidência dos trabalhos da Comissão de Assuntos Econômicos. Inclusive, o Senador Paulo Paim, agora, é membro daquela Comissão. E vamos ter a sabatina de uma nova candidata a integrante do Conselho de Valores Mobiliários. Vamos ter, depois, a pauta normal dos trabalhos. E, quarta-feira, vamos ter, em conjunto com a Comissão de Justiça e Cidadania, vamos ouvir o Presidente do Banco Central, Meirelles, Dr. Henrique Meirelles, o Ministro Henrique Meirelles. E vamos ouvir também a Presidente da Caixa Econômica Federal, Dr^a. Fernanda, que é, inclusive, de Pernambuco. S. Ex^{as} vão prestar esclarecimentos a respeito do Banco Pan-Americano.

Com essas palavras, Sr. Presidente, quero dizer que estou aqui para, novamente, ao lado de tantos companheiros... Não é hora ainda de se falar aqui das perspectivas que se abriram para este Senado com

a escolha de novos Senadores. Também em outra hora haveremos de falar acerca das perdas que tivemos de Senadores que tanto honraram este Senado e que não continuarão conosco na nova jornada, na nova Legislatura.

Muito obrigado, Presidente Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Garibaldi, V. Ex^a é insubstituível. João Faustino fez um grande trabalho, mas a alegria é enorme, tanto que seu nome está sendo lembrado já entre os presidenciáveis do nosso Senado. Meus cumprimentos pelo seu retorno.

Quero cumprimentar também o ex-Deputado Federal companheiro Sabóia, com quem tive a alegria de trabalhar na Câmara dos Deputados.

Sabóia, seja bem-vindo à Casa! Eu comentava com o Jarbas, que também se lembrava de você, que você é um grande quadro do povo brasileiro. É uma alegria para nós você estar visitando o Senado da República. Parabéns, estamos junto com você.

Eu queria, ao concluir os trabalhos, agradecer, Senador Mozarildo Cavalcanti, pelo convite que V. Ex^a me entregou aqui na mesa, encaminhado pelo Sr. Amaury, da cidade de Santos, em São Paulo: solicita sua ajuda – está em boas mãos – para contato com o Senador Paulo Paim para marcar a minha visita na Loja Maçônica, “visto que a oficina quer condecorá-lo com a Comenda Monteiro Lobato”; o Senador já havia se comprometido com essa visita no período eleitoral.

Posso adiantar aos companheiros lá de Santos que um convite seu, para mim, é irrecusável. Como eles indicaram os dias 03/12 e 10/12 e disseram que eu poderia indicar um outro dia, eu vou indicar o dia 25 de janeiro, porque terei de ir a Aparecida, São Paulo, e vou ter esse contado com a Loja e, com alegria enorme, receber a Comenda Monteiro Lobato.

Acho que, neste momento, eles já estão sabendo lá em Santos que eu aceitei o convite encaminhado por V. Ex^a.

Então, fica aqui, Sabóia, o meu abraço de encerramento. Um grande companheiro de trabalho, Comissão de Trabalho, Plenário, sempre defendendo, já naquela época, os interesses dos trabalhadores, aposentados e pensionistas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Sobre a mesa, proposta de emenda à Constituição que passo a ler.

É lida a seguinte:

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 28, DE 2010

Dá nova redação à alínea *b* do inciso XLVII do art. 5º da Constituição Federal, para admitir pena de caráter perpétuo em caso de crime praticado contra criança ou adolescente.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O inciso XLVII do art. 5º da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art.
5º
XLVII
.....
 b) de caráter perpétuo, salvo em caso de crime praticado
 contra criança ou adolescente;
.....”
(NR)

Art. 2º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data da sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A presente proposta de emenda à Constituição tem o objetivo de alterar a redação da alínea *b* do inciso XLVII do art. 5º da Constituição Federal, para admitir pena de caráter perpétuo em caso de crime praticado contra criança ou adolescente.

Todos temos acompanhado a escalada de barbárie e de toda sorte de abusos e violência que se tem praticado contra as crianças e adolescentes do Brasil.

A esse respeito funciona nesta Casa, já há dois anos, a Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar atos envolvendo a pedofilia e que tem desvelado diversos e variados atos ilícitos praticados por pedófilos, que exploram e abusam de crianças e adolescentes para satisfação de seus instintos e desejos perversos.

Todos acompanhamos horrorizados os recentes fatos ocorridos no Município de Luziânia, situado no Estado de Goiás e vizinho do Distrito Federal, que culminaram com a descoberta de que os seis jovens até então desaparecidos na verdade haviam sido violentados e assassinados por um maníaco que já havia praticado crimes contra menores e havia sido condenado, mas que, inaceitavelmente, havia sido libertado pelo Poder Judiciário.

Assim, o Estado teve a oportunidade de fazer cessar as práticas criminosas hediondas de um maníaco assassino e não aproveitou essa oportunidade, como era a sua obrigação.

E é certo que as falhas da legislação, a leniência com que a lei muitas vezes favorece os autores de crimes em nosso País contribuíram para o trágico desfecho a que assistimos em Luziânia.

Desse modo, temos toda a convicção de que tornar mais rigorosa a nossa legislação penal é hoje uma exigência nacional. Não é mais possível permitir que pedófilos e toda espécie de maníacos abusadores de crianças e adolescentes permaneçam livres para praticar seus atos

criminosos ou, o que é ainda mais grave, uma vez detidos e condenados venham a readquirir liberdade com o beneplácito do próprio Estado para reincidirem, muitas vezes praticando crimes ainda mais graves.

Por outro lado, devemos ponderar que não se trata de abolir a garantia inscrita no art. 5º, inciso XLVII, alínea *b*, da Constituição Federal, mas sim de harmonizá-la com o disposto em outros dispositivos constitucionais.

Com efeito, o art. 227, *caput*, da Lei Maior estabelece que é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, entre outros o direito à vida, à dignidade e ao respeito, além do dever de colocar a criança e o adolescente a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Ademais, o § 4º do mesmo art. 227 da Constituição Federal declara que a lei punirá severamente o abuso, a violência e a exploração sexual da criança e do adolescente.

Portanto, a alteração que ora propomos na alínea *b* do inciso XLVII do art. 5º da Constituição é para que possa ser cumprido o comando do § 4º do art. 227 da própria Constituição, para que possam ser punidos com a severidade exigida pela Lei Maior aqueles que cometem crimes contra crianças e adolescentes.

Em face do exposto e tendo em conta a relevância social da matéria, solicitamos aos nobres colegas o apoio necessário para a aprovação da proposta.

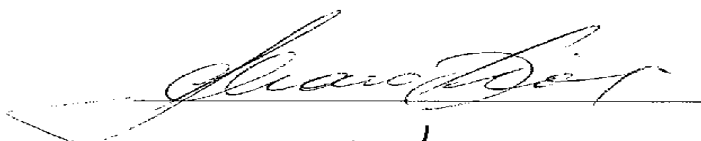
Sala das Sessões,



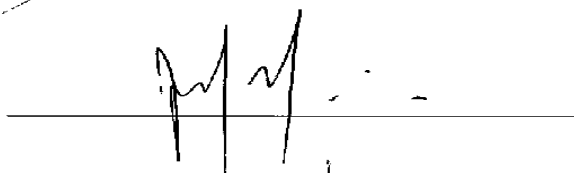
Senador MAGNO MALTA

Assinatura

Parlamentar



ALVARO DIAS



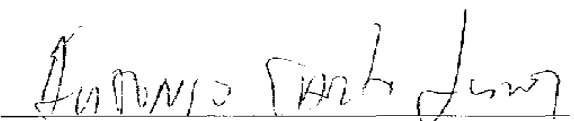
JAYME CAMPOS



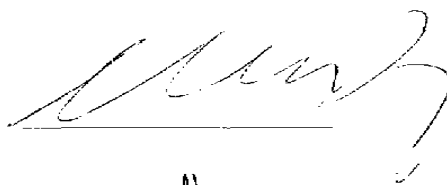
F. MESQUITA



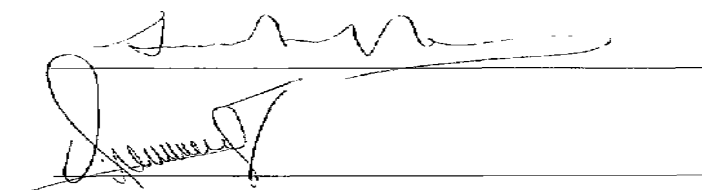
OSMAR DIAS



ALMEIDA LIMA



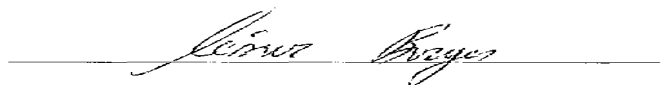
SERGIO GUERRA



ACIR GURGACZ



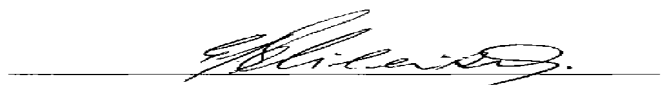
TASSO J



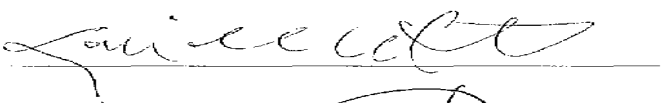
LÍRIO BOYES



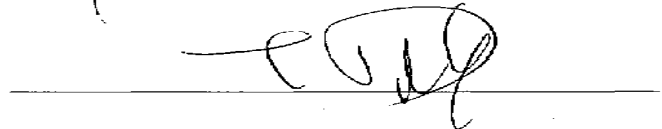
JEFFERSON PERES



PEREIRA



GARIBALDI ALVES

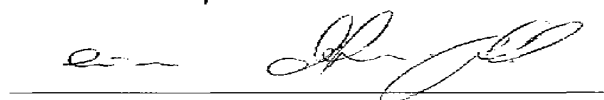
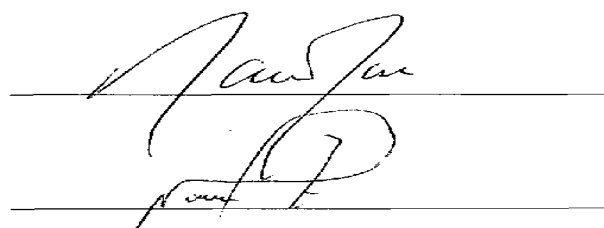


DANIEL

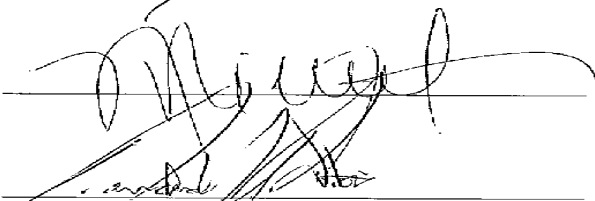
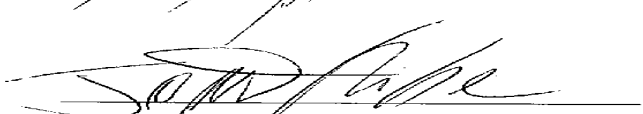


Maria do Carmo

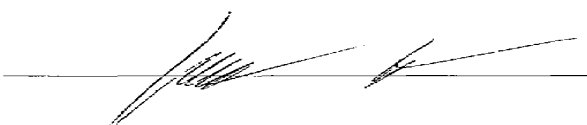
mycelle.



Fábio Viana




MARIA DO CARMO

mycelle.

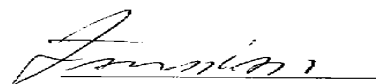
CLEBER LUCENA

PAULO DUQUE

NÊUTO DO COUTO

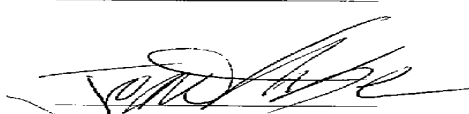
AUGUSTO BOTELHO

MELVIN FONTANA



João Vicente de Oliveira

FABIO VIANA



Fábio Viana

Gil Carlos

"Art. 60. A Constituição poderá ser emendada mediante proposta:

§ 1º-

§ 2º-

§ 3º - A emenda à Constituição será promulgada pelas Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, com o respectivo número de ordem. "

"Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

.....
XLVII - não haverá penas:

a) de morte, salvo em caso de guerra declarada, nos termos do art. 84, XIX;

b) de caráter perpétuo;

c) de trabalhos forçados;

d) de banimento;

e) cruéis;"

"Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

§ 1º-

§ 2º-

§ 3º-

§ 4º - A lei punirá severamente o abuso, a violência e a exploração sexual da criança e do adolescente"

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A proposta de emenda à Constituição que acaba de ser lida está sujeita às disposições constantes dos art. 354 e seguintes do Regimento Interno.

A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A Presidência recebeu do Senhor Ministro de Estado da Fazenda Interino o **Aviso nº 35, de 2010–CN** (nº 318/MF /2010, na origem), encaminhando ao Congresso Nacional o Relatório de Desempenho do Fundo Soberano do Brasil – FSB, referente ao segundo trimestre de 2010.

Nos termos do art. 120 da Resolução nº 1, de 2006–CN, fica estabelecido o seguinte calendário para tramitação da matéria:

Leitura: 22-11-2010

até 27-11 prazo para publicação e distribuição dos avulsos da matéria;

até 12-12 prazo para apresentação de relatório;

até 17-12 prazo para apresentação de emendas ao relatório; e

até 3-2-2011 prazo para apresentação, publicação, distribuição e votação do relatório e encaminhamento do parecer da CMO à Mesa do Congresso Nacional.

A matéria será publicada no **Diário do Senado Federal** de 23 de novembro do corrente.

O Aviso será encaminhado à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Será feita comunicação à Câmara dos Deputados.

É o seguinte o Aviso:

AVISO Nº 35, DE 2010-CN

Aviso nº 318/MF

Brasília, 23 de setembro de 2010.

A Sua Excelência o Senhor
SENADOR DA REPÚBLICA JOSÉ SARNEY
Presidente do Congresso Nacional

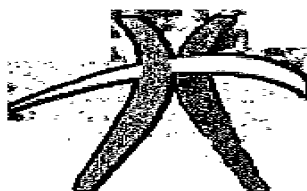
Assunto: Relatório de Desempenho do Fundo Soberano do Brasil - FSB.

Senhor Presidente,

1. Encaminho a Vossa Excelência o Relatório de Desempenho do Fundo Soberano do Brasil - FSB, relativo ao segundo trimestre de 2010, nos termos do art. 10 da Lei nº 11.887, de 24 de dezembro de 2008, e do art. 11 do Decreto nº 7.055, de 28 de dezembro de 2009.

Respeitosamente.


GUIDO MANTEGA
Ministro de Estado da Fazenda



TESOURO NACIONAL
Fundo Soberano do Brasil
Relatório de Desempenho
2º Trimestre de 2010
Ministério da Fazenda
Setembro de 2010

**Relatório de Desempenho do Fundo Soberano do Brasil
2º Trimestre de 2010**

MINISTRO DA FAZENDA

Guido Mantega

SECRETÁRIO-EXECUTIVO

Nelson Machado

SECRETÁRIO DO TESOIRO NACIONAL

Arno Hugo Augustin Filho

SECRETÁRIO-ADJUNTO DO TESOIRO NACIONAL

André Luiz Barreto de Paiva Filho

EQUIPE TÉCNICA

Subsecretário de Planejamento Fiscal, Estatística e Contabilidade

Cleber Ubiratan de Oliveira

Coordenador-Geral de Gestão do Fundo Soberano do Brasil

Luiz Cláudio Portela Ferreira

Coordenador-Geral de Gestão do Fundo Soberano do Brasil, Substituto

Ernesto Serêjo Costa

Analistas de Finanças e Controle

Cyntia Villela de Andrade Monteiro

Fábio Pereira Simoni da Silva

Leonardo Tavares Lameiro da Costa

Marcus Lima Franco

Ricardo Milsztajn

Informações:

Coordenação-Geral de Gestão do Fundo Soberano do Brasil (COFSB)

Tel: (61) 3412-3120 Fax: (61) 3412-3198

Secretaria do Tesouro Nacional

Edifício Sede do Ministério da Fazenda, Esplanada dos Ministérios, Bloco P, 2º andar

70048-900 - Brasília – DF

Correio Eletrônico: fsb@fazenda.gov.br

Home Page: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br>

O Relatório de Desempenho do Fundo Soberano do Brasil é encaminhado trimestralmente pela Secretaria do Tesouro Nacional ao Congresso Nacional, em cumprimento ao art. 10 da Lei nº 11.887/2008; e ao art. 1, *caput* e parágrafo único, do Decreto nº 7.055/2009. É permitida a sua reprodução total ou parcial, desde que mencionada a fonte.

**Relatório de Desempenho do Fundo Soberano do Brasil
2º Trimestre de 2010****Conteúdo**

Introdução	4
Histórico e sumário do 2º trimestre de 2010.....	5
Composição da carteira do FSB e valor de mercado dos ativos.....	6
Encargos do FSB	8
Indicadores de governança	9
Anexo I – Demonstrativos Contábeis do FSB	10
Anexo II - Informativo trimestral da 88DTVM para o FFIE	15
Anexo III - Legislação correlata.....	17
Anexo IV- Carteira Diária FFIE – 30/06/2010	26

**Relatório de Desempenho do Fundo Soberano do Brasil
2º Trimestre de 2010****Introdução**

O Fundo Soberano do Brasil (FSB) foi criado pela Lei nº 11.887, de 24 de dezembro de 2008 como um fundo especial de natureza contábil e financeira, vinculado ao Ministério da Fazenda, com a finalidade de promover investimentos em ativos no Brasil e no exterior, formar poupança pública, mitigar os efeitos dos ciclos econômicos e fomentar projetos de interesse estratégico do País localizados no exterior. Trata-se, portanto, de fundo com caráter anticíclico, formador de poupança pública em períodos nos quais as metas de gestão pública são superadas ou quando o governo brasileiro deseja aportar recursos para os fins aos quais se destina.

A regulamentação superveniente do FSB ocorreu com a publicação do Decreto nº 7.055, de 28 de dezembro de 2009, que, entre outras disposições, atribuiu à Secretaria do Tesouro Nacional a competência para administrar os recursos do FSB, praticando todos os atos relacionados à sua operação.

O Decreto nº 7.113, de 19 de fevereiro de 2010, por sua vez, instituiu o Conselho Deliberativo do Fundo Soberano do Brasil (CDFSb), integrado pelos Ministros da Fazenda e do Planejamento, Orçamento e Gestão e pelo Presidente do Banco Central do Brasil, com a finalidade de orientar a aplicação e o resgate dos recursos do Fundo, aprovar projetos de interesse estratégico nacional a serem financiados com tais recursos, e definir os limites de exposição das aplicações do Fundo por classe de ativo, entre outras atribuições. Esse mesmo Decreto também confere à Secretaria do Tesouro Nacional a função de Secretaria-Executiva do CDFSb, com competências definidas no Regimento Interno do Conselho Deliberativo (RI-CDFSb).

Relatório de Desempenho do Fundo Soberano do Brasil
2º Trimestre de 2010

Histórico e sumário do 2º trimestre de 2010

O Fundo Soberano do Brasil teve como aporte inicial a emissão de 10.201.373 títulos do Tesouro Nacional, em 30 de dezembro de 2008, totalizando R\$ 14.243.999.592,36 a preços de mercado, conforme disposto na Portaria do Tesouro Nacional nº 736, de 30 de dezembro de 2008.

Na mesma data acima referida, o FSB promoveu a integralização de cotas do Fundo Fiscal de Investimentos e Estabilização (FFIE), de que trata o art.7º da Lei 11.887/2008, no valor total dos ativos recebidos. Trata-se de um fundo multimercado, exclusivo, devidamente registrado na Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e que tem como administradora a BB Gestão de Recursos DTVM S.A..

Durante o 2º trimestre de 2010 não houve modificações na alocação dos recursos do FSB, continuando aplicados no FFIE. Ademais, todas as operações realizadas no mesmo período tiveram por objetivo unicamente manter a carteira do Fundo, uma vez que o FSB não teve diretrizes de investimento aprovadas pelo Conselho Deliberativo do Fundo Soberano do Brasil.

Cumprе notar apenas, que houve variação na composição de Letras Financeiras do Tesouro (LFT) no FFIE no mês de junho de 2010, resultante da venda ou do vencimento de títulos, cujos recursos passaram a operações compromissadas, já prevendo a participação daquele Fundo na capitalização do Banco do Brasil mediante a subscrição de ações no 1º dia do 2º semestre de 2010. A tabela a seguir sintetiza essas alterações na composição do FFIE.

Tabela 1

Consolidado da variação das LFT e Operações Compromissadas na composição do FFIE					
Título	Posição ¹ em		Decréscimo ² /Acréscimo ^{1,2}	Montantes Nominais ²	Operação
	1/6/2010	30/6/2010			
LFT317175	300.000	184.153	115.847	-492.128.569,97	venda
LFT317176	775.000	500.000	275.000	-1.157.805.357,08	venda
LFT390776	4.153	0	4.153	-17.653.229,43	venda
LFT390777	13.436	0	13.436	-57.029.542,27	vencimento
			Subtotal	-1.724.516.698,75	-
Op. Comprom.	42.974	452.691	409.717	-1.746.829.274,39	-

Fonte: Carteira diária do FFIE - BBDTVM

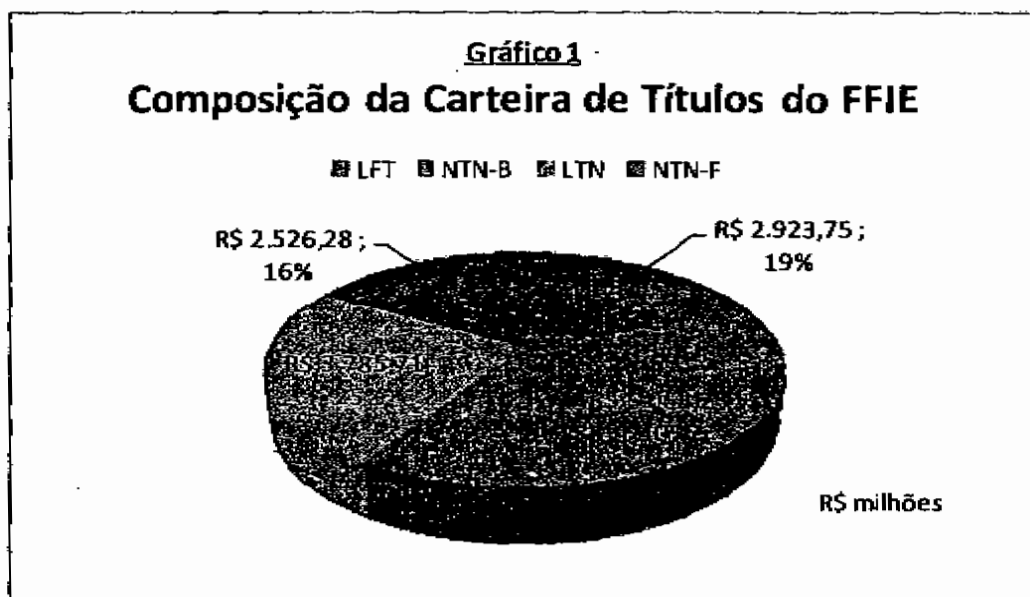
Nota: 1 - Número de títulos

2 - Valores em reais.

**Relatório de Desempenho do Fundo Soberano do Brasil
2º Trimestre de 2010**

Composição da carteira do FSB e valor de mercado dos ativos

A carteira do FFIE encerrou o 2º trimestre de 2010 com a seguinte composição de títulos públicos: 41% em títulos prefixados (NTN-F e LTN), 40% em títulos indexados ao IPCA (NTN-B) e 19% em títulos indexados à SELIC.



A Secretaria do Tesouro Nacional e a administradora do FFIE, BBTVM, optaram por manter, durante o período, todos os recursos aplicados no FFIE alocados em títulos públicos federais e operações compromissadas com o Banco Central do Brasil, não incorrendo em risco de crédito. A rentabilidade apurada no trimestre foi de 1,99%, tendo o Patrimônio Líquido do FFIE atingido R\$ 17.232.160.971,51 em 30/06/2010, ante R\$ 16.895.825.587,29, em 31/03/2010.

As tabelas a seguir consolidam, para fins de registro, respectivamente o valor dos ativos do FSB e a evolução do Patrimônio Líquido do FFIE durante o 2º trimestre de 2010.

Relatório de Desempenho do Fundo Soberano do Brasil 2º Trimestre de 2010

Tabela 2

Valor dos Ativos do FSB

Item	31/3/2010 Valor (R\$) ¹	30/6/2010 Valor (R\$) ¹
1. Fundo Fiscal de Invest. e Estabilização (FFIE)	16.896.631.387,68	17.232.927.394,03
1.1. Disponível	40.988,73	54.458,58
1.2. Operações Compromissadas	6.746.811,48	1.928.878.783,98
1.3. Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	4.672.329.597,85	2.923.747.136,36
1.4. Notas do Tesouro Nacional (NTN)	8.506.698.909,92	8.594.535.000,68
1.4.1. Série B	6.040.730.271,19	6.068.253.160,65
1.4.2. Série F	2.465.968.638,73	2.526.281.840,03
1.5. Letras do Tesouro Nacional (LTN)	3.710.815.079,70	3.785.712.014,43
Total	16.896.631.387,68	17.232.927.394,03

Fonte: BBDTVM

1 - Valores diferem do PL porque não estão computadas nesse cálculo as taxas ANBID e CVM diferidas.

Tabela 3

PL diário do FFIE - 2º Trimestre de 2010

Data	Abril/2010	Data	Mai/2010	Data	Junho/2010
1/4/2010	16.911.910.714,75	3/5/2010	16.959.409.220,66	1/6/2010	17.086.173.578,80
5/4/2010	16.923.857.023,54	4/5/2010	16.961.380.542,24	2/6/2010	17.102.020.887,61
6/4/2010	16.928.876.576,82	5/5/2010	16.951.904.017,57	4/6/2010	17.138.575.091,87
7/4/2010	16.947.341.158,95	6/5/2010	16.937.652.446,37	7/6/2010	17.153.652.109,24
8/4/2010	16.976.165310,50	7/5/2010	16.899.131.146,88	8/6/2010	17.152.995.889,40
9/4/2010	16.971.440.469,57	10/5/2010	16.915.508.977,37	9/6/2010	17.154.663.101,95
12/4/2010	16.980.697.033,00	11/5/2010	16.940.383.703,66	10/6/2010	17.152.890.883,74
13/4/2010	16.961.260.557,92	12/5/2010	16.958.221.199,19	11/6/2010	17.149.014.910,82
14/4/2010	16.928.213.286,73	13/5/2010	16.984.717.110,67	14/6/2010	17.152.479.072,70
15/4/2010	16.916.714.734,33	14/5/2010	16.995.626.434,12	15/6/2010	17.139.604.471,41
16/4/2010	16.932.534.163,16	17/5/2010	17.003.193.577,83	16/6/2010	17.153.745.764,54
19/4/2010	16.918.856.684,77	18/5/2010	17.002.446.005,72	17/6/2010	17.168.611.147,86
20/4/2010	16.891.452.351,14	19/5/2010	16.999.820.681,31	18/6/2010	17.163.373.152,64
22/4/2009	16.901.003.578,66	20/5/2010	17.010.767.521,90	21/6/2010	17.185.866.722,36
23/4/2009	16.917.606.179,88	21/5/2010	17.026.524.864,31	22/6/2010	17.201.996.786,67
26/4/2010	16.921.557.309,31	24/5/2010	17.025.516.505,20	23/6/2010	17.200.510.865,66
27/4/2010	16.914.379.460,40	25/5/2010	17.032.929.646,60	24/6/2010	17.206.801.321,81
28/4/2010	16.914.458.030,41	26/5/2010	17.037.034.366,38	25/6/2010	17.213.252.809,97
29/4/2010	16.964.933.163,78	27/5/2010	17.042.152.213,99	28/6/2010	17.223.394.233,54
30/4/2010	16.966.117.260,49	28/5/2010	17.051.643.424,21	29/6/2010	17.222.940.679,56
		31/5/2010	17.065.109.218,62	30/6/2010	17.232.160.971,51

Fonte: CVM

1- Dias úteis

**Relatório de Desempenho do Fundo Soberano do Brasil
2º Trimestre de 2010**

Encargos do FSB

Os encargos debitados ao FSB correspondem aos encargos previstos no regulamento do FFIE e nas Instruções CVM nºs 409 e 438, tendo em vista que a totalidade dos recursos do FSB estão aplicados nesse fundo de investimento. A tabela abaixo detalha os valores por tipo de despesa para o trimestre.

Tabela 4

Detalhamento das Despesas Administrativas do FFIE

2º Trimestre de 2010

1. Despesas de Serviços do Sistema Financeiro	130.606,30
1.1. Custódia de Títulos e Valores Mobiliários	129.583,72
1.2. Taxa ANBID	1.022,58
2. Despesas de Serviços Técnicos Especializados	835,14
3. Despesas de Taxa de Administração do Fundo	2.094.759,97
3.1. Despesas de Taxa de Administração Efetiva	742.592,43
3.2. Despesas de Controladoria	216.807,66
3.3. Despesa com Distribuição	1.135.359,88
4. Outras Despesas Administrativas	10.640,06
4.1. Taxa de Fiscalização CVM	10.640,06
Total das Despesas Administrativas	2.236.841,47

Fonte: SBDOTVM - Balancetes de Março e Junho 2010

**Relatório de Desempenho do Fundo Soberano do Brasil
2º Trimestre de 2010**

Indicadores de governança

O Regulamento do FFIE, a composição da carteira e os balancetes mensais, bem como o valor da cota, o patrimônio líquido, as aplicações e os resgates realizados no FFIE estão à disposição do público no sítio da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) na internet, cujo endereço é www.cvm.gov.br. Para consultá-los basta ir à guia de "Acesso Rápido", clicar em "Fundos de Investimento" e preencher "FFIE" ou "10.539.257/0001-70" no primeiro campo.

Anexo I – Demonstrativos Contábeis do FSB

Relatório de Desempenho do Fundo Soberano do Brasil
2º Trimestre de 2010

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

[illegible]

Relatório de Desempenho do Fundo Soberano do Brasil
2º Trimestre de 2010

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TÍTULOS DE CANCELAMENTO			EXERCÍCIO 2010	12/2
SUBTÍTULO	71902 - FUNDO SOBERANO DO BRASIL			EXERCÍCIO 24/06/2010	PÁGINA 1
ORÇÃO 2.07.0000	SEDO - MINISTÉRIO DA FAZENDA				
		VARIAÇÕES ATIVAS			
TÍTULOS	2010	2009	TÍTULOS	2010	2009
RESULTADO EXERCÍCIO ANTERIOR	84.098.461,81	1.343.427.368,39	RESULTADO PATRIMONIAL	84.098.461,81	1.343.427.368,39
ADICIONAIS PATRIMONIAIS	84.098.461,81	1.343.427.368,39	DETERMINADO	84.098.461,81	1.343.427.368,39
AJUSTES DE BENS, VALORES E CANCELAMENTOS	84.098.461,81	1.343.427.368,39			
REVALUAÇÕES DE TÍTULOS E VALORES	84.098.461,81	1.343.427.368,39			
DEFICIT	84.098.461,81	1.343.427.368,39	VARIAÇÕES PASSIVAS	84.098.461,81	1.343.427.368,39
VARIAÇÕES ATIVAS	84.098.461,81	1.343.427.368,39			

Subsecretaria de Planejamento Fiscal, Estatística e Contabilidade
Coordenação-Geral de Gestão do Fundo Soberano do Brasil

Relatório de Desempenho do Fundo Soberano do Brasil
2º Trimestre de 2010

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TTULO	DE MONITORAMENTO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS POR NATURALIZA - TODOS OS ORÇAMENTOS	EXERCÍCIO 2010	VES AJUSTADO
SUBTTULO	FORA - FUNDOS SOBERANOS DO BRASIL	EXERCÍCIO 23/06/2010	PALEIA
ORÇAO SUPLEN	2000 - MINISTERIO DA FAZENDA		1
TTULOS		2010	2009
ACRESCIMOS PATRIMONIAIS EXTRA-ORÇAMENTARIOS:		631.056.441,51	1.343.497.358,59
OUTROS ACRESCIMOS PATRIMONIAIS		644.086.481,51	1.343.497.358,59
RESULTADO PATRIMONIAL SUPERAVIT OU DEFICIT		644.086.481,51	1.343.497.358,59

Subsecretaria de Planejamento Fiscal, Estatística e Contabilidade
Coordenação-Geral de Gestão do Fundo Soberano do Brasil

Relatório de Desempenho do Fundo Soberano do Brasil
2º Trimestre de 2010

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TRÉZOURO NACIONAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS POR NATUREZA E FUNÇÃO - TODOS OS ORÇAMENTOS	2010	2009
SUBTÍTULO	1.162 - FUNDO SOBERANO DO BRASIL		
ÓRGÃO ESENCIAL	16306 - MINISTÉRIO DA FAZENDA		
TÍTULOS		2010	2009
ACRESCIMOS PATRIMONIAIS EXTRA-ORÇAMENTÁRIOS		654.006.481,51	1.343.427.363,39
OUTROS ACRESCIMOS PATRIMONIAIS		654.006.481,51	1.343.427.363,39
RÉCIL PATRIMONIAL - SUBSIDIÁRIO		654.006.481,51	1.343.427.363,39

Subsecretaria de Planejamento Fiscal, Estatística e Contabilidade
Coordenação-Geral de Gestão do Fundo Soberano do Brasil

Anexo III - Legislação correlata

Relatório de Desempenho do Fundo Soberano do Brasil 2º Trimestre de 2010

LEI Nº 11.887, DE 24 DE DEZEMBRO DE 2008.

Cria o Fundo Soberano do Brasil - FSB, dispõe sobre sua estrutura, fontes de recursos e aplicações e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica criado o Fundo Soberano do Brasil - FSB, fundo especial de natureza contábil e financeira, vinculado ao Ministério da Fazenda, com as finalidades de promover investimentos em ativos no Brasil e no exterior, formar poupança pública, mitigar os efeitos dos ciclos econômicos e fomentar projetos de interesse estratégico do País localizados no exterior.

Art. 2º Os recursos do FSB serão utilizados exclusivamente para investimentos e inversões financeiras nas finalidades previstas no art. 1º desta Lei, sob as seguintes formas:

I - aquisição de ativos financeiros externos:

- a) mediante aplicação em depósitos especiais remunerados em instituição financeira federal; ou
- b) diretamente, pelo Ministério da Fazenda; ou

II - por meio da integralização de cotas do fundo privado a que se refere o art. 7º desta Lei.

§ 1º É vedado ao FSB, direta ou indiretamente, conceder garantias.

§ 2º As despesas relativas à operacionalização do FSB serão por ele custeadas.

§ 3º As aplicações em ativos financeiros do FSB terão rentabilidade mínima estimada por operação, ponderada pelo risco, equivalente à taxa Libor (London Interbank Offered Rate) de 6 (seis) meses.

Art. 3º O FSB será regulamentado por decreto que estabelecerá inclusive:

- I - diretrizes de aplicação, fixando critérios e níveis de rentabilidade e de risco;
- II - diretrizes de gestão administrativa, orçamentária e financeira;
- III - regras de supervisão prudencial, respeitadas as melhores práticas internacionais;
- IV - condições e requisitos para a integralização de cotas da União no fundo a que se refere o art. 7º desta Lei; e
- V - outros dispositivos visando ao adequado funcionamento do fundo.

Art. 4º Poderão constituir recursos do FSB:

- I - recursos do Tesouro Nacional correspondentes às dotações que lhe forem consignadas no orçamento anual, inclusive aqueles decorrentes da emissão de títulos da dívida pública;
- II - ações de sociedade de economia mista federal excedentes ao necessário para manutenção de seu controle pela União ou outros direitos com valor patrimonial; e
- III - resultados de aplicações financeiras à sua conta.

§ 1º Os recursos do FSB, enquanto não destinados às finalidades previstas no art. 1º desta Lei, ficarão depositados na Conta Única do Tesouro Nacional.

§ 2º É vedada a integralização de cotas do fundo a que se refere o art. 7º desta Lei com recursos decorrentes da emissão de títulos da dívida pública, inclusive aqueles decorrentes do retorno de suas aplicações financeiras.

§ 2º É vedada a integralização de cotas do fundo a que se refere o art. 7º desta Lei com recursos decorrentes da emissão de títulos da dívida pública, inclusive aqueles decorrentes do retorno de suas aplicações financeiras.

Art. 5º Os recursos decorrentes de resgates do FSB atenderão exclusivamente o objetivo de mitigar os efeitos dos ciclos econômicos e serão destinados conforme disposto na lei orçamentária anual.

§ 1º Para a consecução do objetivo que trata o caput deste artigo, o Conselho Deliberativo do FSB elaborará parecer técnico demonstrando a pertinência do resgate ante ao cenário macroeconômico vigente.

§ 2º É vedada a vinculação de recursos de que trata o caput deste artigo, bem como sua aplicação em despesas obrigatórias de caráter continuado.

**Subsecretaria de Planejamento Fiscal, Estatística e Contabilidade
Coordenação-Geral de Gestão do Fundo Soberano do Brasil**

**Relatório de Desempenho do Fundo Soberano do Brasil
2º Trimestre de 2010**

Art. 6º Decreto do Poder Executivo instituirá o Conselho Deliberativo do FSB, composto pelo Ministro de Estado da Fazenda, pelo Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão e pelo Presidente do Banco Central do Brasil, e disporá sobre suas atribuições, estrutura e competências. (Vide Decreto nº 7.113, de 2010)

§ 1º Observado o disposto no art. 3º desta Lei, caberá ao Conselho Deliberativo, sem prejuízo do disposto no caput deste artigo, aprovar a forma, o prazo e a natureza dos investimentos do FSB.

§ 2º A União poderá, a critério do Conselho Deliberativo, contratar instituições financeiras federais para atuarem como agentes operadores do FSB, as quais farão jus à remuneração pelos serviços prestados.

Art. 7º A União, com recursos do FSB, poderá participar como cotista única de Fundo Fiscal de Investimentos e Estabilização - FFIE, a ser constituído por instituição financeira federal, observadas as normas a que se refere o inciso XXII do art. 4º da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964.

§ 1º O FFIE terá natureza privada, patrimônio próprio separado do patrimônio do cotista e estará sujeito a direitos e obrigações próprias.

§ 2º A integralização das cotas do FFIE será autorizada por decreto mediante proposta do Ministro de Estado da Fazenda.

§ 3º O FFIE terá por finalidade promover a aplicação em ativos no Brasil e no exterior, com vistas na formação de poupança pública, mitigação dos efeitos dos ciclos econômicos e fomento a projetos de interesse estratégico do País localizados no exterior.

§ 4º O FFIE responderá por suas obrigações com os bens e direitos integrantes de seu patrimônio, não respondendo o cotista por qualquer obrigação do FFIE, salvo pela integralização das cotas que subscrever.

§ 5º A dissolução do FFIE dar-se-á na forma de seu estatuto e seus recursos reformatão ao FSB.

§ 6º Sobre operações de crédito, câmbio e seguro e sobre rendimentos e lucros do fundo de que trata o caput deste artigo não incidirá nenhum imposto ou contribuição social de competência da União.

Art. 8º O estatuto do FFIE deverá ser aprovado pelo cotista, por intermédio do Ministério da Fazenda.

Parágrafo único. O estatuto definirá, inclusive, as políticas de aplicação, critérios e níveis de rentabilidade e de risco, questões operacionais da gestão administrativa e financeira e regras de supervisão prudencial do FFIE.

Art. 9º As demonstrações contábeis e os resultados das aplicações do FSB serão elaborados e apurados semestralmente, nos termos previstos pelo órgão central de contabilidade de que trata o inciso I do art. 17 da Lei nº 10.180, de 6 de fevereiro de 2001.

Art. 10. O Ministério da Fazenda encaminhará trimestralmente ao Congresso Nacional relatório de desempenho, conforme disposto em regulamento do FSB.

Art. 11. O FFIE deverá elaborar os demonstrativos contábeis de acordo com a legislação em vigor e conforme o estabelecido em estatuto.

Art. 12. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 24 de dezembro de 2008; 187º da Independência e 120º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

Guido Mantega

DECRETO Nº 7.055 DE 28 DE DEZEMBRO DE 2009.

Regulamenta o Fundo Soberano do Brasil - FSB, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 3º da Lei nº 11.887, de 24 de dezembro de 2008,

DECRETA:

**Subsecretaria de Planejamento Fiscal, Estatística e Contabilidade
Coordenação-Geral de Gestão do Fundo Soberano do Brasil**

**Relatório de Desempenho do Fundo Soberano do Brasil
2º Trimestre de 2010**

Art. 1º Este Decreto regulamenta o Fundo Soberano do Brasil - FSB, conforme dispõe o art. 3º da Lei nº 11.887, de 24 de dezembro de 2008.

Art. 2º Cabe à Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda:

I - realizar operações, praticar os atos que se relacionem com o objeto do FSB e exercer os direitos inerentes aos bens e direitos integrantes do Fundo, podendo adquirir e alienar títulos dele integrantes, observados os dispositivos legais e estatutários e determinações do Conselho Deliberativo do Fundo Soberano do Brasil - CDFSB; e

II - assessorar o CDFSB e o Ministro de Estado da Fazenda nos assuntos relacionados à operação do FSB, prestando-lhes todas as informações solicitadas.

Parágrafo único. A Secretaria do Tesouro Nacional deverá agir sempre no único e exclusivo benefício da União, empregando na defesa de seus direitos a diligência exigida pelas circunstâncias e praticando os atos necessários a assegurá-los, bem como administrando os recursos do FSB de forma judiciosa.

Art. 3º As aplicações do FSB deverão atender às suas finalidades, previstas no art. 1º da Lei nº 11.887, de 2008, observado o seguinte:

I - as aplicações em ativos financeiros no exterior deverão ter rentabilidade mínima equivalente à taxa *Libor (London Interbank Offered Rate)* de seis meses;

II - as aplicações em ativos financeiros no Brasil deverão ter rentabilidade mínima equivalente à Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP, fixada pelo Conselho Monetário Nacional; e

III - as aplicações do FSB serão realizadas em instrumentos financeiros emitidos por entidades que detenham grau de investimento atribuído por, no mínimo, duas agências de risco.

Art. 4º A execução orçamentária e financeira do FSB dar-se-á em unidade gestora específica no Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI, onde serão registrados individualmente todos os atos de gestão pertinentes.

Art. 5º O FSB terá suas contas auditadas pelos órgãos de controle da administração pública federal.

Art. 6º O exercício social do FSB será coincidente com o ano civil e encerra-se em 31 de dezembro de cada ano.

Art. 7º As demonstrações financeiras do FSB serão divulgadas semestralmente e conterão as seguintes notas explicativas:

I - valor de mercado dos ativos;

II - informações sobre os gastos com a taxa de administração do FSB e seus percentuais em relação ao patrimônio líquido médio semestral; e

III - informações sobre as despesas relativas à sua operacionalização.

Art. 8º A Secretaria do Tesouro Nacional elaborará, semestralmente, relatório de administração do FSB, que deverá conter, no mínimo:

I - descrição das operações realizadas no semestre, especificando, em relação a cada uma, os objetivos, os montantes dos investimentos efetuados, as receitas auferidas e a origem dos recursos investidos, bem como a rentabilidade apurada no período;

II - diretrizes de investimentos aprovadas pelo CDFSB;

III - informações sobre:

a) conjuntura econômica do segmento do mercado financeiro em que se concentrarem as operações do FSB, relativas ao semestre findo; e

b) cenário macroeconômico utilizado para o semestre seguinte;

IV - a rentabilidade nos últimos quatro semestres calendário; e

V - a relação dos encargos debitados ao FSB em cada um dos dois últimos exercícios, especificando valor e percentual em relação ao patrimônio líquido médio semestral em cada exercício.

Art. 9º O CDFSB autorizará o percentual máximo de cada classe de ativos que o gestor do FSB poderá manter, direta ou indiretamente, na carteira do Fundo.

Art. 10. Fica o Ministro de Estado da Fazenda autorizado a integralizar quotas no Fundo de que trata o art. 7º da Lei nº 11.887, de 2008, observadas as disposições legais e orçamentárias.

**Subsecretaria de Planejamento Fiscal, Estatística e Contabilidade
Coordenação-Geral de Gestão do Fundo Soberano do Brasil**

**Relatório de Desempenho do Fundo Soberano do Brasil
2º Trimestre de 2010**

Art. 11. O relatório de desempenho de que trata o art. 10 da Lei nº 11.887, de 2008, conterá, no mínimo, o valor de mercado dos ativos que compõem a carteira do FSB, separando os ativos externos e internos, bem como sua variação acumulada no trimestre e nos últimos doze meses, se for o caso.

Parágrafo único. O relatório será encaminhado ao Congresso Nacional até o último dia do trimestre subsequente ao trimestre de referência.

Art. 12. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 28 de dezembro de 2009; 188ª da Independência e 121ª da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

Nelson Machado

DECRETO Nº 7.113, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2010.

Institui o Conselho Deliberativo do Fundo Soberano do Brasil – CDFSB, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 6º da Lei nº 11.887, de 24 de dezembro de 2008,

DECRETA:

Art. 1º Fica instituído o Conselho Deliberativo do Fundo Soberano do Brasil - CDFSB, conforme dispõe o art. 6º da Lei nº 11.887, de 24 de dezembro de 2008.

Art. 2º O CDFSB será integrado pelos seguintes membros:

- I - Ministro de Estado da Fazenda, que o presidirá;
- II - Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão; e
- III - Presidente do Banco Central do Brasil.

Art. 3º Compete ao CDFSB:

- I - orientar a aplicação e o resgate dos recursos do Fundo Soberano do Brasil - FSB;
- II - resguardar os recursos de que trata a Lei nº 11.887, de 2008, buscando a sua adequação quanto ao risco e retorno dos investimentos;
- III - aprovar projetos de interesse estratégico nacional, de que trata o art. 1º da Lei nº 11.887, de 2008, atendidas as melhores práticas de governança, observado o disposto na regulamentação do inciso III do art. 3º da Lei nº 11.887, de 2008;
- IV - autorizar a aplicação de recursos para a destinação a que se refere o art 2º da Lei nº 11.887, de 2008;
- V - definir os limites de exposição das aplicações do FSB por classe de ativo, agente operador, mutuário e prazo;
- VI - aprovar metas de rentabilidade para cada classe de ativos do FSB;
- VII - elaborar a proposta orçamentária para o FSB, observado o disposto na regulamentação do inciso II do art. 3º da Lei nº 11.887, de 2008;
- VIII - aprovar a contratação de agentes operadores do FSB, de que trata o § 2º do art. 6º da Lei nº 11.887, de 2008;
- IX - elaborar parecer técnico demonstrando a pertinência de resgates junto ao FSB, conforme disposto no § 1º do art. 5º da Lei nº 11.887, de 2008;
- X - aprovar o relatório de administração e as demonstrações financeiras do FSB; e
- XI - aprovar, por unanimidade, o seu regimento interno.

§ 1º No exercício das competências previstas nos incisos I, II, V e VI, o CDFSB deverá observar o disposto na regulamentação do inciso I do art. 3º da Lei nº 11.887, de 2008.

**Relatório de Desempenho do Fundo Soberano do Brasil
2º Trimestre de 2010**

§ 2º O CDFSB reunir-se-á ordinariamente a cada trimestre e, extraordinariamente, por convocação do seu presidente.

§ 3º Os membros do CDFSB não farão jus a nenhuma espécie de remuneração pelo exercício de suas funções no Conselho, sendo sua atuação considerada de relevante interesse público.

Art. 4º O CDFSB deliberará mediante resoluções, que dependerão da aprovação de pelo menos dois de seus membros.

Art. 5º A Secretaria-Executiva do CDFSB será exercida pela Secretaria do Tesouro Nacional, do Ministério da Fazenda.

Art. 6º O CDFSB poderá instituir câmara consultiva técnica, composta por representantes dos Ministérios da Fazenda e do Planejamento, Orçamento e Gestão e do Banco Central do Brasil, com o objetivo de assessorar, discutir e propor resoluções pertinentes àquele Conselho.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 19 de fevereiro de 2010; 189ª da Independência e 122ª da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

Guido Mantega

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 487, DE 23 DE ABRIL DE 2010.

Altera a Lei nº 12.096, de 24 de novembro de 2009, que autoriza a concessão de subvenção econômica ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, em operações de financiamento destinadas à aquisição e produção de bens de capital e à inovação tecnológica; afasta a incidência de restrição à contração de novas dívidas pelos Estados na hipótese de revisão do programa de ajuste fiscal em virtude de crescimento econômico baixo ou negativo; autoriza a União a permutar ações de sua propriedade por participações societárias detidas por entidades da administração pública federal indireta, a deixar de exercer e a ceder o seu direito de preferência para a subscrição de ações em aumentos de capital de sociedades de economia mista federais, a emitir títulos da dívida pública mobiliária federal em substituição de ações de sociedades de economia mista federais detidas pelo Fundo de Garantia à Exportação - FGE, e a realizar aumento de capital em empresas estatais, mediante a transferência de direitos decorrentes de adiantamentos efetuados para futuro aumento de capital; altera a Lei no 10.260, de 12 de julho de 2001; e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 62 da Constituição, adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:

Art. 1º O art. 1º da Lei nº 12.096, de 24 de novembro de 2009, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Fica a União autorizada a conceder subvenção econômica ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, sob a modalidade de equalização de taxas de juros, nas operações de financiamento contratadas até 31 de dezembro de 2010, destinadas à aquisição e produção de bens de capital, à produção de bens de consumo para exportação e à inovação tecnológica.

**Subsecretaria de Planejamento Fiscal, Estatística e Contabilidade
Coordenação-Geral de Gestão do Fundo Soberano do Brasil**

**Relatório de Desempenho do Fundo Soberano do Brasil
2º Trimestre de 2010**

§ 1º O valor total dos financiamentos subvencionados pela União fica limitado ao montante de até R\$ 124.000.000.000,00 (cento e vinte e quatro bilhões de reais).

§ 5º O prazo a que se refere o caput poderá ser prorrogado por ato do Poder Executivo.

....." (NR)

Art. 2º A revisão de que trata o inciso IV do parágrafo único do art. 26 da Medida Provisória nº 2.192-70, de 24 de agosto de 2001, no caso de crescimento real baixo ou negativo do Produto Interno Bruto (PIB) nacional, regional ou estadual por período igual ou superior a quatro trimestres consecutivos, afastará o impedimento previsto na letra 'b' do § 5º do art. 3º da Lei nº 9.496, de 11 de setembro de 1997.

§ 1º Entende-se por baixo crescimento a taxa de variação real acumulada do PIB inferior a um por cento, no período correspondente aos quatro últimos trimestres.

§ 2º A taxa de variação será aquela apurada pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE ou por outro órgão que vier a substituí-la, adotada a mesma metodologia para apuração dos PIB nacional, estadual e regional.

Art. 3º Fica a União, por meio de ato do Poder Executivo, autorizada a:

I - observada a equivalência econômica entre as ações, permutar ações de sua propriedade representativas do capital social de empresas nas quais participe minoritariamente ou aquelas excedentes ao necessário para manutenção do controle acionário em sociedades de economia mista federais, por ações dessas sociedades e de empresas públicas federais pertencentes a entidades da administração pública federal indireta;

II - deixar de exercer o seu direito de preferência para a subscrição de ações em aumentos de capital de sociedades de economia mista federais, desde que mantido o controle do capital votante, com no mínimo cinquenta por cento, mais uma ação, do referido capital;

III - ceder o seu direito de preferência para a subscrição de ações em aumento de capital de sociedades de economia mista federais para fundo privado do qual seja cotista única;

IV - observada a equivalência econômica da operação, emitir títulos da dívida pública mobiliária federal, sob a forma de colocação direta, em substituição de ações de sociedades de economia mista federal detidas pelo Fundo de Garantia à Exportação - FGE; e

V - realizar aumento de capital em empresas públicas e sociedades de economia mista federais, mediante a transferência de direitos decorrentes de adiantamentos efetuados para futuro aumento de capital.

Art. 4º Os arts. 3º, 4º e 5º da Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 3º

II - ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, na qualidade de agente operador e de administrador dos ativos e passivos.

....." (NR)

"Art. 4º

§ 7º

I - a dilatação dos prazos previstos nos incisos I e V do art. 5º desta Lei;

....." (NR)

"Art. 5º

V - amortização: terá início no 19º (décimo nono) mês ao da conclusão do curso, ou antecipadamente, por iniciativa do estudante financiado, parcelando-se o saldo devedor em período equivalente a até 3 (três) vezes o prazo de permanência do estudante na condição de financiado, acrescido de 12 (doze) meses;

....." (NR)

Art. 5º A Lei nº 10.260, de 2001, passa a vigorar acrescida do seguinte artigo:

**Subsecretaria de Planejamento Fiscal, Estatística e Contabilidade
Coordenação-Geral de Gestão do Fundo Soberano do Brasil**

**Relatório de Desempenho do Fundo Soberano do Brasil
2º Trimestre de 2010**

"Art. 20-B. Até 30 de abril de 2011, o Banco do Brasil S.A. e a Caixa Econômica Federal atuarão com exclusividade como agentes financeiros do FIES." (NR)

Art. 6º Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 31 de dezembro de 2009 em relação ao art. 1o.

Art. 7º Ficam revogados:

I - as alíneas "a" e "b" do inciso V do caput do art. 5º e o § 13 do art. 10 da Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001.

II - o parágrafo único do art. 1º da Lei nº 11.145, de 26 de julho de 2005;

III - o art. 15 da Lei nº 12.189, de 12 de janeiro de 2010;

IV - o art. 1º da Lei 12.202, de 14 de janeiro de 2010, na parte em que altera o inciso II do art. 3º e as alíneas "a" e "b" do inciso V do caput do art. 5º da Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001;

V - o art. 1º da Lei nº 11.552, de 19 de novembro de 2007, na parte em que altera o inciso I do § 7º do art. 4o e o § 13 do art. 10 da Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001; e

VI - o art. 47 da Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, na parte em que altera o inciso V do art. 5º da Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001.

Brasília, 23 de abril de 2010; 189º da Independência e 122º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

Nelson Machado

Fernando Haddad

Miguel Jorge

DECRETO Nº 7.184, DE 27 DE MAIO DE 2010.

Autoriza o aumento do capital social do Banco do Brasil S.A. e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, incisos IV e VI, alínea "a", da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 4º do Decreto-Lei nº 1.678, de 22 de fevereiro de 1979, e na Medida Provisória nº 487, de 23 de abril de 2010,

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizado o aumento de capital social do Banco do Brasil S.A., com a emissão de até duzentos e oitenta e seis milhões de ações ordinárias, mediante oferta pública de distribuição primária de ações.

Art. 2º Para fins do aumento de capital de que trata o art. 1º, fica autorizado, a critério do Ministro de Estado da Fazenda:

I - o não exercício do direito de preferência pela União para a subscrição das ações, desde que mantido o controle do capital votante, com no mínimo cinquenta por cento, mais uma ação, do referido capital;

II - a cessão sem ônus, do direito de preferência da União para a subscrição de ações para o Fundo Fiscal de Investimentos e Estabilização - FFIE, de que trata a Lei nº 11.887, de 24 de dezembro de 2008.

Art. 3º Fica autorizada a manutenção sob a titularidade da União das sessenta milhões de ações ordinárias do Banco do Brasil S.A., a serem retiradas do Fundo Garantidor de Parcerias Público-Privadas - FGP na forma dos Decretos nºs 6.902, de 20 de julho de 2009, e 6.951, de 27 de agosto de 2009, que não foram utilizadas na subscrição de cotas do Fundo de Garantia a Empreendimentos de Energia Elétrica - FGEE.

Art. 4º Fica autorizada, observada a equivalência econômica da operação, a emissão de títulos da dívida pública mobiliária federal, sob a forma de colocação direta, em substituição de até noventa milhões ações ordinárias de emissão do Banco do Brasil S.A. detidas pelo Fundo de Garantia à Exportação - FGE.

Subsecretaria de Planejamento Fiscal, Estatística e Contabilidade
Coordenação-Geral de Gestão do Fundo Soberano do Brasil

Relatório de Desempenho do Fundo Soberano do Brasil
2º Trimestre de 2010

§ 1º O valor das ações deverá ser apurado com base na média ponderada da cotação média diária das ações com negociação na Bolsa de Valores de São Paulo - BOVESPA, nos pregões de 1º a 30 de abril de 2010.

§ 2º A operação será formalizada mediante instrumento contratual a ser firmado pelas partes, sendo a União representada pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

Art. 5º Fica o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES autorizado a adquirir e alienar até sessenta e três milhões de ações ordinárias de emissão do Banco do Brasil S.A., de propriedade da União, detidas pelo FGE.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, de de 2010; 189º da Independência e 122º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

Guido Mantega

Miguel Joao Jorge Filho

Anexo IV- Carteira Diária FFIE – 30/06/2010

Relatório de Desempenho do Fundo Soberano do Brasil 2º Trimestre de 2010

BB DTVM

Carteira Diária Detalhada para Renda Fixa

Carteira: 4684 - FUNDO FISCAL INVESTIMENTO INVESESTABIL

Posição em: 30/06/2010 Ou

Emissão em: 01/07/2010 Qui 10:50:30

Tipo Carteira: Fundo Multimercado

Administrador: BB Gestão de Recursos DTVM S/A

Grupo

Moeda: Real

Título	Espec	Nome	Quant Anul	PU Custo	Custo Atual	PU Mercado	Montado Atual	Mdtr	De Agilz	De Venc	Taxa RC
ATIV D	100,00		10.409.417,00		17.323.939.033,28		17.323.939.033,28	100,00			
DISPONIVEL			0,00		54.458,58		54.458,58	0,00			
DEPOSITOS C/C NO PAIS	100,00		0,00		54.458,58		54.458,58	0,00			
B.A.	100,00	BANCO SANTILL	0	0,00	54.458,58	0,00	54.458,58	0,00			0,00
OPERACOES COMPROMISSADAS	100,00		453.691,00		1.928.878.783,98		1.928.878.783,98	44,49			
OPERACAO COMPROMISSADA-1 DIA	100,00		453.691,00		1.928.878.783,98		1.928.878.783,98	44,49			
CICLO-7-23-23	100,00	OP. COMPROMISS	453.691,00	4.260.817,014	1.928.878.783,98	4.260.817,014	1.928.878.783,98	11,19	22/06/2010	03/07/2010	11,30
TESOURO NACIONAL-POS	100,00		3.893.475,00		8.641.366.132,31		8.582.600.397,01	33,14			
LETRA FINANCEIRA DO TESOURO	100,00		884.353,00		2.893.715.242,80		2.823.747.134,24	14,97			
LETF117176	100,00	LETF	184.153,00	4.373.49223387	786.975.411,60	4.373.49223387	786.975.411,60	4,87	22/12/2009	16/03/2011	5,00
LETF117176	100,00	LETF	500.000,00	4.373.47766224	2.116.738.831,17	4.373.51326101	2.136.764.651,66	12,40	16/03/2010	07/04/2010	12,30
NOTA DO TESOURO NACIONAL-B	100,00		3.167.932,00		9.727.430.879,60		6.669.359.269,60	35,21			
NTN-B-PACSAO	100,00	NTN-B	1.161.373,00	1.858.42023193	2.183.945.819,23	1.858.42023193	2.137.416.458,22	18,59	25/12/2008	18/09/2012	18,30
NTN-B-PACSAO	100,00	NTN-B	500.000,00	1.828.87464666	1.203.224.829,99	1.828.87464666	1.115.167.350,66	6,62	25/12/2008	16/03/2012	6,50
NTN-B-PACSAO	100,00	NTN-B	660.000,00	1.718.80549572	1.130.223.832,22	1.815.58451102	1.245.139.230,40	7,23	25/12/2009	19/08/2012	7,10
NTN-B-PACSAO	100,00	NTN-B	500.000,00	1.628.87777140	885.936.782,81	1.868.98946904	1.121.361.709,40	6,51	25/12/2008	18/09/2012	6,40
NTN-B-PACSAO	100,00	NTN-B	56.330,00	1.876.78222665	104.662.893,00	1.936.48117300	108.681.783,46	5,43	19/02/2009	18/08/2012	5,30
NTN-B-PACSAO	100,00	NTN-B	18.600,00	1.639.34590065	91.211.909,35	1.868.98946904	34.765.192,79	2,20	25/12/2009	18/08/2012	2,10
NTN-B-PACSAO	100,00	NTN-B	10.000,00	1.850.43225902	19.506.832,59	1.943.62894008	19.436.409,94	1,11	25/12/2009	18/08/2012	1,10
NTN-B-PACSAO	100,00	NTN-B	10.000,00	1.951.38122403	19.612.612,24	1.852.62865407	18.436.564,94	1,11	25/12/2008	18/08/2012	1,10
NTN-B-PACSAO	100,00	NTN-B	15.000,00	1.851.38222400	29.270.713,35	1.852.62865400	29.164.120,41	1,17	25/12/2009	18/08/2012	1,10
NTN-B-PACSAO	100,00	NTN-B	263,00	1.855.27714829	501.037,89	1.681.25840203	697.635,69	0,70	24/02/2012	16/08/2015	0,80
NTN-B-PACSAO	100,00	NTN-B	1.487,00	1.855.27717652	2.833.147,16	1.852.25840200	2.811.379,24	1,00	24/02/2012	16/08/2015	1,00
NTN-B-PACSAO	100,00	NTN-B	25.486,00	1.922.80733417	49.016.259,74	1.858.42023103	19.461.877,95	1,29	24/02/2012	18/08/2012	1,30
NTN-B-PACSAO	100,00	NTN-B	9.354,00	1.852.58782426	17.887.012,88	1.858.42023103	17.761.705,16	1,19	24/02/2012	18/08/2012	1,20
NTN-B-PACSAO	100,00	NTN-B	19.730,00	1.959.82037064	27.456.172,33	1.915.95184202	27.744.268,73	1,00	24/02/2012	18/08/2012	1,00
TESOURO NACIONAL-PNE	100,00		6.595.251,00		5.301.072.400,43		5.311.991.654,46	25,65			
LETRA TESOURO NACIONAL	100,00		4.000.001,00		2.802.512.654,81		2.788.712.514,43	21,97	24/02/2012	03/07/2012	12,40
NTN-B-PACSAO	100,00	NTN-B	4.000.001,00	580.43542854	2.802.512.654,81	946.43775907	1.768.712.514,43	21,97	24/02/2012	03/07/2012	12,40
NOTA TESOURO NACIONAL-F	100,00		2.595.250,00		2.495.529.735,62		2.516.281.140,03	14,66			
NTN-B-PACSAO	100,00	NTN-B	1.013.000,00	1.013.52512125	1.013.525.521,60	1.020.60812005	1.020.401.323,00	0,70	25/12/2008	23/07/2012	10,30
NTN-B-PACSAO	100,00	NTN-B	1.100.000,00	915.81121640	2.064.403.109,04	1.022.23977800	1.102.481.215,90	6,40	25/12/2008	03/07/2012	10,30
NTN-B-PACSAO	100,00	NTN-B	36.190,00	951.74894803	77.786.981,63	1.022.23977800	31.764.701,20	0,70	06/03/2009	03/07/2012	12,50
NTN-B-PACSAO	100,00	NTN-B	45.000,00	964.04317609	64.612.932,44	1.022.23977800	63.164.841,57	1,18	12/01/2010	03/07/2012	12,50

07/06/2010 Correção de Erros e Ajustes

Desempenho da Carteira

Página 1 de 1

Subsecretaria de Planejamento Fiscal, Estatística e Contabilidade
Coordenação-Geral de Gestão do Fundo Soberano do Brasil

Relatório de Desempenho do Fundo Soberano do Brasil
2º Trimestre de 2010

BB DTVM

Carteira Diária
Detalhada para Renda Fixa

Posição em: 30/05/2010 Qua
Emissão em: 01/07/2010 Qui 10:50:30

Carteira: 4684 - FUNDO FISCAL INVESTIMENTO INVESTABILI

Tipo Carteira: Fundo Multimesado

Administrador: SB Gestão de Recursos DTVM S/A

Moeda: Real

Grupo	Nome	Exercício	Quant. Atual	PU Custo	Custo Atual	PU Mercado	Mercado Atual	% Ativ	Dt. Ativa	Dt. Venc.	Taxa RC
ATIVO		10000									
TESOURO NACIONAL-PRE		107,00	10.809.617,00		17.212.929.013,24		17.212.929.013,24	100,00			
			6.505.250,00		4.301.072.400,43		4.311.093.884,45	24,41			
NOTA TESOUREIRO NACIONAL-F		107,00	2.505.250,00		2.498.529.735,82		2.526.383.640,03	24,34			
NTN-P005632 NTN-F		002	74.000,00		72.021.366,37		912.004.694,00	5,19	26/05/2009	21/01/2017	12,00 37
NTN-P005634 NTN-F		002	12.000,00		12.353.989,05		1.032.353.760,00	2,19	15/05/2009	01/01/2011	12,00 32
NTN-P039204 NTN-F		003	1.000,00		1.411.628,60		1.904.599,36	0,03	16/12/2009	01/01/2017	12,00 32
NTN-P0056402 NTN-F		002	59.150,00		68.965.486,50		55.281.509,81	6,24	18/12/2009	01/01/2012	12,00 32
NTN-P039204 NTN-F		002	10.000,00		61.198.045,64		61.021.276,00	0,70	25/12/2009	01/01/2012	12,00 32
NTN-P039212 NTN-F		002	135.000,00		131.874.012,56		122.226.794,78	1,12	08/01/2010	21/01/2014	12,00 37
RENDIMENTOS A APROPRIAR		147,00	0,00		0,00		0,00	0,00			
RENDIMENTOS DIVERSOS		147,00	0,00		0,00		0,00	0,00			
BALANÇO		002	0,00		-197.458.325,12		0,00	0,00			2,00 2
BALANÇO		002	0,00		197.458.325,12		0,00	0,00			2,00 98
RA OP. CORRETA		002	0,00		-740.799,81		0,00	0,00			3,00 2
RA OP. CORRETA		002	0,00		740.799,81		0,00	0,00			3,00 98
VALOR DE APROPRIAÇÃO		148,00	0,00		361.755.629,33		0,00	0,00			
VALOR DE APROPRIAÇÃO		148,00	0,00		361.755.629,33		0,00	0,00			
VALOR DE APROPRIAÇÃO		002	0,00		-776.264,93		0,00	0,00			2,00 98
VALOR DE APROPRIAÇÃO		002	0,00		776.264,93		0,00	0,00			2,00 98
VALOR DE APROPRIAÇÃO		002	0,00		-1.457.032.893,72		0,00	0,00			3,00 98
VALOR DE APROPRIAÇÃO		002	0,00		1.457.032.893,72		0,00	0,00			3,00 98
VALOR DE APROPRIAÇÃO		002	0,00		808.366,45		0,00	0,00			2,00 98
VALOR DE APROPRIAÇÃO		002	0,00		612.539.896,34		0,00	0,00			2,00 98
VALOR DE APROPRIAÇÃO		002	0,00		1.407.675.374,59		0,00	0,00			2,00 98
VALOR DE APROPRIAÇÃO		002	0,00		495.597.897,83		0,00	0,00			2,00 98
TAXAS DIFERIDAS		162,00	0,00		1.659,25		1.617,25	0,00			
TAXA ANUID - DIFERIDA		162,00	0,00		374,06		374,06	0,00			
TAXA ANUID - DIFERIDA		162,00	0,00		174,06		174,06	0,00			
TAXA CVM - DIFERIDA		162,00	0,00		1.045,17		1.045,17	0,00			
TAXA CVM - DIFERIDA		162,00	0,00		1.045,17		1.045,17	0,00			
PA 55 TIVO		200,00	0,00		17.212.929.013,24		17.212.929.013,24	100,00			
VALORES A PAGAR		211,00	0,00		768.465,75		768.465,75	0,00			

Page 2 de 2

Desempenho e Gestão - Base Operacional

01/07/2010, 09:05:00, 09:05:00, 09:05:00

Subsecretaria de Planejamento Fiscal, Estatística e Contabilidade
Coordenação-Geral de Gestão do Fundo Soberano do Brasil

SECRETARIA DO TESOUREIRO NACIONAL

ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO P, 2º ANDAR

70048-900 - BRASÍLIA - DF

ELSF

AVN 318/2010-MF

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 11.887, DE 24 DE DEZEMBRO DE 2006.

Cria o Fundo Soberano do Brasil - FSB, dispõe sobre sua estrutura, fontes de recursos e aplicações e dá outras providências.

.....

Art. 7º A União, com recursos do FSB, poderá participar como cotista única de Fundo Fiscal de Investimentos e Estabilização - FFIE, a ser constituído por instituição financeira federal, observadas as normas a que se refere o inciso XXII do art. 4º da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964.

§ 1º O FFIE terá natureza privada, patrimônio próprio separado do patrimônio do cotista e estará sujeito a direitos e obrigações próprias.

§ 2º A integralização das cotas do FFIE será autorizada por decreto mediante proposta do Ministro de Estado da Fazenda.

§ 3º O FFIE terá por finalidade promover a aplicação em ativos no Brasil e no exterior, com vistas na formação de poupança pública, mitigação dos efeitos dos ciclos econômicos e fomento a projetos de interesse estratégico do País localizados no exterior.

§ 4º O FFIE responderá por suas obrigações com os bens e direitos integrantes de seu patrimônio, não respondendo o cotista por qualquer obrigação do FFIE, salvo pela integralização das cotas que subscrever.

§ 5º A dissolução do FFIE dar-se-á na forma de seu estatuto e seus recursos retornarão ao FSB.

§ 6º Sobre operações de crédito, câmbio e seguro e sobre rendimentos e lucros do fundo de que trata o caput deste artigo não incidirá nenhum imposto ou contribuição social de competência da União.

Art. 10. O Ministério da Fazenda encaminhará trimestralmente ao Congresso Nacional relatório de desempenho, conforme disposto em regulamento do FSB.

.....

ELSF

DECRETO Nº 7.055 DE 28 DE DEZEMBRO DE 2009.

Regulamenta o Fundo Soberano do Brasil - FSB, e dá outras providências.

.....

Art. 11. O relatório de desempenho de que trata o art. 10 da Lei nº 11.887, de 2008, conterà, no mínimo, o valor de mercado dos ativos que compõem a carteira do FSB, separando os ativos externos e internos, bem como sua variação acumulada no trimestre e nos últimos doze meses, se for o caso.

Parágrafo único. O relatório será encaminhado ao Congresso Nacional até o último dia do trimestre subsequente ao trimestre de referência.

.....

DECRETO Nº 7.113, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2010.

Institui o Conselho Deliberativo do Fundo Soberano do Brasil – CDFSB, e dá outras providências.

.....

DECRETO Nº 7.184, DE 27 DE MAIO DE 2010.

Autoriza o aumento do capital social do Banco do Brasil S.A. e dá outras providências.

.....

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 487, DE 23 DE ABRIL DE 2010.

~~Altera a Lei no 12.096, de 24 de novembro de 2009, que autoriza a concessão de subvenção econômica ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, em operações de financiamento destinadas à aquisição e produção de bens de capital e à inovação tecnológica; afasta a incidência de restrição à contratação de novas dívidas pelos Estados na hipótese de revisão do programa de ajuste fiscal em virtude de crescimento econômico baixo ou negativo; autoriza a União a permutar ações de sua propriedade por participações societárias detidas por entidades da administração pública federal indireta, a deixar de exercer e a ceder o seu direito de preferência para a subscrição de ações em aumentos de capital de sociedades de economia mista federais, a emitir títulos da dívida pública mobiliária federal em substituição de ações de sociedades de economia mista federais detidas pelo Fundo de Garantia à Exportação – FGE, e a realizar aumento de capital em empresas estatais, mediante a transferência de direitos decorrentes de adiantamentos efetuados para futuro aumento de capital; altera a Lei no 10.260, de 12 de julho de 2001; e dá outras providências.~~

.....

(À Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A Presidência recebeu do Excelentíssimo Senhor Presidente da República, nos termos do § 4º do art. 70 da Lei nº 12.017, de 12 de agosto de 2009, a **Mensagem nº 168, de 2010-CN** (nº 652/2010, na origem), que encaminha ao Congresso Nacional o Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas, referente ao quinto bimestre de 2010.

Nos termos do art. 120 da Resolução nº 1, de 2006–CN, fica estabelecido o seguinte calendário para tramitação da matéria:

Leitura: 22-11-2010

até 27-11 prazo para publicação e distribuição dos avulsos da matéria;
até 12-12 prazo para apresentação de relatório;
até 17-12 prazo para apresentação de emendas ao relatório; e
até 3-2-2011 prazo para apresentação, publicação, distribuição e votação do relatório e encaminhamento do parecer da CMO à Mesa do Congresso Nacional.

A matéria será publicada no **Diário do Senado Federal** de 23 de novembro do corrente.

A mensagem vai à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Será feita comunicação à Câmara dos Deputados

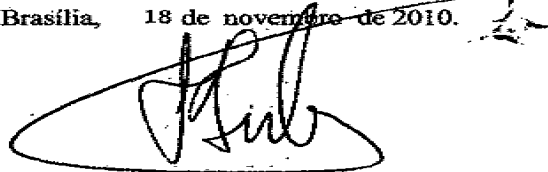
É a seguinte a Mensagem:

MENSAGEM Nº 168, DE 2010-CN (nº 652/2010, na origem)

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do § 4º do art. 70 da Lei nº 12.017, de 12 de agosto de 2009, encaminho a Vossas Excelências o Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas, destinado à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional, de conformidade com a inclusa Exposição de Motivos dos Senhores Ministros de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão e da Fazenda.

Brasília, 18 de novembro de 2010.



EM Interministerial nº 00336/2010/MP/MF

Brasília, 16 de novembro de 2010.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. O art. 8º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, e o art. 69 da Lei nº 12.017, de 12 de agosto de 2009, Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2010, LDO-2010, determinam, para os Poderes e para o Ministério Público da União – MPU, o estabelecimento da programação financeira e do cronograma anual de desembolso mensal em até trinta dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual.

2. Tendo em vista a publicação da Lei Orçamentária de 2010, Lei nº 12.214, de 26 de janeiro de 2010, LOA-2010, em 27 de janeiro de 2010, o Poder Executivo editou o Decreto nº 7.094, de 3 de fevereiro de 2010, contendo sua programação orçamentária e financeira, com o cronograma mensal de desembolso.

3. O art. 9º da LRF dispõe que, se verificado ao final de um bimestre que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais, os Poderes e o MPU promoverão, por ato próprio e nos montantes necessários, nos trinta dias subsequentes, limitação de empenho e movimentação financeira, segundo os critérios fixados pela Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO.

4. A LDO-2010, por sua vez, estabelece em seu art. 70 que, caso seja necessário efetuar a limitação de empenho e movimentação financeira de que trata o art. 9º da LRF, o Poder Executivo apurará o montante necessário e informará a cada um dos órgãos referidos no art. 20 da LRF, até o vigésimo dia após o encerramento do bimestre. O § 4º do citado art. 70 determina que o Poder Executivo encaminhe ao Congresso Nacional e aos órgãos de outros Poderes da União, até o vigésimo dia após o encerramento do bimestre, relatório contendo as premissas e as principais hipóteses utilizadas na apuração do montante de limitação.

5. Por ocasião do término do primeiro bimestre, o Poder Executivo realizou uma atualização dos parâmetros econômicos e reestimou o montante de receitas primárias e de despesas primárias obrigatórias. O resultado dessa avaliação foi a necessidade do estabelecimento de limitação de empenho e movimentação financeira e de pagamento em relação à LOA-2010 em R\$ 21,8 bilhões, conforme detalhado em relatório encaminhado aos outros Poderes da União em 19 de março de 2010, por meio das Mensagens Presidenciais nºs 122, 123, 124, 125 e 126.

6. Encerrado o segundo bimestre de 2010, foi efetuada a reavaliação das receitas e das despesas primárias do Governo Federal. Verificou-se, então, a necessidade de limitação adicional de empenho e movimentação financeira e de pagamento, em relação à primeira avaliação bimestral de 2010, no montante de R\$ 7,6 bilhões. Ademais, a redução total de despesas primárias – obrigatórias e discricionárias – atingiu o valor de R\$ 10,0 bilhões, cujo detalhamento consta do relatório encaminhado aos outros Poderes da União em 20 de maio de 2010, por meio das Mensagens Presidenciais nºs 246, 247, 248, 249 e 250.

7. Ao final do terceiro bimestre de 2010, as receitas e as despesas primárias do Governo Federal novamente foram reavaliadas, constatando-se a possibilidade de ampliação do limites de empenho e movimentação financeira em R\$ 2,5 bilhões. Os fatores que levaram a esse resultado foram explicitados no relatório encaminhado aos outros Poderes da União em 20 de julho de 2010, por meio das Mensagens Presidenciais nºs 414, 415, 416, 417 e 418.

8. Terminado o quarto bimestre de 2010, o Poder Executivo, com base em nova reavaliação das receitas e despesas primárias do Governo Federal, verificou a possibilidade de ampliação dos limites de empenho e movimentação financeira em R\$ 1,7 bilhão. As descrições das projeções que levaram a esse resultado constam do relatório encaminhado aos outros Poderes da União em 20 de setembro de 2010, por meio das Mensagens Presidenciais nºs 558, 559, 550, 551 e 552.

9. Finalizado o quinto bimestre, atualizou-se os parâmetros macroeconômicos para refletir a realidade e as expectativas até o final do exercício e reestimou-se as receitas e as despesas primárias do Governo Federal com base em valores realizados até o mês de outubro. Assim, verificou-se mais uma vez a possibilidade de ampliação dos limites de empenho e movimentação financeira em R\$ 10,0 bilhões para a execução de créditos extraordinários e R\$ 8,6 bilhões para as demais despesas discricionárias em relação ao valor da quarta avaliação bimestral de 2010, nos termos do art. 9º da LRF.

10. É importante ressaltar que foram incluídas as receitas e as despesas decorrentes da capitalização da Petrobras pela União, que possibilitaram um resultado primário positivo para o Governo Central no montante de R\$ 31,9 bilhões. Esse resultado decorreu da inclusão da receita obtida pelo Tesouro Nacional com a cessão onerosa de 5 bilhões de barris de petróleo àquela empresa estatal, que totalizou R\$ 74,8 bilhões, enquanto a despesa com a capitalização da empresa, por meio da emissão de títulos públicos, foi de R\$ 42,9 bilhões.

11. Relativamente à meta das estatais federais no âmbito do Programa de Dispendios Globais, assim como foi feito em 2009 com o grupo Petrobras, propõe-se agora a exclusão da apuração relativa às empresas do Grupo Eletrobras. O governo está conferindo tratamento específico a este Grupo, excluindo-o do cálculo do resultado fiscal do setor público, o que implica na retirada dos estoques de ativos e de passivos da empresa do cálculo da Dívida Líquida do Setor Público - DLSP, com os fluxos futuros de transações da empresa deixando de afetar a DLSP e as Necessidades de Financiamento do Setor Público - NFSP. Cabe mencionar que, tendo em vista a posição credora líquida do grupo Eletrobras, o impacto da exclusão no nível da dívida líquida do setor público é de cerca de 0,05 ponto percentual. No entanto, mesmo como o menor resultado primário para o Governo Federal, a dívida terá trajetória decrescente, passando de 43,3% do PIB em 2009 para cerca de 40,8% do PIB em 2010.

12. Este procedimento encontra-se em linha com a metodologia e as práticas internacionais da maioria dos países que reconhecem a situação específica de empresas que não são totalmente públicas. No caso das empresas do grupo Eletrobras, considera-se que estas aprimoraram nos últimos anos seu padrão de governança corporativa, componente fundamental para o alcance de objetivos estratégicos de crescimento, de lucratividade e de posição de mercado tanto nacional quanto internacionalmente.

13. A Eletrobras é uma empresa transparente e acompanhada de forma bastante próxima pelos mercados nacional e internacional, sendo objeto de avaliação por parte de agências de *rating*, com classificação de risco BBB (a mesma do Brasil) tanto pela *Fitch Ratings* como pela *Standard*

& Poor's. O nível de endividamento e de alavancagem é monitorado e não pode ser excessivo, uma vez que poderia prejudicar a avaliação de risco da empresa, dificultando seu acesso a financiamentos nos mercados nacional e internacional. Ademais, a manutenção das restrições fiscais ao grupo Eletrobras provoca distorções nas decisões gerenciais da empresa, em particular quanto à limitação das possibilidades de conduzir investimentos em projetos economicamente viáveis, comprometendo, assim, sua capacidade competitiva no setor em que atua.

14. Com tal exclusão, propõe-se, adicionalmente, que as empresas estatais federais do setor produtivo mantenham equilíbrio fiscal com resultado primário neutro para o conjunto delas. Dessa forma, o Poder Executivo encaminhará ao Congresso Nacional Projeto de Lei com proposta de mudança da meta de resultado primário, alterando o art. 2º e o Anexo IV da LDO-2010, contemplando a redução mencionada. Assim, a presente avaliação leva em consideração as novas metas propostas, quais sejam: 2,15% do PIB para os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social e 0% do PIB para o Programa de Dispendios Globais das empresas estatais federais.

15. Em relação aos parâmetros macroeconômicos, o crescimento real do Produto Interno Bruto – PIB em 2010 foi estimado em 7,5% e o índice de inflação (Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA) mantido em 5,1%, compatível com a meta de inflação perseguida pela política monetária e com a trajetória para este índice observada até o momento.

16. A revisão das estimativas de receita líquida de transferências a Estados e Municípios, exceto Contribuição ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS, e considerando a cessão onerosa dos 5 bilhões de barris de petróleo à Petrobras, demonstrou um acréscimo de R\$ 65,4 bilhões em relação à quarta avaliação bimestral de 2010.

17. No que tange às receitas administradas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB/MF, exceto a Contribuição para o RGPS, a arrecadação dos meses de setembro e outubro mostrou um acréscimo em vários itens de receita. Entretanto, os substanciais decréscimos no Imposto sobre a Renda – IR, no Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI e na Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL, além de uma redução menos expressiva na Cide-Combustíveis, indicaram uma previsão R\$ 321,9 milhões menor que aquela contida na quarta avaliação bimestral. Para os meses de novembro e dezembro, foi mantida a projeção anterior.

18. Nas demais receitas primárias do Governo Central, há expectativa de acréscimo, em relação ao montante estimado na quarta avaliação bimestral de 2010, da ordem de R\$ 62,1 bilhões, concentrada nas operações com ativos, item no qual está incluída a cessão onerosa de 5 bilhões de barris de petróleo à Petrobras. Entretanto, houve redução nas previsões para as receitas de concessões, cota-parte de compensações financeiras, receita própria e demais receitas.

19. As despesas primárias de execução obrigatória, exceto as despesas do RGPS, sofreram acréscimo líquido no montante de R\$ 46,4 bilhões. Os itens que tiveram sua projeção majorada foram Pessoal e Encargos Sociais, Benefícios de Prestação Continuada da LOAS, Renda Mensal Vitalícia, Sentenças Judiciais, Subsídios, Subvenções e Proagro, Fundo de Desenvolvimento da Amazônia e Fundo de Desenvolvimento do Nordeste, Capitalização da Petrobrás pela União e

Despesas Custeadas com Recursos de Doações. Por outro lado, as despesas com Anistiados e Custeadas com Recursos de Convênios sofreram decréscimo na previsão. Além disso, tendo em vista a proximidade do final do exercício, está sendo prevista a não utilização da Reserva de Contingência primária no montante de R\$ 150,0 milhões. Os outros itens de despesas obrigatórias mantiveram a projeção da quarta avaliação bimestral de 2010, face à execução até o momento. Cabe ressaltar, também, que foram consideradas as expectativas de créditos adicionais para despesas discricionárias dos Poderes Judiciário e Legislativo e do MPU, que totalizam R\$ 91,4 milhões.

20. Em relação ao resultado do RGPS, a projeção atual reduz a expectativa de arrecadação da receita previdenciária em R\$ 290,0 milhões e de despesas com sentenças judiciais em R\$ 288,9 milhões, tendo como consequência uma pequena variação na projeção do déficit previdenciário de R\$ 1,1 milhão.

21. Devido à revisão do PIB, a meta de resultado primário do Governo Central, em valores nominais, está R\$ 315,3 milhões maior que a prevista na quarta avaliação bimestral de 2010.

22. Diante da combinação dos fatores citados, será possível a ampliação dos limites de empenho e movimentação financeira das despesas discricionárias, em relação à quarta avaliação bimestral de 2010, no montante de R\$ 10,0 bilhões para a execução de créditos extraordinários e R\$ 8,6 bilhões para as demais despesas discricionárias, conforme demonstrado a seguir:

		R\$ milhões
Discriminação		Variações em relação à 4ª Avaliação Bimestral de 2010
1.	Receita Primária Total, exceto Contribuição para o RGPS	61.804,4
2.	Transferências a Estados e Municípios	(3.628,5)
3.	Receita Líquida (1 - 2)	65.432,9
4.	Despesas Obrigatórias, exceto Benefícios Previdenciários	46.445,2
5.	Créditos Adicionais dos Poderes Legislativo e Judiciário e do MPU	91,4
6.	Déficit do RGPS	1,1
7.	Meta de Resultado Primário	315,3
8.	Créditos Extraordinários	9.968,2

9. Ampliação de Despesas Discricionárias, exceto créditos extraordinários

8.611,7

(3 - 4 - 5 - 6 - 7 - 8)

23. Conforme disposto no art. 70 da LDO-2010, essa ampliação deve ser distribuída entre os Poderes e o MPU de acordo com a participação de cada um na base contingenciável. Assim, a ampliação dos limites de empenho e movimentação financeira que cabe aos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e ao MPU é de, respectivamente, R\$ 18.287,3 milhões (sendo R\$ 9.968,2 milhões reservados à execução de créditos extraordinários), R\$ 56,9 milhões, R\$ 208,5 milhões e R\$ 27,1 milhões e deve ser comunicada pelo Poder Executivo aos outros Poderes e ao MPU até o vigésimo dia após o encerramento do bimestre.

24. Diante do exposto, submetemos à consideração de Vossa Excelência o relatório de avaliação das receitas e das despesas primárias do quinto bimestre de 2010, em anexo, elaborado em observância ao disposto no art. 70 da LDO-2010, propondo seu encaminhamento à Comissão Mista a que se refere o § 1º do art. 166 da Constituição, bem como cópia deste aos Poderes Legislativo, Judiciário e ao MPU.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Paulo Bernardo Silva, Guido Mantega

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DO QUINTO BIMESTRE DE 2010

(Art. 70 da Lei nº 12.017, de 12 de agosto de 2009, LDO-2010).

Documento a ser encaminhado à Comissão Mista de que trata o art. 166, § 1º, da Constituição, e aos Poderes Legislativo, Judiciário e Ministério Público da União.

Novembro/2010

SUMÁRIO

1. **Avaliação das Receitas e Despesas Primárias**
2. **Parâmetros (LDO-2010, art. 70, § 4º, inciso II)**
3. **Análise das Receitas Primárias, exceto Regime Geral de Previdência Social - RGPS (LDO-2010, art. 70, § 4º, incisos I e IV)**
4. **Análise das Despesas Obrigatórias, exceto Regime Geral de Previdência Social - RGPS (LDO-2010, art. 70, § 4º, incisos I e III)**
5. **Receitas e Despesas do Regime Geral de Previdência Social - RGPS (LDO-2010, art. 70, § 4º, incisos I, III e IV)**
6. **Montante da Ampliação e Distribuição entre os Poderes**

ANEXOS

ANEXO I: Memória de Cálculo da Receita Previdenciária (LDO-2010, art. 70, § 4º, incisos I e IV)

ANEXO II: Memória de Cálculo das Empresas Estatais Federais (LDO-2010, art. 70, § 4º, inciso V)

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DO QUINTO BIMESTRE DE 2010

Em 16 de novembro de 2010

(Em cumprimento ao art. 70 da LDO-2010)

1. AVALIAÇÃO DAS RECEITAS E DESPESAS PRIMÁRIAS

O art. 8º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, e o art. 69 da Lei nº 12.017, de 12 de agosto de 2009, Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2010, LDO-2010, determinam, para os Poderes e para o Ministério Público da União – MPU, o estabelecimento da programação financeira e do cronograma anual de desembolso mensal em até trinta dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual.

Tendo em vista a publicação da Lei Orçamentária de 2010, Lei nº 12.214, de 26 de janeiro de 2010, LOA-2010, em 27 de janeiro de 2010, o Poder Executivo editou o Decreto nº 7.094, de 3 de fevereiro de 2010, contendo sua programação orçamentária e financeira, com o cronograma mensal de desembolso.

O art. 9º da LRF dispõe que, se verificado ao final de um bimestre que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais, os Poderes e o MPU promoverão, por ato próprio e nos montantes necessários, nos trinta dias subsequentes, limitação de empenho e movimentação financeira, segundo os critérios fixados pela Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO.

A LDO-2010, por sua vez, estabelece em seu art. 70 que, caso seja necessário efetuar a limitação de empenho e movimentação financeira de que trata o art. 9º da LRF, o Poder Executivo apurará o montante necessário e informará a cada um dos órgãos referidos no art. 20 daquela Lei até o vigésimo dia após o encerramento do bimestre.

Adicionalmente, o § 4º do citado art. 70 determina que o Poder Executivo encaminhe ao Congresso Nacional e aos órgãos relativos aos outros Poderes da União, até o vigésimo dia após o encerramento do bimestre, relatório que será apreciado pela Comissão Mista de que trata o art. 166, § 1º, da Constituição, contendo:

- a) a memória de cálculo das novas estimativas de receitas e despesas primárias e a demonstração da necessidade da limitação de empenho e movimentação financeira nos percentuais e montantes estabelecidos por órgão;
- b) a revisão dos parâmetros e das projeções das variáveis de que tratam o inciso XXV do Anexo III e o Anexo de Metas Fiscais da LDO-2010;
- c) a justificação das alterações de despesas obrigatórias, explicitando as providências que serão adotadas quanto à alteração da respectiva dotação orçamentária, bem como os efeitos dos créditos extraordinários abertos;
- d) os cálculos da frustração das receitas primárias, que terão por base demonstrativos atualizados de que trata o inciso XII do Anexo III da LDO-2010, e

demonstrativos equivalentes, no caso das demais receitas, justificando os desvios em relação à sazonalidade originalmente prevista; e

e) a estimativa atualizada do superávit primário das empresas estatais, acompanhada da memória dos cálculos para as empresas que responderem pela variação.

Cumprе ressaltar que, apesar de o art. 9º da LRF exigir avaliação da receita orçamentária, torna-se também necessário proceder, para fins de uma completa avaliação para cumprimento das metas, à análise do comportamento das despesas primárias de execução obrigatória, uma vez que suas reestimativas em relação às dotações constantes da Lei Orçamentária podem afetar a obtenção do resultado primário.

Conforme determinado no inciso III do § 4º do art. 70 da LDO-2010, se verificada elevação na estimativa dessas despesas, o Poder Executivo tomará, em momento posterior, providências relativas à alteração das respectivas dotações orçamentárias envolvidas. Tais providências se referem à abertura de crédito suplementar, se autorizado na LOA-2010, ou encaminhamento de projeto de lei de crédito adicional, no montante do acréscimo demonstrado no relatório, nos prazos previstos no art. 56 da LDO-2010.

Por ocasião do término do primeiro bimestre, o Poder Executivo realizou uma atualização dos parâmetros econômicos e reestimou o montante de receitas primárias e de despesas primárias obrigatórias. O resultado dessa avaliação foi a necessidade do estabelecimento de limitação de empenho e movimentação financeira e de pagamento em relação à LOA-2010 em R\$ 21,8 bilhões, conforme detalhado em relatório encaminhado aos outros Poderes da União em 19 de março de 2010, por meio das Mensagens Presidenciais nºs 122, 123, 124, 125 e 126.

Encerrado o segundo bimestre de 2010, foi efetuada a reavaliação das receitas e das despesas primárias do Governo Federal. Verificou-se, então, a necessidade de limitação adicional de empenho e movimentação financeira e de pagamento, em relação à primeira avaliação bimestral de 2010, no montante de R\$ 7,6 bilhões. Ademais, a redução total de despesas primárias – obrigatórias e discricionárias – atingiu o valor de R\$ 10,0 bilhões, cujo detalhamento consta do relatório encaminhado aos outros Poderes da União em 20 de maio de 2010, por meio das Mensagens Presidenciais nºs 246, 247, 248, 249 e 250.

Ao final do terceiro bimestre de 2010, as receitas e as despesas primárias do Governo Federal novamente foram reavaliadas, constatando-se a possibilidade de ampliação dos limites de empenho e movimentação financeira em R\$ 2,5 bilhões. Os fatores que levaram a esse resultado foram explicitados no relatório encaminhado aos outros Poderes da União em 20 de julho de 2010, por meio das Mensagens Presidenciais nºs 414, 415, 416, 417 e 418.

Terminado o quarto bimestre de 2010, o Poder Executivo, com base em nova reavaliação das receitas e despesas primárias do Governo Federal, verificou a possibilidade de ampliação dos limites de empenho e movimentação financeira em R\$ 1,7 bilhão. As descrições das projeções que levaram a esse resultado constam do relatório encaminhado aos outros Poderes da União em 20 de setembro de 2010, por meio das Mensagens Presidenciais nºs 558, 559, 550, 551 e 552.

Finalizado o quinto bimestre, atualizou-se os parâmetros macroeconômicos para refletir a realidade e as expectativas até o final do exercício e reestimou-se as receitas e as despesas primárias do Governo Federal com base em valores realizados até o mês de outubro. Assim, verificou-se mais uma vez a possibilidade de ampliação dos limites de empenho e movimentação financeira em R\$ 10,0 bilhões para a execução de créditos extraordinários e R\$ 8,6 bilhões para as demais despesas discricionárias em relação ao valor da quarta avaliação bimestral de 2010, nos termos do art. 9º da LRF.

É importante ressaltar que foram incluídas as receitas e as despesas decorrentes da capitalização da Petrobras pela União, que possibilitaram um resultado primário positivo para o Governo Central no montante de R\$ 31,9 bilhões. Esse resultado decorreu da inclusão da receita obtida pelo Tesouro Nacional com a cessão onerosa de 5 bilhões de barris de petróleo àquele empresa estatal, que totalizou R\$ 74,8 bilhões, enquanto a despesa com a capitalização da empresa, por meio da emissão de títulos públicos, foi de R\$ 42,9 bilhões.

Relativamente à meta das estatais federais no âmbito do Programa de Dispendios Globais, assim como foi feito em 2009 com o grupo Petrobras, propõe-se agora a exclusão da apuração relativa às empresas do Grupo Eletrobras. O governo está conferindo tratamento específico a este Grupo, excluindo-o do cálculo do resultado fiscal do setor público, o que implica na retirada dos estoques de ativos e de passivos da empresa do cálculo da Dívida Líquida do Setor Público - DLSP, com os fluxos futuros de transações da empresa deixando de afetar a DLSP e as Necessidades de Financiamento do Setor Público - NFSP. Cabe mencionar que, tendo em vista a posição credora líquida do grupo Eletrobras, o impacto da exclusão no nível da dívida líquida do setor público é de cerca de 0,05 ponto percentual. No entanto, mesmo como o menor resultado primário para o Governo Federal, a dívida terá trajetória decrescente, passando de 43,3% do PIB em 2009 para cerca de 40,8% do PIB em 2010.

Este procedimento encontra-se em linha com a metodologia e as práticas internacionais da maioria dos países que reconhecem a situação específica de empresas que não são totalmente públicas. No caso das empresas do grupo Eletrobras, considera-se que estas aprimoraram nos últimos anos seu padrão de governança corporativa, componente fundamental para o alcance de objetivos estratégicos de crescimento, de lucratividade e de posição de mercado tanto nacional quanto internacionalmente.

A Eletrobras é uma empresa transparente e acompanhada de forma bastante próxima pelos mercados nacional e internacional, sendo objeto de avaliação por parte de agências de *rating*, com classificação de risco BBB (a mesma do Brasil) tanto pela *Fitch Ratings* como pela *Standard & Poor's*. O nível de endividamento e de alavancagem é monitorado e não pode ser excessivo, uma vez que poderia prejudicar a avaliação de risco da empresa, dificultando seu acesso a financiamentos nos mercados nacional e internacional. Ademais, a manutenção das restrições fiscais ao grupo Eletrobras provoca distorções nas decisões gerenciais da empresa, em particular quanto à limitação das possibilidades de conduzir investimentos em projetos economicamente viáveis, comprometendo, assim, sua capacidade competitiva no setor em que atua.

Com tal exclusão, propõe-se, adicionalmente, que as empresas estatais federais do setor produtivo mantenham equilíbrio fiscal com resultado primário neutro

para o conjunto delas. Dessa forma, o Poder Executivo encaminhará ao Congresso Nacional Projeto de Lei com proposta de mudança da meta de resultado primário, alterando o art. 2º e o Anexo IV da LDO-2010, contemplando a redução mencionada. Assim, a presente avaliação leva em consideração as novas metas propostas, quais sejam: 2,15% do PIB para os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social e 0% do PIB para o Programa de Dispendios Globais das empresas estatais federais.

Em relação aos parâmetros macroeconômicos, o crescimento real do Produto Interno Bruto – PIB em 2010 foi estimado em 7,5% e o índice de inflação (Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA) mantido em 5,1%, compatível com a meta de inflação perseguida pela política monetária e com a trajetória para este índice observada até o momento. As demais projeções são demonstradas no item 2 deste Relatório.

A revisão das estimativas de receita líquida de transferências a Estados e Municípios, exceto Contribuição ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS, e considerando a cessão onerosa dos 5 bilhões de barris de petróleo à Petrobras, demonstrou um acréscimo de R\$ 65,4 bilhões em relação à quarta avaliação bimestral de 2010.

No que tange às receitas administradas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB/MF, exceto a Contribuição para o RGPS, a arrecadação dos meses de setembro e outubro mostrou um acréscimo em vários itens de receita. Entretanto, os substanciais decréscimos no Imposto sobre a Renda – IR, no Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI e na Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL, além de uma redução menos expressiva na Cide-Combustíveis, indicaram uma previsão R\$ 321,9 milhões menor que aquela contida na quarta avaliação bimestral. Para os meses de novembro e dezembro, foi mantida a projeção anterior.

Nas demais receitas primárias do Governo Central, há expectativa de acréscimo, em relação ao montante estimado na quarta avaliação bimestral de 2010, da ordem de R\$ 62,1 bilhões, concentrada nas operações com ativos, item no qual está incluída a cessão onerosa de 5 bilhões de barris de petróleo à Petrobras. Entretanto, houve redução nas previsões para as receitas de concessões, cota-parte de compensações financeiras, receita própria e demais receitas.

As despesas primárias de execução obrigatória, exceto as despesas do RGPS, sofreram acréscimo líquido no montante de R\$ 46,4 bilhões. Os itens que tiveram sua projeção majorada foram Pessoal e Encargos Sociais, Benefícios de Prestação Continuada da LOAS, Renda Mensal Vitalícia, Sentenças Judiciais, Subsídios, Subvenções e Proagro, Fundo de Desenvolvimento da Amazônia e Fundo de Desenvolvimento do Nordeste, Capitalização da Petrobrás pela União e Despesas Custeadas com Recursos de Doações. Por outro lado, as despesas com Anistiados e Custeadas com Recursos de Convênios sofreram decréscimo na previsão. Além disso, tendo em vista a proximidade do final do exercício, está sendo prevista a não utilização da Reserva de Contingência primária no montante de R\$ 150,0 milhões. Os outros itens de despesas obrigatórias mantiveram a projeção da quarta avaliação bimestral de 2010, face à execução até o momento. Cabe ressaltar, também, que foram consideradas as expectativas de créditos adicionais para despesas discricionárias dos Poderes Judiciário e Legislativo e do MPU, que totalizam R\$ 91,4 milhões.

Em relação ao resultado do RGPS, a projeção atual reduz a expectativa de arrecadação da receita previdenciária em R\$ 290,0 milhões e de despesas com sentenças judiciais em R\$ 288,9 milhões, tendo como consequência uma pequena variação na projeção do déficit previdenciário de R\$ 1,1 milhão.

Devido à revisão do PIB, a meta de resultado primário do Governo Central, em valores nominais, está R\$ 315,3 milhões maior que a prevista na quarta avaliação bimestral de 2010.

Diante da combinação dos fatores citados, será possível a ampliação dos limites de empenho e movimentação financeira das despesas discricionárias, em relação à quarta avaliação bimestral de 2010, no montante de R\$ 10,0 bilhões para a execução de créditos extraordinários e R\$ 8,6 bilhões para as demais despesas discricionárias, conforme demonstrado a seguir:

Discriminação	R\$ milhões
	Variações em relação à 4ª Avaliação Bimestral de 2010
1. Receita Primária Total, exceto Contribuição para o RGPS	61.804,4
2. Transferências a Estados e Municípios	(3.628,5)
3. Receita Líquida (1 - 2)	65.432,9
4. Despesas Obrigatórias, exceto Benefícios Previdenciários	46.445,2
5. Créditos Adicionais dos Poderes Legislativo e Judiciário e do MPU	91,4
6. Déficit do RGPS	1,1
7. Meta de Resultado Primário	315,3
8. Créditos Extraordinários	9.968,2
9. Ampliação de Despesas Discricionárias, exceto créditos extraordinários (3 - 4 - 5 - 6 - 7 - 8)	8.611,7

Fonte/Elaboração: Secretaria de Orçamento Federal/Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - SOF/MP.

2. PARÂMETROS (LDO-2010, art. 70, § 4º, inciso II)

Os principais parâmetros macroeconômicos utilizados para elaboração desta avaliação estão listados na tabela a seguir:

PROJEÇÕES DE PARÂMETROS - 2010

Parâmetros	Avaliação do 4º Bimestre	Avaliação do 5º Bimestre	Variação
PIB real (%)	7,2	7,5	0,3
PIB Nominal (R\$ bilhões)	3.534,0	3.548,7	14,7
IPCA acum (%)	5,1	5,1	0,0
IGP-DI acum (%)	8,43	9,84	1,4
Taxa Over - SELIC Média (%)	9,81	9,80	(0,0)
Taxa de Câmbio Média (R\$ / US\$)	1,78	1,76	(0,0)
Massa Salarial Nominal (%)	13,19	15,26	2,1
Preço Médio do Petróleo (US\$)	76,79	78,03	1,2
Reajuste do Salário Mínimo (%)	9,68	9,68	
Valor do Salário-Mínimo (R\$ 1,00)	510,00	510,00	
Reajuste dos Demais Benefícios Previdenciários (%)	7,72	7,72	

Fonte: Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda - SPE/MF.

Elaboração: Secretaria de Orçamento Federal/Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - SOF/MF.

3. ANÁLISE DAS RECEITAS, EXCETO REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - RGPS (LDO-2010, ART. 70, § 4º, INCISOS I E IV)

A projeção das receitas da União segue, de modo geral, um modelo incremental, em que se utilizam os principais parâmetros de projeção das contas públicas sobre uma base de cálculo composta pela arrecadação realizada no ano imediatamente anterior, excluídas da base de projeção as receitas extraordinárias. Aplicam-se a essa base também os efeitos decorrentes das alterações na legislação tributária.

A estimativa atual das receitas primárias do Governo Central, líquida de transferências e exceto a Contribuição para o RGPS, apresentou um acréscimo de R\$ 65,4 bilhões em relação àquela contida na quarta avaliação bimestral de 2010, conforme demonstrado na tabela seguinte:

Discriminação	R\$ milhões		
	Avaliação do 4º Bimestre (a)	Avaliação do 5º Bimestre (b)	Diferença (c = b - a)
I. RECEITA TOTAL	636.416,4	698.228,8	61.804,4
Receita Administrada pela RFB/MF, exceto RGPS	521.944,3	521.622,4	(321,9)
Imposto de Importação	20.418,7	20.759,8	341,2
IPI	38.891,6	37.883,1	(1.008,5)
Imposto sobre a Renda	189.847,6	188.662,0	(1.185,7)
IOF	25.939,8	26.629,4	689,6
COFINS	139.445,8	140.429,3	983,5
PIS/PASEP	36.492,7	36.672,5	179,8
CSLL	46.430,2	45.601,7	(828,5)
CIDE - Combustíveis	7.777,5	7.757,4	(20,1)
Outras Administradas pela RFB/MF	16.700,3	17.227,2	526,8
Receitas Não-Administradas pela RFB/MF	114.956,4	177.082,7	62.126,3
Concessões	2.461,0	639,1	(1.821,9)
Dividendos	19.117,0	19.117,0	0,0
Cont. para o Plano de Seguridade do Servidor	9.184,0	9.184,0	0,0
Cota-Parte de Compensações Financeiras	28.416,1	24.058,9	(4.357,2)
Receita Própria (fontes 50, 81 e 82)	13.007,9	12.801,8	(206,1)
Salário-Educação	10.868,0	10.868,0	0,0
Complemento do FGTS	2.644,1	2.644,1	0,0
Operações com Ativos	2.400,0	77.207,6	74.807,6
Demais Receitas	26.858,3	20.562,3	(6.296,1)
Incentivos Fiscais	(484,3)	(484,3)	0,0
II. TRANSF. A ESTADOS E MUNICÍPIOS	135.444,9	131.816,4	(3.628,5)
FPE/FPM/IPI-EE	105.796,6	104.711,6	(1.085,0)
Subsídio aos Fundos Constitucionais	3.155,4	3.089,8	(65,6)
Repasse Total	6.847,3	6.781,6	(65,6)
Superávit Fundos	(3.691,9)	(3.691,9)	0,0
Salário Educação	6.520,8	6.520,8	0,0
Compensações Financeiras	17.872,7	15.193,7	(2.679,0)
CIDE - Combustíveis	1.783,7	1.775,7	(8,0)
Demais	315,7	524,8	209,1
III. RECEITA LÍQUIDA (I - II)	500.971,5	566.404,4	65.432,9

* Fontes: Receita Federal do Brasil/Ministério da Fazenda - RFB/MF; SOF/MP; Secretaria do Tesouro Nacional/Ministério da Fazenda - STN/MF - Elaboração: SOF/MP.

Receitas Administradas pela RFB/MF, exceto Contribuição para o RGPS

A atual estimativa incorpora a realização prévia das receitas até o mês de outubro e mantém a projeção da primeira avaliação bimestral de 2010 para os meses de novembro e dezembro. A memória de cálculo destas receitas encontra-se no Anexo I do Relatório de Avaliação do Primeiro Bimestre de 2010, encaminhado em 19 de março à Comissão Mista de que trata o art. 166, § 1º, da Constituição, aos Poderes Legislativo, Judiciário e ao MPU.

Outras Receitas

As variações em relação à estimativa da quarta avaliação bimestral de 2010 nas outras receitas arrecadadas pela União são descritas a seguir:

Concessões: A frustração de R\$ 1,8 bilhão ocorreu principalmente nas receitas de outorga de serviços de telecomunicações e de outorga de serviços ferroviários, visto que a Valec não conseguiu finalizar projetos que viabilizassem a nova concessão de mais um trecho da ferrovia Norte-Sul.

Cota-Parte de Compensações Financeiras: A queda na previsão decorreu da atualização da base de projeção. O quadro a seguir detalha as diferenças:

Discriminação	R\$ milhões		
	Avaliação do 4º Bimestre (a)	Avaliação do 5º Bimestre (b)	Diferença (c = b - a)
Cota-Parte de Compensações Financeiras	28.416,1	24.058,9	-4.357,2
Utilização de Recursos Hídricos - Itaipu	512,1	463,4	23,9
Utilização de Recursos Hídricos - Demais Empresas	1.522,9	1.465,2	-25,8
Exploração de Recursos Minerais	1.020,0	823,0	-15,0
Royalties pela Produção de Petróleo ou Gás Natural - em Terra	681,4	468,3	-65,8
Royalties pela Produção de Petróleo ou Gás Natural - em Plataforma	5.335,9	4.651,4	-377,9
Royalties Excedentes pela Produção de Petróleo ou Gás Natural - em Terra	606,0	503,6	-57,9
Royalties Excedentes pela Produção de Petróleo ou Gás Natural - em Plataforma	5.223,6	4.711,2	-358,8
Participação Especial pela Produção de Petróleo ou Gás Natural	13.514,1	10.972,7	-926,9

Receitas Próprias: A diminuição na reestimativa das receitas próprias deve-se principalmente à atualização da base de projeção até o mês de setembro, à frustração na previsão da venda de imóveis pertencentes ao Ministério da Previdência Social e à queda na arrecadação de dividendos do Fundo de Garantia à Exportação – FGE. A arrecadação de outras unidades orçamentárias compensou parcialmente essa frustração.

Operações com Ativos: Inclusão da receita proveniente da cessão onerosa de 5 bilhões de barris de petróleo da União à Petrobrás, perfazendo um total de R\$ 74,8 bilhões, sendo R\$ 67,8 bilhões provenientes do cancelamento de Letras Financeiras do Tesouro recebidas da Petrobrás e R\$ 7,0 bilhões em moeda corrente.

Demais Receitas: Redução devido à frustração da realização da terceirização da folha de pagamentos da União, além do não recolhimento de depósitos judiciais e extra judiciais referentes a receitas não administradas pela RFB no montante originalmente previsto.

Transferências a Estados e Municípios por Repartição de Receita

A redução na atual projeção das transferências constitucionais, no valor de R\$ 3,6 bilhões, ocorreu principalmente em função da queda nas projeções do IR, do IPI e da Cota-Parte de Compensações Financeiras. Essa redução foi parcialmente compensada pela previsão de maior repasse das Transferências do Imposto Territorial Rural e de Compensações Financeiras.

4. ANÁLISE DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS, EXCETO REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - RGPS (LDO-2010, ART. 70, § 4º, INCISOS I E III)

A projeção das despesas obrigatórias, exceto RGPS e somados os créditos adicionais do Poder Judiciário e do Ministério Público da União, sofreu acréscimo líquido de R\$ 46,5 bilhões em relação à quarta avaliação bimestral de 2010. No quadro a seguir, constam os itens que sofreram variação:

Discriminação	R\$ milhões		
	Avaliação do 4º Bimestre (a)	Avaliação do 5º Bimestre (b)	Diferença (c = b - a)
DESPESAS OBRIGATÓRIAS (exceto RGPS) e CRÉDITOS ADICIONAIS JUDICIÁRIO+MPU			
Pessoal e Encargos Sociais	166.032,1	168.532,2	2.500,1
Benefícios de Prestação Continuada da LOAS	20.544,0	20.685,8	141,9
Renda Mensal Vitalícia	1.830,1	1.854,5	24,4
Sentenças Judiciais - Outras Despesas de Custeio e Capital	2.141,0	2.291,0	150,0
Subsídios, Subvenções e Proagro	6.177,8	6.677,8	500,0
Fundos FDA e FDNE	818,4	1.200,1	381,8
Reserva de Contingência	150,0		(150,0)
Anistiados	195,0	159,3	(35,7)
Capitalização da Petrobrás pela União		42.927,8	42.927,8
Despesas Custeadas com Recursos de Doações	133,5	139,7	6,2
Despesas Custeadas com Recursos de Convênios	654,9	653,7	(1,2)
Créditos Adicionais dos Poderes Legislativo, Judiciário e do MPU		91,4	91,4

Fontes: SOF/MP, STN/MF - Elaboração: SOF/MP.

As razões das variações verificadas nas despesas obrigatórias foram:

Pessoal e Encargos Sociais: O acréscimo de R\$ 2,5 bilhões decorre da atualização da base de projeção com valores realizados até setembro, assim como da revisão da projeção dos ingressos de novos servidores passíveis de ocorrerem entre outubro e dezembro/2010.

Benefícios de Prestação Continuada da LOAS e Renda Mensal Vitalícia: A atualização dos valores realizados acarretou uma majoração da projeção nos montantes de R\$ 141,9 milhões e R\$ 24,4 milhões, respectivamente.

Sentenças Judiciais de Outras Despesas de Custeio e Capital: A execução dessas sentenças até o momento indica a necessidade de aumentar a projeção em R\$ 150,0 milhões.

Subsídios, Subvenções e Proagro: Reprogramação dos desembolsos previstos para o corrente exercício.

Fundos FDA e FDNE: Previsão de maior repasse para viabilização do financiamento da ferrovia Transnordestina.

Reserva de Contingência: Tendo em vista a proximidade do final do exercício, está sendo prevista a não utilização das reservas de contingência primárias “para compensação de projetos de lei que fixem desonerações de receitas sujeitos a deliberação de órgão colegiado permanente do Poder Legislativo, durante o exame de compatibilidade orçamentário-financeira” e “provenientes de receitas próprias e vinculadas”, nos montantes respectivos de R\$ 50,0 e R\$ 100,0 milhões.

Anistiados: A atualização da base de projeção até o mês de setembro permitiu reduzir em R\$ 35,7 milhões a previsão de desembolso com essa despesa até o final do exercício.

Capitalização da Petrobrás pela União: despesa da União com subscrição de ações da Petrobrás, via emissão de dívida, no valor de R\$ 42,9 bilhões.

Despesas Custeadas com Recursos de Doações e Convênios: Previsão de créditos adicionais para órgãos dos Poderes Executivo e Judiciário.

Créditos Adicionais abertos aos Poderes Legislativo, Judiciário e MPU: Créditos previstos com impacto global de R\$ 91,4 milhões, conforme segue: R\$ 3,5 milhões para o Ministério Público da União, para reforma de prédio em São Paulo; R\$ 10,0 milhões para Justiça Federal e mais R\$ 10,0 milhões para a Justiça do Trabalho, ambos para assistência judiciária; R\$ 7,8 milhões para a construção do edifício-sede do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª região; R\$ 168,9 mil para a construção de edifício-sede da Procuradoria da República em Rio Branco-AC; R\$ 8,6 milhões para a construção de edifício-sede da Procuradoria da República em Manaus-AM; e previsão de crédito para benefícios ao servidor do Senado Federal, da Justiça do Trabalho e do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, nos valores respectivos de R\$ 30,0, 15,4 e 6,0 milhões.

As providências quanto à abertura de créditos suplementares para o atendimento da elevação de despesas primárias obrigatórias serão tomadas de acordo com o disposto no art. 56, § 15, da LDO-2010.

5. MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS RECEITAS E DESPESAS DO REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - RGPS

A atual projeção das receitas e das despesas do RGPS indica um déficit de R\$ 45,0 bilhões, contra R\$ 44,9 apontados na quarta avaliação bimestral de 2010, conforme demonstrado no quadro a seguir. A metodologia da projeção da receita previdenciária para 2010 consta do Anexo I deste relatório. No caso da despesa, a única alteração foi feita nas sentenças judiciais, tendo em vista que a nova estimativa para requisições de pequeno valor está menor que a originalmente prevista.

Discriminação	R\$ milhões		
	Avaliação do 4º Bimestre (a)	Avaliação do 5º Bimestre (b)	Diferença (c = b - a)
I. Arrecadação Líquida para o RGPS	210.664,7	210.374,7	(290,0)
II. Benefícios Previdenciários	255.613,9	255.325,0	(288,9)
III. Déficit do RGPS (II - I)	44.949,2	44.950,4	1,1

Fonte e elaboração: SOF/MP.

6. MONTANTE DA AMPLIAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO ENTRE OS PODERES

A revisão das estimativas das receitas primárias e das despesas obrigatórias indica a possibilidade de ampliação dos limites de empenho e de movimentação financeira em R\$ 10,0 bilhões para a execução de créditos extraordinários e R\$ 8,6 bilhões para as demais despesas discricionárias, conforme demonstrado anteriormente. O art. 9º da LRF estabelece que tal recomposição deve ser feita de forma proporcional às reduções efetivadas, mediante ato próprio de cada um dos Poderes Executivo, Legislativo, Judiciário e Ministério Público da União.

A LDO-2010, por sua vez, determina em seu art. 70 que a recomposição ocorra proporcionalmente à participação de cada Poder na base contingenciável, definida nos §§ 1º e 2º do mesmo artigo. A composição desta base, contudo, depende do montante reestimado da receita primária que, se apresentar frustração em relação à estimativa contida no Projeto de Lei Orçamentária de 2010 – PLOA 2010, determinadas exclusões da base devem ser realizadas apenas na proporção de tal frustração.

“Art. 70. Se for necessário efetuar a limitação de empenho e movimentação financeira, de que trata o art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 2000, o Poder Executivo apurará o montante necessário e informará a cada um dos órgãos referidos no art. 20 daquela Lei, até o vigésimo dia após o encerramento do bimestre, observado o disposto no § 4º deste artigo.

§ 1º O montante da limitação a ser promovida por cada órgão referido no caput deste artigo será estabelecido de forma proporcional à participação de cada um no conjunto das dotações classificadas como despesas primárias fixadas na Lei Orçamentária de 2010, excluídas as relativas às:

I - despesas que constituem obrigação constitucional ou legal da União integrantes da Seção I do Anexo V desta Lei;

II - demais despesas ressalvadas da limitação de empenho, conforme o art. 9º, § 2º, da Lei Complementar nº 101, de 2000, integrantes da Seção II do Anexo V desta Lei;

III - atividades dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público da União constantes do Projeto de Lei Orçamentária de 2010;

IV - dotações constantes da Lei Orçamentária de 2010 com o identificador de resultado primário 3, no montante previsto no art. 3º desta Lei, ou à conta de recursos de doações e convênios.

§ 2º As exclusões de que tratam os incisos II e III do § 1º deste artigo aplicam-se integralmente, no caso de a estimativa atualizada da receita primária, demonstrada no relatório de que trata o § 4º deste artigo, ser igual ou superior àquela estimada na Proposta Orçamentária de 2010, e proporcionalmente à frustração da receita estimada no referido Projeto, no caso de a estimativa atualizada da receita ser inferior.”

Assim, conforme demonstrado na seção 3, a reavaliação das receitas primárias indica frustração em relação à estimativa contida no PLOA-2010, o que implica considerar a regra constante no § 2º acima transcrito, de excluir as despesas ressalvadas e valores das atividades dos Poderes Legislativo, Judiciário e do MPU constantes no PLOA-2010 proporcionalmente a tal frustração.

Discriminação	Projeto de Lei Orçamentária	Avaliação do 5º Bimestre	R\$ milhões	
			Diferença	
			(c = b - a)	(d = c / a)
I. RECEITA TOTAL	853.606,1	908.595,5	54.989,4	6,44%
Receita Administrada pela RFB/MF, exceto RGPS	545.065,9	521.622,4	(23.443,5)	-4,30%
Arrecadação Líquida para o RGPS	204.338,5	210.374,7	6.036,2	2,95%
Receitas Não-Administradas pela RFB/MF	104.303,3	177.082,7	72.779,4	69,78%
Incentivos Fiscais	(101,5)	(484,3)	(382,7)	376,96%

Fontes: RFB/MF; SOF/MP; STN/MP - Elaboração: SOF/MP.

DEMONSTRATIVO DA BASE CONTINGENCIÁVEL (Art. 70, §§ 1º e 2º da LDO-2010)

DESCRIÇÃO	R\$ 1,00
	VALORES
A. Total de Despesas Aprovadas nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	1.766.021.794.352
B. Total de Despesas Financeiras	936.346.814.407
C. Total de Despesas Primárias (A - B)	829.674.979.945
D. Despesas Obrigatórias integrantes da Seção I do Anexo V da LDO-2009	700.111.412.514
E. Demais Despesas Ressalvadas de Limitação de Empenho (Seção II do Anexo V da LDO-2009) ⁽¹⁾	9.416.935.132
F. Atividades dos demais Poderes e MPU - Posição PLOA - 2010 ⁽²⁾	3.798.707.143
G. Despesas Primárias Discricionárias relativas ao Programa de Aceleração do Crescimento	29.800.000.000
H. Doações e Convênios	767.171.907
I. Base Contingenciável (C - D - E - F - G - H)	85.780.753.249

⁽¹⁾ Exceto doações e convênios, que estão considerados no item "H".

⁽²⁾ Exceto doações e convênios, que estão considerados no item "H", e "Realização das Eleições 2010", cujas ações estão consideradas no item "E".

Fonte/Elaboração: SOF/MP.

Assim, a ampliação dos limites de empenho e movimentação financeira que cabe aos Poderes Executivo, Legislativo, Judiciário e ao MPU é de, respectivamente, R\$ 18.287,3 milhões¹, R\$ 56,9 milhões, R\$ 208,5 milhões e R\$ 27,1 milhões, conforme a tabela a seguir:

¹ Sendo R\$ 9.968,2 milhões reservados à execução de créditos extraordinários.

DISTRIBUIÇÃO DA AMPLIAÇÃO DOS LIMITES ENTRE OS PODERES E O MPU

R\$ 1,00			
Poderes e MPU	Base Contingenciável	Participação %	Varição
Poder Executivo	84.429.963.288	98,43	
Créditos Extraordinários			9.968.185.382
Outras Despesas Discricionárias			8.319.100.000
Poderes Legislativo, Judiciário e MPU	1.350.789.961	1,57	292.577.191
Câmara dos Deputados	209.821.763	0,24	45.446.786
Senado Federal	4.485.446	0,01	971.535
Tribunal de Contas da União	48.500.000	0,06	10.504.959
Supremo Tribunal Federal	54.806.336	0,06	11.870.894
Superior Tribunal de Justiça	29.700.000	0,03	6.432.934
Justiça Federal	352.122.243	0,41	76.268.657
Justiça Militar da União	5.000.000	0,01	1.082.986
Justiça Eleitoral	219.460.317	0,26	47.534.469
Justiça do Trabalho	146.426.357	0,17	31.715.525
Justiça do Distrito Federal e dos Territórios	32.132.800	0,04	6.959.871
Conselho Nacional de Justiça	123.143.664	0,14	26.672.561
Ministério Público da União	118.331.035	0,14	25.630.159
Conselho Nacional do Ministério Público	6.860.000	0,01	1.485.856
Total	85.780.753.249	100,00	18.579.862.573

Fonte/Elaboração: SOF/MP.

Célia Corrêa
CÉLIA CORRÊA
 Secretária de Orçamento Federal

Arno H. Augustin Filho
ARNO HUGO AUGUSTIN FILHO
 Secretário do Tesouro Nacional

ANEXO I
MEMÓRIA DE CÁLCULO DA RECEITA PREVIDENCIÁRIA (LDO-2010,
ART. 70, § 4º, INCISOS I E IV)

Mês	Arrecadação	RENTES	SIMPLES	IPIS	Transferência	Total
jan/10	15.229.042.254	98.466.773	1.437.776.389	53.335.401	(2.742.604.995)	14.076.015.821
fev/10	15.670.514.213	71.316.087	1.091.154.492	19.869.040	(1.645.510.964)	15.207.342.868
mar/10	16.182.267.579	123.358.204	1.143.319.260	39.775.764	(1.605.796.800)	15.882.924.008
abr/10	16.305.896.050	298.273.297	1.306.728.975	60.324.549	(1.641.166.682)	16.330.056.189
mai/10	16.637.840.126	282.209.827	1.273.206.863	63.794.824	(1.675.333.825)	16.581.717.815
jun/10	16.656.624.748	150.353.164	1.460.605.223	52.896.328	(1.740.192.704)	16.580.286.759
jul/10	16.986.214.054	91.204.342	1.430.935.576	46.785.789	(1.710.718.150)	16.844.421.611
ago/10	17.481.550.514	144.910.483	1.454.066.059	19.117.450	(1.769.000.023)	17.330.644.483
set/10	17.299.895.006	95.601.105	1.521.045.637	41.292.792	(1.830.301.597)	17.127.532.943
out/10	17.615.106.278	163.089.933	1.555.468.102	47.724.175	(1.762.666.205)	17.618.722.282
nov/10	17.749.681.278	257.588.405	1.431.333.721	84.360.803	(1.882.083.909)	17.640.880.298
dez/10	29.161.822.681	257.588.405	1.471.997.400	76.705.739	(1.813.978.998)	29.154.135.227
Total	212.976.454.779	2.033.960.025	16.577.637.697	605.982.654	(21.819.354.852)	210.374.680.304

Arrecadação Líquida	210.374.680.304
Arrecadação Bruta	232.194.035.156
Transferências	-21.819.354.852

Arrecadação Líquida	210.374.680.304
Arrecadação Bruta	232.194.035.156
Transferências	-21.819.354.852

Massa salarial nominal (%)	15,26
----------------------------	-------

ANEXO II
MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS EMPRESAS ESTATAIS FEDERAIS
(LDO-2010, ART. 70, § 4º, INCISO V)

O Decreto nº 6.997, de 4 de novembro de 2009, ao aprovar o Programa de Dispendios Globais – PDG para 2010, fixou a meta de superávit primário para as empresas estatais federais, com a exclusão das empresas do Grupo Petrobrás, em R\$ 6.653 milhões, correspondentes a 0,20% do Produto Interno Bruto – PIB, compatível, portanto, com a determinação contida no art. 2º da Lei nº 12.017, de 12 de agosto de 2009, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração do Orçamento de 2010 (LDO/2010).

Entretanto, de acordo com o Projeto de Lei encaminhado ao Congresso Nacional para alteração do art. 2º da LDO/2010, reduzindo a meta de superávit primário do setor público consolidado para o exercício de 2010 para 3,10% do PIB, respondendo os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por 2,15% do PIB, uma vez que com a exclusão das empresas dos Grupos Eletrobrás e Petrobrás, o resultado primário de responsabilidade das empresas estatais remanescentes apresenta equilíbrio, conforme demonstrado na tabela a seguir:

Discriminação	R\$ milhões	% do PIB
- Demais Empresas	(951)	(0,03)
- ITAIPU (*)	951	0,03
Resultado Primário (acima da linha)	0	0

Obs: 1) Valores positivos

2) PIB considerado: R\$ 3.548.663 milhões

(*) Valor estimado DEST/MP.

O resultado de Itaipu Binacional foi estimado pelo Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, uma vez que, embora a empresa, dada a sua natureza jurídica, não esteja sujeita aos sistemas de controle brasileiros, seus dados são considerados na meta consolidada das estatais, devido à corresponsabilidade da União na liquidação de suas dívidas. Cabe destacar que tanto as receitas quanto a maioria dos seus dispêndios são indexados pela moeda norte americana e, ainda, que a meta atribuída a empresa corresponde à previsão de amortização de obrigações junto ao Tesouro Nacional.

**MCN 652/2010-REL
(PRS)**

Relatório de Avaliação de Receitas

LEGISLAÇÃO CITADA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

.....

Art. 166. Os projetos de lei relativos ao plano plurianual, às diretrizes orçamentárias, ao orçamento anual e aos créditos adicionais serão apreciados pelas duas Casas do Congresso Nacional, na forma do regimento comum.

§ 1º - Caberá a uma Comissão mista permanente de Senadores e Deputados:

I - examinar e emitir parecer sobre os projetos referidos neste artigo e sobre as contas apresentadas anualmente pelo Presidente da República;

II - examinar e emitir parecer sobre os planos e programas nacionais, regionais e setoriais previstos nesta Constituição e exercer o acompanhamento e a fiscalização orçamentária, sem prejuízo da atuação das demais comissões do Congresso Nacional e de suas Casas, criadas de acordo com o art. 58.

§ 2º - As emendas serão apresentadas na Comissão mista, que sobre elas emitirá parecer, e apreciadas, na forma regimental, pelo Plenário das duas Casas do Congresso Nacional.

§ 3º - As emendas ao projeto de lei do orçamento anual ou aos projetos que o modifiquem somente podem ser aprovadas caso:

I - sejam compatíveis com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias;

II - indiquem os recursos necessários, admitidos apenas os provenientes de anulação de despesa, excluídas as que incidam sobre:

a) dotações para pessoal e seus encargos;

b) serviço da dívida;

c) transferências tributárias constitucionais para Estados, Municípios e Distrito Federal; ou

III - sejam relacionadas:

a) com a correção de erros ou omissões; ou

b) com os dispositivos do texto do projeto de lei.

§ 4º - As emendas ao projeto de lei de diretrizes orçamentárias não poderão ser aprovadas quando incompatíveis com o plano plurianual.

§ 5º - O Presidente da República poderá enviar mensagem ao Congresso Nacional para propor modificação nos projetos a que se refere este artigo enquanto não iniciada a votação, na Comissão mista, da parte cuja alteração é proposta.

§ 6º - Os projetos de lei do plano plurianual, das diretrizes orçamentárias e do orçamento anual serão enviados pelo Presidente da República ao Congresso Nacional, nos termos da lei complementar a que se refere o art. 165, § 9º.

§ 7º - Aplicam-se aos projetos mencionados neste artigo, no que não contrariar o disposto nesta seção, as demais normas relativas ao processo legislativo.

§ 8º - Os recursos que, em decorrência de veto, emenda ou rejeição do projeto de lei orçamentária anual, ficarem sem despesas correspondentes poderão ser utilizados, conforme o caso, mediante créditos especiais ou suplementares, com prévia e específica autorização legislativa.

.....

LEI COMPLEMENTAR Nº 101, DE 4 DE MAIO DE 2000.

Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências.

.....

Art. 8º Até trinta dias após a publicação dos orçamentos, nos termos em que dispuser a lei de diretrizes orçamentárias e observado o disposto na alínea c do inciso I do art. 4º, o Poder Executivo estabelecerá a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso.

Parágrafo único. Os recursos legalmente vinculados a finalidade específica serão utilizados exclusivamente para atender ao objeto de sua vinculação, ainda que em exercício diverso daquele em que ocorrer o ingresso.

Art. 9º Se verificado, ao final de um bimestre, que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais, os Poderes e o Ministério Público promoverão, por ato próprio e nos montantes necessários, nos trinta dias subseqüentes, limitação de empenho e movimentação financeira, segundo os critérios fixados pela lei de diretrizes orçamentárias.

§ 1º No caso de restabelecimento da receita prevista, ainda que parcial, a recomposição das dotações cujos empenhos foram limitados dar-se-á de forma proporcional às reduções efetivadas.

§ 2º Não serão objeto de limitação as despesas que constituam obrigações constitucionais e legais do ente, inclusive aquelas destinadas ao pagamento do serviço da dívida, e as ressalvadas pela lei de diretrizes orçamentárias.

§ 3º No caso de os Poderes Legislativo e Judiciário e o Ministério Público não promoverem a limitação no prazo estabelecido no *caput*, é o Poder Executivo autorizado a limitar os valores financeiros segundo os critérios fixados pela lei de diretrizes orçamentárias. (Vide ADIN 2.238-5)

§ 4º Até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro, o Poder Executivo demonstrará e avaliará o cumprimento das metas fiscais de cada quadrimestre, em audiência pública na comissão referida no § 1º do art. 166 da Constituição ou equivalente nas Casas Legislativas estaduais e municipais.

§ 5º No prazo de noventa dias após o encerramento de cada semestre, o Banco Central do Brasil apresentará, em reunião conjunta das comissões temáticas pertinentes do Congresso Nacional, avaliação do cumprimento dos objetivos e metas das políticas monetária, creditícia e cambial, evidenciando o impacto e o custo fiscal de suas operações e os resultados demonstrados nos balanços.

.....

Art. 20. A repartição dos limites globais do art. 19 não poderá exceder os seguintes percentuais:

I - na esfera federal:

a) 2,5% (dois inteiros e cinco décimos por cento) para o Legislativo, incluído o Tribunal de Contas da União;

b) 6% (seis por cento) para o Judiciário;

c) 40,9% (quarenta inteiros e nove décimos por cento) para o Executivo, destacando-se 3% (três por cento) para as despesas com pessoal decorrentes do que dispõem os incisos XIII e XIV do art. 21 da Constituição e o art. 31 da Emenda Constitucional nº 19, repartidos de forma proporcional à média das despesas relativas a cada um destes dispositivos, em percentual da receita corrente líquida, verificadas nos três exercícios financeiros imediatamente anteriores ao da publicação desta Lei Complementar;

d) 0,6% (seis décimos por cento) para o Ministério Público da União;

II - na esfera estadual:

a) 3% (três por cento) para o Legislativo, incluído o Tribunal de Contas do Estado;

b) 6% (seis por cento) para o Judiciário;

c) 49% (quarenta e nove por cento) para o Executivo;

d) 2% (dois por cento) para o Ministério Público dos Estados;

III - na esfera municipal:

a) 6% (seis por cento) para o Legislativo, incluído o Tribunal de Contas do Município, quando houver;

b) 54% (cinquenta e quatro por cento) para o Executivo.

§ 1º Nos Poderes Legislativo e Judiciário de cada esfera, os limites serão repartidos entre seus órgãos de forma proporcional à média das despesas com pessoal, em percentual da receita corrente líquida, verificadas nos três exercícios financeiros imediatamente anteriores ao da publicação desta Lei Complementar.

§ 2º Para efeito deste artigo entende-se como órgão:

I - o Ministério Público;

II- no Poder Legislativo:

a) Federal, as respectivas Casas e o Tribunal de Contas da União;

b) Estadual, a Assembléia Legislativa e os Tribunais de Contas;

c) do Distrito Federal, a Câmara Legislativa e o Tribunal de Contas do Distrito Federal;

d) Municipal, a Câmara de Vereadores e o Tribunal de Contas do Município, quando houver;

III - no Poder Judiciário:

a) Federal, os tribunais referidos no art. 92 da Constituição;

b) Estadual, o Tribunal de Justiça e outros, quando houver.

§ 3º Os limites para as despesas com pessoal do Poder Judiciário, a cargo da União por força do inciso XIII do art. 21 da Constituição, serão estabelecidos mediante aplicação da regra do § 1º.

§ 4º Nos Estados em que houver Tribunal de Contas dos Municípios, os percentuais definidos nas alíneas a e c do inciso II do *caput* serão, respectivamente, acrescidos e reduzidos em 0,4% (quatro décimos por cento).

§ 5º Para os fins previstos no art. 168 da Constituição, a entrega dos recursos financeiros correspondentes à despesa total com pessoal por Poder e órgão será a resultante da aplicação dos percentuais definidos neste artigo, ou aqueles fixados na lei de diretrizes orçamentárias.

§ 6º (VETADO)

LEI Nº 12.017, DE 12 DE AGOSTO DE 2009.

Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2010 e dá outras providências.

.....

Art. 2º A elaboração e a aprovação do Projeto de Lei Orçamentária de 2010, bem como a execução da respectiva Lei deverão ser compatíveis com a obtenção da meta de superávit primário, para o setor público consolidado, equivalente a 3,30% (três inteiros e trinta centésimos por cento) do Produto Interno Bruto – PIB, sendo 2,15% (dois inteiros e quinze centésimos por cento) para os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social e 0,20% (vinte centésimos por cento) para o Programa de Dispendios Globais, conforme demonstrado no Anexo de Metas Fiscais constante do Anexo IV desta Lei.

§ 1º As empresas do Grupo PETROBRAS não serão consideradas na meta de superávit primário, de que trata o **caput** deste artigo, relativa ao Programa de Dispendios Globais.

§ 2º Poderá haver, durante a execução orçamentária de 2010, compensação entre as metas estabelecidas para os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social e para o Programa de Dispendios Globais de que trata o art. 11, inciso VI, desta Lei.

§ 3º (VETADO)

.....

Art. 56. Os projetos de lei relativos a créditos suplementares e especiais serão encaminhados pelo Poder Executivo ao Congresso Nacional, também em meio magnético, sempre que possível de forma consolidada de acordo com as áreas temáticas definidas no art. 26 da Resolução nº 1, de 2006-CN, ajustadas a reformas administrativas supervenientes.

§ 1º O prazo final para o encaminhamento dos projetos referidos no **caput** é 15 de outubro de 2010.

§ 2º Serão encaminhados projetos de lei específicos relativos a créditos destinados ao atendimento de despesas com:

I – pessoal e encargos sociais e os seguintes benefícios:

- a) auxílio-alimentação ou refeição aos servidores e empregados;
- b) assistência pré-escolar aos dependentes dos servidores e empregados;
- c) assistência médica e odontológica aos servidores, empregados e seus dependentes; e
- d) auxílio-transporte aos servidores e empregados;

II – serviço da dívida; e

III – sentenças judiciais, inclusive relativas a precatórios ou consideradas de pequeno valor.

§ 3º As despesas a que se refere o inciso I do § 2º deste artigo poderão integrar os créditos de que trata o inciso III do § 2º deste artigo quando decorrentes de sentenças judiciais.

§ 4º A exigência constante do § 2º deste artigo não se aplica quando o crédito especial decorrer da criação de unidades orçamentárias.

§ 5º Acompanharão os projetos de lei relativos a créditos suplementares e especiais exposições de motivos circunstanciadas que os justifiquem e que indiquem as consequências dos cancelamentos de dotações propostos sobre a execução das atividades, projetos, operações especiais, e respectivos subtítulos e metas.

§ 6º Cada projeto de lei e a respectiva lei deverão restringir-se a um único tipo de crédito adicional, conforme definido no art. 41, incisos I e II, da Lei nº 4.320, de 1964.

§ 7º Para fins do disposto no art. 165, § 8º, da Constituição, e no § 6º deste artigo, considera-se crédito suplementar a criação de grupo de natureza de despesa em subtítulo existente.

§ 8º Os créditos adicionais aprovados pelo Congresso Nacional serão considerados automaticamente abertos com a sanção e publicação da respectiva lei.

§ 9º Nos casos de créditos à conta de recursos de excesso de arrecadação, as exposições de motivos conterão a atualização das estimativas de receitas para o exercício, comparando-as com as estimativas constantes da Lei Orçamentária de 2010, apresentadas de acordo com a classificação de que trata o art. 9º, inciso III, alínea “a”, desta Lei, a identificação das parcelas já utilizadas em créditos adicionais, abertos ou cujos projetos se encontrem em tramitação.

§ 10. Nos casos de abertura de créditos adicionais à conta de superávit financeiro, as exposições de motivos conterão informações relativas a:

I – superávit financeiro do exercício de 2009, por fonte de recursos;

II – créditos reabertos no exercício de 2010;

III – valores já utilizados em créditos adicionais, abertos ou em tramitação; e

IV – saldo do superávit financeiro do exercício de 2009, por fonte de recursos.

§ 11. Os projetos de lei relativos a créditos suplementares ou especiais solicitados pelos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público da União, com indicação dos recursos compensatórios, exceto se destinados a pessoal e dívida, serão encaminhados ao Congresso Nacional no prazo de até 30 (trinta) dias, a contar do recebimento, pela Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, do parecer a que se refere o § 13 deste artigo.

§ 12. Os projetos de lei de créditos suplementares e especiais destinados a despesas primárias deverão conter demonstrativo de que não afetam o resultado primário anual previsto no Anexo de Metas Fiscais desta Lei, indicando, quando for o caso, os cancelamentos compensatórios.

§ 13. Acompanharão os projetos de lei relativos a créditos suplementares e especiais de órgãos do Poder Judiciário e do Ministério Público da União, encaminhados nos termos do **caput** deste artigo,

pareceres do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho Nacional do Ministério Público, de que tratam os arts. 103-B e 130-A da Constituição, respectivamente, sem prejuízo do disposto no § 5º deste artigo.

§ 14. Excetuam-se do disposto no § 13 deste artigo os projetos de lei para abertura de créditos suplementares e especiais relativos ao Supremo Tribunal Federal e ao Ministério Público Federal.

§ 15. Sendo estimado aumento das despesas primárias obrigatórias, o Poder Executivo abrirá crédito suplementar, se autorizado pela lei orçamentária de 2010, ou encaminhará projeto de lei de crédito adicional, no montante do acréscimo demonstrado no relatório a que se refere o § 4º do art. 70 desta Lei.

.....

Art. 69. Os Poderes e o Ministério Público da União deverão elaborar e publicar por ato próprio, até 30 (trinta) dias após a publicação da Lei Orçamentária de 2010, cronograma anual de desembolso mensal, por órgão, nos termos do art. 8º da Lei Complementar nº 101, de 2000, com vistas ao cumprimento da meta de resultado primário estabelecida nesta Lei.

§ 1º No caso do Poder Executivo, o ato referido no **caput** deste artigo e os que o modificarem conterão, em milhões de reais:

I – metas quadrimestrais para o resultado primário dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social;

II – metas bimestrais de realização de receitas primárias, em atendimento ao disposto no art. 13 da Lei Complementar nº 101, de 2000, discriminadas pelos principais tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, as contribuições previdenciárias para o regime geral da Previdência Social e para o regime próprio de previdência do servidor público, a contribuição para o salário-educação, as concessões e permissões, as compensações financeiras, as receitas próprias das fontes 50 e 81 e as demais receitas, identificando-se separadamente, quando cabível, as resultantes de medidas de combate à evasão e à sonegação fiscal, da cobrança da dívida ativa e da cobrança administrativa;

III – cronograma de pagamentos mensais de despesas primárias à conta de recursos do Tesouro Nacional e de outras fontes, excluídas as despesas que constituem obrigação constitucional ou legal da União, constantes da Seção I do Anexo V desta Lei, ou custeadas com receitas de doações e convênios, e incluídos os restos a pagar, que deverão também ser discriminados em cronograma mensal à parte, distinguindo-se os processados dos não processados;

IV – demonstrativo de que a programação atende às metas quadrimestrais e à meta de resultado primário estabelecida nesta Lei; e

V – metas quadrimestrais para o resultado primário das empresas estatais federais, com as estimativas de receitas e despesas que o compõem, destacando as principais empresas e separando-se, nas despesas, os investimentos.

§ 2º Excetuadas as despesas com pessoal e encargos sociais, precatórios e sentenças judiciais, os cronogramas anuais de desembolso mensal dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério

Público da União terão como referencial o repasse previsto no art. 168 da Constituição, na forma de duodécimos.

Art. 70. Se for necessário efetuar a limitação de empenho e movimentação financeira, de que trata o art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 2000, o Poder Executivo apurará o montante necessário e informará a cada um dos órgãos referidos no art. 20 daquela Lei, até o 20º (vigésimo) dia após o encerramento do bimestre, observado o disposto no § 4º deste artigo.

§ 1º O montante da limitação a ser promovida por cada órgão referido no **caput** deste artigo será estabelecido de forma proporcional à participação de cada um no conjunto das dotações classificadas como despesas primárias fixadas na Lei Orçamentária de 2010, excluídas as relativas às:

I – despesas que constituem obrigação constitucional ou legal da União integrantes da Seção I do Anexo V desta Lei;

II – demais despesas ressalvadas da limitação de empenho, conforme o art. 9º, § 2º, da Lei Complementar nº 101, de 2000, integrantes da Seção II do Anexo V desta Lei;

III – atividades dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público da União constantes do Projeto de Lei Orçamentária de 2010; e

IV – dotações constantes da Lei Orçamentária de 2010 com o identificador de resultado primário 3, no montante previsto no art. 3º desta Lei, ou à conta de recursos de doações e convênios.

§ 2º As exclusões de que tratam os incisos II e III do § 1º deste artigo aplicam-se integralmente, no caso de a estimativa atualizada da receita primária, demonstrada no relatório de que trata o § 4º deste artigo, ser igual ou superior àquela estimada no Projeto de Lei Orçamentária de 2010, e proporcionalmente à frustração da receita estimada no referido Projeto, no caso de a estimativa atualizada ser inferior.

§ 3º Os Poderes Legislativo e Judiciário e o Ministério Público da União, com base na informação a que se refere o **caput** deste artigo, editarão ato, até o 30º (trigésimo) dia subsequente ao encerramento do respectivo bimestre, que estabeleça os montantes indisponíveis para empenho e movimentação financeira.

§ 4º O Poder Executivo encaminhará ao Congresso Nacional e aos órgãos referidos no art. 20 da Lei Complementar nº 101, de 2000, no mesmo prazo previsto no **caput** deste artigo, relatório que será apreciado pela Comissão Mista de que trata o art. 166, § 1º, da Constituição, contendo:

I – a memória de cálculo das novas estimativas de receitas e despesas primárias e a demonstração da necessidade da limitação de empenho e movimentação financeira nos percentuais e montantes estabelecidos por órgão;

II – a revisão dos parâmetros e das projeções das variáveis de que tratam o inciso XXV do Anexo III e o Anexo de Metas Fiscais desta Lei;

III – a justificação das alterações de despesas obrigatórias, explicitando as providências que serão adotadas quanto à alteração da respectiva dotação orçamentária, bem como os efeitos dos créditos extraordinários abertos;

IV – os cálculos da frustração das receitas primárias, que terão por base demonstrativos atualizados de que trata o inciso XII do Anexo III desta Lei, e demonstrativos equivalentes, no caso das demais receitas, justificando os desvios em relação à sazonalidade originalmente prevista; e

V – a estimativa atualizada do superávit primário das empresas estatais, acompanhada da memória dos cálculos para as empresas que responderem pela variação.

§ 5º Aplica-se somente ao Poder Executivo a limitação de empenho e movimentação financeira cuja necessidade seja identificada fora da avaliação bimestral, devendo o relatório a que se refere o § 4º deste artigo ser encaminhado ao Congresso Nacional no prazo de até 7 (sete) dias úteis, contados a partir da data em que entrar em vigor o respectivo ato.

§ 6º O restabelecimento dos limites de empenho e movimentação financeira será efetuado a qualquer tempo, devendo o relatório a que se refere o § 4º deste artigo ser encaminhado ao Congresso Nacional e aos órgãos referidos no art. 20 da Lei Complementar nº 101, de 2000, no prazo de até 7 (sete) dias úteis, contados a partir da data em que entrar em vigor o respectivo ato.

§ 7º O decreto de limitação de empenho e movimentação financeira, editado na hipótese prevista no **caput** do art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 2000, e no § 5º deste artigo, conterá as informações relacionadas no art. 69, § 1º, desta Lei.

§ 8º O relatório a que se refere o § 4º deste artigo será elaborado e encaminhado também nos bimestres em que não houver limitação ou restabelecimento dos limites de empenho e movimentação financeira.

§ 9º O Poder Executivo prestará as informações adicionais para apreciação do relatório de que trata o § 4º deste artigo no prazo de 5 (cinco) dias úteis do recebimento do requerimento formulado pela Comissão Mista de que trata o art. 166, § 1º, da Constituição.

ANEXO III

RELAÇÃO DAS INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES AO PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA DE 2010

XII - demonstrativo da receita orçamentária nos termos do art. 12 da Lei Complementar nº 101, de 2000, incluindo o efeito da dedução de receitas extraordinárias ou atípicas arrecadadas no período que servir de base para as projeções, que constarão do demonstrativo pelos seus valores nominais absolutos, destacando-se os seguintes agregados:

a) Receitas Primárias:

1. brutas e líquidas de restituições, administradas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, inclusive aquelas referentes à contribuição dos empregadores e trabalhadores para o Regime Geral de Previdência Social, com os exercícios de 2008 a 2010 apresentados mês a mês, destacando para 2010 os efeitos da variação de índices de preços, das alterações da legislação, inclusive das propostas de alteração na legislação, que se encontrem em tramitação no Congresso Nacional, de iniciativa do Poder Executivo, e dos demais fatores que influenciem as estimativas;

2. Concessões e Permissões;

3. Cota-Parte das Compensações Financeiras;
 4. Receitas Próprias, por órgão e unidade orçamentária; e
 5. (VETADO)
 6. Demais Receitas Primárias; e
- b) Receitas Financeiras:
1. Operações de Crédito;
 2. Receitas Próprias (fonte 80), por órgão e unidade orçamentária; e
 3. Demais Receitas Financeiras;

.....

XXV - conjunto de parâmetros estimados pela Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda, utilizados na elaboração do Projeto de Lei Orçamentária de 2010, contendo ao menos, para os exercícios de 2009 e 2010, a variação real e nominal do PIB, a variação da massa salarial dos empregados com carteira assinada, a variação do preço médio do barril de petróleo tipo Brent, e das taxas mensais, nesses 2 (dois) exercícios, da variação média da taxa de câmbio do dólar americano, da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP, da variação em dólar das importações, exceto combustíveis, da variação das aplicações financeiras, da variação do volume comercializado de gasolina e de diesel, da taxa de juros Selic, da variação do IGP-DI, do IPCA e do INPC, cujas atualizações serão encaminhadas pelo Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão, ao Presidente da Comissão Mista de que trata o art. 166, § 1º, da Constituição, em 21 de novembro de 2009;

.....

Os Anexos IV e V, referentes a Lei nº 12.017, de 2009, encontram-se na página da Presidência da República (na Internet).

.....

DECRETO Nº 6.997, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2009.

Aprova o Programa de Dispendios Globais - PDG para 2010 das empresas estatais federais, e dá outras providências.

.....

DECRETO Nº 7.094, DE 3 DE FEVEREIRO DE 2010.

Dispõe sobre a programação orçamentária e financeira, estabelece o cronograma mensal de desembolso do Poder Executivo para o exercício de 2010, e dá outras providências.

.....

LEI Nº 12.214, DE 26 DE JANEIRO DE 2010.

Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2010.

.....

(À Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A Presidência recebeu do Senhor Presidente da República a **Mensagem nº 169 de 2010–CN** (nº 647, de 2010, na origem), encaminhando o seguinte projeto de lei do Congresso Nacional:

– **Projeto de Lei nº 86, de 2010–CN**, que “*Altera o art. 2º e o Anexo IV da Lei nº 12.017, de 12 de agosto de 2009, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e a execução da Lei Orçamentária de 2010, e o art. 2º e o Anexo III da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e a execução da Lei Orçamentária de 2011*”.

O Projeto de Lei nº 86, de 2010–CN, vai à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Nos termos do art. 112 da Resolução nº 1, de 2006–CN, fica estabelecido o seguinte calendário para tramitação do projeto:

Leitura: 22–11–2010

até 24-11 Prazo para publicação e distribuição de avulsos;

até 2-12 prazo para apresentação de emendas;

até 5-12 prazo para publicação e distribuição de avulsos das emendas apresentadas; e

até 20-12 prazo para apresentação, publicação, distribuição e votação do relatório e encaminhamento do parecer da CMO à Mesa do Congresso Nacional.

A matéria será publicada em avulso e no **Diário do Senado Federal** de 23 de novembro do corrente. Será feita comunicação à Câmara dos Deputados.

É o seguinte o Projeto:

**PROJETO DE LEI
Nº 86, DE 2010–CN
MENSAGEM Nº 169, DE 2010–CN
(nº 647/2010, na origem)**

Altera o art. 2º e o Anexo IV da Lei nº 12.017, de 12 de agosto de 2009, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e a execução da Lei Orçamentária de 2010, e o art. 2º e o Anexo III da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e a execução da Lei Orçamentária de 2011.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

redação: Art. 1º O art. 2º da Lei nº 12.017, de 12 de agosto de 2009, passa a vigorar com a seguinte

“Art. 2º A elaboração e a aprovação do Projeto de Lei Orçamentária de 2010, bem como a execução da respectiva Lei, deverão ser compatíveis com a obtenção da meta de resultado primário, para o setor público consolidado, equivalente a 3,10% (três inteiros e dez centésimos por cento) do Produto Interno Bruto – PIB, sendo 2,15% (dois inteiros e quinze centésimos por cento) para os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social e 0,0% (zero por cento) para o Programa de Dispêndios Globais, conforme demonstrado no Anexo de Metas Fiscais constante do Anexo IV desta Lei.

§ 1º As empresas dos Grupos Petrobras e Eletrobras não serão consideradas na meta de resultado primário, de que trata o **caput** deste artigo, relativa ao Programa de Dispêndios Globais.
.....”
(NR)

Art. 2º O item IV.1 do Anexo IV da Lei nº 12.017, de 2009, passa a vigorar na forma do Anexo I desta Lei.

redação: Art. 3º O art. 2º da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010, passa a vigorar com a seguinte

“Art. 2º A elaboração e a aprovação do Projeto de Lei Orçamentária de 2011, bem como a execução da respectiva Lei, deverão ser compatíveis com a obtenção da meta de superávit primário, para o setor público consolidado de R\$ 117.890.000.000,00 (cento e dezessete bilhões, oitocentos e noventa milhões de reais), sendo R\$ 81.760.000.000,00 (oitenta e um bilhões, setecentos e sessenta milhões de reais) para os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social e R\$ 0,00 (zero reais) para o Programa de Dispêndios Globais, conforme demonstrado no Anexo de Metas Fiscais constante do Anexo III desta Lei.

§ 1º As empresas dos Grupos Petrobras e Eletrobras não serão consideradas na meta de resultado primário, de que trata o **caput** deste artigo, relativa ao Programa de Dispêndios Globais.
.....”
(NR)

Art. 4º O item III.1 do Anexo III da Lei nº 12.309, de 2010, passa a vigorar na forma do Anexo II desta Lei.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília,

Anexo I

(Anexo IV - Metas Fiscais da Lei nº 12.017, de 12 de agosto de 2009)

ANEXO IV.1

ANEXO DE METAS ANUAIS

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS – 2010

(art. 4º, § 2º, inciso II da Lei Complementar nº 101, de maio de 2000)

Em cumprimento ao disposto na Lei Complementar nº. 101, de 4 de maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, o Anexo de Metas Anuais da Lei de Diretrizes Orçamentárias 2010, LDO-2010, estabelece a meta de resultado primário do setor público consolidado, como percentual do Produto Interno Bruto – PIB, para o exercício de 2010 e indica as metas de 2011 e 2012. A cada exercício, havendo mudanças no cenário macroeconômico interno e externo, as metas são revistas no sentido de manter política fiscal responsável.

O objetivo primordial da política fiscal do Governo é promover a gestão equilibrada dos recursos públicos, de forma a assegurar a manutenção da estabilidade econômica e o crescimento sustentado. Para isto, atuando em linha com as políticas monetária, creditícia e cambial, o Governo procura criar as condições necessárias para reduzir de forma gradual do endividamento público líquido em relação ao PIB, para diminuir as taxas de juros e para melhorar o perfil da dívida. Nesse sentido, anualmente, são estabelecidas metas de resultado primário no intento de garantir a solvência intertemporal da dívida pública. Por sua vez, o resultado nominal e o estoque da dívida do setor público previstos são meramente indicativos, por sofrerem influência de uma série de fatores fora do controle direto do Governo.

Também é compromisso da política fiscal promover a melhoria dos resultados da gestão fiscal, com vistas a implementar políticas sociais redistributivas e a financiar investimentos em infraestrutura que ampliem a capacidade interna de produção pelo setor privado, por meio da eliminação de gargalos logísticos. Ao mesmo tempo, o Governo vem atuando na melhoria da qualidade e na simplificação da tributação, no combate à sonegação, evasão e elisão fiscal, na redução da informalidade, no aprimoramento dos mecanismos de arrecadação e fiscalização, com objetivo de aumentar o universo de contribuintes e permitir a redução da carga tributária sobre os diversos segmentos da sociedade. Tem, ainda, procurado aprimorar a eficiência da alocação dos recursos, com medidas de racionalização dos gastos públicos, com melhora nas técnicas de gestão e controle e com maior transparência, de forma a ampliar a prestação de serviços públicos de qualidade.

Por sua vez, as políticas sociais redistributivas, como os programas de transferência de renda e a política de recomposição do salário mínimo, têm contribuído para o desenvolvimento econômico com maior justiça social e para o aumento da demanda interna. Esta última também tem se fortalecido por meio do aumento do investimento público federal, que passou de 1,7% do PIB em 2003 para 3,6% em 2009, perfazendo um crescimento acumulado de 118% no período. O sucesso da consolidação da estabilidade econômica, levada a cabo nos últimos anos, combinado com o esforço de ampliação dos investimentos na revitalização da infra-estrutura física no âmbito do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) e com a melhora no rendimento das famílias nas camadas mais pobres, criou condições para crescimento mais acelerado da economia em 2008 e, após sofrer o impacto da crise financeira internacional, para a rápida recuperação da atividade interna.

O produto interno bruto cresceu 5,2% em termos reais em 2008, dando continuidade ao ciclo de crescimento sustentado iniciado em 2004, com média de 4,8% nos últimos cinco anos e com

ampliação significativa da capacidade produtiva (9,9% de variação média do investimento no período). Essa trajetória, contudo, sofreu forte desaceleração com o acirramento da crise internacional a partir de setembro de 2008, ao passar de um crescimento de 6,8% no terceiro trimestre, frente ao mesmo período do ano anterior, para 1,3% no último trimestre de 2008. Os bons fundamentos econômicos alcançados ao longo dos últimos anos, assim como a tempestividade e efetividade das medidas anticíclicas, adotadas para compensar a retração do crédito privado, sustentar a liquidez do mercado cambial e preservar a atividade econômica e o investimento, permitiram que o País voltasse rapidamente para essa trajetória de crescimento.

Assim, logo no primeiro trimestre de 2009, apesar de a economia ter se retraído (-1,5% ante o trimestre anterior na série do PIB com ajuste sazonal), alguns sinais de recuperação já eram observados, como a elevação acumulada de 7,4% nas vendas do varejo ante o mesmo período do ano anterior e a retomada da produção industrial de alguns bens (a exemplo de veículos automotores). Esta melhora na atividade interna se fortaleceu e se disseminou por todos os setores, sendo que, a partir do segundo trimestre de 2009, o produto interno bruto já apresentou crescimento ante o trimestre anterior, com aceleração a partir de então: 1,5%, 2,1% e 2,4%, respectivamente no segundo, terceiro e quarto trimestres de 2009. Na média do ano, apesar da pequena retração do produto interno bruto em 2009 (variação de -0,2% ante 2008), a economia brasileira se recuperou mais rapidamente que a economia mundial (-2,0%¹).

Ademais, as medidas de política monetária de abril a setembro de 2008, o maior esforço fiscal adotado até aquele momento, e os efeitos da crise sobre a demanda interna e a externa, restringindo a oferta de crédito e afetando negativamente e de forma abrupta o preço das *commodities*, diminuíram as expectativas de inflação em 2009, medida pelo IPCA. Conseqüentemente, a autoridade monetária teve mais graus de liberdade para atuar de forma a mitigar os impactos da crise, inclusive por meio de reduções na taxa de juros básica (totalizando 500 pontos base), atingindo o nível de 8,75% ao ano. A menor variação dos preços em 2009 (4,3%), juntamente com as políticas sociais redistributivas, como os programas de transferência de renda e a política de recomposição do salário mínimo, contribuíram para manter o poder de compra e diminuir os impactos sociais ocasionados pela crise.

Por outro lado, em 2010, com a recuperação da atividade econômica, o Banco Central passou a remover os estímulos monetários adotados na época da crise, aumentando, de forma gradual, as alíquotas de recolhimento compulsório sobre recursos a prazo e as de recolhimento referente às exigibilidades adicionais dos depósitos à vista e a prazo, assim como elevando a Meta Selic (totalizando 200 pontos base no período de abril a julho de 2010), que atingiu 10,75%. Com sinais de redução da taxa de inflação no início do segundo trimestre e de arrefecimento na atividade interna e externa, a taxa básica de juros tem sido mantida constante pela autoridade monetária.

Quanto às contas externas, o saldo em transações correntes passou a ser deficitário a partir de 2008 (-1,7% do PIB ao final de 2008 e -2,7% em setembro de 2010, dados acumulados em 12 meses). Não obstante, o fluxo de capitais (investimento estrangeiro direto e em carteira) tem possibilitado o financiamento da conta corrente e a continuidade da acumulação de reservas internacionais.

O regime de câmbio flexível permitiu um ajuste mais rápido dos preços relativos ajudando a manter o equilíbrio do balanço de pagamentos. Apesar do fluxo de investimentos externos ter declinado após o agravamento da crise, como a política macroeconômica não foi alterada, o País teve confirmado pelas três principais agências de risco, o grau de investimento da dívida externa de longo prazo e continuou a apresentar nível e trajetória de risco melhor que a média dos emergentes. Assim, já em 2009,

¹ Dados do World Economic Outlook do Fundo Monetário Internacional.

quando a economia interna começou a reagir à crise, a confiança do investidor externo no Brasil retornou, elevando novamente o influxo de capitais estrangeiros.

No setor fiscal, o Governo tem conseguido diminuir os riscos de refinanciamento e de mercado da dívida, ao melhorar o perfil de vencimentos, bem como ao reduzir a vulnerabilidade da dívida federal a flutuações nas variáveis econômicas (câmbio e juros). Assim, mesmo em ambiente de maior volatilidade no preço dos ativos financeiros globais e da elevação dos prêmios de risco, o País conseguiu manter a melhora na composição da dívida pública federal (DPF), alcançada nos últimos anos, com menor proporção de títulos remunerados a indexadores considerados mais voláteis. Verificou-se, também, a permanência da política de alongamento do prazo médio e de queda do percentual a vencer em 12 meses, de 28,2% em 2007 para 25,4% em 2008 e 23,6% em 2009.

Em 2008, em decorrência do esforço fiscal de todas as esferas de governo, o setor público não-financeiro alcançou resultado primário de 3,5% do PIB, perfazendo o menor déficit nominal da série histórica anual, de 2,0% do PIB². Esse resultado incluiu o repasse de R\$ 14,2 bilhões (cerca de 0,5% do PIB) para o Fundo Soberano, com a finalidade de promover o investimento, ampliar poupança pública, mitigar os efeitos dos ciclos econômicos e fomentar projetos de interesse estratégico do País. A redução do déficit nominal, juntamente com o crescimento do produto e o impacto da desvalorização cambial sobre os ativos externos líquidos do Governo Central, permitiu a queda da dívida líquida do setor público como proporção do PIB, que passou do patamar 45,5% em 2007 para 38,9% em 2008³.

Por sua vez, em 2009, o Governo reduziu a meta de superávit primário para o setor público não-financeiro, de 3,8% do PIB para 2,5% do PIB, de forma a estimular a demanda doméstica em um cenário de menor crescimento. A alteração compreendeu: (i) uma mudança metodológica e permanente, que consiste na exclusão das empresas do grupo Petrobrás das estatais federais consideradas no cálculo da dívida do setor público não-financeiro e, conseqüentemente, da meta de superávit primário (em torno de 0,5 p.p.); e (ii) uma mudança temporária, de forma a adequar a meta de 2009 ao momento de crise financeira internacional.

Em decorrência, com as medidas anti-cíclicas adotadas e a menor arrecadação (-2,2%), em função das desonerações concedidas e da queda na atividade econômica, o superávit primário do setor público realizado foi de 2,1% do PIB (utilizando 0,4% como dedução dos investimentos constantes do PAC). Apesar de menor, este superávit foi significativo e seria mais do que o necessário para reduzir a dívida líquida do setor público como proporção do PIB em condições normais. O endividamento, no entanto, aumentou de 38,9% em 2008 para 43,3% em 2009, devido, principalmente, ao recuo no produto (resultado bem aquém do crescimento sustentado do País) e ao impacto da valorização cambial sobre os ativos externos líquidos do Governo Central.

As perspectivas para 2010 indicam crescimento real do PIB de 7,5% (bem acima do inicialmente projetado pelo Governo e pelo mercado). A estimativa de crescimento positivo e elevado, em cenário de moderada recuperação da economia mundial, decorre do dinamismo da demanda doméstica, com o consumo das famílias sendo sustentado pelo crescimento da renda disponível (massa salarial, crédito e transferência de renda às famílias) e os investimentos, pelas boas expectativas em relação ao futuro da economia brasileira. Ao final do segundo trimestre de 2010, já se observou elevado *carry over* (efeito arrasto) para o ano (7,0%), mesmo com a gradual retirada das medidas de incentivo ao crédito e à demanda. O produto interno bruto do País deve, portanto, retomar a trajetória de crescimento sustentado no biênio 2011-2012 (Tabela 1), com crescimento de 5,5% ao ano, taxa de câmbio e taxas de juros

² Resultado que exclui os ativos líquidos do grupo Petrobrás e Eletrobrás.

³ Resultado que exclui os ativos líquidos do grupo Petrobrás e Eletrobrás.

relativamente estáveis no período e manutenção das taxas de inflação consistente com a meta fixada pelo Conselho Monetário Nacional – CMN.

Tabela 1 – Parâmetros Macroeconômicos Projetados

Variáveis	2010	2011	2012
PIB (crescimento real % a. a.)	7,50	5,50	5,50
Taxa Selic Efetiva (média % a.a.)	9,8	10,71	10,71
Câmbio (R\$/US\$ - final de período - dezembro)	1,70	1,79	1,85

Neste contexto, a meta de superávit primário para o setor público não-financeiro em 2010 está fixada em para 3,10% em 2010, sendo sua composição: i) 2,15% do PIB para o Governo Central; ii) 0,95% para os governos subnacionais; e iii) 0,00% do PIB no caso das estatais federais. Vale destacar as seguintes mudanças em relação às metas vigentes em 2009: i) exclusão das empresas do grupo Eletrobrás do conjunto das empresas, a exemplo do tratamento dado para o Grupo Petrobras a partir do ano passado; ii) elevação da meta do Governo Central de 1,40% do PIB para 2,15% do PIB, correspondente ao patamar vigente no período pré-crise até 2008; iii) manutenção do equilíbrio fiscal das empresas estatais federais, com meta de resultado primário neutra para o conjunto das mesmas.

Em relação ao tratamento conferido às empresas do grupo Eletrobrás, a exclusão proposta considera que a empresa está plenamente orientada para o mercado, concorrendo em igualdade com as empresas privadas no que diz respeito à operação e expansão de energia elétrica. Em termos de práticas qualificadas de governança, a empresa segue regras idênticas às das demais empresas privadas de capital aberto, estando sujeita à auditoria externa e publicando regularmente demonstrativos contábeis junto ao mercado doméstico (Comissão de Valores Mobiliários) e ao mercado externo (SEC), além de adotar boas práticas de relacionamento com acionistas minoritários.

Neste contexto, em 2008, a Companhia deu passo importante em direção ao seu fortalecimento no mercado nacional e internacional obtendo autorização junto à Securities and Exchange Commission - SEC para negociar suas ações, como ADR de nível 2, no pregão da Bolsa de Nova Iorque - NYSE, nos Estados Unidos. Por sua vez, buscando as boas práticas de governança corporativa, a Eletrobrás foi admitida à listagem no segmento de nível 1 da BM&FBOVESPA em 2006, e tem adotado uma série de medidas de forma a integrar os Índices de Sustentabilidade do Dow Jones e o nível 2 da BM&FBOVESPA, como a adoção de controles e procedimentos necessários segundo a Lei Sarbanes-Oxley de 2002 e a adesão ao Global Compact das Nações Unidas (maior iniciativa de responsabilidade corporativa do mundo). Além disto, é objeto de avaliação por parte de agências de rating, com classificação de risco BBB (a mesma do Brasil) pela Fitch Ratings e pela Standard & Poor's, o que indica a necessidade de constante monitoramento do seu nível de endividamento e de alavancagem.

Este conjunto de características configura-se como elemento distintivo da empresa quanto à delimitação da abrangência do setor público brasileiro. Ademais, a manutenção das restrições fiscais ao grupo Eletrobras provoca distorções nas decisões gerenciais da empresa, em particular quanto à limitação das possibilidades de conduzir investimentos em projetos economicamente viáveis, comprometendo, assim, sua capacidade competitiva no setor em que atua.

Cabe mencionar que, tendo em vista a posição credora líquida do grupo Eletrobrás, o impacto da exclusão no nível da dívida líquida do setor público é de cerca de 0,05 ponto percentual. No entanto, mesmo como o menor resultado primário, a dívida terá trajetória decrescente, passando de 43,3% do PIB em 2009 para cerca de 40,8% do PIB em 2010.

Deste modo, a meta para 2010 de superávit primário do Governo Federal (2,15% do PIB) equivale a R\$ 81,76 bilhões e será toda proveniente do superávit do Governo Central (também 2,15% do PIB), tendo em vista que a meta para as empresas estatais federais (0,00% do PIB) é de equilíbrio. É de se mencionar que, segundo o compromisso do Governo com o equilíbrio fiscal, caso a estimativa de superávit primário de 0,95% do PIB prevista no âmbito estadual e municipal não se verifique, será compensada pelo Governo Federal, de forma a atingir a meta global de 3,10% do PIB.

Para o biênio, 2011-2012, o superávit primário do setor público será mantido próximo ao patamar de 3,10% do PIB (Tabela 2). Cabe esclarecer que o superávit primário do setor público para 2011, foi inicialmente estabelecido em R\$ 125,50 bilhões, correspondentes à 3,3% à época da elaboração da Lei de Diretrizes de 2011⁴. Com a exclusão do Grupo Eletrobrás e com a nova meta de equilíbrio fiscal para as estatais federais, o superávit primário para o setor público consolidado terá valor de R\$ 117,89 bilhões, correspondente a 3,00% do PIB (de acordo com as novas projeções de crescimento do PIB, Tabela 1).

Tabela 2 – Trajetória Estimada para a Dívida Líquida do Setor Público e para o Resultado Nominal

Variáveis (em % do PIB)	2010	2011	2012
Superávit Primário do Setor Público Não-Financeiro ¹	3,10	3,00	3,10
Previsão para o reconhecimento de passivos	0,03	0,18	0,15
Dívida Líquida com o reconhecimento de passivos	40,8	37,8	35,2
Resultado Nominal	-2,14	-1,36	-0,89

¹ Não considera a redução relativa ao Plano de Aceleração do Crescimento – PAC no percentual de 0,5% do PIB.

O superávit primário, o crescimento projetado da economia e a redução do custo da dívida pública permitirão a continuidade da trajetória de queda da dívida pública líquida do setor público não-financeiro como proporção do PIB ao longo desse período (Tabela 2). Mesmo considerando o reconhecimento de passivos contingentes (basicamente por meio da emissão de CVS), a trajetória da dívida pública líquida como proporção do PIB permanece com tendência decrescente, passando de 43,3% em 2009 (excluindo os ativos líquidos do grupo Petrobrás e Eletrobrás) para 35,2% em 2012. As projeções também indicam que o País continuará reduzindo o resultado nominal no período, ou seja, chegando próximo da obtenção de capacidade de pagamento da totalidade dos juros líquidos devidos no exercício. Essas metas confirmam, portanto, o compromisso do Governo com a responsabilidade fiscal, o que contribuirá para a estabilidade macroeconômica e para o crescimento sustentado com inclusão social.

⁴ Lei nº 12.309, de 09 de agosto de 2010.

Anexo IV.1.a - Anexo de Metas Anuais 2010 a 2012

Discriminação	Preços Correntes					
	2010		2011		2012	
	R\$ milhões	% PIB	R\$ milhões	% PIB	R\$ milhões	% PIB
I. Receita Primária	908.595,5	25,60	967.626,1	24,64	1.066.783,5	24,64
II. Despesa Primária	832.299,3	23,45	885.866,1	22,56	973.699,6	22,49
III. Resultado Primário Governo Central (I - II)	76.296,2	2,15	81.760,0	2,08	93.084,0	2,15
IV. Resultado Primário Empresas Estatais Federais	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0	0,00
V. Resultado Primário Governo Federal (III + IV)	76.296,2	2,15	81.760,0	2,08	93.084,0	2,15
VI. Resultado Nominal Governo Federal	-45.313,6	-1,28	-40.870,7	-1,04	-27.429,0	-0,63
VII. Dívida Líquida Governo Federal	983.263,4	27,73	1.009.552,0	25,62	1.028.667,0	23,82

Observações:

⁽¹⁾ A meta poderá ser reduzida em virtude dos recursos previstos para o Programa de Aceleração do Crescimento - PAC.

⁽²⁾ Não considera empresas do grupo Petrobrás e Eletrobrás.

Discriminação	Preços Médios de 2009 - IGP-DI					
	2010		2011		2012	
	R\$ milhões	% PIB	R\$ milhões	% PIB	R\$ milhões	% PIB
I. Receita Primária	862.223,8	25,60	856.409,4	24,64	903.511,9	24,64
II. Despesa Primária	789.821,4	23,45	784.046,7	22,56	824.674,5	22,49
III. Resultado Primário Governo Central (I - II)	72.402,3	2,15	72.362,7	2,08	78.837,4	2,15
IV. Resultado Primário Empresas Estatais Federais	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0	0,00
V. Resultado Primário Governo Federal (III + IV)	72.402,3	2,15	72.362,7	2,08	78.837,4	2,15
VI. Resultado Nominal Governo Federal	-43.001,0	-1,28	-36.173,1	-1,04	-23.231,0	-0,63
VII. Dívida Líquida Governo Federal	892.935,1	27,73	877.328,9	25,62	855.445,4	23,82

Observações:

⁽¹⁾ A meta poderá ser reduzida em virtude dos recursos previstos para o Programa de Aceleração do Crescimento - PAC.

⁽²⁾ Não considera empresas do grupo Petrobrás e Eletrobrás.

Anexo II

(Anexo III - Metas Fiscais da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010)

ANEXO III.1

ANEXO DE METAS ANUAIS

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS – 2011

(art. 4º, § 2º, inciso II da Lei Complementar nº 101, de maio de 2000)

Em cumprimento ao disposto na Lei Complementar nº. 101, de 4 de maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, o Anexo de Metas Anuais da Lei de Diretrizes Orçamentárias 2011, LDO-2011, estabelece a meta de resultado primário do setor público consolidado, como percentual do Produto Interno Bruto – PIB, para o exercício de 2011 e indica as metas de 2012 e 2013. A cada exercício, havendo mudanças no cenário macroeconômico interno e externo, as metas são revistas no sentido de manter política fiscal responsável.

O objetivo primordial da política fiscal do Governo é promover a gestão equilibrada dos recursos públicos, de forma a assegurar a manutenção da estabilidade econômica e o crescimento sustentado. Para isto, atuando em linha com as políticas: monetária, creditícia e cambial, o Governo procura criar as condições necessárias para reduzir de forma gradual o endividamento público líquido em relação ao PIB, para diminuir as taxas de juros e para melhorar o perfil da dívida. Nesse sentido, anualmente, são estabelecidas metas de resultado primário no intento de garantir a solvência intertemporal da dívida pública. Por sua vez, o resultado nominal e o estoque da dívida do setor público previstos são apenas indicativos, por sofrerem influência de uma série de fatores fora do controle direto do Governo.

Também é compromisso da política fiscal promover a melhoria dos resultados da gestão fiscal, com vistas a implementar políticas sociais redistributivas e a financiar investimentos em infraestrutura que ampliem a capacidade interna de produção pelo setor privado, por meio da eliminação de gargalos logísticos. Ao mesmo tempo, o Governo vem atuando na melhoria da qualidade e na simplificação da tributação, no combate à sonegação, evasão e elisão fiscal, na redução da informalidade, no aprimoramento dos mecanismos de arrecadação e fiscalização, com objetivo de aumentar o universo de contribuintes e permitir a redução da carga tributária sobre os diversos segmentos da sociedade. Tem, ainda, procurado aprimorar a eficiência da alocação dos recursos, com medidas de racionalização dos gastos públicos, com melhora nas técnicas de gestão e controle e com maior transparência, de forma a ampliar a prestação de serviços públicos de qualidade.

A continuidade dessa política e sua eficácia permitiram que o Governo tivesse meios e instrumentos para responder de forma adequada ao cenário de crise financeira internacional. Esta crise originou-se nos países desenvolvidos, particularmente nos Estados Unidos da América. Com o seu recrudescimento em setembro de 2008 (após a falência do banco de investimentos Lehman-Brothers), aprofundou seus efeitos ao deteriorar fortemente os indicadores de confiança e elevar a aversão ao risco e a procura por ativos considerados mais seguros (como títulos do tesouro americano) em detrimento do investimento em carteira nos emergentes, restringindo o crédito externo e atingindo, por fim, a atividade econômica dos países emergentes.

A retração da economia mundial em 2009 (-2,0%⁵ de variação no produto) decorreu, principalmente, da queda no PIB das economias desenvolvidas, enquanto os emergentes, em sua maioria, foram menos afetados e se recuperaram mais rapidamente. Este é o caso do Brasil, cujo Produto Interno

⁵ Dados do Word Economic Outlook do Fundo Monetário Internacional.

Bruto caiu 0,2% em termos reais em 2009. O recuo reflete o impacto da crise internacional no último trimestre de 2008 (-3,2% de queda na margem na série com ajuste sazonal), com reflexo no primeiro trimestre de 2009. A retração se deu, principalmente, no setor industrial, que vinha em acelerada expansão e com elevados estoques, tendo que fazer forte ajuste para se adequar às novas perspectivas. A partir do segundo trimestre, contudo, observa-se persistente recuperação da atividade econômica interna.

Desse modo, o ambiente econômico em 2009 pode ser dividido em dois períodos: i) o correspondente ao primeiro trimestre, quando ainda se observou retração na atividade produtiva ante o trimestre anterior (-1,6% na série com ajuste sazonal) e frente ao mesmo período do ano anterior (-2,1%); e ii) o observado a partir do segundo trimestre, quando, como resultado das medidas anti-cíclicas adotadas pelo Governo e do fortalecimento dos fundamentos macroeconômicos, alcançado nos últimos anos, a economia brasileira voltou a crescer de forma consistente, com aceleração no ritmo a cada trimestre em relação ao anterior (na série com ajuste sazonal): 1,5%, 2,1% e 2,4%, respectivamente, no segundo, terceiro e quarto trimestres.

O maior volume de reservas internacionais e a condição de credor líquido em moeda estrangeira aumentaram a capacidade do País de enfrentar períodos com restrição de liquidez externa. Com base nessa maior reserva de recursos, a Autoridade Monetária tomou, tempestivamente, as medidas necessárias para que a demanda por divisas internacionais fosse atendida, ao injetar liquidez no mercado à vista e futuro e ao assegurar que os exportadores e importadores, assim como os bancos e as empresas com dívida externa com vencimento em 2009 tivessem acesso a linhas de crédito.

Quanto ao sistema bancário brasileiro, este possui regras prudenciais rigorosas em termos internacionais e manteve-se solvente durante todo o período, o que minorou o impacto da crise financeira mundial sobre o sistema financeiro doméstico, criando ambiente mais favorável à implementação de medidas para manter o montante de crédito. Para isto, o Governo diminuiu os encaixes compulsórios dos bancos para elevar a disponibilidade de recursos no mercado interbancário; ampliou as áreas e setores passíveis de obter financiamento com equalização de taxas de juros pelo Tesouro e elevou o montante de crédito ofertado pelos bancos públicos; e flexibilizou normas de acesso ao crédito para pequenos bancos. Pode-se citar, portanto, a capitalização do BNDES pelo tesouro Nacional, visando prover mais crédito às empresas, inclusive para capital de giro e para financiar exportações; e o aumento das linhas de crédito ofertadas para o setor imobiliário (Caixa Econômica Federal), para setor agropecuário e para as micro e pequenas empresas (Banco do Brasil). Como resultado, o crédito no Sistema Financeiro Nacional chegou a se elevar de 40,5% do PIB em 2008 para 45,0% em 2009, com aumento da participação dos bancos públicos, os quais foram responsáveis por 91,6% da elevação do crédito no período (que totalizou R\$ 130 bilhões).

Ademais, as medidas de política monetária de abril a setembro de 2008, o maior esforço fiscal adotado até aquele momento, e os efeitos da crise sobre a demanda interna e a externa, restringindo a oferta de crédito e afetando negativamente e de forma abrupta o preço das *commodities*, diminuíram as expectativas de inflação em 2009, medida pelo IPCA. Conseqüentemente, a autoridade monetária teve mais graus de liberdade para atuar de forma a mitigar os impactos da crise, inclusive por meio de reduções na taxa de juros básica (totalizando 500 pontos base), atingindo o nível de 8,75% ao ano.

Por outro lado, em 2010, com a recuperação da atividade econômica, o Banco Central passou a remover os estímulos monetários adotados na época da crise, aumentando, de forma gradual, as alíquotas de recolhimento compulsório sobre recursos a prazo e as de recolhimento referente às exigibilidades adicionais dos depósitos à vista e a prazo, assim como elevando a Meta Selic (totalizando 200 pontos base no período de abril a julho de 2010), que atingiu 10,75%. Com sinais de redução da taxa de inflação no início do segundo trimestre e de arrefecimento na atividade interna e externa, a taxa básica de juros tem sido mantida constante pela autoridade monetária.

A menor variação dos preços em 2009 (4,3%), juntamente com as políticas sociais redistributivas, como os programas de transferência de renda e a política de recomposição do salário mínimo, contribuíram para manter o poder de compra e melhorar a distribuição de renda. Esta última decorreu do maior crescimento da renda nas faixas da população com menor rendimento, por serem destino das políticas sociais, terem renda mais atrelada ao piso salarial e cesta de consumo composta por bens que apresentaram menor inflação em 2009 (como alimentos, 3,2%). A propósito, com o objetivo de minorar os efeitos da crise, o Governo manteve como prioritários e ampliou diversos programas sociais, como o Bolsa Família, o Plano Safra (destinado à agricultura comercial e familiar), e o Seguro Desemprego (elevação temporária do número de parcelas).

Foram implementadas também outras medidas que visavam preservar a atividade econômica, como as desonerações tributárias, direcionadas para setores fortemente afetados pela crise, como: automotivo, eletrodomésticos, bens de capital e construção civil. Este último também foi auxiliado pela implementação do programa Minha Casa, Minha Vida, que visa reduzir o déficit habitacional do País. Ademais, o Governo continuou a fortalecer o investimento público federal, que passou de 1,7% do PIB em 2003 para 3,6% do PIB em 2009, perfazendo crescimento acumulado de 118% no período. O ano de maior elevação no investimento público como proporção do produto foi justamente 2009 (25%), resultado não só da maturação de projetos e da melhora na gestão dos mesmos, como também da preocupação em acelerar a revitalização da infra-estrutura do País, criando ambiente propício para atrair o investimento privado.

Quanto às contas externas, o saldo em transações correntes passou a ser deficitário a partir de 2008 (-1,7% do PIB ao final de 2008 e -2,7% em setembro de 2010, dados acumulados em 12 meses). Não obstante, o fluxo de capitais (investimento estrangeiro direto e em carteira) tem possibilitado o financiamento da conta corrente e a continuidade da acumulação de reservas internacionais.

O regime de câmbio flexível permitiu um ajuste mais rápido dos preços relativos ajudando a manter o equilíbrio do balanço de pagamentos. Apesar do fluxo de investimentos externos ter declinado após o agravamento da crise, como a política macroeconômica não foi alterada, o País teve confirmado pelas três principais agências de risco, o grau de investimento da dívida externa de longo prazo e continuou a apresentar nível e trajetória de risco melhor que a média dos emergentes. Assim, já em 2009, quando a economia interna começou a reagir à crise, a confiança do investidor externo no Brasil retornou, elevando novamente o influxo de capitais estrangeiros.

Essas medidas anti-cíclicas e a menor arrecadação (-2,2%), decorrente das desonerações concedidas e da queda na atividade econômica, tornaram necessário diminuir temporariamente o esforço fiscal em 2009. Assim, o Governo reduziu a meta de superávit primário para o setor público não-financeiro de 3,8% do PIB para 2,5% do PIB, além de ter utilizado o percentual de 0,4% do PIB a título dedução dos investimentos constantes do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC. O superávit primário do setor público realizado (2,1% do PIB em 2009), apesar de menor, é significativo e seria mais do que o necessário para reduzir a dívida líquida do setor público como proporção do PIB em condições normais. O endividamento, no entanto, aumentou de 38,9% em 2008 para 43,3% em 2009, devido, principalmente, ao recuo no Produto (resultado bem aquém do crescimento sustentado do País) e ao impacto da valorização cambial sobre os ativos externos líquidos do Governo Central.

Em cenário de desaceleração da economia mundial e de queda na liquidez, o Governo conseguiu manter relativamente estáveis os riscos de refinanciamento e de mercado da dívida, ao continuar a melhorar o perfil de vencimentos da dívida, bem como permanecer controlando a vulnerabilidade da dívida federal a flutuações nas variáveis econômicas (câmbio e juros). Assim, mesmo em ambiente de maior volatilidade no preço dos ativos financeiros globais e da elevação dos prêmios de

risco, a composição da dívida pública federal (DPF)⁶ continuou com menor proporção de títulos remunerados a indexadores considerados mais voláteis (ou seja, 40,0% da DPF indexados à taxa Selic ou ao câmbio frente a 58,9% remunerados a índices de preços ou prefixados). Verificou-se, também, a permanência da política de alongamento do prazo médio e de queda do percentual a vencer em 12 meses, de 25,4% em 2008 para 23,6% em 2009.

As perspectivas para 2010 indicam crescimento real do PIB de 7,5% (bem acima do inicialmente projetado pelo Governo e pelo mercado). A estimativa de crescimento positivo e elevado, em cenário de moderada recuperação da economia mundial, decorre do dinamismo da demanda doméstica, com o consumo das famílias sendo sustentado pelo crescimento da renda disponível (massa salarial, crédito e transferência de renda às famílias) e os investimentos, pelas boas expectativas em relação ao futuro da economia brasileira. Ao final do segundo trimestre de 2010, já se observou elevado *carry over* (efeito arrasto) para o ano (7,0%), mesmo com a gradual retirada das medidas de incentivo ao crédito e à demanda.

A sustentação do crescimento nos próximos anos depende da continuidade do fortalecimento da capacidade produtiva interna, por meio de maiores investimentos públicos e privados, assim como da elevação da poupança interna, necessária para diminuir a dependência de financiamento externo para os investimentos. Para tanto, o Governo lançou nova fase do Programa de Aceleração do Crescimento, elevando seu montante e ampliando seu escopo. O mercado interno conta também com novos atrativos de investimento para o País, dados os grandes projetos que estarão em andamento nos próximos anos, como a exploração do pré-sal, a construção de novas hidrelétricas, a Copa do Mundo (2014) e as Olimpíadas (2016).

Além disto, o Governo, reafirmando o compromisso com uma política fiscal austera, voltou a elevar a meta de superávit primário para o setor público não-financeiro, de 2,5% do PIB em 2009 para 3,1% do PIB em 2010. A exemplo do que já foi feito com as empresas do grupo Petrobrás, a modificação compreende a exclusão das empresas do grupo Eletrobrás das estatais federais consideradas no cálculo da dívida líquida do setor público não financeiro, e consequentemente, da meta de superávit primário. Ademais, o projeto de lei proporá que as empresas estatais federais do setor público mantenham equilíbrio fiscal, com resultado primário neutro para o conjunto das mesmas.

Em relação ao tratamento conferido às empresas do grupo Eletrobrás, a exclusão proposta considera que a empresa está plenamente orientada para o mercado, concorrendo em igualdade com as empresas privadas no que diz respeito à operação e expansão de energia elétrica. Em termos de práticas qualificadas de governança, a empresa segue regras idênticas às das demais empresas privadas de capital aberto, estando sujeita à auditoria externa e publicando regularmente demonstrativos contábeis junto ao mercado doméstico (Comissão de Valores Mobiliários) e ao mercado externo (SEC), além de adotar boas práticas de relacionamento com acionistas minoritários.

Neste contexto, em 2008, a Companhia deu passo importante em direção ao seu fortalecimento no mercado nacional e internacional obtendo autorização junto à Securities and Exchange Commission - SEC para negociar suas ações, como ADR de nível 2, no pregão da Bolsa de Nova Iorque - NYSE, nos Estados Unidos. Por sua vez, buscando as boas práticas de governança corporativa, a Eletrobrás foi admitida à listagem no segmento de nível 1 da BM&FBOVESPA em 2006, e tem adotado uma série de medidas de forma a integrar os Índices de Sustentabilidade do Dow Jones e o nível 2 da BM&FBOVESPA, como a adoção de controles e procedimentos necessários segundo a Lei Sarbanes-Oxley de 2002 e a adesão ao Global Compact das Nações Unidas (maior iniciativa de responsabilidade

⁶ A DPF corresponde à consolidação da Dívida Pública Mobiliária Federal interna – DPMFi (90% do estoque da DPF no mercado) com a Dívida Pública Federal externa – DPFe, sendo esta última composta pela Dívida Mobiliária e Contratual. Cabe destacar que na DPF não se considera a parcela da DPMFi em poder do Banco Central.

corporativa do mundo). Além disto, a empresa é objeto de avaliação por parte de agências de rating, com classificação de risco BBB (a mesma do Brasil) pela Fitch Ratings e pela Standard & Poor's, o que indica a necessidade de constante monitoramento do seu nível de endividamento e de alavancagem.

Este conjunto de características configura-se como elemento distintivo da empresa quanto à delimitação da abrangência do setor público brasileiro. Ademais, a manutenção das restrições fiscais ao grupo Eletrobras provoca distorções nas decisões gerenciais da empresa, em particular quanto à limitação das possibilidades de conduzir investimentos em projetos economicamente viáveis, comprometendo, assim, sua capacidade competitiva no setor em que atua.

Neste contexto, a meta de superávit primário para o setor público não-financeiro em 2011 está fixada em para R\$ 117,9 bilhões em 2011, sendo sua composição: i) R\$ 81,8 bilhões para o Governo Central; ii) R\$ 36,1 bilhões para os governos subnacionais; e iii) neutralidade no caso das estatais federais. Tal esforço fiscal reafirma o compromisso do governo com uma política fiscal austera consistente com a trajetória de redução da dívida pública.

A Tabela 1 apresenta as projeções de indicadores econômicos selecionados para o triênio 2011-2013. Após passar por período de desaceleração ao final de 2008 e início de 2009, a economia já retomou trajetória de crescimento sustentado do PIB, estimado em 5,5% para o triênio 2011-2013. As estimativas de taxa de câmbio apontam para relativa estabilidade no período. Espera-se, ainda, que o comportamento das taxas de inflação se mantenha consistente com a meta fixada pelo Conselho Monetário Nacional – CMN, permitindo, portanto, que a taxa de juros permaneça fixa durante todo o período.

Assim, o mercado interno se expandirá de forma rápida, sustentado pela ampliação da capacidade produtiva, com maior crescimento do investimento público e privado. Cabe lembrar que estas projeções pressupõem a permanência de cenário externo com melhora gradual ao longo de 2010 e 2011, em linha com o previsto pelo mercado e por instituições internacionais, sem a ocorrência de choques adversos que afetem substancialmente a economia brasileira.

Tabela 1 – Parâmetros Macroeconômicos Projetados

Variáveis	2011	2012	2013
PIB (crescimento real % a. a.)	5,50	5,50	5,50
Taxa Selic Efetiva (média % a.a.)	10,71	10,71	10,79
Câmbio (R\$/US\$ - final de período - dezembro)	1,79	1,85	1,90

Para o triênio, 2011-2013, o superávit primário do setor público será mantido próximo ao patamar de 3,10% do PIB (Tabela 2). Cabe esclarecer que, para 2011, o superávit primário do setor público foi inicialmente estabelecido em R\$ 125,50 bilhões, correspondentes à 3,3% à época da elaboração da Lei de Diretrizes de 2011⁷, sendo R\$ 81,76 bilhões para o Governo Central e R\$ 7,61 bilhões para as empresas estatais federais. Com a exclusão do Grupo Eletrobrás e com a nova meta de equilíbrio fiscal para as estatais federais (0,0%), o superávit primário setor público consolidado terá valor de R\$ 117,89 bilhões, o que equivaleria a 3,10% do PIB conforme os parâmetros que serviram de base para as projeções da LDO 2011 (3,00% do PIB de acordo com as novas projeções de crescimento do PIB, Tabela 1). A meta de superávit primário para o Governo Central continuará em R\$ 81,76 bilhões e a meta de superávit das estatais passará para 0,0% do PIB. É de se mencionar que, segundo o compromisso do Governo com o equilíbrio fiscal, caso a estimativa de superávit primário prevista no âmbito estadual e municipal não se verifique, esta será compensada pelo Governo Federal.

⁷ Lei nº 12.309, de 09 de agosto de 2010.

Tabela 2 – Trajetória Estimada para a Dívida Líquida do Setor Público e para o Resultado Nominal

Variáveis (em % do PIB)	2011	2012	2013
Superávit Primário do Setor Público Não-Financeiro	3,00	3,10	3,10
Previsão para o reconhecimento de passivos	0,18	0,15	0,00
Dívida Líquida com o reconhecimento de passivos	37,8	35,2	32,2
Resultado Nominal	-1,36	-0,89	-0,67

* Não considera a redução relativa ao Programa de Aceleração do Crescimento– PAC no percentual máximo de 0,5% do PIB.

O superávit primário, o crescimento projetado da economia e a redução do custo da dívida pública permitirão a continuidade da trajetória de queda da dívida pública líquida do setor público não-financeiro como proporção do PIB ao longo desse período (Tabela 2). Mesmo considerando o reconhecimento de passivos contingentes (basicamente por meio da emissão de CVS), a trajetória da dívida pública líquida como proporção do PIB permanece com tendência decrescente, passando de 43,3% em 2009 para 32,2 % em 2013. As projeções também indicam que o País continuará reduzindo o resultado nominal no período, chegando próximo da obtenção de capacidade de pagamento da totalidade dos juros líquidos devidos no exercício. Essas metas confirmam, portanto, o comprometimento do Governo com a responsabilidade fiscal, o que contribuirá para a estabilidade macroeconômica e para o crescimento sustentado com inclusão social.

Anexo IV.1.a - Anexo de Metas Anuais 2010 a 2012

Discriminação	Preços Correntes					
	2010		2011		2012	
	R\$ milhões	% PIB	R\$ milhões	% PIB	R\$ milhões	% PIB
I. Receita Primária	908.595,5	25,60	967.626,1	24,64	1.066.783,5	24,64
II. Despesa Primária	832.299,3	23,45	885.866,1	22,56	973.699,6	22,49
III. Resultado Primário Governo Central (I - II)	76.296,2	2,15	81.760,0	2,08	93.084,0	2,15
IV. Resultado Primário Empresas Estatais Federais	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0	0,00
V. Resultado Primário Governo Federal (III + IV)	76.296,2	2,15	81.760,0	2,08	93.084,0	2,15
VI. Resultado Nominal Governo Federal	-45.313,6	-1,28	-40.870,7	-1,04	-27.429,0	-0,63
VII. Dívida Líquida Governo Federal	983.263,4	27,73	1.009.552,0	25,62	1.028.667,0	23,82

Observações:
⁽¹⁾ A meta poderá ser reduzida em virtude dos recursos previstos para o Programa de Aceleração do Crescimento - PAC.

⁽²⁾ Não considera empresas do grupo Petrobrás e Eletrobrás.

Discriminação	Preços Médios de 2009 - IGP-DI					
	2010		2011		2012	
	R\$ milhões	% PIB	R\$ milhões	% PIB	R\$ milhões	% PIB
I. Receita Primária	862.223,8	25,60	856.409,4	24,64	903.511,9	24,64
II. Despesa Primária	789.821,4	23,45	784.046,7	22,56	824.674,5	22,49
III. Resultado Primário Governo Central (I - II)	72.402,3	2,15	72.362,7	2,08	78.837,4	2,15
IV. Resultado Primário Empresas Estatais Federais	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0	0,00
V. Resultado Primário Governo Federal (III + IV)	72.402,3	2,15	72.362,7	2,08	78.837,4	2,15
VI. Resultado Nominal Governo Federal	-43.001,0	-1,28	-36.173,1	-1,04	-23.231,0	-0,63
VII. Dívida Líquida Governo Federal	892.935,1	27,73	877.328,9	25,62	855.445,4	23,82

Observações:
⁽¹⁾ A meta poderá ser reduzida em virtude dos recursos previstos para o Programa de Aceleração do Crescimento - PAC.

⁽²⁾ Não considera empresas do grupo Petrobrás e Eletrobrás.

EM nº 00338/2010/MP

Brasília, 16 de novembro de 2010.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. O art. 2º da Lei nº 12.017, de 12 de agosto de 2009, Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2010, LDO-2010, e da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010, Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2011, LDO-2011, fixam a meta de resultado fiscal para os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social e para o Programa de Dispêndios Globais – PDG das empresas estatais federais. Na LDO-2010, a meta para o PDG está estabelecida em 0,20% do Produto Interno Bruto – PIB, enquanto que na LDO-2011 está fixada no valor de R\$ 7.610,0 milhões.
2. Em relação ao PDG, assim como foi feito em 2009 com o grupo Petrobras, propõe-se a exclusão da apuração relativa às empresas do Grupo Eletrobras. O governo está conferindo tratamento específico a este Grupo retirando-o do cálculo do resultado fiscal do setor público, o que implica na retirada dos estoques de ativos e de passivos da empresa do cálculo da Dívida Líquida do Setor Público - DLSP, com os fluxos futuros de transações da empresa, deixando de afetar a DLSP e as Necessidades de Financiamento do Setor Público - NFSP.
3. Esse procedimento encontra-se alinhado com a metodologia e as práticas internacionais da maioria dos países que reconhecem a situação específica de empresas que não são totalmente públicas. No caso das empresas do grupo Eletrobras, considera-se que estas aprimoraram nos últimos anos seu padrão de governança corporativa, componente fundamental para o alcance de objetivos estratégicos de crescimento, lucratividade e posição de mercado tanto nacional quanto internacionalmente.
4. A Eletrobras é uma empresa transparente e acompanhada pelos mercados nacional e internacional, sendo objeto de avaliação por parte de agências de *rating*, com classificação de risco BBB (a mesma do Brasil) tanto pela *Fitch Ratings* como pela *Standard & Poor's*. O nível de endividamento e de alavancagem é monitorado e não pode ser excessivo, uma vez que poderia prejudicar a avaliação de risco da empresa, dificultando seu acesso a financiamentos nos mercados nacional e internacional. Ademais, a manutenção das restrições fiscais ao grupo Eletrobras provoca distorções nas decisões gerenciais da empresa, em particular quanto à limitação das possibilidades de conduzir investimentos em projetos economicamente viáveis, comprometendo, assim, sua capacidade competitiva no setor em que atua.

5. Com tal exclusão, propõe-se, adicionalmente, que as empresas estatais federais do setor produtivo mantenham equilíbrio fiscal com resultado primário neutro para o conjunto delas. Dessa forma, é necessária alteração da meta de resultado primário, alterando o art. 2º e o Anexo IV da LDO-2010, assim como o art. 2º e o Anexo III da LDO-2011, contemplando a redução mencionada.

6. Em decorrência das alterações propostas para as metas de superávit primário de 2010 e 2011, torna-se também necessária a modificação do item IV.1, relativo às Metas Fiscais Anuais, do Anexo IV da Lei nº 12.017, de 2009, e do item III.1, referente às Metas Fiscais Anuais, do Anexo III da Lei nº 12.309, de 2010, na forma dos Anexos I e II, respectivamente, do Projeto de Lei ora encaminhado.

7. Diante do exposto, submeto à consideração de Vossa Excelência o anexo Projeto de Lei que “Altera o art. 2º e o Anexo IV da Lei nº 12.017, de 12 de agosto de 2009, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2010, e o art. 2º e o Anexo III da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e a execução da Lei Orçamentária de 2011.”

Respeitosamente,

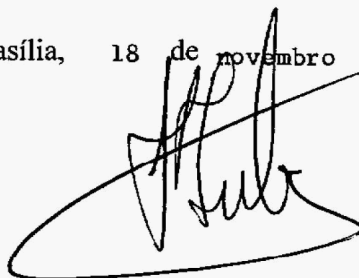
Assinado eletronicamente por: Paulo Bernardo Silva

Mensagem nº 647

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 61 da Constituição, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências o texto do projeto de lei que “Altera o art. 2º e o Anexo IV da Lei nº 12.017, de 12 de agosto de 2009, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e a execução da Lei Orçamentária de 2010, e o art. 2º e o Anexo III da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e a execução da Lei Orçamentária de 2011”.

Brasília, 18 de novembro de 2010.



(À Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A Presidência comunica ao Plenário que, uma vez findo o prazo fixado no parágrafo único do art. 254 do Regimento Interno, sem interposição do recurso ali previsto, determinou o arquivamento definitivo das seguintes matérias:

- **Projeto de Lei da Câmara nº 45, de 2006** (nº 3.176/2004, na Casa de origem, do Deputado Mauro Benevides), que altera dispositivos da Lei nº 8.935, de 18 de novembro de 1994 (dispõe sobre os serviços e multas referentes a notários e registradores); e
- **Projeto de Lei da Câmara nº 105, de 2008** (nº 2.814/2003, na Casa de origem, do Deputado Lobbe Neto), que permite o registro de nascimento no local onde foi realizado o pré-natal.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A Presidência recebeu o **Aviso nº 1.112, de 2010**, na origem, do Tribunal de Contas da União, que se refere ao Requerimento nº 771, de 2010, do Senador Alvaro Dias.

É o seguinte o Aviso:

AVISO nº 1.112-GP/TCU

Brasília, 16 de novembro de 2010

Senhor Presidente,

Ao cumprimentá-lo cordialmente, registro o recebimento do Ofício nº 2.222 (SF), de 12-11-2010, por meio do qual Vossa Excelência encaminha cópia do Requerimento nº 771/2010, de autoria do Senador Álvaro Dias, que solicita “cópia do relatório de auditoria referente ao Processo nº 012.693/2009-9, acerca da governança das agências reguladoras que especifica”.

A propósito, informo a Vossa Excelência que o referido expediente, protocolado no TCU como documento nº 0000451770781, foi remetido à Secretaria-Geral de Controle Externo (SEGECEX) desta Casa, para adoção das providências pertinentes.

Atenciosamente, **Ubiratan Aguiar**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O Aviso nº 1.112, de 2010, foi juntado ao processado do referido Requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A Presidência recebeu, da Câmara dos Deputados, as seguintes matérias:

- **Projeto de Lei da Câmara nº 169, de 2010** (nº 1.914/2003, na Casa de origem, do Deputado Marcus Vicente), que altera a redação do art. 953 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que institui o Código Civil;

- **Projeto de Lei da Câmara nº 170, de 2010** (nº 4.667/2004, na Casa de origem, do Deputado José Eduardo Cardozo), que dispõe sobre os efeitos jurídicos das decisões dos Organismos Internacionais de Proteção aos Direitos Humanos e dá outras providências;
- **Projeto de Lei da Câmara nº 171, de 2010** (nº 7.448/2006, na Casa de origem, da Deputada Maria do Rosário), que altera a redação do art. 458 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, que institui o Código de Processo Civil;
- **Projeto de Lei da Câmara nº 172, de 2010** (nº 928/2007, na Casa de origem, do Deputado Paulo Piau), que dá nova redação ao inciso III do art. 136 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 – Código de Trânsito Brasileiro, que trata da condução de escolares, admitindo a utilização de faixa adesiva ou de pintura do dístico “ESCOLAR”, desde que atendidas as demais especificações;
- **Projeto de Lei da Câmara nº 173, de 2010** (nº 932/2007, na Casa de origem, do Deputado Mauro Nazif), que acrescenta dispositivo à Lei nº 7.986, de 28 de dezembro de 1989, para garantir o recebimento de gratificação natalina aos beneficiários da pensão vitalícia por ela instituída;
- **Projeto de Lei da Câmara nº 174, de 2010** (nº 2.266/2007, na Casa de origem, do Deputado Rodovalho), que dispõe sobre a condução coercitiva de testemunhas e indiciados em Comissão Parlamentar de Inquérito;
- **Projeto de Lei da Câmara nº 175, de 2010** (nº 3.719/2008, na Casa de origem, do Deputado Luiz Carlos Hauly), que altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, para incluir o curso da atual PR-090 saindo de Curitiba passando pela BR-369 até a divisa Paraná – São Paulo nos Municípios de Alvorada do Sul e Porecatu;
- **Projeto de Lei da Câmara nº 176, de 2010** (nº 5.048/2009, na Casa de origem, do Deputado Inocêncio Oliveira), que denomina Viaduto Inspetor Vitorino o viaduto construído no km 637 da BR-104, no Município de Caruaru, Estado de Pernambuco;
- **Projeto de Lei da Câmara nº 177, de 2010** (nº 5.841/2009, na Casa de origem, do Deputado Bruno Araújo), que institui o dia 18 de setembro como dia nacional de conscientização e incentivo ao diagnóstico precoce do retinoblastoma;
- **Projeto de Lei da Câmara nº 178, de 2010** (nº 5.914/2009, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que dispõe sobre a criação de cargos em comissão e funções de confiança destinados ao Instituto Nacional do

Seguro Social – INSS e cria cargos efetivos de Perito Médico Previdenciário;

- **Projeto de Lei da Câmara nº 179, de 2010** (nº 6.175/2009, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que autoriza o Poder Executivo a doar aeronave C-115 Buffalo à Força Terrestre Equatoriana; e

- **Projeto de Lei da Câmara nº 180, de 2010** (nº 6.498/2009, na Casa de origem, do Deputado Luiz Carlos Hauly e outros Senhores Deputados), que institui o ano de 2011 como o Ano da Holanda no Brasil.

São os seguintes os Projetos:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 169, DE 2010

(nº 1.914/2003, na Casa de origem, do Deputado Marcus Vicente)

Altera a redação do art. 953 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que institui o Código Civil.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta Lei fixa parâmetros para a fixação da indenização por danos morais, prevista no art. 953 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil.

Art. 2º O art. 953 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 953.

§ 1º Se o ofendido não puder provar prejuízo material, caberá ao juiz fixar, equitativamente, o valor da indenização, na conformidade das circunstâncias do caso e de acordo com o disposto no § 2º.

§ 2º Na fixação da indenização por danos morais, o juiz, a fim de evitar o enriquecimento indevido do demandante, levará em consideração a situação econômica do ofensor, a intensidade do ânimo de ofender, a gravidade e repercussão da ofensa, a posição social ou política do ofendido, bem como o sofrimento por ele experimentado.” (NR)

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 1.914, DE 2003

Altera a redação do art. 953 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que institui o Código Civil.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta lei fixa parâmetros para a fixação da indenização por danos morais, prevista no art. 953 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil.

Art. 2º O art. 953 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 953.

§ 1º Se o ofendido não puder provar prejuízo material, caberá ao juiz fixar, equitativamente, o valor da indenização, na conformidade das circunstâncias do caso e de acordo com o disposto no parágrafo seguinte.

§ 2º Na fixação da indenização por danos morais, o juiz, a fim de evitar o enriquecimento indevido do demandante, levará em consideração a situação econômica do ofensor, a intensidade do ânimo de ofender, a gravidade e repercussão da ofensa, a posição social ou política do ofendido, bem como o sofrimento por ele experimentado (NR).”

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Num país de dimensões continentais como o nosso, limitar-se a lei civil a referir que o juiz deverá agir “equitativamente, na conformidade das circunstâncias do caso”, como parâmetros para a fixação da indenização por danos morais, é temerário.

O julgador deve ter um balizamento da lei, ainda que mínimo, pois, como assevera HUMBERTO THEODORO JÚNIOR, em sua obra Dano Moral (Ed. Juarez de Oliveira, 3ª ed., 2000, p.36):

“Impõe-se a rigorosa observância dos padrões adotados pela doutrina e jurisprudência, inclusive dentro da experiência registrada no direito comparado, para evitar-se que as ações de reparação de dano moral se transformem em expedientes de extorsão ou de espertezas maliciosas e injustificáveis.”

Cremos que o novo parágrafo que pretendemos ver inserido ao art. 953 do Código Civil auxiliará os magistrados brasileiros a alcançarem um arbitramento justo e eqüânime na fixação do dano moral, em benefício de toda a coletividade.

Estamos certos, assim, de contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação deste projeto de lei.

Sala das Sessões, em 09 de setembro de 2003.

Marcus Vicente

Deputado Federal

PTB/ES

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

LEI Nº 10.406, DE 10 DE JANEIRO DE 2002.

Institui o Código Civil

.....

Art. 953. A indenização por injúria, difamação ou calúnia consistirá na reparação do dano que delas resulte ao ofendido.

Parágrafo único. Se o ofendido não puder provar prejuízo material, caberá ao juiz fixar, eqüitativamente, o valor da indenização, na conformidade das circunstâncias do caso.

.....

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa)

PROJETO DE LEI DA CÂMARA

Nº 170, DE 2010

(nº 4.667/2004, na Casa de origem)
(Do Deputado José Eduardo Cardozo)

Dispõe sobre os efeitos jurídicos das decisões dos Organismos Internacionais de Proteção aos Direitos Humanos e dá outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º As decisões dos Organismos Internacionais de Proteção aos Direitos Humanos cuja competência for reconhecida pelo Estado brasileiro produzirão efeitos jurídicos imediatos no âmbito do respectivo ordenamento interno.

Art. 2º Caberá ao ente federado responsável pela violação dos direitos humanos o cumprimento da obrigação de reparação às vítimas dela.

Parágrafo único. Para evitar o descumprimento da obrigação de caráter pecuniário, caberá à União proceder à reparação devida, permanecendo a obrigação originária do ente violador.

Art. 3º A União ajuizará ação regressiva contra as pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado, responsáveis direta ou indiretamente pelos atos que ensejaram a decisão de caráter pecuniário.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 4.667, DE 2004

Dispõe sobre os efeitos jurídicos das decisões dos Organismos Internacionais de Proteção aos Direitos Humanos e dá outras providências:

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. As decisões dos Organismos Internacionais de Proteção aos Direitos Humanos cuja competência foi reconhecida pelo Estado Brasileiro, produzem efeitos jurídicos imediatos no âmbito do ordenamento interno brasileiro.

Art. 2º. Quando as decisões forem de caráter indenizatório, constituir-se-ão em títulos executivos judiciais e estarão sujeitas à execução direta contra a Fazenda Pública Federal.

§ 1º. O valor a ser fixado na indenização respeitará os parâmetros estabelecidos pelos organismos internacionais.

§ 2º. O crédito terá, para todos os efeitos legais, natureza alimentícia.

Art. 3º. Será cabível ação regressiva da União contra as pessoas físicas ou jurídicas, privadas ou públicas, responsáveis direta ou indiretamente pelos atos ilícitos que ensejaram a decisão de caráter indenizatório.

Art. 4º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

O referido projeto foi apresentado originariamente pelo deputado Marcos Rolim, contudo foi arquivado sem antes ser colocado em pauta para votação. Desta forma, optamos por resgatar a proposta efetuando alguns reparos que entendemos necessários. Utilizamos-nos do texto de justificação original pontuado por algumas alterações necessárias.

Os mecanismos de promoção e proteção dos direitos humanos crescem significativamente de forma a constituir um ramo específico do direito, qual seja o Direito Internacional dos Direitos Humanos. Esse segmento jurídico foi fomentado, basicamente, após a Segunda Guerra Mundial e nasceu com o intuito de acabar com as constantes violações, desigualdades e preconceitos. Constitui-se de normas jurídicas internacionais, procedimentos e mecanismos voltados a garantir os direitos humanos de todos os cidadãos e a obrigar cada nação a responsabilizar-se pela satisfação desses direitos. São Convenções, Tratados, Pactos, Protocolos, Comissões, Comitês resultantes de consensos da comunidade internacional e destinados a reforçar o caráter universal, indivisível e interdependente dos direitos humanos.

Após a aprovação da Declaração Universal de 1948, dos Pactos dos Direitos Civis e Políticos e Econômicos, Sociais e Culturais e das Convenções específicas, formou-se um sistema global ligado à ONU que obrigasse os Estados-partes a respeitarem os mecanismos internacionais.

De forma complementar ao sistema da ONU, muitos continentes criaram sistemas regionais de proteção aos direitos humanos, como a Europa, a África e as Américas. O objetivo foi o de aproximar as realidades territoriais e dicotômicas dos parâmetros gerais e valores construídos pela humanidade.

O Brasil além de ser Estado-parte da ONU também integra a OEA (Organização dos Estados Americanos). É parte do sistema regional interamericano de proteção dos direitos humanos tendo já ratificado a Convenção Americana dos Direitos Humanos de 1969, em 25 de setembro de 1992, bem como outros instrumentos específicos desse sistema.

O projeto original visava tratar da produção de efeitos, no âmbito do ordenamento jurídico brasileiro, das decisões da Comissão e Corte Interamericana de Direitos Humanos. Entretanto, entendemos ser mais adequado que o texto contemple todos os Organismos Internacionais, cuja competência é reconhecida pelo Estado brasileiro.

Não só o sistema de proteção regional aos direitos humanos possui instâncias sólidas e mecanismos destinados a acompanhar a garantia e respeito aos direitos humanos, o sistema global (ONU) também deve ser contemplado quando falamos em disciplinar a produção de efeitos das decisões no âmbito interno.

O que nos resta claro é que, apesar da ratificação, as decisões dessas instâncias não estão sendo respeitadas pelo Brasil. O Poder Executivo manifesta interesse no cumprimento das decisões dos organismos de proteção, seja no âmbito regional ou global, porém alega a inexistência de legislação ordinária nacional destinada a disciplinar a matéria.

O intuito deste projeto de lei é sanar as lacunas jurídicas entre a jurisdição dos organismos estabelecidos no âmbito da ONU e da Convenção Americana sobre Direitos Humanos e a jurisdição nacional. Não é possível admitir-se que, mesmo depois da ratificação, o Brasil ainda não implemente as decisões e recomendações dessas instâncias. Hoje existem dezenas de casos brasileiros que estão sendo apreciados pela CIDH e, em breve, certamente, existirão outros que serão decididos no âmbito da Corte Interamericana. Ressalta-se que somente são apreciados no âmbito dessas instâncias internacionais, os casos extremamente graves de violações dos direitos humanos que tenham ficado impunes embora já tramitado nas vias internas.

Através deste projeto de lei, queremos também permitir que a União assuma a responsabilidade pelo pagamento das indenizações quando assim for decidido pelos organismos podendo, no entanto, intentar ação regressiva contra o Estado da Federação, pessoa jurídica ou física que tenha sido responsável pelos danos causados à vítima. Desta forma, é um projeto que aperfeiçoa a vigência e eficácia jurídica dos sistemas global e regional de proteção aos direitos humanos na jurisdição brasileira.

Sala das Comissões, em 15 de dezembro de 2004.

JOSÉ EDUARDO CARDOZO
Deputado Federal PT/SP

(Às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania; de Direitos Humanos e Legislação Participativa; e de Relações Exteriores e Defesa Nacional, cabendo a última a decisão terminativa)

PROJETO DE LEI DA CÂMARA

Nº 171, DE 2010

(nº 7.448/2006, na Casa de origem)
(Da Deputada Maria do Rosário)

Altera a redação do art. 458 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, que institui o Código de Processo Civil.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta Lei tem por objetivo tornar acessível a todos a compreensão da parte dispositiva de sentença judicial.

Art. 2º O inciso III do caput do art. 458 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 458.
.....

III - o dispositivo, em que o juiz resolverá as questões, que as partes lhe submeterem, redigido de maneira acessível a elas." (NR)

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 7.448, DE 2006

Altera o artigo 458 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 - Código de Processo Civil.

Art. 1º Esta Lei altera o artigo 458 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973- Código de Processo Civil..

Art. 2º O artigo 458 da Lei 5.869, de 11 de janeiro de 1973, passa a vigorar com a seguinte alteração:

"Art. 458.....

IV — a reprodução do dispositivo da sentença em linguagem coloquial, sem a utilização de termos exclusivos da Linguagem técnico-jurídica e acrescida das considerações que a autoridade Judicial entender necessárias, de modo que a prestação jurisdicional possa ser plenamente compreendida por qualquer pessoa do povo.

§ 1º A utilização de expressões ou textos em língua estrangeira deve ser sempre acompanhada da respectiva tradução em língua portuguesa, dispensada apenas quando se trate de texto ou expressão já integrados à técnica jurídica.

§ 2º O disposto no inciso IV deste artigo aplica-se exclusivamente aos processos com participação de pessoa física, quando esta seja diretamente interessada na decisão Judicial.

§ 3º A reprodução coloquial do dispositivo da sentença deverá ser enviada ao endereço pessoal, físico ou eletrônico, da parte interessada até a data da publicação da sentença. Não ensejará recurso nem poderá ser utilizada como fundamento recursal, não repercutindo de qualquer forma sobre os prazos processuais.

§ 4º Para fins do disposto no inciso IV deste artigo, a parte interessada deve manter atualizada a informação de seu endereço físico ou eletrônico, cabendo à secretaria do órgão judiciário, independentemente de manifestação do juiz, certificar nos autos cada alteração informada.

Art. 3º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Diferentemente das decisões interlocutórias, que são destinadas ao conhecimento dos advogados, a decisão final do processo dirige-se principalmente às partes.

A exemplo do texto constitucional, cuja técnica de redação prioriza o uso de palavras de conhecimento geral e cuja hermenêutica recomenda a opção pelo sentido comum, assim também deve ser concebida a sentença judicial, já que tanto a Constituição como a sentença não podem ser reduzidas a um texto técnico.

Embora não se desconsidere a importância do Advogado enquanto interlocutor técnico autorizado, o Estado tem o compromisso político de dirigir-se diretamente ao cidadão que o procura para a solução de uma Lide.

Nesse passo, deve-se considerar que o Direito, de forma corriqueira, utiliza-se de linguagem normalmente inacessível ao comum da população, apresentando, no mais das vezes, um texto hermético e incompreensível. Assim, de pouco ou nada adianta às partes a mera leitura da sentença em seu texto técnico.

Desse modo, a tradução para o vernáculo comum do texto técnico da sentença judicial impõe-se como imperativo democrático, especialmente nos processos que, por sua natureza, versem interesses peculiares às camadas mais humildes da sociedade, como as ações previdenciárias e relacionadas ao direito do consumidor.

Pelo exposto, conclamo meus pares a aprovar o presente projeto de lei.

Sala das Sessões, em 05 de setembro de 2006

Deputada MARIA DO ROSÁRIO

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA**LEI Nº 5.869, DE 11 DE JANEIRO DE 1973.**

Institui o Código de Processo Civil.

.....

**CAPÍTULO VIII
DA SENTENÇA E DA COISA JULGADA**

**Seção I
Dos Requisitos e dos Efeitos da Sentença**

Art. 458. São requisitos essenciais da sentença:

I - o relatório, que conterà os nomes das partes, a suma do pedido e da resposta do réu, bem como o registro das principais ocorrências havidas no andamento do processo;

II - os fundamentos, em que o juiz analisará as questões de fato e de direito;

III - o dispositivo, em que o juiz resolverá as questões, que as partes lhe submeterem.

.....

(À Comissão Temporária de Reforma do Código de Processo Civil, nos termos do art. 374, do RISF)

PROJETO DE LEI DA CÂMARA **Nº 172, DE 2010**

(nº 928/2007, na Casa de origem, do Deputado Paulo Piau)

Dá nova redação ao inciso III do art. 136 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 - Código de Trânsito Brasileiro, que trata da condução de escolares, admitindo a utilização de faixa adesiva ou de pintura do dístico "ESCOLAR", desde que atendidas as demais especificações.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O inciso III do art. 136 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 - Código de Trânsito Brasileiro, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 136.
.....

III - pintura de faixa horizontal na cor amarela, sendo admitida a utilização de faixa adesiva, com 40cm (quarenta centímetros) de largura, à meia altura, em toda a extensão das partes laterais e traseira da carroçaria, com o dístico "ESCOLAR", em preto, sendo que, em caso de veículo de carroçaria pintada na cor amarela, as cores aqui indicadas devem ser invertidas;

....." (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 928, DE 2007

Dá nova redação ao inciso III do art. 136 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 - Código de Trânsito Brasileiro, que trata da condução de escolares, admitindo a utilização de faixa adesiva ou de pintura do dístico ESCOLAR, desde que atendidas as demais especificações;

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º – O inciso III do art. 136 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 - Código de Trânsito Brasileiro, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art.136.....
(...)

III - pintura de faixa horizontal na cor amarela, sendo admitida a utilização de faixa adesiva, com quarenta centímetros de largura, à meia altura, em toda a extensão das partes laterais e traseira da carroçaria, com o dístico ESCOLAR, em preto, sendo que, em caso de veículo de carroçaria pintada na cor amarela, as cores aqui indicadas devem ser invertidas;"

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

O veículo destinado à condução coletiva de escolares deverá conter faixa, com o dístico ESCOLAR nos termos do art. 136, inciso III, do Código de Trânsito Brasileiro, entretanto a norma atual dispõe sobre "pintura" desta faixa, trazendo prejuízos a vários profissionais e cooperativas que prestam este tipo de serviço.

Pode-se, com grande relevância, dizer que há uma depreciação do veículo com a pintura, tendo em vista danificação da lataria, o que posteriormente acaba depreciando o veículo e conseqüentemente o seu valor venal.

Outra dificuldade enfrentada por quem presta o serviço do transporte coletivo de escolares é o período útil de serviço, ou seja, a existência de ociosidade de aproximadamente 3 meses no trabalho.

Como o ano letivo apresenta meses de férias escolares, janeiro, julho e parte de dezembro e fevereiro, o veículo fica parado e sem atividade, consequentemente sem remuneração para o trabalhador e sem lucratividade para as cooperativas, o que leva o profissional a utilizar os veículos para outras finalidades, como locação para excursões, viagens turísticas e a lazer, dentre outras atividades com o propósito de auferir renda, daí a necessidade da retirada, nestes momentos da escrita ESCOLAR, pois está servindo a outro propósito.

Assim, buscamos aprimorar a redação disposta no inciso III do art. 136 do CTB de modo a permitir a utilização de faixa adesivada ou a pintura, desde que atendidas as demais especificações.

Tendo o legislador se preocupado, à época da edição do CTB, em utilizar meios que evitassem uma fragilidade na colocação e retirada da faixa ESCOLAR, que permitisse fraude, adulteração ou mecanismos para burlar a norma é que adveio a intenção de ser a "pintura" o meio adequado.

Entretanto com a modernidade e novas tecnologias existe amplamente difundido no mercado a plotagem ou adesivação de faixas que são extremamente aderentes e aplicadas por pressão, não sendo tão fáceis de remoção, o que inibe a pretensão de fraude, cujo custo, embora não seja por demais elevado é considerável, não permitindo sua fácil utilização como meio de adulteração.

Para reforçar esta tese, mister se faz ressaltar que alguns estados da nossa federação, a exemplo de São Paulo e Minas Gerais, já tem feito uma leitura mais condescendente do dispositivo do CTB, pela permissão da faixa adesivada, entretanto carece de uma alteração do citado dispositivo para deixar mais claro e transparente esta permissão.

Pelo aludido é forte o apelo dos profissionais autônomos e cooperados que prestam o serviço de transporte escolar na zona urbana ou rural da rede pública e privada de ensino no sentido de disciplinar o uso de faixa de identificação desses veículos.

Afim de tornar mais clara uma das exigências relativas ao veículo destinado à condução coletiva de escolares, apresentamos esta proposição, tendo em vista a competência privativa da União para legislar sobre regras de trânsito e transporte.

Sala das Sessões, em 02 de maio de 2007

**Deputado Paulo Piau
(PMDB/MG)**

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA**LEI Nº 9.503, DE 23 DE SETEMBRO DE 1997.****Mensagem de veto****Vide texto compilado****Institui o Código de Trânsito Brasileiro.**

.....

CAPÍTULO XIII
DA CONDUÇÃO DE ESCOLARES

Art. 136. Os veículos especialmente destinados à condução coletiva de escolares somente poderão circular nas vias com autorização emitida pelo órgão ou entidade executivos de trânsito dos Estados e do Distrito Federal, exigindo-se, para tanto:

- I - registro como veículo de passageiros;
 - II - inspeção semestral para verificação dos equipamentos obrigatórios e de segurança;
 - III - pintura de faixa horizontal na cor amarela, com quarenta centímetros de largura, à meia altura, em toda a extensão das partes laterais e traseira da carroçaria, com o distico **ESCOLAR**, em preto, sendo que, em caso de veículo de carroçaria pintada na cor amarela, as cores aqui indicadas devem ser invertidas;
-

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa)

PROJETO DE LEI DA CÂMARA **Nº 173, DE 2010**

(nº 932/2007, na Casa de origem)
(Do Deputado Mauro Nazif)

Acrescenta dispositivo à Lei nº 7.986, de 28 de dezembro de 1989, para garantir o recebimento de gratificação natalina aos beneficiários da pensão vitalícia por ela instituída.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º A Lei nº 7.986, de 28 de dezembro de 1989, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 2º-A:

"Art. 2º-A Aos beneficiários da pensão mensal vitalícia referida nos arts. 1º e 2º é devido abono anual a ser calculado da mesma forma que a gratificação natalina devida aos trabalhadores em geral."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 932-C, DE 2007

"Acrescenta dispositivo à Lei nº 7.986, de 28 de dezembro de 1989, para garantir o recebimento de gratificação natalina aos beneficiários de pensão vitalícia por ela instituída"; tendo pareceres: da Comissão de Seguridade Social e Família, pela aprovação (relator: DEP. RIBAMAR ALVES); da Comissão de Finanças e Tributação, pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária (relator: DEP. PAULO MALUF e relator substituto: DEP. ILDERLEI CORDEIRO); e da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa (relator: DEP. REGIS DE OLIVEIRA).

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei nº 7.986, de 28 de dezembro de 1989, passa a vigorar acrescida do seguinte artigo 2-A:

"Art. 2-A Aos beneficiários da pensão mensal vitalícia referida nos artigos anteriores é devido abono anual a ser calculado da mesma forma que a gratificação natalina devida aos trabalhadores em geral".

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A Lei nº 7.968, de 28 de dezembro de 1989, cuja alteração é proposta, regulamenta o art. 54 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, concedendo pensão vitalícia no valor de dois salários mínimos mensais aos seringueiros recrutados para trabalhar no esforço de guerra nos seringais da Amazônia, conhecidos como “soldados da borracha”, que não possuam meios para a sua subsistência e a de sua família.

No entanto, o texto da referida lei contém inadmissível omissão legislativa. Trata-se da gratificação natalina, benefício garantido em todas as leis instituidoras de benefícios especiais concedidos pelo Poder Público, como, por exemplo, aposentadorias e pensões, inclusive as pensões concedidas aos anistiados.

Com o presente projeto, pretendemos justamente sanar essa lamentável falha legislativa, concedendo aos bravos “soldados da borracha” seu legítimo direito à percepção da gratificação natalina concedida aos cidadãos brasileiros em geral.

São essas as razões por que contamos com sua aprovação.

Sala das Sessões, em 02 de maio 2007.

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

LEI Nº 7.986, DE 28 DE DEZEMBRO DE 1989.

Regulamenta a concessão do benefício previsto no artigo 54 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, e dá outras providências.

.....
Art. 2º O benefício de que trata esta Lei é transferível aos dependentes que comprovem o estado de carência.

.....
(À Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa)

PROJETO DE LEI DA CÂMARA **Nº 174, DE 2010**

(nº 2.266/2007, na Casa de origem, do Deputado Rodovalho)

Dispõe sobre a condução coercitiva de testemunhas e indiciados em Comissão Parlamentar de Inquérito.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre a condução coercitiva de testemunhas e indiciados em Comissão Parlamentar de Inquérito.

Art. 2º O § 1º do art. 3º da Lei nº 1.579, de 18 de março de 1952, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 3º

§ 1º Em caso de não comparecimento de indiciado ou testemunha, sem motivo justificado, a CPI determinará sua condução coercitiva para que preste o depoimento.

..... " (NR)

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 2.266, DE 2007

Dispõe sobre a condução coercitiva de testemunhas e indiciados em Comissão Parlamentar de Inquérito;

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre a condução coercitiva de testemunhas e indiciados em Comissão Parlamentar de Inquérito.

Art. 2º O § 1º do art. 3º da Lei nº 1.579, de 18 de março de 1952, passa a vigorar com a seguinte redação:

"§ 1º. Em caso de não comparecimento de indiciado ou testemunha, sem motivo justificado, a CPI determinará sua condução coercitiva para que preste o depoimento. (NR)"

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

O projeto de lei que ora reapresento tem por objetivo conferir às CPIs a possibilidade de determinar a condução coercitiva dos indiciados e testemunhas que, sem motivo justificado, não atendem à intimação de comparecerem perante a Comissão para prestarem seu depoimento.

Como o texto da lei em vigor determina que intimação de testemunha que não haja comparecido seja solicitada ao juiz criminal na forma do art. 218 do CPP, não é possível que as CPIs determinem sua condução coercitiva. Ocorre que providência que a lei requer retarda os trabalhos da Comissão, e isto no melhor dos casos, pois os parlamentares com maior experiência em CPIs sabem não ser incomum a dificuldade em se obter tal tipo de condução.

É absurdo que as CPIs formadas no Congresso Nacional sejam limitadas por uma lei ordinária, quando o texto constitucional consagra a elas os “poderes de investigação próprios das autoridades judiciais”.

Ao explicitarmos na lei que já é garantido pela Lei Maior não estaremos a atropelar nenhum direito ou garantia individual, pois ao comparecerem testemunhas e indiciados será sempre garantido a eles o direito constitucional à não incriminação.

Ante o exposto, conto com o apoio dos ilustres Pares para a conversão deste projeto em lei.

Sala das Sessões, em 23 de outubro de 2007.

Deputado RODOVALHO

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

LEI Nº 1.579, DE 18 DE MARÇO DE 1952.

Dispõe sobre as Comissões Parlamentares de Inquérito.

Art. 3º. Indiciados e testemunhas serão intimados de acordo com as prescrições estabelecidas na legislação penal.

§ 1º Em caso de não-comparecimento da testemunha sem motivo justificado, a sua intimação será solicitada ao juiz criminal da localidade em que resida ou se encontre, na forma do art. 218 do Código de Processo Penal. {Renumerado pela Lei nº 10.679, de 23.5.2003}

§ 2º O depoente poderá fazer-se acompanhar de advogado, ainda que em reunião secreta. {Incluído pela Lei nº 10.679, de 23.5.2003}

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa)

PROJETO DE LEI DA CÂMARA **Nº 175, DE 2010**

(nº 3.719/2008, na Casa de origem)

(Do Deputado Luiz Carlos Hauly)

Altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, para incluir o curso da atual PR-090 saindo de Curitiba passando pela BR-369 até a divisa Paraná - São Paulo nos Municípios de Alvorada do Sul e Porecatu.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º A Relação Descritiva das Rodovias do Sistema Rodoviário Nacional, constante do Anexo da Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que dispõe sobre o Plano Nacional de Viação, passa a vigorar acrescida de trecho rodoviário da PR-090, originado em Curitiba passando pela BR-369 até a divisa do Paraná com São Paulo nos Municípios de Alvorada do Sul e Porecatu.

Art. 2º O traçado definitivo, a designação oficial e demais características do trecho de que trata o art. 1º serão determinados pelo órgão competente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 3.719, DE 2008

Altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973 para incluir o curso da atual PR 090 saindo de Curitiba passando pela BR 369 até a divisa Paraná/São Paulo nos municípios de Alvorada do Sul e Porecatu;

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º - A relação Descritiva das Rodovias do Sistema Rodoviário Nacional, constante do Anexo da Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que dispõe sobre o Plano Nacional de Viação, passa a vigorar acrescida de trecho rodoviário da PR - 090, originado em Curitiba passando pela BR 369 até a divisa Paraná com São Paulo nos municípios de Alvorada do Sul e Porecatu.

Art. 2º - O traçado definitivo, a designação oficial e demais características do trecho de que trata o art. 1º serão determinados pelo órgão competente.

Art. 3º Essa Lei entra em vigor na data de sua publicação oficial.

Justificativa

A rodovia estadual PR 090, denominada "Estrada do Cerne", atravessa, a partir de Curitiba, os três planaltos e alcança o norte do Estado do Paraná, nas barrancas do rio Paranapanema, liga a região Norte ao Porto de Paranaguá e propicia o fluxo da produção agroindustrial. Originada na capital paranaense e é uma das primeiras das grandes rodovias estaduais para a ligação entre o sul e o norte do Paraná, passando pela BR 369.

A capacidade de investimento do governo federal pode absorver este trecho de rodovia por conta da retirada de vários trechos federais sob sua responsabilidade como a BR 153 e BR 116, recentemente pedagiadas pelo governo de Luiz Inácio Lula da Silva.

Diante disso e com o trabalho do DNIT, regional do Paraná, pode-se abranger nova rodovia de ligação dentro do Sistema Rodoviário Nacional, passando a ser responsabilidade do governo federal em seu orçamento anual e plurianual.

Sala das Sessões, 09 de julho de 2008

Deputado Luiz Carlos Hauly

(PSDB - PR)

(À Comissão de Serviços de Infraestrutura, em decisão terminativa)

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 176, DE 2010

(nº 5.048/2009, na Casa de origem)
(Do Deputado Inocêncio Oliveira)

Denomina Viaduto Inspetor Vitorino o viaduto construído no km 637 da BR-104, no Município de Caruaru, Estado de Pernambuco.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O viaduto construído no km 637 da BR-104, no Município de Caruaru, Estado de Pernambuco, passa a ser denominado Viaduto Inspetor Vitorino.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 5.048, DE 2009

Denomina "Viaduto Inspetor Vitorino" o viaduto construído no km 637 da BR-104, no Município de Caruaru, Estado de Pernambuco;

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O viaduto construído no km 637 da BR-104, no Município de Caruaru, Estado de Pernambuco, passa a ser denominado "Viaduto Inspetor Vitorino".

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

O Sr. Lourinaldo Vitorino de Moura, que ocupava à época o cargo de Superintendente da Polícia Rodoviária Federal do Estado de Pernambuco, foi cruelmente assassinado em julho de 2007 com dois disparos de arma de fogo, enquanto jantava em um restaurante às margens da rodovia BR-232. Tinha 57 anos de idade e ainda muito a fazer, mas sua vida foi interrompida, deixando muitas tristezas, lembranças e saudades aos familiares e amigos.

Natural da cidade de Frei Miguelinho/PE, Lourinaldo Vitorino foi chefe da 4ª Delegacia da Polícia Rodoviária Federal de Caruaru por 13 anos, deixando seu cargo para assumir a superintendência do órgão do Estado de Pernambuco. Homem comprometido com a retidão das leis e a serviço da justiça, destacou-se junto à comunidade tornando-se conhecido e respeitado por todos seus concidadãos.

À vista dos trabalhos prestados por Lourinaldo Vitorino ao Estado de Pernambuco, entendemos justa e oportuna a homenagem a este grande cidadão, dando seu nome ao viaduto, razão pela qual solicitamos aos ilustres Parlamentares o apoio para a aprovação deste projeto de lei.

Sala das Sessões, em 15 de abril de 2009.

Deputado INOCÊNCIO OLIVEIRA

(À Comissão de Educação, Cultura e Esporte, em decisão terminativa)

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 177, DE 2010

(nº 5.841/2009, na Casa de origem)
(Do Deputado Bruno Araújo)

Institui o dia 18 de setembro como dia nacional de conscientização e incentivo ao diagnóstico precoce do retinoblastoma.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º É instituído o dia nacional de conscientização e incentivo ao diagnóstico precoce do retinoblastoma, a ser celebrado, anualmente, em 18 de setembro.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 5.841, DE 2009

Institui o dia 18 de setembro como dia nacional de conscientização e incentivo ao diagnóstico precoce do retinoblastoma

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É instituído o "dia nacional de conscientização e incentivo ao diagnóstico precoce do retinoblastoma", a ser celebrado, anualmente, em 18 de setembro.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

O retinoblastoma, cuja incidência no Brasil é estimada em seis casos por milhão de habitantes, é o tumor ocular mais frequente na infância. Acomete igualmente meninos e meninas, principalmente na primeira infância. Sua frequência é maior antes dos três anos de idade, sendo que a idade média de diagnóstico são 18 meses.

Apesar de sua gravidade, o tumor pode ser facilmente detectado. Quando presente já no nascimento, pode ser diagnosticado até mesmo por meio do "teste do olhinho", realizado já no recém-nascido. O diagnóstico precoce é fundamental; quanto mais cedo for instalado o tratamento, maiores as chances de sucesso, aumentando tanto a possibilidade de sobrevivência do paciente quanto de conservação do globo ocular. Se isso não ocorrer, a evolução poderá ser gravíssima, levando a cegueira ou óbito.

A alta frequência e a gravidade do retinoblastoma demonstram a importância do tema em questão. Por esse motivo, propomos a instituição de um dia nacional específico para a conscientização e o incentivo ao diagnóstico precoce da doença, visando a melhorar o prognóstico das crianças acometidas.

Sugerimos, ainda, que o dia seja comemorado em 18 de setembro.

Pelo acima, considerando a relevância da medida proposta, contamos com o apoio de nossos Pares na aprovação deste projeto de lei.

Sala das Sessões, em 25 de agosto de 2009.

Deputado BRUNO ARAÚJO

(À Comissão de Educação Cultura e Esporte em decisão terminativa)

PROJETO DE LEI DA CÂMARA **Nº 178, DE 2010**

(nº 5.914/2009, na Casa de origem)
(De iniciativa do Presidente da República)

Dispõe sobre a criação de cargos em comissão e funções de confiança destinados ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS e cria cargos efetivos de Perito Médico Previdenciário.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Ficam criados, no âmbito do Poder Executivo Federal, os seguintes cargos em comissão e funções de confiança destinados ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS:

I - cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS:

- a) 3 (três) DAS-4;
- b) 5 (cinco) DAS-2; e
- c) 6 (seis) DAS-1;

II - Funções Gratificadas - FG:

- a) 89 (oitenta e nove) FG-1; e
- b) 11 (onze) FG-2; e

III - Funções Comissionadas do INSS - FCINSS:

- a) 10 (dez) FCINSS-3; e
- b) 500 (quinhentas) FCINSS-1.

Art. 2º Ficam criados, na Carreira de Perito Médico Previdenciário, de que trata o art. 30 da Lei nº 11.907, de 2 de fevereiro de 2009, 500 (quinhentos) cargos efetivos de Perito Médico Previdenciário, no âmbito do quadro de pessoal do INSS.

Parágrafo único. O provimento dos cargos efetivos de que trata o caput fica condicionado à comprovação da existência de prévia dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesa de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes, assim como à existência de autorização específica na lei de diretrizes orçamentárias, conforme determina o § 1º do art. 169 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 5.914, DE 2009

Dispõe sobre a criação de cargos em comissão e funções de confiança destinados ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, e cria cargos efetivos de Perito Médico Previdenciário.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Ficam criados, no âmbito do Poder Executivo Federal, os seguintes cargos em comissão e funções de confiança destinados ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS:

DAS: I - cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores -

- a) três DAS-4;
- b) cinco DAS-2; e
- c) seis DAS-1;

II - Funções Gratificadas - FG:

- a) oitenta e nove FG-1; e
- b) onze FG-2; e

III - Funções Comissionadas do INSS - FCINSS:

- a) dez FCINSS 3; e
- b) quinhentas FCINSS 1.

Art. 2º Ficam criados, na Carreira de Perito Médico Previdenciário, de que trata o art. 30 da Lei nº 11.907, de 2 de fevereiro de 2009, quinhentos cargos efetivos de Perito Médico Previdenciário, no âmbito do quadro de pessoal do INSS.

Parágrafo único. O provimento dos cargos efetivos de que trata o **caput** fica condicionado à comprovação da existência de prévia dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesa de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes, assim como à existência de autorização específica na lei de diretrizes orçamentárias, conforme determina o § 1º do art. 169 da Constituição.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

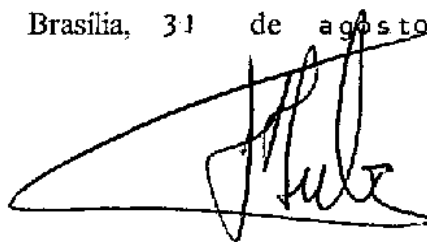
Brasília, 31 de agosto de 2009

Mensagem nº 706

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 61 da Constituição, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências o texto do projeto de lei que “Dispõe sobre a criação de cargos em comissão e funções de confiança destinados ao Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, e cria cargos efetivos de Perito Médico Previdenciário”.

Brasília, 31 de agosto de 2009.



EM Interministerial nº 205 MP/MPS

Brasília, 21 de agosto de 2009.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Submetemos à apreciação de Vossa Excelência, proposta de Projeto de Lei que dispõe sobre a criação de cargos em comissão e funções de confiança, no âmbito do Poder Executivo Federal, a serem alocados no Instituto Nacional do Seguro Social - INSS; cria cargos efetivos de Perito Médico Previdenciário no quadro de Pessoal do INSS; e dá outras providências.
2. A proposta tem por finalidade o fortalecimento da estrutura organizacional do INSS para possibilitar a instalação de novas agências da previdência social, previstas no Plano de Expansão da Rede de Atendimento da Previdência Social, refletindo o modelo operacional desenhado para o Regime Geral da Previdência Social, bem como viabilizar o cumprimento de competência recebida pela Autarquia no que tange à realização de atividades de perícia médica relacionada aos servidores públicos federais, nos termos do que dispõe o § 4º do art. 30 da Lei nº 11.907, de 2 de fevereiro de 2009.
3. O Plano de Expansão da Rede de Atendimento prevê a instalação de 720 novas agências da previdência social no biênio 2009-2010 e de outras 280 a longo prazo. Tal medida favorecerá o acesso dos cidadãos e usuários aos serviços da Previdência Social, reduzindo as distâncias e ampliando a área de abrangência com unidades físicas em número maior de municípios.
4. Nos últimos anos o INSS avançou muito na melhoria do atendimento, com a redução das filas nas Agências e implantação do atendimento agendado. Também melhorou o gerenciamento dos benefícios por incapacidade, com o fim da terceirização da perícia médica e a introdução de indicadores de desempenho relacionados ao tempo de espera na agenda. Em 2009 duas outras ações foram iniciadas: a expansão da rede de atendimento e o reconhecimento automático de direitos, com a concessão de benefícios em trinta minutos. A adequação da estrutura organizacional é elemento primordial para a manutenção dos resultados já alcançados e para a implementação dos novos desafios citados.
5. Vale ressaltar que o INSS tem por finalidade promover o reconhecimento, pela Previdência Social, de direito aos benefícios por ela administrados, assegurando agilidade, comodidade aos seus usuários e ampliação do controle social. Objetivando cumprir este fim institucional, em observância às diretrizes de seu Governo, foi planejado um conjunto de ações estratégicas para os anos de 2009 e 2010. Deste conjunto, uma iniciativa em particular merece ser posta em relevo, a saber: a expansão da rede de atendimento, uma vez que ela irá favorecer de forma rápida e direta a acessibilidade dos cidadãos-usuários aos serviços da Previdência Social.
6. Para atendimento aos contribuintes e beneficiários, a Previdência Social conta hoje com uma rede de atendimento própria composta por 1.227 Agências de

Previdência Social – APS, sendo estas caracterizadas em APS fixas e móveis. Diante do número expressivo de municípios brasileiros (5.564), a baixa presença física da Previdência Social – que se encontra em apenas 17,42% deste universo - causa constantes desgastes à imagem institucional junto à sociedade.

7. Vale ressaltar que as Agências hoje existentes estão localizadas nas cidades com o maior volume populacional, ou seja, capitais, regiões metropolitanas e cidades de grande e médio porte. Portanto, nos municípios que não contam com unidade de atendimento, o usuário-cidadão é obrigado a se deslocar para outras cidades, o que gera desgaste físico e financeiro. Em alguns casos, como na Região Norte, a unidade mais próxima está a mais de 300 quilômetros de distância, a serem percorridos por via terrestre ou fluvial. Registre-se que os segurados dos INSS são, em sua maioria, idosos, gestantes, portadores de deficiência ou acometidos de doença incapacitante para o trabalho.

8. Pretende-se expandir a rede física do INSS, aumentando a capacidade de atendimento, com um acréscimo de mais 720 novas unidades nos próximos dois anos, e mais 280 a longo prazo, o que representa um incremento equivalente a 74% do total de unidades fixas existentes, no primeiro período de implantação do projeto e de 103% ao final do projeto.

9. Dessa forma, para viabilizar a execução dos desafios que lhes estão propostos, faz-se necessária a criação dos seguintes cargos e funções para o INSS: três DAS-4, cinco DAS-2, seis DAS-1, oitenta e nove FG-1, onze FG-2, dez FCINSS 3 e quinhentas FCINSS 1. Necessário se faz, ainda, a criação de quinhentos cargos da Carreira de Perito Médico Previdenciário, considerando que o atual quadro de servidores com a formação requerida é insuficiente. Os cargos efetivos desta carreira se fazem necessários tendo em vista que em cada Agência da Previdência Social é necessário contar com pelo menos um Perito para atender às demandas pela perícia médica para fins de concessão e renovação de benefícios.

10. A estimativa do impacto orçamentário da presente proposta, considerando a criação de cargos em comissão e funções de confiança, é da ordem de R\$ 5 milhões, para o exercício de 2010, considerando os meses de julho a dezembro, e de R\$ 10 milhões em cada um dos exercícios subsequentes, incluindo gratificação natalina, adicional de férias e encargos. Atendendo aos dispositivos expressos nos arts. 16 e 17 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal, o impacto para 2010 está previsto no Projeto da Lei Orçamentária Anual - PLOA/2010. Quanto aos cargos de Perito Médico Previdenciário não há impacto orçamentário no exercício, haja vista tratar-se apenas de criação de cargos efetivos, cujo provimento não ocorrerá no exercício de 2010.

11. São essas, Senhor Presidente, as razões que nos levam a submeter à elevada apreciação de Vossa Excelência a anexa proposta de Projeto de Lei.

Respeitosamente,

Assinado por: Paulo Bernardo Silva, José Barroso Pimentel

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA**CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988**

Art. 169. A despesa com pessoal ativo e inativo da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios não poderá exceder os limites estabelecidos em lei complementar.

§ 1º A concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, a criação de cargos, empregos e funções ou alteração de estrutura de carreiras, bem como a admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título, pelos órgãos e entidades da administração direta ou indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo poder público, só poderão ser feitas: (Renumerado do parágrafo único, pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

I - se houver prévia dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesa de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

II - se houver autorização específica na lei de diretrizes orçamentárias, ressalvadas as empresas públicas e as sociedades de economia mista. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

§ 2º Decorrido o prazo estabelecido na lei complementar referida neste artigo para a adaptação aos parâmetros ali previstos, serão imediatamente suspensos todos os repasses de verbas federais ou estaduais aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios que não observarem os referidos limites. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

§ 3º Para o cumprimento dos limites estabelecidos com base neste artigo, durante o prazo fixado na lei complementar referida no caput, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios adotarão as seguintes providências: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

I - redução em pelo menos vinte por cento das despesas com cargos em comissão e funções de confiança; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

II - exoneração dos servidores não estáveis. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

§ 4º Se as medidas adotadas com base no parágrafo anterior não forem suficientes para assegurar o cumprimento da determinação da lei complementar referida neste artigo, o servidor estável poderá perder o cargo, desde que ato normativo motivado de cada um dos Poderes especifique a atividade funcional, o órgão ou unidade administrativa objeto da redução de pessoal. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

§ 5º O servidor que perder o cargo na forma do parágrafo anterior fará jus a indenização correspondente a um mês de remuneração por ano de serviço. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

§ 6º O cargo objeto da redução prevista nos parágrafos anteriores será considerado extinto, vedada a criação de cargo, emprego ou função com atribuições iguais ou semelhantes pelo prazo de quatro anos. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

§ 7º Lei federal disporá sobre as normas gerais a serem obedecidas na efetivação do disposto no § 4º. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

LEI Nº 11.907, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2009.

Dispõe sobre a reestruturação da composição remuneratória das Carreiras de Oficial de Chancelaria e de Assistente de Chancelaria, de que trata o art. 2º da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, da Carreira de Tecnologia Militar, de que trata a Lei nº 9.657, de 3 de junho de 1998, dos cargos do Grupo Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo - Grupo DACTA, de que trata a Lei nº 10.551, de 13 de novembro de 2002, dos empregos públicos do Quadro de Pessoal do Hospital das Forças Armadas - HFA, de que trata a Lei nº 10.225, de 15 de maio de 2001, da Carreira de Supervisor Médico-Pericial, de que trata a Lei nº 9.620, de 2 de abril de 1998, das Carreiras da Área de Ciência e Tecnologia, de que trata a Lei nº 8.691, de 28 de julho de 1993, do Plano de Carreiras e Cargos da Fundação Oswaldo Cruz - FIOCRUZ, de que trata a Lei nº 11.355, de 19 de outubro de 2006, das Carreiras e do Plano Especial de Cargos do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - DNIT, de que trata a Lei nº 11.171, de 2 de setembro de 2005, da Carreira da Seguridade Social e do Trabalho, de que trata a Lei nº 10.483, de 3 de julho de 2002, da Carreira Previdenciária, de que trata a Lei nº 10.355, de 26 de dezembro de 2001, dos Policiais e Bombeiros Militares dos Ex-Territórios Federais e do antigo Distrito Federal, de que trata a Lei nº 10.486, de 4 de julho de 2002, do Plano Especial de Cargos da Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA, de que trata a Lei nº 11.356, de 19 de outubro de 2006, do Plano Especial de Cargos da Empresa Brasileira de Turismo - EMBRATUR, de que trata a Lei nº 11.356, de 19 de outubro de 2006, do Plano de Classificação de Cargos, de que trata a Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970, do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo, de que trata a Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006, do Quadro de Pessoal da Imprensa Nacional, de que trata a Lei nº 11.090, de 7 de janeiro de 2005, da Gratificação de Incremento à Atividade de Administração do Patrimônio da União - GIAPU, de que trata a Lei nº 11.095, de 13 de janeiro de 2005, das Carreiras da área de Meio Ambiente, de que trata a Lei nº 10.410, de 11 de janeiro de 2002, do Plano Especial de Cargos do Ministério do Meio Ambiente e do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, de que trata a Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006, das Carreiras e do Plano Especial de Cargos do FNDE, de que trata a Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006, das Carreiras e do Plano Especial de Cargos do INEP, de que trata a Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006, dos Juizes do Tribunal Marítimo, de que trata a Lei nº 11.319, de 6 de julho de 2006, do Quadro de Pessoal da Fundação Nacional do Índio - FUNAI, do Plano de Carreiras e Cargos do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - INMETRO, de que trata a Lei nº 11.355, de 19 de outubro de 2006, do Plano de Carreiras e Cargos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, de que trata a Lei nº 11.355, de 19 de outubro de 2006, do Plano de Carreiras e Cargos do Instituto Nacional de Propriedade Industrial - INPI, de que trata a Lei nº 11.355, de 19 de outubro de 2006, da Carreira do Seguro Social, de que trata a Lei nº 10.855, de 1º de abril de 2004, das Carreiras e do Plano Especial de Cargos do Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM, de que trata a Lei nº 11.046, de 27 de dezembro de 2004, do Quadro de Pessoal da AGU, de que trata a Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, da Tabela de Vencimentos e da Gratificação de Desempenho de Atividade dos Fiscais Federais Agropecuários, de que trata a Lei nº 10.883, de 16 de junho de 2004, da Gratificação de Desempenho de Atividade Técnica de Fiscalização Agropecuária - GDATFA, de que trata a Lei nº 10.484, de 3 de julho de 2002, da Gratificação de Desempenho de Atividade de Perito Federal Agrário - GDAPA, de que trata a Lei nº 10.550, de 13 de novembro de 2002, da Gratificação de Desempenho de Atividade de Reforma Agrária - GDARA, de que trata a Lei nº 11.090, de 7 de janeiro de 2005, da Gratificação de Desempenho da Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho - GDPST, de que trata a Lei nº 11.355, de 19 de outubro de 2006, das Carreiras e Planos Especiais de Cargos das Agências Reguladoras, de que tratam as Leis nºs 10.768, de 19 de novembro de 2003, 10.871, de 20 de maio de 2004, 10.882, de 9 de junho de 2004, e 11.357, de 19 de outubro de 2006, da Gratificação Temporária das Unidades Gestoras dos Sistemas Estruturadores da Administração Pública Federal - GSISTE, de que trata a Lei nº 11.356, de 19 de outubro de 2006; dispõe sobre a instituição da Gratificação Específica de Produção de Radioisótopos e Radiofármacos - GEPR, da Gratificação Específica, da Gratificação do Sistema de Administração dos Recursos de Informação e Informática - GSISP, da Gratificação Temporária de Atividade em Escola de Governo - GAEG e do Adicional por Plantão Hospitalar; dispõe sobre a remuneração dos beneficiados pela Lei nº 8.878, de 11 de maio de 1994; dispõe sobre a estruturação da Carreira de Perito Médico Previdenciário, no âmbito do Quadro de Pessoal do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, do Plano de Carreiras e Cargos do Instituto Evandro Chagas e do Centro Nacional de Primatas e do Plano Especial de Cargos do Ministério da Fazenda; reestrutura a Carreira de Agente Penitenciário Federal, de que trata a Lei nº 10.693, de 25 de junho de 2003; cria as Carreiras de Especialista em Assistência Penitenciária e de Técnico de Apoio à Assistência Penitenciária; altera as Leis nºs 9.657, de 3 de junho de 1998, 11.355, de 19 de outubro de 2006, 10.551, de 13 de novembro de 2002, 10.225, de 15 de maio de 2001, 11.344, de 8 de setembro de 2006, 8.691, de 28 de julho de 1993, 11.171, de 2 de setembro de 2005, 10.483, de 3 de julho de 2002, 10.355, de 26 de dezembro de 2001, 11.457, de 16 de março de 2007, 11.356, de 19 de outubro de 2006, 11.357, de 19 de outubro de 2006, 11.090, de 7 de janeiro de 2005, 11.095, de 13 de janeiro de 2005, 10.410, de 11 de janeiro de 2002, 11.156, de 29 de julho de 2005, 11.319, de 6 de julho de 2006, 10.855, de 1º de abril de 2004, 11.046, de 27 de dezembro de 2004,

Mensagem de veto

Conversão da
Medida Provisória
nº 441, de 2008

10.480, de 2 de julho de 2002, 10.883, de 16 de junho de 2004, 10.484, de 3 de julho de 2002, 10.550, de 13 de novembro de 2002, 10.871, de 20 de maio de 2004, 10.768, de 19 de novembro de 2003, 10.882, de 9 de junho de 2004, 11.526, de 4 de outubro de 2007, revoga dispositivos das Leis nºs 8.829, de 22 de dezembro de 1993, 9.028, de 12 de abril de 1995, 9.657, de 3 de junho de 1998, 10.479, de 28 de junho de 2002, 10.484, de 3 de julho de 2002, 10.551, de 13 de novembro de 2002, 10.852, de 9 de junho de 2004, 10.907, de 15 de julho de 2004, 10.046, de 27 de dezembro de 2004, 11.156, de 29 de julho de 2005, 11.171, de 2 de setembro de 2005, 11.319, de 6 de julho de 2006, 11.344, de 8 de setembro de 2006, 11.355, de 19 de outubro de 2006, 11.357, de 19 de outubro de 2006; e dá outras providências.

Art. 30. Fica estruturada a Carreira de Perito Médico Previdenciário, no âmbito do Quadro de Pessoal do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, composta pelos cargos de nível superior, de provimento efetivo, de Perito Médico Previdenciário.

§ 1º (VETADO)

§ 2º (VETADO)

§ 3º Compete privativamente aos ocupantes do cargo de Perito Médico Previdenciário ou de Perito Médico da Previdência Social e, supletivamente, aos ocupantes do cargo de Supervisor Médico-Pericial da Carreira de que trata a Lei nº 9.620, de 2 de abril de 1998, no âmbito do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS e do Ministério da Previdência Social - MPS, o exercício das atividades Médico-Periciais inerentes ao Regime Geral da Previdência Social de que tratam as Leis nºs 8.212, de 24 de julho de 1991, e 8.213, de 24 de julho de 1991, e à Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, e, em especial a:

- I - emissão de parecer conclusivo quanto à capacidade laboral para fins previdenciários;
- II - inspeção de ambientes de trabalho para fins previdenciários;
- III - caracterização da invalidez para benefícios previdenciários e assistenciais; e
- IV - execução das demais atividades definidas em regulamento.

§ 4º Os titulares de cargos de que trata o § 3º deste artigo poderão executar, ainda, nos termos do regulamento, o exercício das atividades Médico-Periciais relativas à aplicação da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

§ 5º Os titulares de cargos referidos no § 3º deste artigo poderão requisitar exames complementares e pareceres especializados a serem realizados por terceiros contratados ou conveniados pelo INSS, quando necessários ao desempenho de suas atividades.

§ 6º A mudança na denominação dos cargos a que se refere o caput deste artigo e o enquadramento na Carreira de Perito Médico Previdenciário não representam, para qualquer efeito legal, inclusive para efeito de aposentadoria, descontinuidade em relação à Carreira, ao cargo e às atribuições atuais desenvolvidas pelos seus titulares.

§ 7º Os cargos vagos e os que vierem a vagar de Perito Médico da Previdência Social da Carreira de Perícia Médica da Previdência Social, de que trata a Lei nº 10.876, de 2 de junho de 2004, são transformados em cargos de Perito Médico Previdenciário da Carreira de Perito Médico Previdenciário.

§ 8º Fica vedada a redistribuição dos servidores integrantes da Carreira de Perito Médico Previdenciário, bem como a redistribuição de cargos de Médico dos quadros de pessoal de quaisquer órgãos ou entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional para o INSS.

§ 9º São transpostos para a carreira de que trata o caput os cargos de Perito Médico da Previdência Social da Carreira de Perícia Médica da Previdência Social, de que trata a Lei nº 10.876, de 2 de junho de 2004. (Incluído pela Lei nº 12.269, de 2010)

§ 10. Os cargos a que se refere o § 9º deste artigo, transpostos para a Carreira de Perito Médico Previdenciário, passam a denominar-se Perito Médico Previdenciário. (Incluído pela Lei nº 12.269, de 2010)

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa)

PROJETO DE LEI DA CÂMARA

Nº 179, DE 2010

(nº 6.175/2009, na Casa de origem)
(De iniciativa do Presidente da República)

**Autoriza o Poder Executivo a doar
aeronave C-115 Buffalo à Força
Terrestre Equatoriana.**

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo, por intermédio do Ministério da Defesa, autorizado a doar à Força Terrestre Equatoriana uma aeronave de fabricação canadense, tipo C-115 BUFFALO, acionada por motor General Electric CT64-820-3, matrícula 2365 e número de série 35, do acervo da Força Aérea Brasileira.

Art. 2º A aeronave será doada no estado em que se encontra e as despesas com seu traslado correrão a expensas da Força Terrestre Equatoriana.

Art. 3º A doação de que trata esta Lei será feita mediante termo lavrado perante o Chefe do órgão competente do Comando da Aeronáutica.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 6.175, DE 2009

Autoriza o Poder Executivo a doar aeronave C-115 Buffalo à Força Terrestre Equatoriana;

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo, por intermédio do Ministério da Defesa, autorizado a doar à Força Terrestre Equatoriana uma aeronave de fabricação canadense, tipo C-115 BUFFALO, acionada por motor General Electric CT64-820-3, matrícula 2365 e número de série 35, do acervo da Força Aérea Brasileira.

Art. 2º A aeronave será doada no estado em que se encontra e as despesas com seu traslado correrão a expensas da Força Terrestre Equatoriana.

Art. 3º A doação de que trata esta Lei será feita mediante termo lavrado perante o Chefe do órgão competente do Comando da Aeronáutica.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília,

Mensagem nº 799, de 2009.

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 61 da Constituição, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências o texto do projeto de lei que "Autoriza o Poder Executivo a doar aeronave C-115 Buffalo à Força Terrestre Equatoriana".

Brasília, 1º de outubro de 2009.



EM Nº 00263/MD

Brasília, 25 de agosto de 2009.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Submeto à superior deliberação de Vossa Excelência Projeto de Lei que autoriza o Poder Executivo a doar uma aeronave da Força Aérea Brasileira à Força Terrestre Equatoriana.
2. A medida tem o propósito de doar aeronave C-115 BUFFALO de elevado custo de recuperação e manutenção, que causam despesas de estocagem à União.
3. Nesse contexto, em reunião realizada no dia 2 de setembro de 2008 com o Excelentíssimo Senhor Ministro da Defesa do Equador, JAVIER PONCE CEVALLOS, foi manifestada a intenção de propiciarmos toda a colaboração possível com as Forças Armadas daquele país, seguindo orientação de Vossa Excelência.
4. Naquela oportunidade, o Equador demonstrou interesse nas aeronaves C-115 BUFFALO, desativadas na Força Aérea Brasileira, em face da dificuldade em encontrar suprimentos para manter uma aeronave já existente na Força Terrestre daquele país.
5. Após minucioso estudo, coordenado pelo Estado-Maior da Aeronáutica, com a participação do Comando-Geral de Apoio e da Força Terrestre Equatoriana, restou acordado que a Força Aérea Brasileira estudaria a viabilidade de efetuar a eventual doação de uma aeronave C-115 para aquela Força.
6. A aeronave C-115, já desativada na Força Aérea Brasileira, é operada em poucos países, possuindo baixa procura por sua célula e componentes, de modo que a sua alienação mostra-se dispendiosa e antieconômica para o Brasil.
7. Adicionalmente, a estocagem desse material acarreta a utilização de instalações e o dispêndio de recursos por parte do COMAER. Acrescenta-se que a aeronave será doada no estado em que se encontra, e as despesas com seu traslado serão custeadas pela Força Terrestre Equatoriana, instituição com a qual a Aeronáutica vem mantendo estreitas relações desde longa data.
8. Em consequência, o Ministério da Defesa, em coordenação com o COMAER e o Ministério das Relações Exteriores, entende como recomendável a doação de uma aeronave, pelas razões que se seguem:

a) a Força Aérea Brasileira conta com aeronaves mais modernas e econômicas, por essa razão, não há interesse do COMAER em manter aquelas aeronaves em seu acervo;

b) o alto custo de recuperação e de manutenção eleva o custo residual dessas aeronaves, não compensando economicamente a sua alienação; e

c) a doação, se viabilizada, reforçará o bom relacionamento bilateral entre o Brasil e o Equador, no contexto sul-americano, estreitando ainda mais os laços de cooperação mútua, tão necessários na atual conjuntura internacional.

9. São essas, Senhor Presidente, as razões que me levam a propor a Vossa Excelência o presente Projeto de Lei em questão.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Nelson Azevedo Jobim

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, e de Constituição, Justiça e Cidadania, cabendo à última decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 180, DE 2010

(nº 6.498/2009, na Casa de origem)
(Do Deputado Luiz Carlos Hauly e outro (s) Sr(s). Deputado(s))

**Institui o ano de 2011 como o Ano da
Holanda no Brasil.**

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

**Art. 1º Fica instituído o ano de 2011 como o Ano da
Holanda no Brasil.**

**Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua
publicação.**

PROJETO DE LEI N.º 6.498-B, DE 2009

Institui o ano de 2011 como o Ano da Holanda no Brasil; tendo pareceres da Comissão de Educação e Cultura, pela aprovação (relator: DEP. LOBBE NETO) e da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa (relator: DEP. OSMAR SERRAGLIO).

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica instituído o ano de 2011 como o Ano da Holanda no Brasil.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A formação da sociedade brasileira está alicerçada em sua principal característica que é receber de todos os continentes migrantes que escolheram nosso país como seu lar.

O Brasil é constituído de representantes de inúmeras nacionalidades que aqui constroem sua nova vida, fora do país de origem, baseado no espírito de paz e justiça social.

Esta situação não foi diferente com a comunidade holandesa, que, em abril de 1911 se instalou em Carambeí, no estado do Paraná, e difundiu a sua influência por todo o Brasil, notadamente em localidades como Arapoti, Castro também no Paraná, e em Não Me Toque no Rio Grande do Sul e Holambra e Paranapanema no estado de São Paulo.

A integração das famílias de descendentes de holandeses no Brasil manifestou-se pela excelência na qualidade de seu labor na terra e no princípio do cooperativismo, que tem participação efetiva com a construção da primeira cooperativa de produção agroindustrial em nosso país, que foi inicialmente chamada de Sociedade Cooperativa Holandesa de Laticínios, depois rebatizada de Batavo Cooperativa Agroindustrial, no Paraná.

Assim, aproxima-se a comemoração desse relevante evento, onde se espera retribuir com o reconhecimento de todos os brasileiros o importante legado das comunidades holandesas em nosso solo.

Diante disso, apresentamos a presente proposição face à relevância da matéria e o estreitamento cada vez maior entre o Brasil e a Holanda contando com a aprovação do presente pelos nobres pares.

Sala das Sessões, em 26 de novembro de 2009.

**Deputado Luiz Carlos Hauly
PSDB-PR**

**Deputado Osmar Serraglio
PMDB-PR**

**Deputado Gustavo Fruet
PSDB-PR**

**Deputado Luiz Carlos Setim
DEM-PR**

**Deputado Alex Canziani
PTB-PR**

**Deputado Eduardo Sciarra
DEM-PR**

**Deputado Alfredo Kaefer
PSDB-PR**

**Deputado Cesar Silvestri
PPS-PR**

**Deputado Moacir Micheletto
PMDB-PR**

**Deputado Abelardo Lupion
DEM-PR**

**Deputado Chico da Princesa
PR-PR**

**Deputado Marcelo Almeida
PMDB - PR**

**Deputado Ratinho Junior
PSC-PR**

**Deputado Rodrigo Rocha Loures
PMDB-PR**

**Deputado Vanderlei Macris
PSDB-SP**

**Deputado Affonso Camargo
PSDB-PR**

**Deputado André Zacharow
PMDB-PR**

**Deputado André Vargas
PT-PR**

Deputado Darcisio Perondi
PMDB-RS

Deputado José Otavio Germano
PP-RS

Deputado Vilson Covatti
PP-RS

Deputada Manuela D'Ávila
PCdoB-RS

Deputado Paulo Pimenta
PT-RS

Deputado Eliseu Padilha
PMDB-RS

Deputado Renato Molling
PP-RS

Deputado Antonio Bulhões
PRB-SP

Deputado Carlos Zarattini
PT-SP

Deputado Nelson Marquezelli
PTB-SP

Deputado Cezar Silvestri
PPS/PR

Deputado Onix Lorenzoni
DEM-RS

Deputado Pompeo de Mattos
PDT-RS

Deputado Affonso Hamm
PP-RS

Deputado Luiz Carlos Busato
PTB-RS

Deputado Luis Carlos Heinze
PP-RS

Deputado Beto Albuquerque
PSB-RS

Deputado Roberto Alves
PTB-SP

Deputado Francisco Rossi
PMDB-SP

Deputado Dimas Ramalho
PPS-SP

Deputado Dilceu Sperafico
PP/PR

Deputado Dimas Ramalho

(À Comissão de Educação Cultura e Esporte em, decisão terminativa)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O Projeto de Lei da Câmara nº 171, de 2010, vai à Comissão Temporária de Reforma do Código de Processo Civil, nos termos do art. 374, II, do Regimento Interno.

Os Projetos de Lei da Câmara nºs 178 e 179, de 2010, nos termos do art. 91, § 1º, V, e as demais matérias, nos termos do art. 91, § 1º, IV, todos do Regimento Interno, serão apreciados terminativamente pelas Comissões competentes, podendo receber emendas perante a primeira ou única comissão constante do despacho pelo prazo de cinco dias úteis, nos termos do art. 122, II, c, da referida Norma Interna.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O Sr. Senador Alvaro Dias enviou discurso à Mesa para ser publicado na forma do art. 203, combinado com o art. 210, inciso I e o § 2º, do Regimento Interno.

S. Exª será atendido.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, ocupo a tribuna, neste momento, para fa-

zer o registro das matérias publicadas pelo jornal **O Estado de S. Paulo** e **O Globo**, em suas edições de 05 de agosto de 2010.

As matérias destacam que a Comissão de Constituição e Justiça do Senado (CCJ) aprovou o convite para que a servidora da Receita Federal Antonia Aparecida Rodrigues Santos Neves Silva dê explicações à Casa sobre seu suposto envolvimento no caso da quebra de sigilo fiscal do vice-presidente nacional do PSDB, Eduardo Jorge.

Sr. Presidente, requeiro que a matéria acima citada seja considerada parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos **Anais do Senado Federal**.

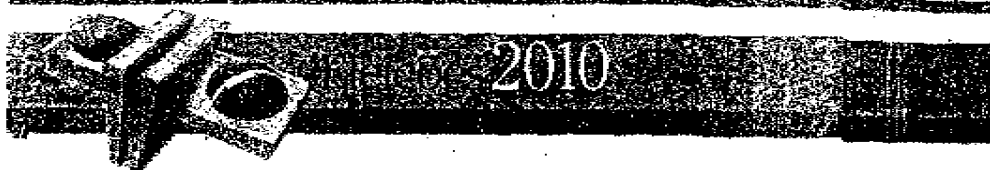
**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE
O SR. SENADOR ALVARO DIAS EM SEU
PRONUNCIAMENTO**

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Quinta-feira, 5 de agosto de 2010

O GLOBO

O PAÍS



Senado apura dossiê do PT contra tucano

Cristiane Jungblut

• **BRASÍLIA.** A Comissão de Constituição e Justiça do Senado (CCJ) aprovou ontem convite para que a servidora da Receita Federal Antonia Aparecida Rodrigues Santos Neves Silva dê explicações à Casa sobre seu suposto envolvimento no caso da quebra do sigilo fiscal do vice-presidente nacional do PSDB, Eduardo Jorge. Lotada na delegacia do órgão no ABC paulista, ela já negou qualquer envolvi-

mento. Seu nome surgiu depois que, em audiência no Senado, em julho, o secretário da Receita, Otacílio Cartaxo, disse que funcionários do órgão estavam sendo investigados sobre vazamento de informações e que a divulgação indevida não partira dos escritórios de Brasília.

O requerimento foi apresentado pelo senador Álvaro Dias (PSDB-PR). Ao justificar o pedido, o tucano disse que o depoimento da servidora é indispensável para esclarecer os fatos.

Os tucanos acusam o PT de transformar em dossiê os dados fiscais de Eduardo Jorge.

A servidora está lotada na unidade da Receita de Santo André (SP) e é funcionária há 15 anos. Entre 2005 e 2007, foi secretária-geral do Sindirecelta, também em Santo André. A declaração de renda de Eduardo Jorge de 2008 foi acessada indevidamente em outubro de 2009. O PT negou a autoria do suposto dossiê, por meio do seu presidente nacional, José Eduardo Dutra. ■

O ESTADO DE S. PAULO

QUINTA-FEIRA, 5 DE AGOSTO DE 2010

Nacional | A9

Eleições

CAMPAÑA NATV

17 de agosto

é quando começa o horário eleitoral gratuito na TV. Serão 2 blocos de 25 minutos por dia

Enquete!@

Como você acha que está o nível da campanha à Presidência? (estado.com.br/enquete)

CCJ chama analista do caso Eduardo Jorge

Servidora é investigada pela Receita como suspeita da quebra do sigilo do tucano, supostamente para abastecer dossiê da campanha de Dilma

Rosa Costa / BRASÍLIA

A Comissão de Constituição e Justiça do Senado aprovou convite à analista Antonia Aparecida Rodrigues Santos, da Receita Federal, para que ela explique "as graves denúncias apresentadas sobre a quebra do sigilo fiscal do vice-presidente do PSDB, Eduardo Jorge Caldas Pereira". O requerimento foi apresentado pelo senador Álvaro Dias (PSDB-PR).

O depoimento foi marcado para quarta-feira. Mas cabe à servidora dizer se concorda ou não em comparecer nessa data.

A servidora está sendo investigada pela Receita como principal suspeita da quebra do sigilo fiscal do tucano, supostamente para abastecer dossiê produzido por assessores do comitê de Dilma Rousseff. Dias lembra que dados da corregedoria do Fisco indicam que Antonia Aparecida, lotada em Santo André, teria sido a única a acessar dados de Eduardo Jorge sem motivo de trabalho.

Em julho, quando depôs na CCJ, o secretário da Receita, Otacílio Carraro, já tinha informações sobre os responsáveis pelo vazamento. "O depoimento da referida servidora é indispensá-

vel para elucidação dos graves fatos apresentados a esta comissão", afirmou o senador.

Senadores aliados do governo estavam presentes na CCJ quando da votação do requerimento de Dias. Nenhum deles, porém, reagiu contra a aprovação do convite, em votação simbólica.

● Outro convidado

O ex-servidor do Planalto Demétrius Sampaio Felinto também terá de explicar denúncia sobre os vídeos eliminados que confirmariam o encontro entre Lina Vieira e Dilma Rousseff.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando à Sr^{as} e aos Srs. Senadores que constará da próxima sessão deliberativa ordinária, a realizar amanhã, dia 23, às 14 horas, a seguinte

ORDEM DO DIA

1

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 498, DE 2010

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 498, de 2010, que abre crédito extraordinário, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, no valor global de um bilhão, novecentos e setenta e oito milhões, quatrocentos

e quarenta e oito mil, oitocentos e setenta reais, para os fins que especifica.

(Lido no Senado Federal no dia 17-8-2010) Relatora revisora: Senadora Lúcia Vânia

(Sobrestando a pauta a partir de: 16-9-2010) Prazo final prorrogado: 29-11-2010

2

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 11, DE 2010

(Proveniente da Medida Provisória nº 497, de 2010)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 11, de 2010, que dispõe sobre medidas tributárias referentes à realização no Brasil da Copa das Confederações Fifa 2013 e da Copa do Mundo Fifa 2014; promove desoneração tributária de subvenções

governamentais destinadas ao fomento das atividades de pesquisa tecnológica e desenvolvimento de inovação tecnológica nas empresas; altera as Leis nºs 11.774, de 17 de setembro de 2008, 10.182, de 12 de fevereiro de 2001, 9.430, de 27 de dezembro de 1996, 7.713, de 22 de dezembro de 1988, 9.959, de 27 de janeiro de 2000, 10.887, de 18 de junho de 2004, 12.058, de 13 de outubro de 2009, 10.865, de 30 de abril de 2004, 10.931, de 2 de agosto de 2004, 12.024, de 27 de agosto de 2009, 9.504, de 30 de setembro de 1997, 10.996, de 15 de dezembro de 2004, 11.977, de 7 de julho de 2009, 12.249, de 11 de junho de 2010, os Decretos-Leis nºs 37, de 18 de novembro de 1966, 1.455, de 7 de abril de 1976; e revoga dispositivos das Leis nºs 11.196, de 21 de novembro de 2005, 8.630, de 25 de fevereiro de 1993, 9.718, de 27 de novembro de 1998, e 10.833, de 29 de dezembro de 2003; e dá outras providências (proveniente da Medida Provisória nº 497, de 2010).

(Lido no Senado Federal no dia 19.11.2010) Relator revisor: Marcelo Crivella
(Sobrestando a pauta a partir de: 16.09.2010)
Prazo final prorrogado: 29.11.2010

3

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 12, DE 2010

(Proveniente da Medida Provisória nº 496, de 2010)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 12, de 2010, que *dispõe sobre o limite de endividamento de Municípios em operações de crédito destinadas ao financiamento de infraestrutura para a realização da Copa do Mundo Fifa 2014 e dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016, sobre imóveis oriundos da extinta Rede Ferroviária Federal S.A. – RFFSA, sobre dívidas referentes ao patrimônio imobiliário da União e sobre acordos envolvendo patrimônio imobiliário da União; transfere o domínio útil de imóveis para a Companhia Docas do Rio de Janeiro – CDRJ; altera a Medida Provisória nº 2.185-35, de 24 de agosto de 2001, e as Leis nºs 9.711, de 20 de novembro de 1998, 11.483, de 31 de maio de 2007, 9.702, de 17 de novembro de 1998, 10.666, de 8 de maio de 2003, e 9.469, de 10 de julho de 1997; e dá outras providências (proveniente da Medida Provisória nº 496, de 2010).*

(Lido no Senado Federal no dia 19.11.2010)
Relator revisor: Francisco Dornelles

(Sobrestando a pauta a partir de: 16.09.2010)

Prazo final prorrogado: 29.11.2010

4

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 48, DE 2003

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 48, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que *dispõe sobre aplicação de recursos destinados à irrigação.*

Pareceres sob nºs 1.199, de 2003; e 15, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania: 1º pronunciamento: Relator: Senador João Alberto Souza, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2, de Plenário), Relator *ad hoc*: Senador João Batista Motta, favorável, nos termos de Subemenda que apresenta.

5

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 19, DE 2007

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 19, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Tião Viana, que *acrescenta parágrafo único ao art. 54 da Constituição Federal, para permitir a Deputados Federais e Senadores o exercício de cargo de professor em instituição pública de ensino superior.*

Parecer favorável sob nº 850, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Eduardo Suplicy.

6

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 33, DE 2009

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 33, de 2009, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Valadares, que *acrescenta o art. 220-A à Constituição Federal, para dispor sobre a exigência do diploma de curso superior de comunicação social, habilitação jornalismo, para o exercício da profissão de jornalista.*

Parecer, sob nº 2.414, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Inácio Arruda, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

7

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 32, DE 2008**

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2008, tendo como primeira signatária a Senadora Patrícia Saboya, que *altera o § 4º do art. 225 da Constituição Federal para incluir a caatinga entre os ecossistemas que constituem patrimônio nacional*.

Parecer favorável, sob nº 1.217, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko.

8

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 95, DE 2003

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 95, de 2003 (nº 2.961/2000, na Casa de origem), que *extingue as listas trípticas do processo de escolha dos dirigentes universitários regulado pela Lei nº 9.192, de 21 de dezembro de 1995*.

Parecer sob nº 2.066, de 2005, da Comissão de Educação, Relator *ad hoc*: Senador Mão Santa, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), que oferece.

9

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 86, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 86, de 2006 (no 1.244/2003, na Casa de origem, do Deputado João Alfredo), que *altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (substitui a expressão “medida sócio-educativa” pela “medida psicossocioeducativa”)*.

Parecer sob nº 1.480, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator *ad hoc*: Senador Efraim Morais, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, de redação, que apresenta.

10

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 28, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2008 (nº 5.702/2005, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *altera o art. 37 da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, que dispõe sobre o Cadastro Informativo dos créditos não quitados de órgão e entidades federais e dá outras providências*.

Parecer favorável, sob nº 1.148, de 2008, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator *ad hoc*: Senador Inácio Arruda.

11

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 52, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 52, de 2008 (nº 2.347/2003, na Casa de origem, do Deputado Sandro Mabel), que *dispõe sobre o dever de notificação em caso de necessidade de ações preventivas, de socorro, assistenciais ou recuperativas na área de defesa civil e dá outras providências*.

Parecer sob nº 1.901, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator Senador Marconi Perillo, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CCJ, que apresenta.

12

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 104, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 104, de 2008 (nº 1.309/2007, na Casa de origem, do Deputado Eliene Lima), que *acresce o § 3º ao art. 974 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que institui o Código Civil. (Dispõe sobre o registro de contratos e alterações contratuais de sociedade que seja integrada por sócio incapaz)*.

Parecer favorável, sob nº 1.481, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator *ad hoc*: Senador Efraim Morais.

13

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 143, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 143, de 2008 (nº 388/2003, na Casa de origem, do Deputado Maurício Rabelo), que *altera a redação do art. 70 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor (inclui a substituição ou retirada de peças e componentes, sem autorização do consumidor no fornecimento de serviços)*.

Pareceres sob nºs 1.269 e 1.270, de 2009, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko, favorável, nos termos das Emendas nºs 1 e 2-CCJ, que apresenta; e

– da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator: Senador Flexa Ribeiro, favorável ao Projeto e as emendas oferecidas pela CCJ.

14

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 150, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 150, de 2008 (nº 129/2007, na Casa de origem, do Deputado Vanderlei Macris), que altera o inciso I do caput do art. 38 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que *dispõe sobre o Estatuto do Idoso, para reservar aos idosos pelo menos três por cento das unidades residenciais em programas habitacionais públicos ou subsidiados com recursos públicos*.

Pareceres sob nºs 1.107 e 1.917, de 2009, das Comissões

– de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator: Senador Paulo Paim, favorável; e

– de Assuntos Sociais, Relator: Senador Efraim Morais, pela rejeição (em audiência, nos termos do Requerimento nº 635, de 2009).

15

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 156, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 156, de 2008 (nº 7.343/2006, na Casa de origem, do Deputado Tarcísio Zimmermann), que *altera o art. 38 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 – Estatuto do Idoso, para garantir a prioridade dos idosos na aquisição de unidades residenciais térreas, nos programas nele mencionados*.

Pareceres favoráveis, sob nº 67 e 1.593, de 2009, das Comissões de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator *ad hoc*: Senador Flávio Arns; e de Assuntos Sociais, Relator *ad hoc*: Senador Paulo Paim (em audiência, nos termos do Requerimento nº 636, de 2009).

16

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 182, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 182, de 2008 (nº 371/99, na Casa de origem, do Deputado Enio Bacci), que *altera o art. 49 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (dispõe sobre o direito de arrendimento do consumidor)*.

Parecer favorável, sob nº 706, de 2009, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator: Senador Leomar Quintanilha.

17

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 184, DE 2008

Discussão, em turno único do Projeto de Lei da Câmara nº 184, de 2008 (nº 231/2003, na Casa de origem, do Deputado Bernardo Ariston), que *dispõe sobre a criação de áreas específicas e instalação de assentos para pessoas portadoras de deficiência e pessoas obesas e dá outras providências*.

Parecer sob nº 2.294, de 2009, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator *ad hoc*: Senador Paulo Paim, favorável nos termos da Emenda nº 1-CDH (Substitutivo), que oferece.

18

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 194, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 194, de 2008 (nº 612/2003, na Casa de origem, do Deputado Ricardo Izar), que *altera o art. 18 da Lei nº 5.991, de 17 de dezembro de 1973, que dispõe sobre o Controle Sanitário do Comércio de Drogas, Medicamentos, Insumos Farmacêuticos e Correlatos, e dá outras providências, para permitir que farmácias e drogarias disponibilizem serviços de aferição da pressão arterial*.

Parecer sob nº 1.916, de 2009, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Mozarildo Cavalcanti, favorável, com a Emenda nº 1-CAS, que apresenta.

19

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 12, DE 2009

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2009 (nº 6.171/2005, na Casa de origem, do Deputado Celso Russomanno), que *acrescenta parágrafos ao art. 31 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Código de Defesa do Consumidor, para garantir ao consumidor o exame dos produtos adquiridos*.

Parecer favorável, sob nº 707, de 2009, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle, Relator *ad hoc*: Senador Flexa Ribeiro.

20

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 191, DE 2009

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 18, de 2009)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 191, de 2009 (nº 3.620/2008,

na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *dá nova redação ao inciso XI do art. 29 da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, para alterar a estrutura básica do Ministério do Esporte (cria uma Secretaria no Ministério do Esporte)*.

Parecer favorável, sob nº 2.066, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Romero Jucá.

21

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

Nº 77, DE 2007

(Tramitando nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum)

Segunda sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Decreto Legislativo nº 77, de 2007 (apresentado como conclusão do Parecer nº 3, de 2007-CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, Relator: Senador João Ribeiro), que *aprova as contas do Governo Federal, do Senado Federal, da Câmara dos Deputados, do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça, da Justiça do Trabalho, do Conselho da Justiça Federal e da Justiça Federal de 1º e 2º Graus, da Justiça Eleitoral, da Justiça Militar, da Justiça do Distrito Federal e Territórios e do Ministério Público da União, relativas ao exercício de 2003*.

22

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

Nº 60, DE 2009

(Tramitando nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum)

Segunda sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Decreto Legislativo nº 60, de 2009 (apresentado como conclusão do Parecer nº 1, de 2009-CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, Relator: Senador Gim Argello), que *aprova as Contas do Governo Federal relativas ao Exercício de 2004*.

23

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 226, DE 2006

(Tramita nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum)

Discussão, em segundo turno, do Projeto de Lei do Senado nº 226, de 2006, de iniciativa

da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios, que *acrescenta dispositivos ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, e à Lei nº 1.579, de 18 de março de 1952, que dispõe sobre as Comissões Parlamentares de Inquérito (tipifica as condutas de fazer afirmação falsa ou negar a verdade, na condição de indiciado ou acusado, em inquéritos, processos ou Comissões Parlamentares de Inquérito)*.

Parecer favorável, sob nº 1.064, de 2008, da Comissão de Constituição e Justiça (em audiência, nos termos do Requerimento nº 29, de 2007), Relator: Senador Alvaro Dias.

24

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 185, DE 2004

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 5, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 185, de 2004, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que *regulamenta o emprego de algemas em todo o território nacional*.

Pareceres sob nºs 920 e 921, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator “*ad hoc*”: Senador Antonio Carlos Valadares, 1º pronunciamento (sobre o Projeto, em turno único, perante a Comissão): favorável, nos termos de emenda substitutiva, que oferece; 2º pronunciamento (sobre as emendas, apresentadas ao Substitutivo, no turno suplementar, perante a Comissão): favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que apresenta.

25

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 124, DE 2005

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 8, de 2006)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 124, de 2005, de autoria da Senador Papaléo Paes, que *altera o art. 2º da Lei nº 9.965, de 27 de abril de 2000, que restringe a venda de esteróides ou peptídeos anabolizantes e dá outras providências, para tipificar a venda desses produtos como crime punível com penas equivalentes às do tráfico ilícito de substância entorpecente*.

Pareceres sob nºs 418, de 2006, e 795, de 2009, das Comissões

- de Assuntos Sociais, Relator: Senador Augusto Botelho, favorável, com a Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que oferece; e
- de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator *ad hoc*: Senador Valter Pereira, favorável, nos termos do Substitutivo, oferecido pela Comissão de Assuntos Sociais.

26**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 202, DE 2005**

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do Recurso nº 7, de 2009)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 202, de 2005, de autoria da Senadora Lúcia Vânia, que *altera a Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, para dispor sobre a fixação e o ajuste dos parâmetros, índices e indicadores de produtividade.*

Pareceres sob nºs 1.302 e 2.226, de 2009, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, Relatora: Senadora Kátia Abreu, 1º pronunciamento (sobre o projeto): favorável, nos termos da Emenda nº 1-CRA (Substitutivo) que oferece; 2º pronunciamento (sobre as Emendas nºs 2 e 3, de Plenário): contrário, com voto em separado do Senador Sadi Cassol.

27**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 390, DE 2005 – COMPLEMENTAR**

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003-Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, de autoria do Senador Renan Calheiros e outros Senhores Senadores, que *altera os arts. 1º e 22 da Lei Complementar nº 64, de 1990 – Lei das Inelegibilidades (dispõe sobre crimes e procedimentos relativos a inelegibilidades e sobre o sistema de prestação de contas eleitorais).*

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável,

com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

28**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 175, DE 2003– COMPLEMENTAR**

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003-Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 175, de 2003-Complementar, de autoria do Senador Eduardo Suplicy, que *altera o art. 1º, inciso I, alínea “g” da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, que dispõe sobre inelegibilidade cominada aos que tiveram suas contas relativas ao exercício de cargos ou funções públicas rejeitadas pelo órgão competente.*

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

29

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 316, DE 2004 – COMPLEMENTAR**

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003-Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 316, de 2004-Complementar, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, que *acrescenta dispositivo à Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990 (Lei das Inelegibilidades), para declarar a inelegibilidade, em quaisquer outros Municípios do mesmo Estado, dos que tenham sido reeleitos Prefeitos na eleição imediatamente anterior.*

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

30

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 341, DE 2004 – COMPLEMENTAR**

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003-Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 341, de 2004-Complementar, de autoria do Senador Eduardo Azeredo, que *acrescenta os §§ 4º e 5º ao art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990 (Lei de*

Inelegibilidade), para estabelecer que os Chefes do Poder Executivo e respectivos Vices devem se licenciar para concorrer à reeleição.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

31

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 266, DE 2005 – COMPLEMENTAR**

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003-Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 266, de 2005-Complementar, de autoria do Senador Alvaro Dias, que *acrescenta a alínea “j” ao inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para determinar a inelegibilidade, nas eleições subseqüentes, do ocupante de cargo público que a ele renuncie.*

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que ofe-

rece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

32

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 269, DE 2005 – COMPLEMENTAR

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003-Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 269, de 2005-Complementar, de autoria do Senador Jefferson Peres, que *acrescenta a alínea j ao inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para determinar a inelegibilidade, nas eleições subsequentes, do parlamentar que renuncie ao mandato e do chefe do Poder Executivo que, réu de processo crime de responsabilidade, renuncie ao cargo.*

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

33

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 274, DE 2005 – COMPLEMENTAR

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003-Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)

Discussão em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 274, de 2005-Complementar,

de autoria do Senador Tião Viana, que *altera a Lei Complementar nº 64 de 19 de maio de 1990, para acrescentar nova hipótese de inelegibilidade quando houver renúncia ao mandato parlamentar.*

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

34

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 313, DE 2005 – COMPLEMENTAR

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003-Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 313, de 2005-Complementar, de autoria do Senador Pedro Simon que *acrescenta a alínea “j” ao inciso I do art. 1º e dá nova redação à alínea “d” do inciso I do art. 1º e ao inciso XIV, do art. 22, da Lei Complementar nº 64, de 1990.*

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado

nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

35

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 363, DE 2005 – COMPLEMENTAR

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003-Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 363, de 2005-Complementar, de autoria do Senador Jefferson Peres, que altera a Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, alterando prazo de cessação de inelegibilidade de magistrados.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

36

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 381, DE 2005 – COMPLEMENTAR

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003-Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 381, de 2005-Complementar, de autoria do Senador Pedro Simon que acresce parágrafo único ao art. 15 da Lei

Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, (dispõe sobre casos de inelegibilidade).

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

37

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 141, DE 2006 – COMPLEMENTAR

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003-Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 141, de 2006-Complementar, de autoria do Senador Antônio Carlos Valadares, que altera a redação do inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para determinar a inelegibilidade de candidato condenado por compra de voto.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que ofe-

rece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

38

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 231, DE 2006 – COMPLEMENTAR

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003-Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 231, de 2006-Complementar, de autoria do Senador Romeu Tuma, que *altera a redação da alínea “g” do inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para impedir que a mera propositura de ação judicial que vise desconstituir a decisão que rejeitou as contas de agente público suspenda sua inelegibilidade.*

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

39

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 261, DE 2006 – COMPLEMENTAR

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003-Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 261, de 2006-Complementar,

de autoria do Senador Jefferson Péres, que *altera a Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para estabelecer a inelegibilidade de condenados ou processados por crime contra a administração pública.*

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

40

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 265, DE 2007 – COMPLEMENTAR

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003-Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 265, de 2007-Complementar, de autoria do Senador Epitácio Cafeteira, que *acrescenta parágrafos ao art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para tornar inelegível o candidato que tenha parentes ocupantes de cargos comissionados, na mesma circunscrição e estender aos parentes próximos as condições de inelegibilidade aplicáveis aos agentes políticos.*

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador

Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

41

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 684, DE 2007 – COMPLEMENTAR**

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003-Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 684, de 2007-Complementar, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, que *acrescenta alínea ao inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para tornar inelegíveis os apresentadores, locutores e comentaristas de programas de rádio ou televisão que não se afastarem de suas funções até um ano antes do pleito, e proibir detentores de mandatos eletivos de exercer essas atividades.*

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

42

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 17, DE 2008 – COMPLEMENTAR**

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003-Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 17, de 2008-Complementar, de autoria do Senador Tasso Jereissati, que *altera dispositivos da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, que estabelece, de acordo com o art. 14, § 9º, da Constituição Federal, casos de inelegibilidades, prazo de cessação e determina outras providências.*

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

43

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 84, DE 2008 – COMPLEMENTAR**

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003-Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 84, de 2008-Complementar, de autoria do Senador Pedro Simon, que *acrescenta alínea “j” ao inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990,*

para determinar a inelegibilidade de candidato que responda a processo judicial.

Pareceres sob n°s 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1° pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado n° 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de n°s 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2° pronunciamento (após a aprovação do Requerimento n° 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado n° 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda n° 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

44

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 184, DE 2008 – COMPLEMENTAR

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado n°s 175, de 2003-Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado n° 184, de 2008-Complementar, de autoria do Senador Valter Pereira, que *altera a alínea “g” do art. 1° da Lei Complementar n° 64, de 18 de maio de 1990, para condicionar a suspensão da inelegibilidade ao ajuizamento, no prazo de três meses da decisão administrativa irrecurável do órgão competente para rejeição das contas, de ação que questione a legalidade dessa deliberação.*

Pareceres sob n°s 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1° pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado n° 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de n°s 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2° pronunciamento (após a aprovação do Requerimento n° 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado

n° 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda n° 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

45

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 209, DE 2008

(Tramitando em conjunto com os Projetos de Lei do Senado n°s 175, de 2003-Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684 de 2007-Complementares; e 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado n° 209, de 2008-Complementar, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que *altera a Lei n° 64, de 18 de maio de 1990 (Lei de Inelegibilidade), para tornar inelegível agente público denunciado por envolvimento com prostituição infantil.*

Pareceres sob n°s 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1° pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado n° 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de n°s 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2° pronunciamento (após a aprovação do Requerimento n° 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado n° 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda n° 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

46

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 236, DE 2008 – COMPLEMENTAR

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado n°s 175, de 2003-Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado n° 236, de 2008-Complementar, de autoria do Senador Eptácio Cafeteira, que

altera a redação da alínea b do inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para fazer constar que a contagem do prazo de inelegibilidade do dispositivo em questão é contado a partir da perda do mandato eletivo.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

47

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 249, DE 2008 – COMPLEMENTAR

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003-Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 249, de 2008-Complementar, de autoria do Senador Pedro Simon, que *altera a Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para determinar a inelegibilidade dos que foram condenados pela prática dos crimes que especifica, por improbidade administrativa e para determinar a preferência no julgamento dos processos respectivos.*

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador

Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

48

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 14, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 1, de 2009)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 14, de 2007, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que *altera a Lei nº 9.394, de 1996, para dispor sobre a obrigatoriedade do ensino da Libras na educação infantil e no ensino fundamental.*

Pareceres sob nºs 1.276 e 2.340, de 2008, da Comissão de Educação, Cultura e Esportes, 1º pronunciamento (sobre o Projeto): Relator *ad hoc*: Senador Flávio Arns, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), que apresenta; 2º pronunciamento (sobre as Emendas nº 2 e 3-Plen): Relatora: Senadora Marisa Serrano, favorável à Emenda nº 2-Plen, e pela aprovação da Emenda nº 3-Plen, na forma de subemenda que apresenta.

49

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 117, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 19, de 2009)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 117, de 2007, de autoria do Senador Sérgio Zambiasi, que *altera o art. 22 da Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005, para limitar as exigências das instituições financeiras na concessão de financiamentos habitacionais de interesse social.*

Pareceres sob nºs 2.059 e 2.060, de 2009, das Comissões:

– de Assuntos Sociais, Relator: Senador Antonio Carlos Valadares, contrário; e

– de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Antonio Carlos Júnior, favorável, com a Emenda nº 1-CAE, que apresenta; com abstenção do Senador Antonio Carlos Valadares.

50

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 140, DE 2007 – COMPLEMENTAR**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 140, de 2007-Complementar, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que *altera o art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, para especificar os dados financeiros não sigilosos, para fins de investigação de ilícito penal.*

Pareceres sob nºs 281 e 706, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jarbas Vasconcelos, 1º pronunciamento (sobre o Projeto): favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 2-Plen): favorável, nos termos de Subemenda, que oferece.

51

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 190, DE 2007
(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso
nº 17, de 2009)**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 190, de 2007, de autoria da Senadora Maria do Carmo Alves, que *altera a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, para prever o exame criminológico para progressão de regime, livramento condicional, indulto e comutação de pena.*

Parecer sob nº 2.013, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Antônio Carlos Júnior, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta.

52

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 441, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 441, de 2008 (apresentado como conclusão do Parecer nº 1.135, de 2008, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator *ad hoc*: Senador Flávio Arns), que *altera o art. 30 da Lei nº 8.935, de 18 de novembro de 1994 (Lei dos Cartórios), para incluir, entre os deveres dos notários e oficiais de registro, o encaminhamento de relatório pertinente ao quantitativo*

de emolumentos recebidos no exercício anterior à corregedoria do tribunal.

Parecer favorável, sob nº 729, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator *ad hoc*: Senador Renato Casagrande.

53

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 235, DE 2009

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 235, de 2009, de iniciativa da Comissão Parlamentar de Inquérito da Pedofilia, que *acrescenta inciso VI ao art. 7º da Lei nº 6.815, de 9 de agosto de 1980, para vedar a concessão de visto ao estrangeiro indiciado em outro país pela prática de crime contra a liberdade sexual ou o correspondente ao descrito nos arts. 240 e 241 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.*

Parecer favorável, sob nº 1.393, de 2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Romeu Tuma.

Às 19 horas**ORDEM DO DIA****Item único****PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 156, DE 2009
À matéria poderão ser oferecidas emendas
até o encerramento da discussão**

Discussão, em turno suplementar, do Projeto de Lei do Senado nº 156, de 2009, do Senador José Sarney, que *reforma o Código de Processo Penal.*

Parecer nº 1.472, de 2010-CDIR, Relator Senador Heráclito Fortes, oferecendo a redação do vencido para o turno suplementar.

(Relatores no turno único:

– Comissão Temporária de Estudo da Reforma do Código de Processo Penal, Senador Renato Casagrande; -CCJ, Senador Renato Casagrande)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Está encerrada a presente sessão.

(*Levanta-se a sessão às 17 horas e 55 minutos.*)

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 53ª LEGISLATURA

(por Unidade da Federação)

Bahia

Minoria-DEM - Antonio Carlos Júnior* (S)
Bloco-PR - César Borges*
PDT - João Durval**

Rio de Janeiro

Bloco-PRB - Marcelo Crivella*
Maioria-PMDB - Regis Fichtner* (S)
Maioria-PP - Francisco Dornelles**

Maranhão

Maioria-PMDB - Edison Lobão*
Maioria-PMDB - Mauro Fecury* (S)
PTB - Epitácio Cafeteira**

Pará

Minoria-PSDB - Flexa Ribeiro* (S)
PSOL - José Nery* (S)
Minoria-PSDB - Mário Couto**

Pernambuco

Minoria-DEM - Marco Maciel*
Minoria-PSDB - Sérgio Guerra*
Maioria-PMDB - Jarbas Vasconcelos**

São Paulo

Minoria-DEM - Alfredo Cotait* (S)
Bloco-PT - Aloizio Mercadante*
Bloco-PT - Eduardo Suplicy**

Minas Gerais

Minoria-PSDB - Eduardo Azeredo*
Maioria-PMDB - Hélio Costa*
Minoria-DEM - Eliseu Resende**

Goiás

Minoria-DEM - Demóstenes Torres*
Minoria-PSDB - Lúcia Vânia*
Minoria-PSDB - Marconi Perillo**

Mato Grosso

Minoria-DEM - Gilberto Goellner* (S)
Bloco-PT - Serys Slhessarenko*
Minoria-DEM - Jayme Campos**

Rio Grande do Sul

Bloco-PT - Paulo Paim*
PTB - Sérgio Zambiasi*
Maioria-PMDB - Pedro Simon**

Ceará

PDT - Patrícia Saboya*
Minoria-PSDB - Tasso Jereissati*
Bloco-PC DO B - Inácio Arruda**

Paraíba

Minoria-DEM - Efraim Moraes*
Bloco-PRB - Roberto Cavalcanti* (S)
Minoria-PSDB - Cícero Lucena**

Espírito Santo

Maioria-PMDB - Gerson Camata*
Bloco-PR - Magno Malta*
Bloco-PSB - Renato Casagrande**

Piauí

Minoria-DEM - Heráclito Fortes*
PSC - Mão Santa*
PTB - João Vicente Claudino**

Rio Grande do Norte

Maioria-PMDB - Garibaldi Alves Filho*
Minoria-DEM - José Agripino*
Minoria-DEM - Rosalba Ciarlini**

Santa Catarina

Bloco-PT - Ideli Salvatti*
Maioria-PMDB - Neuto De Conto* (S)
Minoria-DEM - Raimundo Colombo**

Alagoas

Minoria-PSDB - João Tenório* (S)
Maioria-PMDB - Renan Calheiros*
PTB - Fernando Collor**

Sergipe

Maioria-PMDB - Almeida Lima*
Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares*
Minoria-DEM - Maria do Carmo Alves**

Mandatos

*: Período 2003/2011 **: Período 2007/2015

Amazonas

Minoria-PSDB - Arthur Virgílio*
PDT - Jefferson Praia* (S)
Bloco-PR - Alfredo Nascimento**

Paraná

Minoria-PSDB - Flávio Arns*
PDT - Osmar Dias*
Minoria-PSDB - Alvaro Dias**

Acre

Maioria-PMDB - Geraldo Mesquita Júnior*
PV - Marina Silva*
Bloco-PT - Tião Viana**

Mato Grosso do Sul

Bloco-PT - Delcídio Amaral*
Maioria-PMDB - Valtér Pereira* (S)
Minoria-PSDB - Marisa Serrano**

Distrito Federal

Minoria-DEM - Adelmir Santana* (S)
PDT - Cristovam Buarque*
PTB - Gim Argello** (S)

Rondônia

Bloco-PT - Fátima Cleide*
Maioria-PMDB - Valdir Raupp*
PDT - Acir Gurgacz**

Tocantins

Bloco-PR - João Ribeiro*
Maioria-PMDB - Leomar Quintanilha*
Minoria-DEM - Kátia Abreu**

Amapá

Maioria-PMDB - Gilvam Borges*
Minoria-PSDB - Papaléo Paes*
Maioria-PMDB - José Sarney**

Roraima

S/PARTIDO - Augusto Botelho*
Maioria-PMDB - Romero Jucá*
PTB - Mozarildo Cavalcanti**

COMPOSIÇÃO

COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - PEDOFILIA

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 200, de 2008, de autoria do Senador Magno Malta e outros Senhores Senadores, composta de sete titulares e cinco suplentes, nos termos do § 4º do art. 145 do Regimento Interno do Senado Federal, para, no prazo de cento e vinte dias, apurar a utilização da internet na prática de crimes de "pedofilia", bem como a relação desses crimes com o crime organizado.

(Requerimento nº 200, de 2008, lido em 4.3.2008)

Número de membros: 7 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Magno Malta (PR-ES)

VICE-PRESIDENTE: VAGO ⁽⁹⁾

RELATOR: Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)

Leitura: 04/03/2008

Designação: 24/03/2008

Instalação: 25/03/2008

Prazo final: 04/08/2008

Prazo prorrogado: 13/03/2009

Prazo prorrogado: 23/09/2009

Prazo prorrogado: 02/05/2010

Prazo prorrogado: 11/11/2010

Prazo final prorrogado: 22/12/2010

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM-GO)	1. VAGO ^(1,4)
Eduardo Azeredo (PSDB-MG)	2. Papaléo Paes (PSDB-AP) ⁽⁷⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Paulo Paim (PT-RS) ⁽³⁾	1. José Nery (PSOL-PA) ^(2,5,6)
Magno Malta (PR-ES)	
Maioria (PMDB, PP)	
Almeida Lima (PMDB-SE)	1. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) ⁽⁸⁾
VAGO ⁽⁸⁾	
PTB	
VAGO ⁽¹⁰⁾	1. Sérgio Zambiasi (RS)

Notas:

1. Em 01/04/2008, o Senador Virginio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

2. Em 04.06.2008, o Senador Marcelo Crivella é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 063/2008-GLDBAG), em substituição ao Senador Paulo Paim.
 3. Em 04.06.2008, o Senador Paulo Paim é designado titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 063/2008-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.
 4. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
 5. Em 03.03.2009, o Senador José Nery é designado membro suplente em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. SF/GSJN nº 081/2009).
 6. Em 03.03.2009, vago em virtude da cessão da vaga ao Partido Socialismo e Liberdade (Of. nº 020/2009-GLDBAG).
 7. Em 23.04.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Cícero Lucena (Of. nº 73/09-GLPSDB).
 8. Em 10.06.2009, o Senador Geraldo Mesquita deixa a vaga de titular e é designado membro suplente do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 016-A/2009).
 9. Em 26.10.2010, vago em virtude do falecimento do Senador Romeu Tuma.
 10. Vago em virtude do falecimento do Senador Romeu Tuma, ocorrido em 26.10.2010.
- *. Prorrogado até 23.09.2009 através do Requerimento nº 200, de 2009, lido em 16.02.2009.
- **. Prorrogado até 13.03.2009 através do Requerimento nº 818, de 2008, lido em 25.06.2008.
- ***. Prorrogado até 02.05.2010 através do Requerimento nº 1.275, de 2009, lido em 22.09.2009.
- ****. Prorrogado até 11.11.2010 através do Requerimento nº 431, de 2010, lido em 28.04.2010.
- *****. Prorrogado até 22.12.2010 através do Requerimento nº 872, de 2010, lido em 10.11.2010.

2) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - AMAZÔNIA

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 572, de 2009, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti e outros Senhores Senadores, composta por onze titulares e sete suplentes, para investigar, no prazo de cento e oitenta dias, os seguintes fatos a respeito da Amazônia: 1) conflito referente à demarcação da reserva indígena Raposa Serra do Sol e outras; 2) recentes denúncias de falta de assistência à saúde indígena; 3) áreas indígenas nos Estados de Roraima, Amazonas, Pará e Mato Grosso, cujos territórios chegam a 57%, 21%, 20% e 30%, respectivamente, das áreas territoriais desses Estados; 4) problemas envolvendo a soberania nacional nas áreas de fronteira: tráfico internacional, terrorismo, guerrilhas, vigilância das fronteiras etc; 5) falta de condições de sustentabilidade das comunidades indígenas já integradas às comunidades não indígenas; 6) alegado aumento do desmatamento da floresta; 7) recrudescimento da aquisição de terras por parte de estrangeiros; 8) questões fundiárias e ambientais.

(Requerimento nº 572, de 2009, lido em 15.5.2009)

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:
RELATOR:

Leitura: 15/05/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Jayme Campos (DEM-MT) ^(1,4)	1. Adelmir Santana (DEM-DF) ⁽¹⁾
Gilberto Goellner (DEM-MT) ^(1,9)	2. Arthur Virgílio (PSDB-AM) ⁽¹⁾
Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽¹⁾	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Aloizio Mercadante (PT-SP)	1. Marcelo Crivella (PRB-RJ)
João Ribeiro (PR-TO)	2. Flávio Arns (PSDB-PR) ^(5,6)
Renato Casagrande (PSB-ES)	
Maioria (PMDB, PP)	
Renan Calheiros (PMDB-AL)	1. Valter Pereira (PMDB-MS)
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) ⁽³⁾	2. VAGO ⁽⁸⁾
Gilvam Borges (PMDB-AP) ⁽⁷⁾	
PTB	
Mozarildo Cavalcanti (RR) ⁽¹⁾	1. João Vicente Claudino (PI) ⁽¹⁾
PDT	
Cristovam Buarque (DF) ⁽²⁾	

Notas:

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>
Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

1. Indicações das Lideranças.
2. Em 03.06.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado membro titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Osmar Dias (Of. nº 51/09-LPDT).
3. Em 10.06.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Francisco Dornelles (Of. GLPMDB nº 015-A/2009).
4. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
5. O Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (Of/GSFA/0801/2009).
6. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).
7. O Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 22.12.09 (Requerimento nº 1.712/2009, deferido na sessão de 22.12.09).
8. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 30.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa, em 31.03.2010 (Of. s/n, de 31/03/10 - DSF de 08/04/10 p. 12551).
9. O Senador Gilberto Goellner licenciou-se, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 05.05.2010 (Requerimento nº 438/2010, aprovado na sessão de 04.05.2010).

Secretário(a): Will de Moura Wanderley

Telefone(s): 33033514

Fax: 33031176

E-mail: willw@senado.gov.br

3) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - DNIT

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito criada nos termos do Requerimento nº 783, de 2009, de autoria do Senador Mário Couto e outros Senhores Senadores, composta de treze titulares e sete suplentes, para apurar, no prazo de cento e oitenta dias, as causas, condições e responsabilidades supostamente praticadas pelo Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - DNIT.

(Requerimento nº 783, de 2009, lido em 24.06.2009)

Número de membros: 13 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

RELATOR:

Leitura: 24/06/2009

4) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - MEDICAMENTOS

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 1.106, de 2009, de autoria do Senador Romeu Tuma e outros Senhores Senadores, composta por onze titulares e sete suplentes, destinada a apurar, no prazo de cento e oitenta dias, a falsificação de medicamentos e equipamentos médicos em todo o território nacional.

(Requerimento nº 1.106, de 2009, lido em 01.09.2009)

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

RELATOR:

Leitura: 01/09/2009

5) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - INSS

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 1.531, de 2009, de autoria do Senador Mário Couto e outros Senhores Senadores, composta por onze titulares e sete suplentes, destinada a apurar, no prazo de cento e oitenta dias, no período entre 2003 e os dias atuais, problemas na Previdência Social, como: fraudes no INSS; sonegações; desvio de recursos; dívidas para com o INSS e procedimentos adotados; certidões negativas; situação econômico-financeira do INSS.

(Requerimento nº 1.531, de 2009, lido em 18.11.2009)

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

RELATOR:

Leitura: 18/11/2009

COMPOSIÇÃO COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) REFORMA DO REGIMENTO INTERNO - 2008

Finalidade: Apresentar, no prazo de 90 (noventa) dias, Projeto de Resolução para reforma do Regimento Interno do Senado Federal.

(Requerimento nº 208, de 2008, de iniciativa da Mesa do Senado Federal, aprovado em 5.3.2008)
(Aditado pelo Requerimento nº 1.622, de 2008, do Senador Marco Maciel, aprovado em 10.12.2008)

Número de membros: 6

PRESIDENTE: Senador Marco Maciel (DEM-PE) ⁽¹⁾
VICE-PRESIDENTE: Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) ⁽²⁾
RELATOR: Senador Gerson Camata (PMDB-ES)

Leitura: 05/03/2008

Instalação: 06/11/2008

Prazo prorrogado: 30/06/2009

Prazo prorrogado: 31/08/2009

Prazo prorrogado: 22/12/2009

Prazo prorrogado: 17/07/2010

Prazo final prorrogado: 22/12/2010

MEMBROS

Senador Gerson Camata (PMDB)

Senador César Borges (PR)

Senador Papaléo Paes (PSDB)

Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)

Senador Marco Maciel (DEM)

Senador Inácio Arruda (PC DO B)

Notas:

1. Em 6.11.2008, o Senador Marco Maciel foi eleito Presidente da Comissão (Ofício nº 061/08-SSCEPI).

2. Em 6.11.2008, o Senador Antonio Carlos Valadares foi eleito Vice-Presidente da Comissão (Ofício nº 061/08-SSCEPI).

*. Em 11.11.2008 foi aprovada a criação de uma sexta vaga na Comissão (Requerimento nº 1.356/2008).

**. Em 29.04.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 496, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 30.06.2009.

***. Em 30.06.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 794, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 31.08.2009.

****. Em 19.08.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 1.032, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22.12.2009.

*****. Em 1.12.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 1.584, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 17.07.2010.

*****. Em 1º.09.2010, lido e aprovado o Requerimento nº 799, de 2010, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22.12.2010.

Secretário(a): Antonio Oscar Guimarães Lóssio

Telefone(s): 33033511

Fax: 33031176

E-mail: antiofficio@senado.gov.br

2) TRANSPOSIÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO

Finalidade: Acompanhar todos os atos, fatos relevantes, normas e procedimentos referentes às obras do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional (Transposição do Rio São Francisco), bem como o Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

(Requerimento nº 115, de 2008, tendo como primeiro
signatário o Senador Cícero Lucena, aprovado em 02.07.2008)
(Aditado pelo Requerimento nº 1.691, de 2008, aprovado em 18.12.2008)
(Aditado pelo Requerimento nº 1.621, de 2009, aprovado em 9.12.2009).

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)

VICE-PRESIDENTE: VAGO ⁽²⁾

RELATOR: Senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN)

Leitura: 02/07/2008
Designação: 26/08/2008
Instalação: 27/08/2008
Prazo: 22/12/2009
Prazo final prorrogado: 22/12/2010

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Senadora Rosalba Ciarlini (DEM)	1. Senador Efraim Morais (DEM)
Senador Cícero Lucena (PSDB)	2. Senador Tasso Jereissati (PSDB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Senador Inácio Arruda (PC DO B)	1. Senador Eduardo Suplicy (PT)
Maioria (PMDB, PP)	
VAGO ⁽¹⁾	1. Senador Almeida Lima (PMDB)
PTB	
Senador Roberto Cavalcanti (PRB) ^(3,4)	1. Senador João Vicente Claudino

Notas:

1. Vago, em virtude de o Senador José Maranhão ter tomado posse no cargo de Governador de Estado, renunciando ao mandato de Senador.
 2. Vago, em virtude de o PTB ter cedido a vaga de titular do Senador Gim Argello ao Bloco de Apoio ao Governo (OF. Nº 092/2009-GLPTB).
 3. Em 12.03.2009, o PTB cede a vaga de titular do Senador Gim Argello ao Bloco de Apoio ao Governo (OF. Nº 092/2009-GLPTB/SF).
 4. Em 12.03.2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado membro titular em vaga cedida ao Bloco de Apoio ao Governo pelo PTB na Comissão (Of. nº 055/2009-GLDBAG).
- *. Em 09.12.2009, aprovado o Requerimento nº 1.621, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22.12.2010.

Secretário(a): Irani Ribeiro dos Santos

Telefone(s): 33034854

Fax: 33031176

3) IDENTIFICAR DISPOSITIVOS CONSTITUCIONAIS SUJEITOS À REGULAÇÃO

Finalidade: Identificar dispositivos constitucionais cuja regulação seja necessária para o exercício de direitos fundamentais, bem como apresentar proposições legislativas e medidas destinadas a tornar efetivas normas constitucionais.

(Requerimento nº 8, de 2009, do Senador Garibaldi Alves Filho, aprovado em 10.03.2009)

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

Leitura: 10/03/2009

Designação: 02/04/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Senador Demóstenes Torres (DEM)	1. Senador Eliseu Resende (DEM)
Senador Marco Maciel (DEM)	2. Senador Jayme Campos (DEM) ⁽²⁾
Senador Cícero Lucena (PSDB)	3. Senador Flexa Ribeiro (PSDB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)	1. Senador Marcelo Crivella (PRB)
Senador Tião Viana (PT)	2. Senador Magno Malta (PR)
Senadora Serys Slhessarenko (PT)	3. Senadora Marina Silva (PV) ^(1,3)
Maioria (PMDB, PP)	
	1.
	2.
	3.
PTB	
Senador Mozarildo Cavalcanti	1. VAGO ⁽⁴⁾
PDT	
	1.

Notas:

1. A Senadora Marina Silva desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.
2. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
3. A Senadora Marina Silva filiou-se do Partido Verde, conforme comunicação lida na sessão de 01.09.2009.
4. Vago em virtude do falecimento do Senador Romeu Tuma, ocorrido em 26.10.2010.

Secretário(a): Will de Moura Wanderley

Telefone(s): 3303514

Fax: 330311176

E-mail: willw@senado.gov.br

4) ACOMPANHAMENTO DE METAS FIXADAS PELA ONU

Finalidade: Acompanhar as Metas de Desenvolvimento do Milênio fixadas pela Organização das Nações Unidas - ONU, a serem alcançadas pelo governo brasileiro.

(Requerimento nº 231, de 2009, da Senadora Kátia Abreu, aprovado em 05.05.2009)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Augusto Botelho (S/PARTIDO-RR) ^(4,6)

RELATOR: Senadora Kátia Abreu (DEM-TO) ⁽⁴⁾

Instalação: 16/09/2009

Prazo final prorrogado: 22/12/2010

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Senadora Kátia Abreu (DEM)	1. Senadora Rosalba Ciarlini (DEM) ⁽²⁾
Senadora Marisa Serrano (PSDB)	2. Senador Flávio Arns (PSDB) ⁽⁵⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Senador Augusto Botelho (S/PARTIDO) ^(3,7)	1.
Maioria (PMDB, PP)	
Senador Valter Pereira (PMDB) ⁽¹⁾	1.
PTB	
Senador Fernando Collor	1.

Notas:

1. Em 10.06.2009, o Senador Valter Pereira é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 009-A/2009).

2. Em 13.07.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria (DEM) na Comissão (OF. Nº 104/09-GLDEM).

3. Em 15.09.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo (OF. GLDBAG nº 131/2009).

4. Em 16.09.2009, foram eleitos Presidente a Senadora Marisa Serrano e Vice-Presidente o Senador Augusto Botelho. A Senadora Kátia Abreu foi designada relatora (Of. nº 030/09-SSCEPI).

5. Em 21.10.2009, o Senador Flávio Arns é designado membro do PSDB na Comissão (Of. 184/09-GLPSDB).

6. Conforme o OF. 273/10-GSABOT, lido na sessão de 05.08.2010, o Senador Augusto Botelho comunicou sua desfiliação do PT.

7. O Senador Augusto Botelho comunicou sua desfiliação do PT, conforme o OF. 273/10-GSABOT, lido na sessão de 05.08.2010.

*. Em 1.12.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 1.585, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22.12.2010.

Secretário(a): Will de Moura Wanderley

Telefone(s): 33033514

Fax: 33031176

E-mail: willw@senado.gov.br

5) COMEMORAÇÕES DO CINQUENTENÁRIO DE BRASÍLIA

Finalidade: Em parceria com o Governo do Distrito Federal, colaborar com o calendário oficial das comemorações do cinquentenário de Brasília.

(Requerimento nº 247, de 2009, do Senador Geraldo Mesquita Júnior, aprovado em 05.05.2009)

Número de membros: 6

PRESIDENTE: Senador Adelmir Santana (DEM-DF) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) ⁽³⁾

RELATOR: Senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) ⁽³⁾

Instalação: 16/09/2009

MEMBROS

Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)

Senador Adelmir Santana (DEM)

Senador Eduardo Azeredo (PSDB)

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)

Senador Eduardo Suplicy (PT)

Senador Roberto Cavalcanti (PRB)

Maioria (PMDB, PP)

Senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) ^(1,2)

PTB

Senador Gim Argello

Notas:

1. Em 23/06/2009, o Senador Mauro Fecury é designado Titular do Bloco da Maioria, na Comissão (Of. GLPMDB nº 008-A-2009).
2. Em 24.06.2009, o Senador Geraldo Mesquita Junior é designado membro do Bloco da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Mauro Fecury (OF. GLPMDB Nº 019-A-2009).
3. Em 16.09.2009, foram eleitos Presidente o Senador Aldemir Santana e Vice-Presidente o Senador Eduardo Azeredo. O Senador Geraldo Mesquita Júnior foi designado relator (Of. nº 031/09-SSCEPI).

Secretário(a): Will de Moura Wanderley

Telefone(s): 3303514

Fax: 33031176

E-mail: willw@senado.gov.br

6) ENCHENTES NOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO NORTE

Finalidade: Verificar os efeitos das enchentes nos municípios da Região Norte.

(Requerimento nº 449, de 2009, do Senador Arthur Virgílio, aprovado em 20.05.2009)

Número de membros: 7

MEMBROS	
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Senador Arthur Virgílio (PSDB)	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Senador Augusto Botelho (S/PARTIDO) ⁽³⁾	
Senadora Fátima Cleide (PT)	
Maioria (PMDB, PP)	
Senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) ⁽¹⁾	
Senador Valdir Raupp (PMDB) ⁽²⁾	
PTB	
VAGO ⁽⁴⁾	

Notas:

1. Em 10.06.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 012-A/2009).
2. Em 10.06.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 012-A/2009).
3. O Senador Augusto Botelho comunicou sua desfiliação do PT, conforme o OF. 273/10-GSABOT, lido na sessão de 05.08.2010.
4. Vago em virtude do falecimento do Senador Romeu Tuma, ocorrido em 26.10.2010.

7) INUNDAÇÕES NO MARANHÃO, PIAUÍ, CEARÁ, BAHIA E RIO GRANDE DO NORTE

Finalidade: Verificar os efeitos das inundações ocorridas em municípios dos Estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Bahia e Rio Grande do Norte.

(Requerimento nº 592, de 2009, tendo como primeiro
signatário o Senador José Sarney, aprovado em 21.05.2009)

Número de membros: 7

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

RELATOR:

Coordenação:

MEMBROS

Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)

Senadora Rosalba Ciarlini (DEM)

Senador Tasso Jereissati (PSDB)

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)

Senador César Borges (PR)

Senador Inácio Arruda (PC DO B)

Maioria (PMDB, PP)

Senador Mão Santa (PSC) ^(2,3,4)

Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB) ^(1,5)

PTB

Senador João Vicente Claudino

Notas:

1. Em 10.06.2009, o Senador Garibaldi Alves é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 010-A/2009).
2. Em 10.06.2009, o Senador Mão Santa é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 010-A/2009).
3. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.
4. O Senador Mão Santa comunicou sua filiação ao Partido Social Cristão - PSC, conforme o OF. GSMS 098/2009, lido na sessão de 01.10.2009.
5. O Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 15.07.2010 (Requerimentos nºs 708 e 709, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).

*. Incluído o Estado do Rio Grande do Norte, conforme comunicação lida e aprovada na sessão deliberativa ordinária de 21 de maio de 2009.

8) VIII CONFERÊNCIA DAS PARTES DE REVISÃO DO TRATADO SOBRE A NÃO-PROLIFERAÇÃO DE ARMAS NUCLEARES

Finalidade: Representar o Senado Federal na VIII Conferência das Partes de Revisão do Tratado sobre a Não-Proliferação de Armas Nucleares (TNP), que acontece em maio de 2010, na sede das Nações Unidas.

(Requerimento nº 391, de 2010, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, aprovado em 29.04.2010)

Número de membros: 3

MEMBROS

Senador Inácio Arruda (PC DO B) ⁽¹⁾

Notas:

1. Designado o Senador Inácio Arruda em 19.05.2010.

9) ACOMPANHAMENTO DOS RESULTADOS DA AUDITORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

Finalidade: Acompanhar os resultados das apurações da Auditoria Geral do Estado do Pará na Administração do Governo daquele Estado.

(Requerimento nº 550, de 2010, do Senador Mário Couto, aprovado em 22.06.2010)

Número de membros: 5 titulares e 3 suplentes

ACOMPANHAMENTO DA CRISE FINANCEIRA E DA EMPREGABILIDADE

(Ato do Presidente nº 16, de 2009)

(publicado no DSF de 14.02.2009)

Número de membros: 5

PRESIDENTE: Senador Francisco Dornelles (PP-RJ)

Instalação: 03/03/2009

MEMBROS

Senador Pedro Simon (PMDB)

Senador Francisco Dornelles (PP)

Senador Marco Maciel (DEM)

Senador Tasso Jereissati (PSDB)

Senador Aloizio Mercadante (PT)

Secretário(a): Dirceu Vieira Machado Filho

Telefone(s): 3303.4638

E-mail: dirceuv@senado.gov.br

CT - REFORMA DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL - PLS 156/2009 (ART. 374-RISF)

Finalidade: Examinar o Projeto de Lei do Senado nº 156, de 2009, que **reforma o Código de Processo Penal**.

Número de membros: 11

PRESIDENTE: Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Serys Slhessarenko (PT-MT)

RELATOR-GERAL: Senador Renato Casagrande (PSB-ES)

RELATOR-PARCIAL - PROCEDIMENTOS: Senador Tião Viana (PT-AC)

RELATOR-PARCIAL - INQUÉRITO POLICIAL: VAGO ⁽⁸⁾

RELATOR-PARCIAL - MEDIDAS CAUTELARES: Senador Marconi Perillo (PSDB-GO)

RELATOR-PARCIAL - PROVAS: Senador Valter Pereira (PMDB-MS)

RELATOR-PARCIAL - RECURSOS: Senadora Serys Slhessarenko (PT-MT)

Instalação: 20/05/2009

MEMBROS

Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)

Senador Demóstenes Torres (DEM)

Senador Marco Maciel (DEM)

Senador Papaléo Paes (PSDB)

Senador Marconi Perillo (PSDB)

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)

Senador Aloizio Mercadante (PT) ^(3,5)

Senador Renato Casagrande (PSB)

Senadora Serys Slhessarenko (PT)

Maioria (PMDB, PP)

Senador Almeida Lima (PMDB)

Senador Valter Pereira (PMDB)

PTB

VAGO ⁽⁷⁾

PDT

Senadora Patrícia Saboya ^(1,2,4,6)

Notas:

1. A Senadora Patrícia Saboya encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, conforme o Requerimento nº 878, de 2009, aprovado no dia 15/07/2009, na Sessão Deliberativa Extraordinária iniciada em 14/07/2009.
2. Em 04.08.2009, o Senador Flávio Torres é designado membro do PDT na Comissão, em substituição à Senadora Patrícia Saboya (Of. nº 62/09-LPDT).
3. Em 15.09.2009, o Senador Tião Viana deixa de compor a Comissão (OF nº 127/2009-GLDBAG).
4. Vago em virtude de o Senador Flávio Torres não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Patrícia Saboya, em 16.11.09.
5. Em 2.12.2009, o Senador Aloizio Mercadante é designado membro do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 162/2009-GLDBAG).
6. Em 08.12.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada membro do PDT na Comissão (Of. nº 87/09-LPDT).
7. Vago em virtude do falecimento do Senador Romeu Tuma, ocorrido em 26.10.2010.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

8. Em 26.10.2010, vago em virtude do falecimento do Senador Romeu Tuma.

**NOVO CALENDÁRIO DE TRAMITAÇÃO DO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 156, DE 2009,
QUE REFORMA O CÓDIGO DE PROCESSO PENAL**

PRAZOS¹

RELATÓRIOS PARCIAIS: 19.06.2009 a 16.07.2009 (art. 374, IV)

RELATÓRIO DO RELATOR-GERAL: 17.07.2009 a 27.08.2009 (art. 374, V)²

PARECER PRORROGADO: 28.08.2009 a 25.09.2009 (art. 374, VI)²

PARECER FINAL PRORROGADO: 18.12.2009³

REDAÇÃO FINAL: (art. 318, III, combinado com o art. 374, XIII)

¹ Prazos duplicados pela aprovação do Requerimento nº 777, de 2009, em 24.06.2009.

² Prazos quadruplicados pela aprovação do Requerimento nº 1.020, de 2009, em 13.08.2009.

³ Prazo prorrogado pela aprovação do Ofício s/nº/2009-CPP, em 30.09.2009.

Secretário(a): Antonio Oscar Guimarães Lossio

Telefone(s): 33033511

Fax: 33031176

E-mail: antiofficio@senado.gov.br

CT - REFORMA DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL - PLS 166/2010 (ART. 374-RISF)

Finalidade: Examinar o Projeto de Lei do Senado nº 166, de 2010, que reforma o Código de Processo Civil.

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE: Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)

VICE-PRESIDENTE: Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE)

RELATOR-GERAL: Senador Valter Pereira (PMDB-MS)

RELATOR-PARCIAL - PROCESSO ELETRÔNICO: Senador Antonio Carlos Júnior (DEM-BA)

RELATOR-PARCIAL - PARTE GERAL: VAGO ⁽⁴⁾

RELATOR-PARCIAL - PROCESSO DE CONHECIMENTO: Senador Marconi Perillo (PSDB-GO)

RELATOR-PARCIAL - PROCEDIMENTOS ESPECIAIS: Senador Almeida Lima (PMDB-SE)

RELATOR PARCIAL - CUMPR. SENTENÇAS E EXECUÇÃO: Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE)

RELATOR-PARCIAL - RECURSOS: Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)

Designação: 09/07/2010

Instalação: 04/08/2010

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Senador Demóstenes Torres (DEM)	1. Senador Marco Maciel (DEM)
Senador Antonio Carlos Júnior (DEM)	2. Senador Adelmir Santana (DEM)
Senador Marconi Perillo (PSDB)	3. Senador Cícero Lucena (PSDB)
Senador Papaléo Paes (PSDB)	4. Senador Alvaro Dias (PSDB)
Maioria (PMDB, PP)	
Senador Regis Fichtner (PMDB) ⁽²⁾	1. Senador Romero Jucá (PMDB)
Senador Almeida Lima (PMDB)	2. Senador Valdir Raupp (PMDB)
Senador Valter Pereira (PMDB)	3. Senador Francisco Dornelles (PP)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB) ⁽¹⁾	1. Senador Inácio Arruda (PC DO B) ⁽¹⁾
Senador Eduardo Suplicy (PT) ⁽¹⁾	2. Senador Augusto Botelho (S/PARTIDO) ^(1,3)
PTB	
VAGO ⁽⁵⁾	1. Senador Gim Argello
PDT	
Senador Acir Gurgacz	1.

Notas:

1. Designados membros do Bloco de Apoio ao Governo os Senadores Antonio Carlos Valadares e Eduardo Suplicy, titulares, e Inácio Arruda e Augusto Botelho, suplentes, conforme ofício lido na sessão deliberativa de 03.08.2010.

2. Em 4.8.2010, o Senador Regis Fichtner é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. nº 102/2010-GLPMDB), em substituição ao Senador Renan Calheiros.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

3. O Senador Augusto Botelho comunicou sua desfiliação do PT, conforme o OF. 273/10-GSABOT, lido na sessão de 05.08.2010.
4. Em 26.10.2010, vago em virtude do falecimento do Senador Romeu Tuma.
5. Vago em virtude do falecimento do Senador Romeu Tuma, ocorrido em 26.10.2010.
- *. Instalada a Comissão, eleitos o Presidente e o Vice-Presidente e designados o Relator-Geral e os Relatores-Parciais, conforme o Of. nº 001/2010-CRCPC, lido na sessão deliberativa ordinária de 04.08.2010.

**CALENDÁRIO ORIGINAL DE TRAMITAÇÃO DO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 166, DE 2010,
QUE REFORMA O CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL**

PRAZOS

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS: 02 a 27.08.2010 (art. 374, III)
RELATÓRIOS PARCIAIS: 30.08 a 26.10.2010 (art. 374, IV)¹
RELATÓRIO DO RELATOR-GERAL: 27.10 a 25.11.2010 (art. 374, V)¹
PARECER FINAL: 26.11 a 22.12.2010 (art. 374, VI)¹

¹ Prazos quadruplicados pela aprovação do Requerimento nº 747, de 2010, em 04.08.2010.

Secretário(a): ANTONIO OSCAR GUIMARÃES LÓSSIO

Telefone(s): 33033511

E-mail: sscepi@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO

COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) ⁽¹¹⁰⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Delcídio Amaral (PT-MS)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽⁶⁾	
Eduardo Suplicy (PT) ⁽³⁴⁾	1. Antonio Carlos Valadares (PSB) ⁽³³⁾
Delcídio Amaral (PT) ⁽²⁸⁾	2. Renato Casagrande (PSB) ⁽³⁰⁾
Aloizio Mercadante (PT) ⁽³⁸⁾	3. Paulo Paim (PT) ^(11,41,94,105)
Roberto Cavalcanti (PRB) ^(37,93,104)	4. Ideli Salvatti (PT) ^(36,107,114,121,122)
Marcelo Crivella (PRB) ⁽³⁵⁾	5. VAGO ^(29,72)
Inácio Arruda (PC DO B) ⁽⁴⁰⁾	6. VAGO ^(4,39,81,82,83,84,87,95)
César Borges (PR) ⁽³¹⁾	7. João Ribeiro (PR) ⁽³²⁾
Maioria (PMDB, PP)	
Francisco Dornelles (PP) ^(66,68)	1. Romero Jucá (PMDB) ^(55,61)
Garibaldi Alves Filho (PMDB) ^(56,59,111)	2. Gilvam Borges (PMDB) ^(64,67,88,92,100,101)
Gerson Camata (PMDB) ^(54,70)	3. Hélio Costa (PMDB) ^(3,60,97,98)
Valdir Raupp (PMDB) ⁽⁶³⁾	4. VAGO ^(2,60,80,85,86,91)
Neuto De Conto (PMDB) ^(8,15,53,69,117,119)	5. Edison Lobão (PMDB) ^(9,65,71,96,99)
Pedro Simon (PMDB) ^(57,62)	6. Regis Fichtner (PMDB) ^(1,60,109,116)
Renan Calheiros (PMDB) ^(58,78)	7. Almeida Lima (PMDB) ^(58,77)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Eliseu Resende (DEM) ⁽⁴⁴⁾	1. Gilberto Goellner (DEM) ^(43,102,103,118,120)
Antonio Carlos Júnior (DEM) ^(17,43)	2. Demóstenes Torres (DEM) ^(18,50)
Efraim Morais (DEM) ⁽⁴⁹⁾	3. Heráclito Fortes (DEM) ⁽⁴⁶⁾
Raimundo Colombo (DEM) ^(52,106,108,113,123,126)	4. Rosalba Ciarlini (DEM) ⁽⁴³⁾
Adelmir Santana (DEM) ^(14,16,47)	5. Kátia Abreu (DEM) ⁽⁴⁸⁾
Jayme Campos (DEM) ^(13,51,76,79,89,90)	6. José Agripino (DEM) ^(5,45,112,115,124,125)
Cícero Lucena (PSDB) ⁽²⁴⁾	7. Alvaro Dias (PSDB) ⁽²³⁾
João Tenório (PSDB) ⁽²⁷⁾	8. Sérgio Guerra (PSDB) ^(19,25,74)
Arthur Virgílio (PSDB) ^(24,73)	9. Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽²⁶⁾
Tasso Jereissati (PSDB) ⁽²⁴⁾	10. Eduardo Azeredo (PSDB) ^(22,75)
PTB ⁽⁷⁾	
João Vicente Claudino ⁽⁴²⁾	1. Sérgio Zambiasi ^(12,42)
Gim Argello ⁽⁴²⁾	2. Fernando Collor ⁽⁴²⁾

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>
 Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

PDT

Osmar Dias (21)

1. Jefferson Praia (10,20)

Notas:

1. Em 04/03/2009, o Senador Paulo Duque teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
2. Em 04/03/2009, o Senador Leomar Quintanilha teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
3. Em 04/03/2009, o Senador Wellington Salgado teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
4. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
5. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)
6. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
7. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
8. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 114/08-GLPMDB).
9. Em 07/05/2008, o Senador Lobão Filho é designado Suplente do PMDB na Comissão em virtude de o Senador Edison Lobão encontrar-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia. (Of. 142/2008 - GLPMDB).
10. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado suplente do PDT na Comissão (Of. nº 07/08-LPDT).
11. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 66/2008-GLDBAG).
12. Em 23.06.2008, o Senador Sérgio Zambiasi é designado membro suplente do PTB na Comissão (Of. nº 18/2008/GLPTB), em vaga anteriormente pertencente ao Bloco de Apoio ao Governo. O Senador Paulo Paim deixou de compor a Comissão, como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 069/2008-GLDBAG).
13. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
14. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
15. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 362/2008).
16. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
17. Em 25/11/2008, o Senador Antonio Carlos Júnior é designado titular do DEM, na Comissão, em substituição ao Senador Heráclito Fortes, que assume a suplência (Of. 119/08-GLDEM).
18. Em 25/11/2008, o Senador Heráclito Fortes é designado suplente do DEM, na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Júnior, que assume a titularidade (Of. 119/08-GLDEM).
19. Em 26/11/2008, o Senador Eduardo Azeredo é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. 136/08-GLPSDB).
20. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 02/09-GLPDT).
21. Em 11.02.2009, o Senador Osmar Dias teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 02/09-GLPDT).
22. Em 12.02.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 023/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
23. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 023/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Arthur Virgílio.
24. Em 12.02.2009, os Senadores Cícero Lucena, Sérgio Guerra e Tasso Jereissati tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 023/09-GLPSDB).
25. Em 12.02.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 023/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo.
26. Em 12.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 023/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
27. Em 12.02.2009, o Senador João Tenório é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 023/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
28. Em 16.02.2009, o Senador Delcídio Amaral é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Francisco Dornelles.
29. Em 16.02.2009, o Senador Flávio Arns é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
30. Em 16.02.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Ideli Salvatti.
31. Em 16.02.2009, o Senador César Borges é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Serys Slhessarenko.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

32. Em 16.02.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.
33. Em 16.02.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Flávio Arns.
34. Em 16.02.2009, o Senador Eduardo Suplicy teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
35. Em 16.02.2009, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Renato Casagrande.
36. Em 16.02.2009, a Senadora Ideli Salvatti é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.
37. Em 16.02.2009, o Senador Tião Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Aloízio Mercadante.
38. Em 16.02.2009, o Senador Aloízio Mercadante é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Delcídio Amaral.
39. Em 16.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Patrícia Saboya.
40. Em 16.02.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
41. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Marina Silva.
42. Em 17.02.2009, os Senadores João Vicente Claudino e Gim Argelo tiveram suas indicações como titulares, e o Senador Sérgio Zambiasi, como suplente, ratificadas pela Liderança do PTB. O Senador Fernando Collor foi designado como membro suplente (Of. nº 025/09-GLPTB).
43. Em 17.02.2009, o Senador Antonio Carlos Júnior, como titular, e os Senadores Gilberto Goellner e Rosalba Ciarlini, como suplentes, tiveram as suas indicações na Comissão ratificadas pela Liderança do DEM (Of. nº 012/09-GLDEM).
44. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
45. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
46. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.
47. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
48. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
49. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Morais é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Eliseu Resende.
50. Em 17.02.2009, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
51. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Raimundo Colombo.
52. Em 17.02.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Jayme Campos.
53. Em 04/03/2009, o Senador Neuto de Conto teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
54. Em 02.03.2009, o Senador Lobão Filho é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (OF. GLPMDB nº 022/2009).
55. Em 02.03.2009, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 022/2009).
56. Em 04/03/2009, o Senador Garibaldi Alves Filho teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
57. Em 04/03/2009, o Senador Pedro Simon teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
58. Em 02.03.2009, vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 022/2009).
59. Em 02.03.2009, o Senador Garibaldi Alves é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 022/2009).
60. Em 02.03.2009, os Senadores Wellington Salgado, Leomar Quintanilha e Paulo Duque tiveram suas indicações como suplentes da Comissão ratificadas pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 022/2009).
61. Em 04/03/2009, o Senador Romero Jucá teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).

62. Em 02.03.2009, o Senador Francisco Pedro Simon é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Neuto De Conto (OF. GLPMDB nº 022/2009).
63. Em 04/03/2009, o Senador Valdir Raupp teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
64. Em 02.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição à Senadora Roseana Sarney (OF. GLPMDB nº 022/2009).
65. Em 02.03.2009, o Senador Gerson Camata é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Lobão Filho (OF. GLPMDB nº 022/2009).
66. Em 04/03/2009, o Senador Francisco Dornelles teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
67. Em 04/03/2009, o Senador Gilvam Borges teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
68. Em 02.03.2009, o Senador Francisco Dornelles é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (OF. GLPMDB nº 022/2009).
69. Em 02.03.2009, o Senador Neuto De Conto é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 022/2009).
70. Em 04/03/2009, o Senador Gerson Camata é designado Titular do PMDB na Comissão (Of. 47/2009 - GLPMDB).
71. Em 04/03/2009, o Senador Lobão Filho é designado Suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gerson Camata (Of. 47/2009 - GLPMDB).
72. Em 05/03/2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado Suplente do PTB na Comissão, em substituição ao Senador Flávio Arns (Of. 42/2009 - GLDBAG).
73. Em 10/03/2009, o Senador Arthur Virgílio é designado Titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Guerra, que passa à suplência (Of. 55/09-GLPSDB).
74. Em 10/03/2009, o Senador Sérgio Guerra é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Arthur Virgílio, que passa à titularidade (Of. 55/09-GLPSDB).
75. Em 15/04/2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Papaléo Paes (Of. 72/09-GLPSDB).
76. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
77. Em 03.09.2009, o Senador Almeida Lima é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB Nº 143/2009).
78. Em 03.09.2009, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB Nº 143/2009).
79. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro titular na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
80. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
81. O Senador Expedito Júnior desfilou-se do Partido da República, conforme ofício lido na sessão de 23.09.2009 (Of. nº 221/2009-GSEJUN).
82. O Senador Expedito Júnior filiou-se ao PSDB, conforme ofício lido na sessão de 29.09.2009 (Of. nº 225/2009-GSEJUN).
83. Em 29.09.2009, o Senador Sadi Cassol é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Expedito Júnior (Of. 138/2009-GLDBAG).
84. Vago em virtude de o Senador Sadi Cassol não exercer mais o mandato devido o retorno do titular, Senador Leomar Quintanilha (lida comunicação na sessão de 17.11.09).
85. Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato, conforme o OF. GSLQUI Nº 305/009, lido na sessão de 17.11.09.
86. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
87. Em 2.12.2009, o Senador Sadi Cassol é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 160/2009-GLDBAG).
88. O Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 22.12.09 (Requerimento nº 1.712/2009, deferido na sessão de 22.12.09).
89. Vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos, em 03.01.2010.
90. Em 03.02.2010, o Senador Jayme Campos foi designado membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (OF. nº 4/2010-GLDEM).
91. Vago em virtude do Senador Leomar Quintanilha ter se afastado do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
92. Em 04.02.2010, o Senador Geovani Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 205/2010).
93. Em 29/03/2010, o Senador Tião Viana deixou de integrar a Comissão (Of. 12/2010-GLDBAG).
94. O Senador João Pedro deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Alfredo Nascimento, em 01.04.2010 (OF. GSALFN nº 1/2010, de 1/04/2010 - DSF de 07/04/10 p. 12098).
95. O Senador Sadi Cassol deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Leomar Quintanilha, em 01.04.2010 (DSF de 06/04/10 p. 11774).
96. O Senador Lobão Filho deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Edison Lobão, em 01.04.2010 (DSF de 06/04/10 p. 11774).
97. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 30.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa, em 31.03.2010 (Of. s/n, de 31/03/10 - DSF de 08/04/10 p. 12551).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

98. Em 06.04.2010, o Senador Hélio Costa é designado membro suplente do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 51/2010).
99. Em 06.04.2010, o Senador Edison Lobão é designado membro suplente do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 47/2010).
100. Vago em virtude de o Senador Geovani Borges não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Gilvam Borges, em 22.04.2010 (Of. nº 1/2010-GSGB).
101. Em 28.04.2010, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 60/2010).
102. O Senador Gilberto Goellner licenciou-se, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 05.05.2010 (Requerimento nº 438/2010, aprovado na sessão de 04.05.2010).
103. Em 13.05.2010, o Senador Jorge Yanai é designado membro suplente do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Gilberto Goellner (Of. GLDEM nº 33/2010).
104. Em 1º.06.2010, o Senador Roberto Cavalcanti deixa de compor a Comissão como membro suplente e é designado como membro titular em vaga destinada ao Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 34/2010-GLDBAG).
105. Em 1º.06.2010, o Senador Paulo Paim é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 35/2010-GLDBAG).
106. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 08.07.2010 (Requerimentos nºs 702 e 703, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).
107. A Senadora Ideli Salvatti licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 08.07.2010 (Requerimentos nºs 704 e 705, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).
108. Em 15.07.2010, o DEM cede a vaga de titular ocupada pelo Senador Raimundo Colombo ao PSDB (Of. Nº 051/10-GLDEM).
109. Vago em virtude de o Senador Paulo Duque ter deixado o exercício do mandato, devido ao retorno do titular, Senador Regis Fichtner (comunicação lida na sessão não deliberativa de 14 de julho de 2010).
110. Senador Garibaldi Alves encontra-se licenciado nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 15.07.2010 (Requerimentos nºs 708 e 709, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).
111. O Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 15.07.2010 (Requerimentos nºs 708 e 709, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).
112. O Senador José Agripino licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 15.07.2010 (Requerimentos nºs 706 e 707, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).
113. Em 15.07.2010, a Senadora Níura Demarchi é designada membro titular na Comissão em vaga cedida ao PSDB pelo DEM (Of. 55/10-GLPSDB).
114. Em 15.07.2010, o Senador Belini Meurer é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Ideli Salvatti (Of. 049/2010-GLDBAG).
115. Em 3.8.2010, o Senador José Bezerra é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 055/2010-GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.
116. Em 03.08.2010, o Senador Regis Fichtner é designado membro suplente do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 110/2010).
117. O Senador Neuto De Conto afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 5 de agosto de 2010.
118. Vago em virtude de o Senador Jorge Yanai ter deixado o exercício, devido ao retorno do titular, Senador Gilberto Goellner, em 05/09/2010.
119. O Senador Neuto de Conto reassumiu o exercício do mandato em 1º.10.2010 (Of. INT. GSNC nº 40/2010, lido na sessão de 05.10.2010).
120. Em 05.10.2010, o Senador Gilberto Goellner é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 061/10-GLDEM).
121. Vago, em virtude do pronunciamento do Senador Belini Meurer na sessão do Senado de 06.10.2010.
122. Em 22.10.2010, a Senadora Ideli Salvatti é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 070/10-GLDBAG).
123. Vago em virtude de a Senadora Níura Demarchi ter deixado o exercício devido ao retorno do titular, Senador Raimundo Colombo, em 11.11.2010.
124. Vago em virtude de o Senador José Bezerra ter deixado o exercício devido ao retorno do titular, Senador José Agripino, em 13.11.2010.
125. Em 16.11.2010, o Senador José Agripino é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 069/10-GLDEM).
126. Em 16.11.2010, o Senador Raimundo Colombo é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 067/10-GLDEM).

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 10:00HS - Plenário nº 19 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3303-4605 e 33113516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2005)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽³⁾	
Antonio Carlos Valadares (PSB)	1. Delcídio Amaral (PT)
VAGO ⁽⁶⁾	2. VAGO ⁽⁹⁾
VAGO ^(10,12,14)	3. João Vicente Claudino (PTB)
Maioria (PMDB, PP)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. VAGO ^(11,13)
VAGO ⁽⁴⁾	2. Renato Casagrande (PSB) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Rosalba Ciarlini (DEM)	1. VAGO ⁽⁵⁾
Raimundo Colombo (DEM) ^(7,15)	
Sérgio Guerra (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
	3. VAGO ⁽⁸⁾
PMDB PDT PSDB	
Cícero Lucena (PSDB)	1.

Notas:

1. Vaga compartilhada entre PMDB, PSDB e PDT.
2. Vaga do PMDB cedida ao PSB
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
5. Em virtude do falecimento do Senador Jonas Pinheiro.
6. Vago em virtude de o Senador Sibá Machado não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Marina Silva.
7. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
8. Vago em virtude de o Senador Eduardo Azeredo ter sido substituído pelo Senadora Lúcia Vânia na Comissão de Assuntos Econômicos (Ofício nº 129/08-GLPSDB).
9. Vago em 17.02.09 em virtude de a Senadora não pertencer mais à Comissão.
10. O Senador Expedito Júnior desfilou-se do Partido da República, conforme ofício lido na sessão de 23.09.2009 (Of. nº 221/2009-GSEJUN).
11. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.
12. O Senador Expedito Júnior filiou-se ao PSDB, conforme ofício lido na sessão de 29.09.2009 (Of. nº 225/2009-GSEJUN).
13. Vago em virtude de o Senador Mão Santa não pertencer mais à Comissão.
14. Senador Expedito Júnior deixou o exercício do mandato em 5.11.2009.
15. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 08.07.2010 (Requerimentos nºs 702 e 703, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN)

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽⁵⁾	
VAGO (3,18,29,71,82)	1. Antonio Carlos Valadares (PSB) (33,78,104)
Augusto Botelho (S/PARTIDO) (27,117)	2. César Borges (PR) (28)
Paulo Paim (PT) (26)	3. Eduardo Suplicy (PT) (35)
Marcelo Crivella (PRB) (30)	4. Inácio Arruda (PC DO B) (1,2,13)
Fátima Cleide (PT) (34,75,77,78)	5. Ideli Salvatti (PT) (31,32,107,113,120,121)
Roberto Cavalcanti (PRB) (36,58,61)	6. VAGO (36)
Renato Casagrande (PSB) (36,60,65)	7. José Nery (PSOL) (36,63,64)
Maioria (PMDB, PP)	
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) (57,68,73)	1. Valter Pereira (PMDB) (51,94,102)
Gilvam Borges (PMDB) (9,52,88,91,95,96)	2. Romero Jucá (PMDB) (53)
Regis Fichtner (PMDB) (6,56,109,116)	3. Valdir Raupp (PMDB) (54)
VAGO (48,80,101,118,119)	4. Garibaldi Alves Filho (PMDB) (49,74,80,110)
Mão Santa (PSC) (50,76,79)	5. Gerson Camata (PMDB) (55,93,103)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Adelmir Santana (DEM) (42)	1. Heráclito Fortes (DEM) (44)
Rosalba Ciarlini (DEM) (39)	2. Jayme Campos (DEM) (43,70,72,89,90)
Efraim Moraes (DEM) (12,15,41)	3. Maria do Carmo Alves (DEM) (10,45)
Raimundo Colombo (DEM) (46,108,112,114,123,125)	4. José Agripino (DEM) (4,40,111,115,124,126)
Flávio Arns (PSDB) (23,37,83)	5. Sérgio Guerra (PSDB) (24,67,85,92,97)
Eduardo Azeredo (PSDB) (20,66,100,105,106,122)	6. Marisa Serrano (PSDB) (25,81,86,87)
Papaléo Paes (PSDB) (22,98,99)	7. Lúcia Vânia (PSDB) (21,38,84)
PTB ⁽⁸⁾	
Mozarildo Cavalcanti (7,11,59)	1. Gim Argello (14,16,62)
PDT	
João Durval (17,47)	1. Cristovam Buarque (19,69)

Notas:

1. O Senador Fernando Collor encontra-se licenciado, nos termos do Requerimento nº 968, de 2007, aprovado em 27/08/2007.
2. Em 04/09/2007, o Senador Euclides Mello é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Fernando Collor (Of. 141/2007-GLDBAG).
3. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
4. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)
5. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
6. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
7. Em 23/04/2008, o Senador Gim Argello deixa de integrar a Comissão (Of. 73/2008-GLPTB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

8. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
9. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
10. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
11. Em 02/07/2008, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado Titular do PTB, na Comissão, em vaga antes ocupada pelo Senador Gim Argello (Of. 111/2008-GLPTB).
12. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
13. Vago, em virtude do afastamento do Senador Euclides Mello, devido ao retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato, em 28.12.2007.
14. Em 07.10.2008, a Senadora Ada Mello é designada membro suplente do PTB na Comissão (Of. nº 145/2008/GLPTB).
15. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
16. Vago em virtude do retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato, em 11.01.2009 (Of. nº 001/2009 - Gab. Sen. Fernando Collor).
17. Em 11.02.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada membro titular do PDT na Comissão (Of. nº 03/2009-GLPDT), em substituição ao Senador João Durval.
18. Vago em virtude de a Senadora Patrícia Saboya ter sido indicada na Comissão pelo PDT, em 11.02.2009, como membro titular.
19. Em 11.02.2009, o Senador João Durval é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 03/2009-GLPDT), em substituição ao Senador Cristovam Buarque.
20. Em 12.02.2009, a Senadora Marisa Serrano é designada membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 022/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
21. Em 12.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 022/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.
22. Em 12.02.2009, o Senador Papaléo Paes teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PSDB (Of. nº 022/09-GLPSDB).
23. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 022/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo.
24. Em 12.02.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 022/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
25. Em 12.02.2009, o Senador João Tenório é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 022/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.
26. Em 16.02.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
27. Em 16.02.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Flávio Arns.
28. Em 16.02.2009, o Senador César Borges é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Serys Slhessarenko.
29. Em 16.02.2009, o Senador Flávio Arns é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG).
30. Em 16.02.2009, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Paulo Paim.
31. Em 16.02.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG).
32. Em 16.02.2009, a Senadora Ideli Salvatti é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.
33. Em 16.02.2009, a Senadora Fátima Cleide teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
34. Em 16.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.
35. Em 16.02.2009, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
36. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 - GLDBAG).
37. Em 17.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 41/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Alvaro Dias.
38. Em 17.02.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 39/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
39. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Jayme Campos.
40. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
41. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Morais é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
42. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

43. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
44. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
45. Em 17.02.2009, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Raimundo Colombo.
46. Em 17.02.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini.
47. Em 19.02.2009, o Senador João Durval é designado Titular do PDT na Comissão, em substituição à Senadora Patrícia Saboya (Of. 14/09 - GLPDT).
48. Em 02.03.2009, o Senador Garibaldi Alves é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. GLPMDB nº 34/2009).
49. Em 02.03.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Neuto De Conto (Of. GLPMDB nº 34/2009).
50. Em 02.03.2009, o Senador Mão Santa é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado (Of. GLPMDB nº 34/2009).
51. Em 02.03.2009, o Senador Lobão Filho é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (Of. GLPMDB nº 34/2009).
52. Em 02.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 34/2009).
53. Em 02.03.2009, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (Of. GLPMDB nº 34/2009).
54. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (Of. GLPMDB nº 34/2009).
55. Em 02.03.2009, o Senador Wellington Salgado é designado membro suplente do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 34/2009).
56. Em 02.03.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 34/2009).
57. Em 02.03.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (Of. GLPMDB nº 34/2009).
58. Em 04.03.2009, o Senador Tião Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 029/2009-GLDBAG).
59. Em 04.03.2009, o Senador Mozarildo Cavalcanti teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PTB (Of. nº 068/2009-GLPTB).
60. Em 04.03.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 029/2009-GLDBAG).
61. Em 05/03/2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado Titular do PTB na Comissão, em substituição ao Senador Tião Viana (Of. 40/2009 - GLDBAG).
62. Em 05/03/2009, o Senador Gim Argello é designado Suplente do PTB na Comissão (Of. 85/2009 - GLPTB).
63. Em 10.03.2009, o Senador José Nery é designado membro suplente em vaga cedida ao PSOL pelo Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. GSNJ nº 135/2009).
64. Em 10.03.2009, o Bloco de Apoio ao Governo cede a vaga de suplente ao Partido Socialismo e Liberdade - PSOL (Of. nº 047/2009-GLDBAG).
65. Em 04.03.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marina Silva (Of. nº 051/2009-GLDBAG).
66. Em 24.03.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado membro titular do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Marisa Serrano (Of. nº 062/09-GLPSDB).
67. Em 24.03.2009, a Senadora Marisa Serrano é designada membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Azeredo (Of. nº 062/09-GLPSDB).
68. Em 25.03.2009, vago em virtude da solicitação contida no Of. GLPMDB nº 083/2009.
69. Em 21.05.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. 48/09 - LPDT).
70. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
71. O Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (Of/GSFA/0801/2009).
72. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro suplente na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
73. Em 14.09.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do PMDB na Comissão. (Of. GLPMDB nº 155/2009).
74. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
75. O Senador Expedito Júnior desfilou-se do Partido da República, conforme ofício lido na sessão de 23.09.2009 (Of. nº 221/2009-GSEJUN).
76. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.
77. O Senador Expedito Júnior filiou-se ao PSDB, conforme ofício lido na sessão de 29.09.2009 (Of. nº 225/2009-GSEJUN).
78. Em 29.09.2009, a Senadora Fátima Cleide deixa de compor a Comissão como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo e é designada membro titular, em substituição ao Senador Expedito Júnior (Of. 137/2009-GLDBAG).
79. O Senador Mão Santa comunicou sua filiação ao Partido Social Cristão - PSC, conforme o Of. GSMS 098/2009, lido na sessão de 01.10.2009.

80. Em 01.10.2009, o Senador Garibaldi Alves Filho deixa vaga de membro titular na Comissão e passa à suplência, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 162/2009).
81. Em 08.10.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 165/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
82. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).
83. Em 09.10.2009, o Senador Flávio Arns assume a vaga de titular do Bloco Parlamentar da Minoria, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. nº 164/09-GLPSDB).
84. Em 09.10.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 164/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.
85. Em 15.10.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Marisa Serrano (Of. 170/09-GLPSDB).
86. Senador Expedito Júnior deixou o exercício do mandato em 5.11.2009.
87. Em 18.11.2009, a Senadora Marisa Serrano é designada membro suplente do PSDB na Comissão (Of. 195/09-GLPSDB).
88. O Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 22.12.09 (Requerimento nº 1.712/2009, deferido na sessão de 22.12.09).
89. Vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos, em 03.01.2010.
90. Em 03.02.2010, o Senador Jayme Campos foi designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (Of. nº 4/2010-GLDEM).
91. Em 04.02.2010, o Senador Geovani Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 205/2010).
92. Em 26.03.2010, o Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Guerra (Of. nº 17/10-GLPSDB).
93. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 30.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa, em 31.03.2010 (Of. s/n, de 31/03/10 - DSF de 08/04/10 p. 12551).
94. O Senador Lobão Filho deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Edison Lobão, em 01.04.2010 (DSF de 06/04/10 p. 11774).
95. Vago em virtude de o Senador Geovani Borges não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Gilvam Borges, em 22.04.2010 (Of. nº 1/2010-GSGB).
96. Em 28.04.2010, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 60/2010).
97. Em 06.05.2010, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Cícero Lucena (Of. nº 033/10-GLPSDB).
98. Em 11.05.2010, o Senador Alvaro Dias é designado membro titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Papaléo Paes (Of. nº 36/10-GLPSDB).
99. Em 19.05.2010, o Senador Papaléo Paes é designado membro titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Alvaro Dias (Of. nº 38/10-GLPSDB).
100. Em 25.05.2010, o Senador Alvaro Dias é designado membro titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Azeredo (Of. nº 39/10-GLPSDB).
101. Em 26.05.2010, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 76/2010).
102. Em 26.05.2010, o Senador Valter Pereira é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 77/2010).
103. Em 26.05.2010, o Senador Gerson Camata é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 78/2010).
104. Em 01.06.2010, o Senador Antônio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 033/2010-GLDBAG).
105. Em 16.06.2010, o Senador Eduardo Azeredo é designado membro titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Alvaro Dias (Of. nº 40/10-GLPSDB).
106. Em 01.07.2010, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Azeredo (Of. nº 48/10-GLPSDB).
107. A Senadora Ideli Salvatti licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 08.07.2010 (Requerimentos nºs 704 e 705, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).
108. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 08.07.2010 (Requerimentos nºs 702 e 703, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).
109. Vago em virtude de o Senador Paulo Duque ter deixado o exercício do mandato, devido ao retorno do titular, Senador Regis Fichtner (comunicação lida na sessão não deliberativa de 14 de julho de 2010).
110. O Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 15.07.2010 (Requerimentos nºs 708 e 709, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).
111. O Senador José Agripino licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 15.07.2010 (Requerimentos nºs 706 e 707, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).
112. Em 15.07.2010, o DEM cede a vaga de titular ocupada pelo Senador Raimundo Colombo ao PSDB (OF. Nº 051/10-GLDEM).
113. Em 15.07.2010, o Senador Belini Meurer é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Ideli Salvatti (Of. 048/2010-GLDBAG).
114. Em 15.07.2010, a Senadora Níura Demarchi é designada membro titular na Comissão em vaga cedida ao PSDB pelo DEM (Of. 53/10-GLPSDB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

115. Em 3.8.2010, o Senador José Bezerra é designado membro suplente do DEM na Comissão (OF. GLDEM nº 055/2010), em substituição ao Senador José Agripino.
116. Em 03.08.2010, o Senador Regis Fichtner é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 103/2010).
117. O Senador Augusto Botelho comunicou sua desfiliação do PT, conforme o OF. 273/10-GSABOT, lido na sessão de 05.08.2010.
118. Em 18.08.2010, a Senadora Selma Elias é designada membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 125/2010).
119. Vago em virtude de a Senadora Selma Elias ter deixado o exercício do mandato, devido ao retorno do titular, Senador Neuto de Conto, a partir de 1º.10.2010 (OF. INT. GSNC nº 40/2010, lido na sessão de 05.10.2010).
120. Vago, em virtude do pronunciamento do Senador Belini Meurer na sessão do Senado de 06.10.2010.
121. Em 22.10.2010, a Senadora Ideli Salvatti é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 069/10-GLDBAG).
122. Em 22.10.2010, o Senador Eduardo Azeredo é designado membro titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Of. nº 072/10-GLPSDB).
123. Vago em virtude de a Senadora Níura Demarchi ter deixado o exercício devido ao retorno do titular, Senador Raimundo Colombo, em 11.11.2010.
124. Vago em virtude de o Senador José Bezerra ter deixado o exercício devido ao retorno do titular, Senador José Agripino, em 13.11.2010.
125. Em 16.11.2010, o Senador Raimundo Colombo é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 067/10-GLDEM).
126. Em 16.11.2010, o Senador José Agripino é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 069/09-GLDEM).

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Reuniões: QUINTAS-FEIRAS - 11:30 hs - Plenário nº 09 - Ala Alexandre Costa

Telefone(s): 3303-3515

Fax: 3303-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Flávio Arns (PSDB-PR)

VICE-PRESIDENTE: VAGO ⁽¹⁷⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Efraim Morais (DEM)	1. Rosalba Ciarlini (DEM) ^(10,11)
VAGO ^(2,16)	2. Marisa Serrano (PSDB) ⁽³⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽¹⁾	
Flávio Arns (PSDB) ^(6,12,15)	1. Paulo Paim (PT) ⁽⁵⁾
PMDB	
Regis Fichtner ^(8,18,19)	1. VAGO ^(7,13,14)
PTB PDT	
Mozarildo Cavalcanti (PTB) ⁽⁴⁾	1. Gim Argello (PTB) ⁽⁹⁾

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Em 6.04.2009, o Senador Eduardo Azeredo teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Presidência da CAS (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
3. Em 6.04.2009, a Senadora Marisa Serrano teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Presidência da CAS (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
4. Em 6.04.2009, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do PTB na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
5. Em 6.04.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS), em substituição à Senadora Fátima Cleide.
6. Em 6.04.2009, o Senador Flávio Arns teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Presidência da CAS (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
7. Em 6.04.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro suplente do PMDB na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
8. Em 6.04.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro titular do PMDB na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
9. Em 6.04.2009, o Senador Gim Argello é designado membro suplente do PTB na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
10. Em 6.04.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS), em substituição ao Senador Papaléo Paes.
11. Em 15/04/2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada Suplente do DEM na Subcomissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (OF. nº 15/09 - PRES/CAS).
12. O Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).
13. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
14. Vago em 01.10.09 em virtude de o Senador Leomar Quintanilha não pertencer mais à Comissão (OF.GLPMDDB nº 162/2009-GLPMDDB).
15. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (OF/GSFA/0898/2009).
16. Em 25.05.2010, vago em virtude de o Senador Eduardo Azeredo não pertencer mais à Comissão.
17. Vago, em 25.05.2010, em virtude de o Senador Eduardo Azeredo não pertencer mais à Comissão.
18. Vago em virtude de o Senador Paulo Duque ter deixado o exercício do mandato, devido ao retorno do titular, Senador Regis Fichtner (comunicação lida na sessão não deliberativa de 14 de julho de 2010).
19. Em 16.11.2010, o Senador Regis Fichtner é designado membro titular do PMDB na Subcomissão (OF. nº 131/10-PRES/CAS).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Augusto Botelho (S/PARTIDO-RR) ^(13,23)

VICE-PRESIDENTE: VAGO ^(13,18)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Adelmir Santana (DEM) ⁽⁸⁾	1. Raimundo Colombo (DEM) ^(2,4,20)
Papaléo Paes (PSDB) ^(7,17,19)	2. VAGO ^(2,12,16)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽¹⁾	
Augusto Botelho (S/PARTIDO) ^(5,23)	1. Marcelo Crivella (PRB) ^(2,6)
PMDB	
Mão Santa (PSC) ^(9,14,15)	1. Regis Fichtner ^(3,21,24)
PTB PDT	
Mozarildo Cavalcanti (PTB) ⁽¹¹⁾	1. João Durval (PDT) ⁽¹⁰⁾

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.
3. Em 6.04.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro titular do PMDB na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
4. Em 6.04.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
5. Em 6.04.2009, o Senador Augusto Botelho teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Presidência da CAS (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
6. Em 6.04.2009, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
7. Em 6.04.2009, o Senador Papaléo Paes teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Presidência da CAS (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
8. Em 6.04.2009, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do PTB na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
9. Em 6.04.2009, o Senador João Tenório é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
10. Em 6.04.2009, o Senador Mão Santa é designado membro titular do PMDB na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS), em substituição ao Senador João Durval.
11. Em 6.04.2009, o Senador João Durval é designado membro suplente do PDT na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
12. Em 6.04.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS), em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini.
13. Em 02.07.2009, foi lido o Ofício nº 02/2009-PRES/CASSAÚDE, comunicando eleição.
14. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.
15. O Senador Mão Santa comunicou sua filiação ao Partido Social Cristão - PSC, conforme o OF. GSMS 098/2009, lido na sessão de 01.10.2009.
16. Em 08.10.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 165/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
17. Vago em 11.05.10 em virtude de o Senador Papaléo Paes não pertencer mais à Comissão de Assuntos Sociais (Of. nº 36/10-GLPSDB).
18. Em 11.05.10, vago em virtude de o Senador Papaléo Paes não pertencer mais à Comissão de Assuntos Sociais (Of. nº 36/10-GLPSDB).
19. Em 01.06.2010, o Senador Papaléo Paes é designado membro titular do PSDB na Subcomissão (OF. Nº 081/2010-PRES/CAS).
20. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 08.07.2010 (Requerimentos nºs 702 e 703, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).
21. Vago em virtude de o Senador Paulo Duque ter deixado o exercício do mandato, devido ao retorno do titular, Senador Regis Fichtner (comunicação lida na sessão não deliberativa de 14 de julho de 2010).
22. O Senador Augusto Botelho comunicou sua desfiliação do PT, conforme o OF. 273/10-GSABOT, lido na sessão de 05.08.2010.
23. Conforme o OF. 273/10-GSABOT, lido na sessão de 05.08.2010, o Senador Augusto Botelho comunicou sua desfiliação do PT.
24. Em 16.11.2010, o Senador Regis Fichtner é designado membro suplente do PMDB na Subcomissão (OF. nº 131/10-PRES/CAS).

2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DO EMPREGO E DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS)

VICE-PRESIDENTE: Senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Adelmir Santana (DEM)	1. Rosalba Ciarlini (DEM) ⁽¹⁾
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Papaléo Paes (PSDB) ^(5,6)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Paulo Paim (PT)	1. José Nery (PSOL)
PMDB	
Mão Santa (PSC) ^(2,3)	1. VAGO ⁽⁴⁾
PTB PDT	
Mozarildo Cavalcanti (PTB)	1. Gim Argello (PTB)

Notas:

1. Em 16.04.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro suplente do DEM, em substituição ao Senador Efraim Morais (OF. nº 17/09 - PRES/CAS).
2. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.
3. O Senador Mão Santa comunicou sua filiação ao Partido Social Cristão - PSC, conforme o OF. GSMS 098/2009, lido na sessão de 01.10.2009.
4. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 30.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa, em 31.03.2010 (Of. s/n, de 31/03/10 - DSF de 08/04/10 p. 12551).
5. Vago em 11.05.10 em virtude de o Senador Papaléo Paes não pertencer mais à Comissão de Assuntos Sociais (Of. nº 36/10-GLPSDB).
6. Em 01.06.2010, o Senador Papaléo Paes é designado membro suplente do PSDB na Subcomissão (OF. Nº 081/2010-PRES/CAS).

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Telefone(s): 3303-3515

Fax: 3303-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)

VICE-PRESIDENTE: VAGO ⁽¹⁰³⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽⁶⁾	
Serys Slhessarenko (PT) (38,74,81,83,84)	1. Renato Casagrande (PSB) (17,33)
Aloizio Mercadante (PT) (10,31)	2. Augusto Botelho (S/PARTIDO) (1,15,17,30,116)
Eduardo Suplicy (PT) (38)	3. Marcelo Crivella (PRB) (35)
Antonio Carlos Valadares (PSB) (39)	4. Inácio Arruda (PC DO B) (16,17,32,73)
Ideli Salvatti (PT) (38,110,113,120,121)	5. César Borges (PR) (37,40)
Tião Viana (PT) (34,40,87,88,89,100)	6. Marina Silva (PV) (19,36,77,84)
Maioria (PMDB, PP)	
Pedro Simon (PMDB) (58,67)	1. Romero Jucá (PMDB) (54,68)
Almeida Lima (PMDB) (62,67)	2. Renan Calheiros (PMDB) (56,69,86,93)
Gilvam Borges (PMDB) (57,67,96,99,106,107)	3. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) (61,64,78)
Francisco Dornelles (PP) (60,67)	4. Hélio Costa (PMDB) (5,66,76,101,105)
Valter Pereira (PMDB) (2,67)	5. Valdir Raupp (PMDB) (41,59,65)
Edison Lobão (PMDB) (9,18,55,63,102,104)	6. Neuto De Conto (PMDB) (3,67,115,119)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Kátia Abreu (DEM) (47)	1. Efraim Morais (DEM) (45)
Demóstenes Torres (DEM) (43)	2. Adelmir Santana (DEM) (46)
Jayme Campos (DEM) (50,82,85,97,98)	3. Raimundo Colombo (DEM) (52,111,117,118,123,125)
Marco Maciel (DEM) (14,20)	4. José Agripino (DEM) (4,49,112,114,124,126)
Antonio Carlos Júnior (DEM) (51)	5. Eliseu Resende (DEM) (8,21,44)
Alvaro Dias (PSDB) (24,75)	6. Eduardo Azeredo (PSDB) (26)
Jarbas Vasconcelos (PMDB) (29,70,91)	7. Marconi Perillo (PSDB) (28)
Lúcia Vânia (PSDB) (24)	8. Arthur Virgílio (PSDB) (25,71)
Tasso Jereissati (PSDB) (24)	9. Flexa Ribeiro (PSDB) (27,72,90,92)
PTB ⁽⁷⁾	
VAGO (48,122)	1. Gim Argello (42,108,109)
PDT	
Osmar Dias (12,13,22)	1. Patrícia Saboya (11,23,53,79,80,94,95)

Notas:

1. Em 07/08/2007, o Senador Marcelo Crivella é designado quarto suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Inácio Arruda (Of 131/2007-GLDBAG).
2. O Senador Valter Pereira teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do Bloco da Maioria (Of. 23/2009-GLPMDB).
3. O Senador Neuto De Conto teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 23/2009-GLPMDB).
4. Vaga cedida pelo DEM ao PSDB.
5. O Senador Valdir Raupp teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 23/2009-GLPMDB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

6. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
7. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
8. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
9. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 112/08-GLPMDB).
10. Em 03/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Titular do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 59/2008 - GLDBAG).
11. Em 04.06.2008, o Senador Cristovam Buarque é designado suplente do PDT na Comissão (Of. nº 05/08-LPDT), em substituição ao Senador Osmar Dias.
12. Em 04.06.2008, o Senador Osmar Dias é designado titular do PDT na Comissão (Of. nº 05/08-LPDT).
13. Em 19/02/2009, o Senador Osmar Dias teve a sua indicação como Titular na Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. 15/09-GLPDT).
14. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
15. Em 06.08.2008, o Senador Francisco Dornelles é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Ofício nº 081/2008-GLDBAR).
16. Em 13.08.2008, o Senador Expedito Júnior é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (Ofício nº 083/2008-GLDBAG).
17. Em 13.08.2008, a Liderança do Bloco de Apoio ao Governo solicitou alteração na ordem de seus membros na suplência da Comissão (Ofício nº 083/2008-GLDBAG).
18. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 354/2008).
19. Em 28.10.2008, o Senador Marcelo Crivella é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador José Nery (Ofício nº 096/2008-GLDBAG).
20. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
21. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
22. Em 11.02.2009, o Senador Osmar Dias teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 04/09-GLPDT).
23. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 04/2009-GLPDT), em substituição ao Senador Cristovam Buarque.
24. Em 12.02.2009, os Senadores Arthur Virgílio, Lúcia Vânia e Tasso Jereissatti tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 024/09-GLPSDB).
25. Em 12.02.2009, o Senador Mário Couto é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 024/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
26. Em 12.02.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 024/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
27. Em 12.02.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 024/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Mário Couto.
28. Em 12.02.2009, o Senador Marconi Perillo é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 024/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
29. Em 12.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 024/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo.
30. Em 16.02.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Francisco Dornelles.
31. Em 16.02.2009, o Senador Aloízio Mercadante é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Marina Silva.
32. Em 16.02.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
33. Em 16.02.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
34. Em 16.02.2009, o Senador César Borges é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.
35. Em 16.02.2009, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador César Borges.
36. Em 16.02.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.
37. Em 16.02.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Magno Malta.
38. Em 16.02.2009, os Senadores Eduardo Suplicy, Serys Slhessarenko e Ideli Salvatti tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).

39. Em 16.02.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Alofzio Mercadante.
40. Em 17.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 21/09-GLDBAG), em substituição ao Senador César Borges, que passa à suplência, em substituição ao Senador João Ribeiro.
41. Vago, em virtude de o Senador José Maranhão ter tomado posse no cargo de Governador de Estado, renunciando ao mandato de Senador.
42. Em 17.02.2009, o Senador Gim Argello é designado membro Suplente do PTB na Comissão (Of. nº 27/09-GLPTB), em substituição ao Senador Mozarildo Cavalcanti.
43. Em 17.02.2009, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
44. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
45. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Morais é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Eliseu Resende.
46. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Jayme Campos.
47. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
48. Em 17.02.2009, o Senador Romeu Tuma é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 27/09-GLPTB), em substituição ao Senador Eptácio Cafeteira.
49. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Alvaro Dias.
50. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.
51. Em 17.02.2009, o Senador Antonio Carlos Júnior teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do DEM (Of. nº 012/09-GLDEM).
52. Em 17.02.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.
53. Em 19.02.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada Suplente do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Jefferson Praia (Of. 15/09 - GLPDT).
54. Em 02/03/2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição à Senadora Roseana Sarney (Of. 23/2009-GLPMDB).
55. Em 02/03/2009, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. 23/2009-GLPMDB).
56. Em 02/03/2009, o Senador Renan Calheiros é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado de Oliveira (Of. 23/2009-GLPMDB).
57. Em 02/03/2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (Of. 23/2009-GLPMDB).
58. Em 02/03/2009, o Senador Pedro Simon é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Jarbas Vasconcelos (Of. 23/2009-GLPMDB).
59. Em 02/03/2009, o Senador Wellington Salgado de Oliveira é designado membro suplente do PMDB na Comissão (Of. 23/2009-GLPMDB).
60. Em 02/03/2009, o Senador Francisco Dornelles é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Almeida Lima (Of. 23/2009-GLPMDB).
61. Em 02/03/2009, o Senador Geraldo Mesquita Júnior é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (Of. 23/2009-GLPMDB).
62. Em 02/03/2009, o Senador Almeida Lima é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (Of. 23/2009-GLPMDB).
63. Em 04.03.2009, o Senador Wellington Salgado é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (Of. nº 48/2009-GLPMDB).
64. Em 04.03.2009, o Senador Renan Calheiros é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita Júnior (Of. nº 48/2009-GLPMDB).
65. Em 04.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado (Of. nº 48/2009-GLPMDB).
66. Em 04.03.2009, o Senador Geraldo Mesquita Júnior é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. nº 48/2009-GLPMDB).
67. Em 04.03.2009, os Senadores Pedro Simon, Almeida Lima, Gilvam Borges, Francisco Dornelles e Valter Pereira, como titulares, e o Senador Neuto De Conto, como suplente, tiveram as suas indicações na Comissão ratificadas pela Liderança do PMDB (Of. nº 048/2009-GLPMDB).
68. Em 04.03.2009, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (Of. nº 48/2009-GLPMDB).
69. Em 04.03.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Renan Calheiros (Of. nº 48/2009-GLPMDB).

70. Em 10/03/2009, o Senador Sérgio Guerra é designado Titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro, que passa à suplência (Of. 51/09-GLPSDB).
71. Em 10/03/2009, o Senador Arthur Virgílio é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Of. 53/09-GLPSDB).
72. Em 10/03/2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Guerra, que passa à titularidade (Of. 51/09-GLPSDB).
73. Em 10.03.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marina Silva (Of. nº 053/2009-GLDBAG).
74. Em 10.03.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Serys Shessarenko (Of. nº 052/2009-GLDBAG).
75. Em 10/03/2009, o Senador Alvaro Dias é designado Titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Arthur Virgílio (Of. 52/09-GLPSDB).
76. Em 04.03.2009, o Senador Lobão Filho é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita Júnior (Of. nº 68/2009-GLPMDB).
77. Em 16.03.2009, a Senadora Serys Shessarenko é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Paim (Of. nº 056/2009-GLDBAG).
78. Em 19/03/2009, o Senador Geraldo Mesquita Júnior é designado Suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Renan Calheiros (Of. GLPMDB 075/2009).
79. A Senadora Patrícia Saboya encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, conforme o Requerimento nº 878, de 2009, aprovado no dia 15/07/2009, na Sessão Deliberativa Extraordinária iniciada em 14/07/2009.
80. Em 04.08.2009, o Senador Flávio Torres é designado membro suplente do PDT na Comissão, em substituição à Senadora Patrícia Saboya (Of. nº 60/09-LPDT).
81. A Senadora Marina Silva desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.
82. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
83. A Senadora Marina Silva filiou-se do Partido Verde, conforme comunicação lida na sessão de 01.09.2009.
84. Em 09.09.2009, a Senadora Serys Shessarenko é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marina Silva, que passa a ocupar vaga de membro suplente (Of. nº 128/2009-GLDBAG).
85. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro titular na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
86. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
87. O Senador Expedito Júnior desfilou-se do Partido da República, conforme ofício lido na sessão de 23.09.2009 (Of. nº 221/2009-GSEJUN).
88. O Senador Expedito Júnior filiou-se ao PSDB, conforme ofício lido na sessão de 29.09.2009 (Of. nº 225/2009-GSEJUN).
89. Em 29.09.2009, o Senador João Pedro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Expedito Júnior (Of. 136/2009-GLDBAG).
90. Em 07.10.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Of. nº 163/09-GLPSDB).
91. Em 06.10.2009, a Liderança do PSDB cede, temporariamente, vaga de titular do Senador Sérgio Guerra ao Senador Jarbas Vasconcelos (Of. nº 109/09-GLPSDB).
92. Em 28.10.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 187/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
93. Em 04.11.2009, o Senador Renan Calheiros é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (Of. nº 188/2009-GLPMDB).
94. Vago em virtude de o Senador Flávio Torres não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Patrícia Saboya, em 16.11.09.
95. Em 18.11.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 76/09-LPDT).
96. O Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 22.12.09 (Requerimento nº 1.712/2009, deferido na sessão de 22.12.09).
97. Vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos, em 03.01.2010.
98. Em 03.02.2010, o Senador Jayme Campos foi designado membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (Of. nº 4/2010-GLDEM).
99. Em 04.02.2010, o Senador Geovani Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. GLPMDB nº 205/2010).
100. Em 29.03.2010, o Senador Tião Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Pedro (Of. 13/10-GLDBAG).
101. O Senador Lobão Filho deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Edison Lobão, em 01.04.2010 (DSF de 06/04/10 p. 11774).
102. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 30.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa, em 31.03.2010 (Of. s/n, de 31/03/10 - DSF de 08/04/10 p. 12551).
103. Em 30.03.2010, o Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa, em 31.03.2010 (Of. s/n, de 31/03/10 - DSF de 08/04/10 p. 12551).
104. Em 06.04.2010, o Senador Edison Lobão é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 45/2010).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

105. Em 06.04.2010, o Senador Hélio Costa é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 52/2010).
106. Vago em virtude de o Senador Geovani Borges não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Gilvam Borges, em 22.04.2010 (Of. nº 1/2010-GSGB).
107. Em 28.04.2010, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 60/2010).
108. Em 19.05.2010, o Senador Sérgio Zambiasi é designado membro suplente do PTB na Comissão, em substituição ao Senador Gim Argello (OF. GLPTB nº 063/2010).
109. Em 26/05/2010, o Senador Gim Argello é designado membro Suplente do PTB na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Zambiasi (Of. nº 64/2010/GLPTB).
110. A Senadora Ideli Salvatti licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 08.07.2010 (Requerimentos nºs 704 e 705, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).
111. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 08.07.2010 (Requerimentos nºs 702 e 703, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).
112. O Senador José Agripino licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 15.07.2010 (Requerimentos nºs 706 e 707, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).
113. Em 15.07.2010, o Senador Belini Meurer é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Ideli Salvatti (Of. 050/2010-GLDBAG).
114. Em 3.8.2010, o Senador José Bezerra é designado membro suplente do DEM na Comissão (OF. GLDEM nº 055/2010), em substituição ao Senador José Agripino.
115. O Senador Neuto De Conto afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 5 de agosto de 2010.
116. O Senador Augusto Botelho comunicou sua desfiliação do PT, conforme o OF. 273/10-GSABOT, lido na sessão de 05.08.2010.
117. Em 17.08.2010, vaga cedida temporariamente ao PSDB enquanto durar a licença do Senador Raimundo Colombo (OF. Nº 057/10 - GLDEM).
118. Em 18.08.2010, a Senadora Níura Demarchi é designada membro suplente em vaga cedida pelo DEM na Comissão (Of.63/2010-GLPSDB).
119. O Senador Neuto de Conto reassumiu o exercício do mandato em 1º.10.2010 (OF. INT. GSNC nº 40/2010, lido na sessão de 05.10.2010).
120. Vago, em virtude do pronunciamento do Senador Belini Meurer na sessão do Senado de 06.10.2010.
121. Em 20.10.2010, a Senadora Ideli Salvatti é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 066/2010-GLDBAG).
122. Vago em virtude do falecimento do Senador Romeu Tuma, ocorrido em 26.10.2010.
123. Vago em virtude de a Senadora Níura Demarchi ter deixado o exercício devido ao retorno do titular, Senador Raimundo Colombo, em 11.11.2010.
124. Vago em virtude de o Senador José Bezerra ter deixado o exercício devido ao retorno do titular, Senador José Agripino, em 13.11.2010.
125. Em 16.11.2010, o Senador Raimundo Colombo é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 067/10-GLDEM), em vaga cedida temporariamente ao PSDB.
126. Em 16.11.2010, o Senador José Agripino é designado membro suplente do DEM na Comissão (OF. GLDEM nº 069/2010).

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Reuniões: QUARTAS-FEIRAS - 10:00 hs - Plenário nº 3 - Ala Alexandre Costa

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Finalidade: Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE)

VICE-PRESIDENTE: Senador César Borges (PR-BA)

RELATOR: Senador Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE)

Designação: 28/10/2009

TITULARES	SUPLENTEs
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Aloizio Mercadante (PT)	1. Serys Slhessarenko (PT)
César Borges (PR)	2. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Maioria (PMDB, PP)	
Pedro Simon (PMDB)	1. Francisco Dornelles (PP)
Renan Calheiros (PMDB)	2. VAGO (3)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Jarbas Vasconcelos (PMDB)	1. Kátia Abreu (DEM)
	2. Antonio Carlos Júnior (DEM)
Tasso Jereissati (PSDB)	3. Alvaro Dias (PSDB)
Marconi Perillo (PSDB)	
PTB	
VAGO (4)	1. Gim Argello
PDT	
Patrícia Saboya (2)	1. VAGO (1)

Notas:

1. Em 16.11.2009, o Senador Flávio Torres deixa de compor a Subcomissão em virtude do retorno da Senadora Patrícia Saboya ao exercício do mandato.

2. Em 10.02.2010, a Senadora Patrícia Saboya é designada membro titular do PDT na Subcomissão, em substituição ao Senador Osmar Dias (Of. nº 006/10/CCJ).

3. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 30.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa, em 31.03.2010 (Of. s/n, de 31/03/10 - DSF de 08/04/10 p. 12551).

4. Vago em virtude do falecimento do Senador Romeu Tuma, ocorrido em 26.10.2010.

*. Em 17.11.2009, lido o Of. nº 374/09-CCJ, que comunica a composição, designação dos membros, eleição do Presidente e Vice-Presidente e designação do Relator da Subcomissão, em reunião realizada no dia 28.10.2009.

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ANÁLISE DO PRS Nº 96, DE 2009 - REFORMA ADMINISTRATIVA

Finalidade: Análise do PRS nº 96, de 2009, que "Altera o Regulamento Administrativo do Senado Federal, instituído pela Resolução nº 58, de 1972, e posteriores modificações".

Número de membros: 6 titulares

PRESIDENTE: Senador Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE)
VICE-PRESIDENTE: Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE)
RELATOR: Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE)

Designação: 10/02/2010

TITULARES	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Eduardo Suplicy (PT)	
Antonio Carlos Valadares (PSB)	
Maioria (PMDB, PP)	
Pedro Simon (PMDB)	
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Jarbas Vasconcelos (PMDB)	
Tasso Jereissati (PSDB)	
Antonio Carlos Júnior (DEM)	

Notas:

*. Em 23.02.2010, lido o Of. nº 12/10-CCJ, que comunica a composição, designação dos membros, eleição do Presidente e Vice-Presidente e designação do Relator da Subcomissão, em reunião da Comissão realizada no dia 10.02.2010.

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira
Telefone(s): 3303-3972
Fax: 3303-4315
E-mail: scomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Fátima Cleide (PT-RO) ^(92,106)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS) ^(74,79)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽³⁾	
Roberto Cavalcanti (PRB) ^(31,81,89,93,94)	1. VAGO ^(1,36,108)
Augusto Botelho (S/PARTIDO) ^(31,126)	2. Gim Argello (PTB) ^(37,95,100)
Fátima Cleide (PT) ⁽³¹⁾	3. Eduardo Suplicy (PT) ^(12,34)
Paulo Paim (PT) ^(31,47,66)	4. José Nery (PSOL) ⁽³³⁾
Inácio Arruda (PC DO B) ⁽³²⁾	5. Antonio Carlos Valadares (PSB) ^(30,67,94,96)
Ideli Salvatti (PT) ^(38,76,78,80,95,116,120,132,133)	6. João Ribeiro (PR) ^(30,71)
VAGO ^(35,85,86,87,98,101,107)	7. Marina Silva (PV) ^(30,80)
Maioria (PMDB, PP)	
Valter Pereira (PMDB) ⁽⁵⁶⁾	1. Romero Jucá (PMDB) ⁽⁵⁵⁾
Mauro Fecury (PMDB) ^(8,16,57,70,72)	2. Francisco Dornelles (PP) ^(55,83,88)
Gilvam Borges (PMDB) ^(54,102,105,111,112)	3. Pedro Simon (PMDB) ⁽⁵⁵⁾
VAGO ^(64,109,127,130)	4. Neuto De Conto (PMDB) ^(58,125,131)
Gerson Camata (PMDB) ⁽⁶⁰⁾	5. Valdir Raupp (PMDB) ⁽⁶²⁾
VAGO ^(5,9,61,88)	6. Garibaldi Alves Filho (PMDB) ^(15,17,63,119)
VAGO ^(53,65)	7. VAGO ^(59,110)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Raimundo Colombo (DEM) ^(4,50,115,118,121,135,138)	1. Gilberto Goellner (DEM) ^(48,113,114,128,129)
Marco Maciel (DEM) ⁽⁴⁰⁾	2. Kátia Abreu (DEM) ^(11,43)
Rosalba Ciarlini (DEM) ^(6,19,41)	3. Jayme Campos (DEM) ^(46,77,82,103,104)
Heráclito Fortes (DEM) ⁽⁴²⁾	4. Efraim Moraes (DEM) ⁽⁵²⁾
José Agripino (DEM) ^(13,49,117,122,123,124,136,137)	5. Eliseu Resende (DEM) ^(14,18,44)
Adelmir Santana (DEM) ⁽⁴⁵⁾	6. Maria do Carmo Alves (DEM) ^(2,39)
Alvaro Dias (PSDB) ⁽²⁶⁾	7. Cícero Lucena (PSDB) ^(29,69,75,84,90,97,99)
Flávio Arns (PSDB) ^(22,91)	8. Marconi Perillo (PSDB) ⁽²³⁾
Eduardo Azeredo (PSDB) ^(28,68,73,75)	9. Papaléo Paes (PSDB) ⁽²⁷⁾
Marisa Serrano (PSDB) ⁽²⁵⁾	10. Sérgio Guerra (PSDB) ⁽²⁴⁾
PTB	
Sérgio Zambiasi ^(7,51)	1. João Vicente Claudino ⁽⁵¹⁾
VAGO ^(51,134)	2. Mozarildo Cavalcanti ⁽⁵¹⁾
PDT	
Cristovam Buarque ⁽²⁰⁾	1. Jefferson Praia ^(10,21)

Notas:

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

1. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
2. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007).
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
5. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
6. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
7. Em 07/04/2008, a Presidência designa o Senador Sérgio Zambiasi como membro titular da Comissão (Of. nº 18, de 2008, da Liderança do PTB).
8. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 110/08-GLPMDB).
9. Em 07/05/2008, o Senador Lobão Filho é designado Titular do PMDB na Comissão (Of. 143/2008 - GLPMDB).
10. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Peres, ocorrido em 23.05.2008.
11. Em virtude do desligamento do Senador Demóstenes Torres, em 04.06.2008 (Of. Nº 053/08-GLDEM).
12. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 64/2008-GLDBAG).
13. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
14. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
15. Em 09.07.2008, o Senador Casildo Maldaner é designado membro suplente do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 220/2008).
16. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 363/2008).
17. Vago em virtude do retorno do Senador Raimundo Colombo ao exercício do mandato, em 27.10.2008.
18. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
19. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
20. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 05/09-GLPDT).
21. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 05/2009-GLPDT).
22. Em 12.02.2009, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.
23. Em 12.02.2009, o Senador Marconi Perillo é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo.
24. Em 12.02.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
25. Em 12.02.2009, a Senadora Marisa Serrano é designada membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
26. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
27. Em 12.02.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.
28. Em 12.02.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Papaléo Paes.
29. Em 12.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
30. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 - GLDBAG).
31. Em 16.02.2009, os Senadores Flávio Arns, Augusto Botelho, Fátima Cleide e Paulo Paim tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
32. Em 16.02.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Ideli Salvatti.
33. Em 16.02.2009, o Senador José Nery é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.
34. Em 16.02.2009, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Marina Silva.
35. Em 16.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Renato Casagrande.
36. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Patrícia Saboya.
37. Em 16.02.2009, a Senadora Ideli Salvatti é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Pedro.
38. Em 16.02.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

39. Em 17.02.2009, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
40. Em 17.02.2009, o Senador Marco Maciel é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
41. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
42. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
43. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
44. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
45. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini.
46. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Gilberto Goellner.
47. Em 17.02.2009, o Bloco de Apoio ao Governo pede seja desconsiderada a indicação do Senador Paulo Paim como membro titular na Comissão (Of. nº 22/09-GLDBAG).
48. Em 17.02.2009, o Senador Gilberto Goellner é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
49. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Raimundo Colombo.
50. Em 17.02.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
51. Em 17.02.2009, os Senadores Romeu Tuma foram designados, como titular, João Vicente Claudino e Mozarildo Cavalcanti, como suplentes, e o Senador Sérgio Zambiasi teve sua indicação como titular confirmada pela Liderança do PTB (Of. nº 029/09-GLPTB).
52. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Morais é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.
53. Em 02.03.2009, o Senador Jarbas Vasconcelos é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gerson Camata (OF. GLPMDB nº 28/2009).
54. Em 02/03/2009, o Senador Gilvam Borges é designado Titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 28/2009).
55. Em 02.03.2009, os Senadores Romero Jucá, Leomar Quintanilha e Pedro Simon tiveram suas indicações como suplentes da Comissão ratificadas pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 28/2009).
56. Em 02.03.2009, o Senador Valter Pereira é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado (OF. GLPMDB nº 28/2009).
57. Em 02.03.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 28/2009).
58. Em 02.03.2009, o Senador Neuto De Conto é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 28/2009).
59. Em 02.03.2009, o Senador Lobão Filho é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Neuto De Conto (OF. GLPMDB nº 28/2009).
60. Em 02.03.2009, o Senador Gerson Camata é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Duque (OF. GLPMDB nº 28/2009).
61. Em 02.03.2009, o Senador Francisco Dornelles é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Lobão Filho (OF. GLPMDB nº 28/2009).
62. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Jarbas Vasconcelos (OF. GLPMDB nº 28/2009).
63. Em 02.03.2009, o Senador Garibaldi Alves é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 28/2009).
64. Em 02.03.2009, o Senador Wellington Salgado é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 28/2009).
65. Vago, conforme comunicação do Senador Jarbas Vasconcelos, lido na sessão de 3 de março de 2009.
66. Em 04.03.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 028/2009-GLDBAG).
67. Em 05/03/2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 41/2009 - GLDBAG).
68. Em 10.03.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada Titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Azeredo, que passa à suplência (Of. 49/09 - GLPSDB).
69. Em 10.03.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia, que passa à titularidade (Of. 49/09 - GLPSDB).
70. Em 25.03.2009, vago em virtude da solicitação contida no OF. GLPMDB nº 083/2009.
71. Em 29.04.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 084/2009-GLDBAG).
72. Em 10.06.2009, o Senador Mauro Fecury é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 017-A/2009).
73. Em 16/06/2009, a Senadora Lúcia Vânia deixa de compor a Comissão como Titular do PSDB (Of. nº 108/09-GLPSDB).
74. Em 16.06.2009, a Senadora Lúcia Vânia deixa de compor a Comissão como membro titular do PSDB (Of. nº 108/09-GLPSDB).

75. Em 06.08.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado membro titular do PSDB na Comissão, deixando de ocupar a suplência (Of. 132/09 - GLPSDB).
76. A Senadora Marina Silva desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.
77. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
78. A Senadora Marina Silva filiou-se do Partido Verde, conforme comunicação lida na sessão de 01.09.2009.
79. A Senadora Marisa Serrano foi eleita Vice-Presidente da Comissão, conforme ofício lido na sessão de 03.09.2009 (Of. nº 155/2009/CE).
80. Em 09.09.2009, a Senadora Marina Silva deixa de compor a Comissão como membro titular do Bloco de Apoio e é designada membro suplente (Of. nº 129/2009-GLDBAG).
81. O Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).
82. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro suplente na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
83. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
84. Em 21.09.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 156/09-GLPSDB).
85. O Senador Expedito Júnior desfilou-se do Partido da República, conforme ofício lido na sessão de 23.09.2009 (Of. nº 221/2009-GSEJUN).
86. O Senador Expedito Júnior filiou-se ao PSDB, conforme ofício lido na sessão de 29.09.2009 (Of. nº 225/2009-GSEJUN).
87. Em 29.09.2009, o Senador Sadi Cassol é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Expedito Júnior (Of. 139/2009-GLDBAG).
88. Em 07.10.2009, o Senador Francisco Dornelles é remanejado da titularidade para a suplência do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (Of. GLPMDB nº 169/2009).
89. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).
90. Em 08.10.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 167/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
91. Em 09.10.2009, o Senador Flávio Arns é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 161/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
92. Em 09.10.2009, vago em virtude de o Senador Flávio Arns deixar de compor a Comissão como membro titular do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 145/2009-GLDBAG), c/c o art. 81, § 2º, do RISF.
93. Em 09.10.2009, o Senador Flávio Arns deixa de compor a Comissão como membro titular do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 145/2009-GLDBAG).
94. Em 14.10.2009, o Senador Roberto Cavalcanti é remanejado da suplência para a titularidade do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 149/2009-GLDBAG).
95. Em 14.10.2009, a Senadora Ideli Salvatti é remanejada da suplência para a titularidade do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 149/2009-GLDBAG).
96. Em 14.10.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 150/2009-GLDBAG).
97. Senador Expedito Júnior deixou o exercício do mandato em 5.11.2009.
98. Vago em virtude de o Senador Sadi Cassol não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Leomar Quintanilha (lida comunicação na sessão de 17.11.09).
99. Em 18.11.2009, o Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 194/09-GLPSDB).
100. Em 02.12.2009, o Senador Gim Argello é designado suplente, na Comissão, em vaga cedida ao PDT (Of. 161/2009-GLDBAG e Of. 286/2009-GLPTB).
101. Em 2.12.2009, o Senador Sadi Cassol é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 159/2009-GLDBAG).
102. O Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 22.12.09 (Requerimento nº 1.712/2009, deferido na sessão de 22.12.09).
103. Vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos, em 03.01.2010.
104. Em 03.02.2010, o Senador Jayme Campos foi designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (Of. nº 4/2010-GLDEM).
105. Em 04.02.2010, o Senador Geovani Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. GLPMDB nº 205/2010).
106. A Senadora Fátima Cleide foi eleita Presidente da Comissão em 03.03.2010, conforme Of. nº 014/2010/CE, lido na sessão deliberativa ordinária de 9 de março de 2010.
107. O Senador Sadi Cassol deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Leomar Quintanilha, em 01.04.2010 (DSF de 06/04/10 p. 11774).
108. O Senador João Pedro deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Alfredo Nascimento, em 01.04.2010 (Of. nº 1/2010 - GSALFN, de 1/04/2010 - DSF de 07/04/10 p. 12098).
109. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 30.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa, em 31.03.2010 (Of. s/n, de 31/03/10 - DSF de 08/04/10 p. 12551).
110. O Senador Lobão Filho deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Edison Lobão, em 01.04.2010 (DSF de 06/04/10 p. 11774).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

111. Vago em virtude de o Senador Geovani Borges não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Gilvam Borges, em 22.04.2010 (Of. nº 1/2010-GSGB).
112. Em 28.04.2010, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 60/2010).
113. O Senador Gilberto Goellner licenciou-se, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 05.05.2010 (Requerimento nº 438/2010, aprovado na sessão de 04.05.2010).
114. Em 11.05.2010, o Senador Jorge Yanai é designado membro suplente do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Gilberto Goellner (Of. GLDEM nº 32/2010).
115. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 08.07.2010 (Requerimentos nºs 702 e 703, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).
116. A Senadora Ideli Salvatti licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 08.07.2010 (Requerimentos nºs 704 e 705, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).
117. O Senador José Agripino licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 15.07.2010 (Requerimentos nºs 706 e 707, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).
118. Em 15.07.2010, o DEM cede a vaga de titular ocupada pelo Senador Raimundo Colombo ao PSDB (Of. Nº 051/10-GLDEM).
119. O Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 15.07.2010 (Requerimentos nºs 708 e 709, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).
120. Em 15.07.2010, o Senador Belini Meurer é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Ideli Salvatti (Of. 051/2010-GLDBAG).
121. Em 15.07.2010, a Senadora Níura Demarchi é designada membro titular na Comissão em vaga cedida ao PSDB pelo DEM (Of. 54/10-GLPSDB).
122. Em 3.8.2010, o Senador José Bezerra é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 055/2010-GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.
123. Em 04.08.2010, o DEM cede a vaga de titular ocupada pelo Senador José Bezerra ao PSDB (Of. Nº 051/10-GLDEM).
124. Em 4.8.2010, o Senador João Faustino é designado membro titular na Comissão em vaga cedida pelos Democratas (Of. nº 59/2010-GLPSDB), em substituição ao Senador José Bezerra.
125. O Senador Neuto De Conto afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 5 de agosto de 2010.
126. O Senador Augusto Botelho comunicou sua desfiliação do PT, conforme o Of. 273/10-GSABOT, lido na sessão de 05.08.2010.
127. Em 18/08/2010, a Senadora Selma Elias é designada membro titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 124/2010).
128. Vago em virtude de o Senador Jorge Yanai ter deixado o exercício, devido ao retorno do titular, Senador Gilberto Goellner, em 05/09/2010.
129. Em 05.10.2010, o Senador Gilberto Goellner é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 061/10-GLDEM).
130. Vago em virtude de a Senadora Selma Elias ter deixado o exercício do mandato, devido ao retorno do titular, Senador Neuto de Conto, a partir de 1º.10.2010 (Of. INT. GSNC nº 40/2010, lido na sessão de 05.10.2010).
131. O Senador Neuto de Conto reassumiu o exercício do mandato em 1º.10.2010 (Of. INT. GSNC nº 40/2010, lido na sessão de 05.10.2010).
132. Vago, em virtude do pronunciamento do Senador Belini Meurer na sessão do Senado de 06.10.2010.
133. Em 22.10.2010, a Senadora Ideli Salvatti é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 067/10-GLDBAG).
134. Vago em virtude do falecimento do Senador Romeu Tuma, ocorrido em 26.10.2010.
135. Vago em virtude de a Senadora Níura Demarchi ter deixado o exercício devido ao retorno do titular, Senador Raimundo Colombo, em 11.11.2010.
136. Vago em virtude de o Senador João Faustino ter deixado o exercício devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves Filho, em 13.11.2010.
137. Em 16.11.2010, o Senador José Agripino é designado membro titular na Comissão em vaga cedida, temporariamente, ao PMDB (Of. nº 070/2010-GLDEM).
138. Em 16.11.2010, o Senador Raimundo Colombo é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 067/10-GLDEM).

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 11:00HS - Plenário nº 15 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽²⁾	
VAGO ^(7,16,23,25)	1. VAGO ⁽⁷⁾
Paulo Paim (PT) ^(8,17)	2. Flávio Arns (PSDB) ^(16,17,21)
Inácio Arruda (PC DO B) ⁽¹⁹⁾	3. VAGO ⁽⁷⁾
Maioria (PMDB, PP)	
Gerson Camata (PMDB) ^(3,20)	1. VAGO ⁽⁷⁾
VAGO ⁽²²⁾	2. Valdir Raupp (PMDB)
Francisco Dornelles (PP) ⁽¹⁵⁾	3. VAGO ⁽¹⁴⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ⁽⁴⁾	1. Adelmir Santana (DEM) ^(1,6,13)
Marco Maciel (DEM) ⁽¹⁰⁾	2. VAGO ⁽¹⁰⁾
Rosalba Ciarlini (DEM)	3. Raimundo Colombo (DEM) ^(5,24)
Marisa Serrano (PSDB)	4. Cícero Lucena (PSDB) ^(9,18)
Eduardo Azeredo (PSDB) ⁽⁹⁾	5. Papaléo Paes (PSDB) ^(7,11)
PDT	
Cristovam Buarque ^(7,12)	1. VAGO ⁽¹²⁾

Notas:

1. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009, e ter sido substituída pelo Senador Virgínio de Carvalho, na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (Of. 30/2008-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
4. Em virtude do desligamento do Senador Demóstenes Torres, em 04.06.2008 (Of. Nº 053/08-GLDEM).
5. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
6. A Senadora Maria do Carmo Alves retornou ao mandato em 29.01.2009, aguardando indicação.
7. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.
8. O Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (Of/GSFA/0801/2009).
9. Em 30.09.2009, o Senador Eduardo Azeredo deixa a suplência e é designado membro titular do PSDB na Subcomissão, em substituição ao Senador Marconi Perillo (Of. nº 183/2009/CE).
10. Em 30.09.2009, o Senador Marco Maciel deixa a suplência e é designado membro titular do DEM na Subcomissão, em substituição ao Senador Romeu Tuma (Of. nº 183/2009/CE).
11. Em 30.09.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro suplente do PSDB na Subcomissão (Of. nº 183/2009/CE).
12. Em 30.09.2009, o Senador Cristovam Buarque deixa a suplência e é designado membro titular do PDT na Subcomissão (Of. nº 183/2009/CE).
13. Em 30.09.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro suplente do DEM na Subcomissão (Of. nº 183/2009/CE).
14. Em 30.09.2009, o Senador Valter Pereira deixa de compor a Subcomissão como membro suplente do PMDB (Of. nº 183/2009/CE).
15. Em 30.09.2009, o Senador Francisco Dornelles é designado membro titular do PMDB na Subcomissão, em substituição ao Senador Paulo Duque (Of. nº 183/2009/CE).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

16. Em 30.09.2009, a Senadora Ideli Salvatti deixa a suplência e é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. nº 183/2009/CE).
17. Em 30.09.2009, o Senador Flávio Arns deixa a titularidade e é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. nº 183/2009/CE).
18. Em 30.09.2009, o Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do PSDB na Subcomissão (Of. nº 183/2009/CE).
19. Em 30.09.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição ao Senador Sérgio Zambiasi (Of. nº 183/2009/CE).
20. Em 30.09.2009, o Senador Gerson Camata é designado membro titular do PMDB na Subcomissão (Of. nº 183/2009/CE).
21. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).
22. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 30.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa, em 31.03.2010 (Of. s/n, de 31/03/10 - DSF de 08/04/10 p. 12551).
23. A Senadora Ideli Salvatti licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 08.07.2010 (Requerimentos nºs 704 e 705, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).
24. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 08.07.2010 (Requerimentos nºs 702 e 703, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).
25. Em 15.07.2010, o Senador Belini Meurer é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão de Educação, em substituição à Senadora Ideli Salvatti (Of. 051/2010-GLDBAG).

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Designação: 22/09/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Eduardo Suplicy (PT)	1. João Vicente Claudino (PTB)
Inácio Arruda (PC DO B)	2.
Maioria (PMDB, PP)	
VAGO (2)	1. Gerson Camata (PMDB)
Sérgio Zambiasi (PTB)	2. Neuto De Conto (PMDB) (6,7)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Raimundo Colombo (DEM) (5)	1. Flávio Arns (PSDB) (1)
VAGO (3,4)	2.
Alvaro Dias (PSDB)	3. Papaléo Paes (PSDB)

Notas:

1. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).

2. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 30.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa, em 31.03.2010 (Of. s/n, de 31/03/10 - DSF de 08/04/10 p. 12551).

3. O Senador Gilberto Goellner licenciou-se, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 05.05.2010 (Requerimento nº 438/2010, aprovado na sessão de 04.05.2010).

4. Vago em 11.05.10 em virtude de o Senador Gilberto Goellner não pertencer mais à Comissão de Educação, Cultura e Esporte (Of. nº 32/10-GLDEM).

5. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 08.07.2010 (Requerimentos nºs 702 e 703, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).

6. O Senador Neuto De Conto afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 5 de agosto de 2010.

7. O Senador Neuto de Conto reassumiu o exercício do mandato em 1º.10.2010 (OF. INT. GSNC nº 40/2010, lido na sessão de 05.10.2010).

*. Lido na sessão deliberativa ordinária de 30.09.2009 o Of. nº 183/2009/CE comunicando a indicação em reunião realizada no dia 22.09.2009 dos nomes para comporem a Subcomissão.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

**5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO
CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA**

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Renato Casagrande (PSB-ES)

VICE-PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽²⁾	
Renato Casagrande (PSB) (22)	1. Fátima Cleide (PT) (21)
Marina Silva (PV) (7,22,43,45)	2. César Borges (PR) (25)
Alfredo Nascimento (PR) (24,55,60)	3. Inácio Arruda (PC DO B) (20)
João Ribeiro (PR) (23)	4. Delcídio Amaral (PT) (26)
Maioria (PMDB, PP)	
Gilvam Borges (PMDB) (38,47,48,49,54,59)	1. Romero Jucá (PMDB) (38)
Hélio Costa (PMDB) (38,56,57)	2. Valdir Raupp (PMDB) (5,11,39)
VAGO (40,50,53,58)	3. Almeida Lima (PMDB) (38)
Valter Pereira (PMDB) (38)	4. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) (38)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Gilberto Goellner (DEM) (32,61,62,64,65)	1. Adelmir Santana (DEM) (29)
Kátia Abreu (DEM) (27)	2. Raimundo Colombo (DEM) (1,34,63)
Heráclito Fortes (DEM) (30)	3. Maria do Carmo Alves (DEM) (3,28)
Eliseu Resende (DEM) (35)	4. Jayme Campos (DEM) (9,31,44,46,51,52)
Arthur Virgílio (PSDB) (10,17)	5. Alvaro Dias (PSDB) (4,19)
Cícero Lucena (PSDB) (14)	6. Flexa Ribeiro (PSDB) (18)
Marisa Serrano (PSDB) (15)	7. Mário Couto (PSDB) (16)
PTB	
Gim Argello (6,33)	1. Sérgio Zambiasi (33)
PDT	
Jefferson Praia (8,13,37,42)	1. Cristovam Buarque (12,36,41)

Notas:

1. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
4. Em 15/04/2008, o Senador Papaléo Paes é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. 50/2008 - GLPSDB).
5. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 121/08-GLPMDB).
6. Em 22/04/2008, o Senador Gim Argello é designado Titular do PTB na Comissão (Of. 71/2008-GLPTB).
7. Em 03/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Titular do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 58/2008 - GLDBAG).
8. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado titular do PDT na Comissão (Of. nº 06/08-LPDT).
9. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

10. Em 05.08.2008, o Senador Cícero Lucena é designado titular do PSDB (Bloco Parlamentar da Minoria) na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Ofício nº 102/08 - GLPSDB).
11. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 361/2008).
12. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 06/2009-GLPDT).
13. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 06/09-GLPDT).
14. Em 12.02.2009, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 026/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.
15. Em 12.02.2009, a Senadora Marisa Serrano é designada membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 026/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
16. Em 12.02.2009, o Senador Mário Couto é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 026/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Arthur Virgílio.
17. Em 12.02.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 026/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
18. Em 12.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PSDB (Of. nº 026/09-GLPSDB).
19. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 026/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Papaléo Paes.
20. Em 16.02.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Serys Slhessarenko.
21. Em 16.02.2009, a Senadora Fátima Cleide é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Flávio Arns.
22. Em 16.02.2009, os Senadores Renato Casagrande e Marina Silva tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
23. Em 16.02.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador César Borges.
24. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Fátima Cleide.
25. Em 16.02.2009, o Senador César Borges é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
26. Em 16.02.2009, o Senador Delcídio Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
27. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
28. Em 17.02.2009, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
29. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do DEM (Of. nº 012/09-GLDEM).
30. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Gilberto Goellner.
31. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Raimundo Colombo.
32. Em 17.02.2009, o Senador Gilberto Goellner é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Eliseu Resende.
33. Em 17.02.2009, o Senador Gim Argello foi confirmado, como titular, e o Senador Sérgio Zambiasi foi designado suplente, na Comissão, pela Liderança do PTB (Of. nº 030/09-GLPTB).
34. Em 17.02.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
35. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.
36. Em 19.02.2009, o Senador Jefferson Praia é designado Suplente do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. 17/09-GLPDT).
37. Em 19.02.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado Titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Jefferson Praia (Of. 17/09-GLPDT).
38. Em 02.03.2009, os Senadores Leomar Quintanilha, Wellington Salgado e Valter Pereira, como titulares, e os Senadores Romero Jucá, Almeida Lima e Geraldo Mesquita, como suplentes da Comissão, tiveram suas indicações ratificadas pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 30/2009).
39. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 28/2009).
40. Em 02.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 28/2009).
41. Em 04.03.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Jefferson Praia (Of. 30/09-LPDT).

42. Em 04.03.2009, o Senador Jefferson Praia é designado membro titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. 30/09-LPDT).
43. A Senadora Marina Silva desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.
44. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
45. A Senadora Marina Silva filiou-se do Partido Verde, conforme comunicação lida na sessão de 01.09.2009.
46. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro suplente na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
47. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
48. Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato, conforme o OF. GSLQUI Nº 305/009, lido na sessão de 17.11.09.
49. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
50. O Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 22.12.09 (Requerimento nº 1.712/2009, deferido na sessão de 22.12.09).
51. Vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos, em 03.01.2010.
52. Em 03.02.2010, o Senador Jayme Campos foi designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (OF. nº 4/2010-GLDEM).
53. Em 04.02.2010, o Senador Geovani Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 205/2010).
54. Vago em virtude do Senador Leomar Quintanilha ter se afastado do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
55. O Senador João Pedro deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Alfredo Nascimento, em 01.04.2010 (Of. nº 1/2010 - GSALFN, de 1/04/2010 - DSF de 07/04/10 p. 12098).
56. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa, em 01.04.2010 (Of. s/n, de 31/03/10 - DSF de 08/04/10 p. 12551).
57. Em 13.04.2010, o Senador Hélio Costa é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 056/2010).
58. Vago em virtude de o Senador Geovani Borges não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Gilvam Borges, em 22.04.2010 (Of. nº 1/2010-GSGB).
59. Em 28.04.2010, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 60/2010).
60. Em 04/05/2010, o Senador Alfredo Nascimento é designado Titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 29/2010-GLDBAG).
61. O Senador Gilberto Goellner licenciou-se, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 05.05.2010 (Requerimento nº 438/2010, aprovado na sessão de 04.05.2010).
62. Em 11.05.2010, o Senador Jorge Yanai é designado membro titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Gilberto Goellner (OF. GLDEM nº 32/2010).
63. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 08.07.2010 (Requerimentos nºs 702 e 703, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).
64. Vago em virtude de o Senador Jorge Yanai ter deixado o exercício, devido ao retorno do titular, Senador Gilberto Goellner, em 05.09.2010.
65. Em 05.10.2010, o Senador Gilberto Goellner é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 061/10-GLDEM).

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 11:30HS - Plenário nº 6 - ALA NILO COELHO

Telefone(s): 3311-3935

Fax: 3311-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE O GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

Finalidade: Destinada a analisar os problemas ambientais e sociais decorrentes dos chamados "lixões" e apresentar propostas para a solução destes problemas, propondo parâmetros, metodologias e obrigações a serem adotadas pelos municípios.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽²⁾	
César Borges (PR)	1. Inácio Arruda (PC DO B)
VAGO ⁽⁸⁾	2. VAGO ⁽⁸⁾
Maioria (PMDB, PP)	
VAGO ⁽⁹⁾	1. VAGO ^(3,4,6)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ⁽¹⁾	1. Adelmir Santana (DEM)
Cícero Lucena (PSDB) ^(5,7)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)

Notas:

1. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
4. Em 13/05/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente do PMDB na Subcomissão (Of. 27/08-CMA).
5. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena ter sido substituído pelo Senador Mário Couto, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Of. 40/2008-GLPSDB).
6. Vago em virtude do retorno do titular à Casa, Senador Gilvam Borges, em 25.08.2008 (Of. nº 073/2008 - GSGB).
7. Em 05/11/2008, o Senador Cícero Lucena é designado titular do PSDB na Subcomissão (Ofício nº 127/08-GLPSDB).
8. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.
9. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 30.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa, em 31.03.2010 (Of. s/n, de 31/03/10 - DSF de 08/04/10 p. 12551).

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho
Telefone(s): 3311-3935
Fax: 3311-1060
E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA ÁGUA

Finalidade: Encaminhamento de soluções legislativas sobre os problemas ainda existentes da gestão e distribuição dos recursos hídricos no Brasil.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽⁶⁾

RELATOR: Senador Jefferson Praia (PDT-AM) ^(5,12,15)

Instalação: 27/10/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Marina Silva (PV) ^(1,2)	1. Fátima Cleide (PT)
Jefferson Praia (PDT) ^(10,16)	2. Renato Casagrande (PSB)
Maioria (PMDB, PP)	
VAGO ^(3,7,8,9)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	2. VAGO ⁽¹¹⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Marisa Serrano (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)
VAGO ^(13,14,17,18)	2. Adelmir Santana (DEM)
PTB	
Gim Argello	1. Sérgio Zambiasi

Notas:

1. A Senadora Marina Silva desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.
2. A Senadora Marina Silva filiou-se do Partido Verde, conforme comunicação lida na sessão de 01.09.2009.
3. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
4. Em 04.11.2009, foi eleita Presidente da Subcomissão a Senadora Marisa Serrano (Of. nº 85/2009-CMA).
5. Em 04.11.2009, foi designado Relator da Subcomissão o Senador Gilberto Goellner (Of. nº 85/2009-CMA).
6. Em 04.11.2009, foi eleito Vice-Presidente da Subcomissão o Senador Flexa Ribeiro (Of. nº 85/2009-CMA).
7. Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato, conforme o OF. GSLQUI Nº 305/009, lido na sessão de 17.11.09.
8. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
9. Vago em virtude do Senador Leomar Quintanilha ter se afastado do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
10. O Senador João Pedro deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Alfredo Nascimento, em 01.04.2010 (Of. nº 1/2010, de 1/04/2010 - DSF de 07/04/10 p. 12036).
11. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 30.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa, em 31.03.2010 (Of. s/n, de 31/03/10 - DSF de 08/04/10 p. 12551).
12. O Senador Gilberto Goellner licenciou-se por 123 dias, a partir de 05.05.2010, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno (Requerimento nº 438/2010, aprovado na sessão de 04.05.2010).
13. O Senador Gilberto Goellner licenciou-se, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 05.05.2010 (Requerimento nº 438/2010, aprovado na sessão de 04.05.2010).
14. Vago em 11.05.10 em virtude de o Senador Gilberto Goellner não pertencer mais à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Of. nº 32/10-GLDEM).
15. Em 08.06.2010, o Senador Jefferson Praia é designado Relator da Subcomissão (Of. nº 95/2010/CMA), em substituição ao Senador Gilberto Goellner.
16. Em 08.06.2010, o Senador Jefferson Praia é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, por cessão (Of. nº 95/2010/CMA).
17. Em 08.06.2010, o Senador Jorge Yanai é designado membro titular do Bloco da Minoria na Subcomissão (Of. nº 88/2010/CMA).
18. Vago em virtude de o Senador Jorge Yanai ter deixado o exercício, devido ao retorno do titular, Senador Gilberto Goellner.
- *. Em 19.08.2009, lido o Ofício nº 57/2009-CMA, que informa a criação da Subcomissão, nos termos do RMA nº 38/2009-CMA.
- **. Em 04.11.2009, o Ofício nº 85/2009-CMA comunica a instalação da Subcomissão, em 27.10.2009, com eleição de cargos.

5.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DA COPA DO MUNDO DE 2014 E DAS OLIMPIADAS DE 2016

Finalidade: Acompanhamento, fiscalização e controle das obras financiadas com dinheiro público para a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador César Borges (PR-BA) ⁽²⁾

RELATOR: VAGO ^(2,11,13)

Instalação: 29/09/2009

Atualização: 16/10/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Renato Casagrande (PSB)	1. Marina Silva (PV) ⁽⁴⁾
César Borges (PR) ⁽³⁾	2. VAGO ^(3,9)
Maioria (PMDB, PP)	
VAGO ^(1,5,6,7)	1. Valdir Raupp (PMDB)
VAGO ⁽⁸⁾	2. Almeida Lima (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ^(10,12)	1. Heráclito Fortes (DEM)
Adelmir Santana (DEM)	
Cícero Lucena (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
	3. Marisa Serrano (PSDB)
PTB	
Gim Argello	1. Sérgio Zambiasi
PDT	
Jefferson Praia	1. Cristovam Buarque

Notas:

1. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
2. Em 30.09.2009, lido o Ofício nº 67/2009-CMA, que informa a eleição dos Senadores Cícero Lucena e César Borges para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, e designação do Senador Gilberto Goellner como Relator.
3. Em 30.09.2009, o Senador César Borges deixa a suplência e é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição ao Senador João Pedro, que passa a ocupar a suplência (Of. nº 67/2009/CMA).
4. Em 16.10.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (Of. nº 78/2009-CMA).
5. Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato, conforme o OF. GSLQUI Nº 305/009, lido na sessão de 17.11.09.
6. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
7. Vago em virtude do Senador Leomar Quintanilha ter se afastado do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
8. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 30.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa, em 31.03.2010 (Of. s/n, de 31/03/10 - DSF de 08/04/10 p. 12551).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

9. O Senador João Pedro deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Alfredo Nascimento, em 01.04.2010 (Of. nº 1/2010, de 1/04/2010 - DSF de 07/04/10 p. 12036).

10. O Senador Gilberto Goellner licenciou-se, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 05.05.2010 (Requerimento nº 438/2010, aprovado na sessão de 04.05.2010).

11. O Senador Gilberto Goellner licenciou-se por 123 dias, a partir de 05.05.2010, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno (Requerimento nº 438/2010, aprovado na sessão de 04.05.2010).

12. Vago em 11.05.10 em virtude de o Senador Gilberto Goellner não pertencer mais à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Of. nº 32/10-GLDEM).

13. Vago em virtude de o Senador Gilberto Goellner não pertencer mais à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Of. nº 32/10-GLDEM, de 11.05.10).

*. Em 19.08.2009, lido o Ofício nº 57/2009-CMA, que informa a criação da Subcomissão, nos termos do RMA nº 48/2009-CMA.

**. Em 16.10.2009, lido o Ofício nº 78/2009-CMA, que altera a denominação da Subcomissão e o quantitativo de membros e informa mudanças na composição, nos termos de aditamento ao RMA nº 48/2009-CMA.

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho
Telefone(s): 3311-3935
Fax: 3311-1060
E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A EXECUÇÃO DAS OBRAS DA USINA DE BELO MONTE

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)
VICE-PRESIDENTE: Senador Renato Casagrande (PSB-ES)
RELATOR: Senador Delcídio Amaral (PT-MS)

Leitura: 10/05/2010

Instalação: 13/05/2010

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Renato Casagrande (PSB)	1. Jefferson Praia (PDT)
Delcídio Amaral (PT)	2. César Borges (PR)
Maioria (PMDB, PP)	
Romero Jucá (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO (1,2)	1. Kátia Abreu (DEM)
Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Mário Couto (PSDB)

Notas:

1. Em 08.06.2010, o Senador Jorge Yanai é designado membro titular do Bloco da Minoria na Subcomissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (Of. nº 88/2010/CMA).

2. Vago em virtude de o Senador Jorge Yanai ter deixado o exercício, devido ao retorno do titular, Senador Gilberto Goellner.

*. Em 10.05.2010, lido o Of. 66/10-CMA, que comunica a aprovação do Requerimento nº 20, de 2010 - CMA, que cria esta Subcomissão Temporária.

**. Em 13.05.2010, lido o Of. 75/2010-CMA, que comunica a instalação da Subcomissão, a eleição do Presidente e Vice-Presidente e designação do Relator.

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF)

VICE-PRESIDENTE: Senador José Nery (PSOL-PA)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽⁶⁾	
Marcelo Crivella (PRB) (21,53,59,61,64)	1. VAGO (19,73)
Fátima Cleide (PT) (21)	2. Serys Slhessarenko (PT) (20)
Paulo Paim (PT) (21)	3. VAGO (11,22,30,64)
Patrícia Saboya (PDT) (3,23,48,49,57,65,67) (cedida ao PDT)	4. Marina Silva (PV) (22,45,50,52)
José Nery (PSOL) (24)	5. Magno Malta (PR) (22,48)
Maioria (PMDB, PP)	
Gilvam Borges (PMDB) (41,44,76)	1. VAGO (37,74)
Gerson Camata (PMDB) (40)	2. Romero Jucá (PMDB) (42)
Regis Fichtner (PMDB) (35,43,80)	3. Valter Pereira (PMDB) (38)
VAGO (34,68,72,75)	4. Mão Santa (PSC) (39,56,58)
VAGO (10,12,33,78)	5. VAGO (36,55,63,66,71)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
José Agripino (DEM) (2,25,77,81,82,84)	1. Heráclito Fortes (DEM) (27)
Rosalba Ciarlini (DEM) (32)	2. Jayme Campos (DEM) (28,51,54,69,70)
Eliseu Resende (DEM) (4,26)	3. Maria do Carmo Alves (DEM) (29)
VAGO (8,46)	4. Adelmir Santana (DEM) (9,13,31)
Arthur Virgílio (PSDB) (18)	5. VAGO (16,47,60,62,79,83)
Cícero Lucena (PSDB) (18)	6. Mário Couto (PSDB) (17)
Flávio Arns (PSDB) (1,5,61)	7. Papaléo Paes (PSDB) (18)
PTB ⁽⁷⁾	
	1. Sérgio Zambiasi
PDT	
Cristovam Buarque (14)	1. Jefferson Praia (15)

Notas:

1. Em virtude do retorno do titular, Senador Alvaro Dias.
2. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
3. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
4. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
5. Vaga cedida pelo PSDB ao PR.
6. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
7. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
8. Em 17.02.2009, o Senador Gilberto Goellner é confirmado como membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
9. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

10. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 111/08-GLPMDB).
11. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 65/2008-GLDBAG).
12. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 355/2008).
13. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
14. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 07/09-GLPDT).
15. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 07/2009-GLPDT).
16. Em 12.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 027/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Mário Couto.
17. Em 12.02.2009, o Senador Mário Couto é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 027/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
18. Em 12.02.2009, os Senadores Arthur Virgílio e Cícero Lucena tiveram as suas indicações, como titulares, e o Senador Papaléo Paes, como suplente na Comissão, ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 027/09-GLPSDB).
19. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Serys Slhessarenko.
20. Em 16.02.2009, a Senadora Serys Slhessarenko é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Eduardo Suplicy.
21. Em 16.02.2009, os Senadores Flávio Arns, Fátima Cleide e Paulo Paim tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
22. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 - GLDBAG).
23. Em 16.02.2009, o Senador Magno Malta é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Patrícia Saboya.
24. Em 16.02.2009, o Senador José Nery é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
25. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador César Borges.
26. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
27. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
28. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
29. Em 17.02.2009, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Jayme Campos.
30. Em 17.02.2009, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 19/09-GLDBAG).
31. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
32. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Eliseu Resende.
33. Em 02.03.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 29/2009).
34. Em 02.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado (OF. GLPMDB nº 29/2009).
35. Em 02.03.2009, o Senador Jarbas Vasconcelos é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Duque (OF. GLPMDB nº 29/2009).
36. Em 02.03.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Jarbas Vasconcelos (OF. GLPMDB nº 29/2009).
37. Em 02.03.2009, o Senador Wellington Salgado é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Mão Santa (OF. GLPMDB nº 29/2009).
38. Em 02.03.2009, o Senador Valter Pereira é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição à Senadora Roseana Sarney (OF. GLPMDB nº 29/2009).
39. Em 02.03.2009, o Senador Mão Santa é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 29/2009).
40. Em 02.03.2009, o Senador Gerson Camata é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita (OF. GLPMDB nº 29/2009).
41. Em 02.03.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 29/2009).
42. Em 02.03.2009, o Senador Romero Jucá teve sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 29/2009).
43. Vago, conforme comunicação do Senador Jarbas Vasconcelos, lido na sessão de 3 de março de 2009.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

44. Em 25.03.2009, vago em virtude da solicitação contida no OF. GLPMDB nº 083/2009.
45. Em 31.03.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 072/2009-GLDBAG).
46. Em 14/04/2009, o Senador Gilberto Goellner deixa de compor a Comissão, como membro Titular do DEM (Of. 61/09-GLDEM).
47. Em 16.04.2009, a Senadora Lúcia Vânia deixa de integrar a Comissão em virtude da comunicação contida no Of. nº 74/09-GLPSDB.
48. Em 29.04.2009, o Senador Magno Malta deixa de compor a Comissão como membro titular e é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 082/2009-GLDBAG).
49. Em 09/07/2009, o Senador Aloizio Mercadante é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 119/2009 - GLDBAG).
50. A Senadora Marina Silva desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.
51. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
52. A Senadora Marina Silva filiou-se do Partido Verde, conforme comunicação lida na sessão de 01.09.2009.
53. O Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).
54. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro suplente na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
55. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
56. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.
57. Em 29.09.2009, o Senador Aloizio Mercadante deixa de compor a Comissão como membro titular (Of. nº 135/2009-GLDBAG).
58. O Senador Mão Santa comunicou sua filiação ao Partido Social Cristão - PSC, conforme o OF. GSMS 098/2009, lido na sessão de 01.10.2009.
59. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).
60. Em 08.10.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 170/09-GLPSDB).
61. Em 09.10.2009, o Senador Flávio Arns é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 1682/09-GLPSDB).
62. Senador Expedito Júnior deixou o exercício do mandato em 5.11.2009.
63. Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato, conforme o OF. GSLQUI Nº 305/009, lido na sessão de 17.11.09.
64. Em 19.11.2009, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 154/2009-GLDBAG).
65. Em 20.11.2009, o Bloco de Apoio ao Governo cede vaga de membro titular na Comissão ao PDT (Of. nº 153/2009-GLDBAG).
66. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
67. Em 24.11.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada membro titular na Comissão em vaga cedida ao PDT pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 82/2009-LPDT).
68. O Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 22.12.09 (Requerimento nº 1.712/2009, deferido na sessão de 22.12.09).
69. Vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos, em 03.01.2010.
70. Em 03.02.2010, o Senador Jayme Campos foi designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (Of. nº 4/2010-GLDEM).
71. Vago em virtude do Senador Leomar Quintanilha ter se afastado do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
72. Em 04.02.2010, o Senador Geovani Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. GLPMDB nº 205/2010).
73. O Senador João Pedro deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Alfredo Nascimento, em 01.04.2010 (Of. nº 1/2010 - GSALFN, de 1/04/2010 - DSF de 07/04/10 p. 12098).
74. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 30.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa, em 31.03.2010 (Of. s/n, de 31/03/10 - DSF de 08/04/10 p. 12551).
75. Vago em virtude de o Senador Geovani Borges não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Gilvam Borges, em 22.04.2010 (Of. nº 1/2010-GSGB).
76. Em 28.04.2010, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 60/2010).
77. O Senador José Agripino licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 15.07.2010 (Requerimentos nºs 706 e 707, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).
78. Vago em virtude de o Senador Paulo Duque ter deixado o exercício do mandato, devido ao retorno do titular, Senador Regis Fichtner (comunicação lida na sessão não deliberativa de 14 de julho de 2010).
79. Em 16.07.2010, o Senador João Faustino é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 57/10-GLPSDB).
80. Em 03.08.2010, o Senador Regis Fichtner é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 104/2010).
81. Em 3.8.2010, o Senador José Bezerra é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 055/2010-GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.
82. Vago em virtude de o Senador José Bezerra ter deixado o exercício devido ao retorno do titular, Senador José Agripino, em 13.11.2010.
83. Vago em virtude de o Senador João Faustino ter deixado o exercício devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves Filho, em 13.11.2010.
84. Em 16.11.2010, o Senador José Agripino é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 069/10-GLDEM).

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER
(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 76, de 2007)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
VAGO (5)	1. Fátima Cleide (PT)
Serys Shessarenko (PT)	2. VAGO (3,5)
Maioria (PMDB, PP)	
VAGO (6)	1.
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO (2,4)	1. VAGO (1)
Lúcia Vânia (PSDB)	2.

Notas:

1. Vago em 17.02.2009 em virtude de o Senador Romeu Tuma não mais pertecer à Comissão.
2. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009, e ter sido substituída pelo Senador Virgínio de Carvalho, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 30/2008-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
3. A Senadora Patrícia Saboya integra a composição da Subcomissão em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo.
4. A Senadora Maria do Carmo Alves retornou ao mandato em 29.01.2009, aguardando indicação.
5. Vago em 17.02.09 em virtude de as Senadoras não pertencerem mais à Comissão.
6. Em 02.03.2009, vago em virtude de a Senadora Roseana Sarney ter sido substituída pelo Senador Valter Pereira na CDH (OF. GLPMDB nº 29/2009).

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3311-4251/2005

Fax: 3311-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

**6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE COMBATE AO TRABALHO ESCRAVO E
ACOMP. DA REGUL. FUNDIÁRIA DA AMAZÔNIA LEGAL**

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3311-4251/2005

Fax: 3311-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

**6.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA CRIANÇA, DO ADOLESCENTE, DA JUVENTUDE
E DO IDOSO**

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3311-4251/2005

Fax: 3311-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

VICE-PRESIDENTE: Senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽⁹⁾	
Eduardo Suplicy (PT) (40)	1. Aloizio Mercadante (PT) (39,69,85,88,89)
Antonio Carlos Valadares (PSB) (46,73)	2. Marina Silva (PV) (38,83,84)
João Ribeiro (PR) (44,68)	3. Renato Casagrande (PSB) (45,75)
Paulo Paim (PT) (47,95,99)	4. Magno Malta (PR) (43)
Roberto Cavalcanti (PRB) (42,55,67,86,87)	5. Augusto Botelho (S/PARTIDO) (22,41,50,72,106)
Maioria (PMDB, PP)	
Pedro Simon (PMDB) (1)	1. Almeida Lima (PMDB) (5,65)
Francisco Dornelles (PP) (61)	2. Inácio Arruda (PC DO B) (6,76,77)
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) (64)	3. Hélio Costa (PMDB) (2,94,96)
Romero Jucá (PMDB) (3,70,74)	4. Valdir Raupp (PMDB) (19,24,63)
Regis Fichtner (PMDB) (4,100,103)	5. Gilvam Borges (PMDB) (10,21,62,92,93,97,98)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Efraim Morais (DEM) (48)	1. Adelmir Santana (DEM) (11,54)
Demóstenes Torres (DEM) (58)	2. Rosalba Ciarlini (DEM) (7,51)
Marco Maciel (DEM) (18,29,57)	3. VAGO (23,27,56,101,102,104,105,109)
Heráclito Fortes (DEM) (8,52)	4. Alfredo Cotait (DEM) (53,78,79,80,107,108)
João Tenório (PSDB) (33,66)	5. Alvaro Dias (PSDB) (37)
Eduardo Azeredo (PSDB) (33)	6. Arthur Virgílio (PSDB) (17,34,71)
Flexa Ribeiro (PSDB) (35)	7. Tasso Jereissati (PSDB) (36)
PTB ⁽¹²⁾	
Fernando Collor (13,14,15,16,25,26,28,30,49)	1. Mozarildo Cavalcanti (49)
PDT	
Patrícia Saboya (32,60,81,82,90,91)	1. Cristovam Buarque (20,31,59)

Notas:

1. O Senador Pedro Simon teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 24/2009-GLPMDB).
2. O Senador Wellington Salgado teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 24/2009-GLPMDB).
3. O Senador Jarbas Vasconcelos teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 24/2009-GLPMDB).
4. O Senador Paulo Duque teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 24/2009-GLPMDB).
5. Em 22.08.2007, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 362/2007).
6. O Senador Leomar Quintanilha teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 24/2009-GLPMDB).
7. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007 (DSF 2.10.2007).
8. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

9. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
10. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
11. Vaga cedida temporariamente ao PSOL, conforme Ofício nº 10/2008-DEM (DSF 14.02.2008).
12. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
13. Em 05.09.2007, o Senador Euclydes Mello é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Fernando Collor (Of. nº 146/2007-GLDBAG).
14. Senador Euclydes Mello comunica filiação ao PRB, em 1ª/10/2007, Of. nº 041/2007 (DSF 10.10.2007).
15. Em 28.12.2007, vago em virtude do afastamento do Senador Euclydes Mello, devido ao retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato.
16. Em 14/02/2008, o Senador Fernando Collor é designado Titular do PTB na Comissão (Of. 15/2008-GLPTB).
17. Em 24/03/2008, o Senador Tasso Jereissati é designado Suplente do PSDB na Comissão (Of. 29/08 - GLPSDB).
18. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
19. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 122/08-GLPMDB).
20. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado suplente do PDT na Comissão (Of. nº 09/08-LPDT).
21. Em 05.06.2008, o Senador Valdir Raupp é designado suplente do PMDB e do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 168/2008).
22. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão, em substituição à Senadora Fátima Cleide (Of. 67/2008 - GLDBAG).
23. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
24. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 360/2008).
25. Senador Fernando Collor encontra-se licenciado do exercício do mandato a partir de 10.09.2008, pelo prazo de 123 dias (Requerimento nº 1094, de 2008).
26. Em 07.10.2008, a Senadora Ada Mello é designada membro titular do PTB na Comissão, em substituição ao Senador Fernando Collor (Of. nº 140/2008-GLPTB).
27. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
28. Vago em virtude do retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato, em 11.01.2009 (Of. nº 001/2009 - Gab. Sen. Fernando Collor).
29. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
30. Em 03/02/2009, o Senador Fernando Collor é designado Titular do PTB na Comissão (Of. 2/2009-GLPTB).
31. Em 11.02.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 08/2009-GLPDT), em substituição ao Senador Jefferson Praia.
32. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 08/09-GLPDT).
33. Em 12.02.2009, os Senadores Arthur Virgílio e Eduardo Azeredo tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 028/09-GLPSDB).
34. Em 12.02.2009, o Senador João Tenório é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 028/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Tasso Jereissati.
35. Em 12.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 028/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
36. Em 12.02.2009, o Senador Tasso Jereissati é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 028/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.
37. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 028/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
38. Em 16.02.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Aloízio Mercadante.
39. Em 16.02.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
40. Em 16.02.2009, o Senador Eduardo Suplicy teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
41. Em 16.02.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Marina Silva.
42. Em 16.02.2009, o Senador Tião Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Ribeiro.
43. Em 16.02.2009, o Senador Magno Malta é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Serys Slhessarenko.
44. Em 16.02.2009, o Senador Aloízio Mercadante é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.

45. Em 16.02.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
46. Em 16.02.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.
47. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Mozarildo Cavalcanti.
48. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Morais é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
49. Em 17.02.2009, o Senador Fernando Collor foi confirmado, como titular, e o Senador Mozarildo Cavalcanti, designado como suplentes, pela Liderança do PTB (Of. nº 032/09-GLPTB).
50. Em 17.02.2009, o Senador Tião Viana é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 018/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
51. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador César Borge.
52. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
53. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
54. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador José Nery.
55. Em 17.02.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 018/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Tião Viana.
56. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
57. Em 17.02.2009, o Senador Marco Maciel é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
58. Em 17.02.2009, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
59. Em 19.02.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado Suplente do PDT na Comissão, em substituição à Senadora Patrícia Saboya (Of. 19/09-GLPDT).
60. Em 19.02.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada Titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. 19/09-GLPDT).
61. Em 02/03/2009, o Senador Francisco Dornelles é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Mão Santa (Of. 24/2009-GLPMDB).
62. Em 02/03/2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. 24/2009-GLPMDB).
63. Em 02/03/2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. 24/2009-GLPMDB).
64. Em 02/03/2009, o Senador Geraldo Mesquita Júnior é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Almeida Lima (Of. 24/2009-GLPMDB).
65. Em 02/03/2009, o Senador Almeida Lima é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita Júnior (Of. 24/2009-GLPMDB).
66. Em 03.03.2009, o Senador João Tenório é designado membro titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Arthur Virgílio (Of. nº 47/09-GLPSDB).
67. Em 03.03.2009, o Senador Tião Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Augusto Botelho (Of. nº 026/09-GLDBAG).
68. Em 03.03.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Aloizio Mercadante (Of. nº 029/09-GLDBAG).
69. Em 03.03.2009, o Senador Flávio Arns é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (Of. nº 029/09-GLDBAG).
70. Vago, conforme comunicação do Senador Jarbas Vasconcelos, lido na sessão de 3 de março de 2009.
71. Em 03.03.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador João Tenório (Of. nº 47/09-GLPSDB).
72. Em 03.03.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Tião Viana (Of. nº 026/09-GLDBAG).
73. Em 10.03.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Renato Casagrande (Of. nº 050/2009-GLDBAG).
74. Em 10.03.2009, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 063/2009).
75. Em 10.03.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares (Of. nº 050/2009-GLDBAG).
76. Em 28.04.2009, o PMDB cede vaga de suplente ao PC do B (Of. GLPMDB nº 109/2009).
77. Em 30.04.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente em vaga cedida pelo PMDB na Comissão (Of. IA Nº 093/2009).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

78. Em 02/06/2009, o Senador Romeu Tuma é designado membro suplente em vaga cedida pelo DEM na Comissão (Of. Nº 165/2009/GLPTB).
79. Em 02/06/2009, a Liderança do Democratas cede, temporariamente, vaga de suplente ao Partido Trabalhista Brasileiro - PTB (Of. Nº 094/09-GLDEM).
80. Em 02/06/2009, a Senadora Kátia Abreu deixa de compor a Comissão (Of. 93/09-GLDEM).
81. A Senadora Patrícia Saboya encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, conforme o Requerimento nº 878, de 2009, aprovado no dia 15/07/2009, na Sessão Deliberativa Extraordinária iniciada em 14/07/2009.
82. Em 04.08.2009, o Senador Flávio Torres é designado membro titular do PDT na Comissão, em substituição à Senadora Patrícia Saboya (Of. nº 59/09-LPDT).
83. A Senadora Marina Silva desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.
84. A Senadora Marina Silva filiou-se do Partido Verde, conforme comunicação lida na sessão de 01.09.2009.
85. O Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (Of/GSFA/0801/2009).
86. Em 15.09.2009, o Senador Tião Viana deixa de compor a Comissão (Of. 125/09-GLDBAG).
87. Em 16.09.2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. GLDBAG nº 132/2009).
88. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).
89. Em 13.10.2009, o Senador Aloizio Mercadante é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 148/2009-GLDBAG).
90. Vago em virtude de o Senador Flávio Torres não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Patrícia Saboya, em 16.11.09.
91. Em 18.11.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada membro titular do PDT na Comissão (Of. 77/09-GLPDT).
92. O Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 22.12.09 (Requerimento nº 1.712/2009, deferido na sessão de 22.12.09).
93. Em 04.02.2010, o Senador Geovani Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. GLPMDB nº 205/2010).
94. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 30.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa, em 31.03.2010 (Of. s/n, de 31/03/10 - DSF de 08/04/10 p. 12551).
95. O Senador João Pedro deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Alfredo Nascimento, em 01.04.2010 (Of. GSALFN nº 1/2010, de 1/04/2010 - DSF de 07/04/10 p. 12098).
96. Em 13.04.2010, o Senador Hélio Costa é designado membro suplente do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 054/2010).
97. Vago em virtude de o Senador Geovani Borges não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Gilvam Borges, em 22.04.2010 (Of. nº 1/2010-GSGB).
98. Em 28.04.2010, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 60/2010).
99. Em 01.06.2010, o Senador Paulo Paim é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 036/2010-GLDBAG).
100. Vago em virtude de o Senador Paulo Duque ter deixado o exercício do mandato, devido ao retorno do titular, Senador Regis Fichtner (comunicação lida na sessão não deliberativa de 14 de julho de 2010).
101. O Senador José Agripino licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 15.07.2010 (Requerimentos nºs 706 e 707, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).
102. Em 3.8.2010, o Senador José Bezerra é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 055/2010-GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.
103. Em 03.08.2010, o Senador Regis Fichtner é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 105/2010).
104. Em 04.08.2010, o DEM cede a vaga de suplente ocupada pelo Senador José Bezerra ao PSDB (Of. Nº 051/10-GLDEM).
105. Em 4.8.2010, o Senador João Faustino é designado membro suplente na Comissão em vaga cedida pelos Democratas (Of. nº 60/2010-GLPSDB), em substituição ao Senador José Bezerra.
106. O Senador Augusto Botelho comunicou sua desfiliação do PT, conforme o Of. 273/10-GSABOT, lido na sessão de 05.08.2010.
107. Vago em virtude do falecimento do Senador Romeu Tuma, ocorrido em 26.10.2010.
108. Em 03.11.2010, o Senador Alfredo Cotaí é designado membro suplente do Democratas na Comissão (Of. nº 66/2010-GLDEM).
109. Vago em virtude de o Senador João Faustino ter deixado o exercício devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves Filho, em 13.11.2010.

Secretário(a): Alexandre Bastos de Melo

Reuniões: QUINTAS-FEIRAS 10:00 hs - Plenário nº 7 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Alexandre Bastos de Melo

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO REGIME INTERNACIONAL SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽²⁾	
VAGO ^(3,4,6)	1. VAGO ⁽⁷⁾
João Ribeiro (PR)	2. Augusto Botelho (S/PARTIDO) ⁽¹¹⁾
Maioria (PMDB, PP)	
VAGO ^(9,10)	1. Valdir Raupp (PMDB)
	2. VAGO ⁽⁸⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ⁽¹⁾	1. Rosalba Ciarlini (DEM)
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. VAGO ⁽⁷⁾
PDT	
Cristovam Buarque	1. VAGO ⁽⁵⁾

Notas:

1. Vago em 17.02.2009 em virtude de o Senador Romeu Tuma não mais pertencer à Comissão.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Em 28.12.2007, vago em virtude do afastamento do Senador Euclydes Mello, devido ao retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato.
4. Em 21.02.2008, o Senador Fernando Collor é designado membro titular na Subcomissão (Of. nº 008/2008-CRE).
5. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Peres, ocorrido em 23.05.2008.
6. Vago em razão da substituição do Senador Fernando Collor pela Senadora Ada Mello na CRE, em 07.10.2008 (Of. Nº 140/2008-GLPTB).
7. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.
8. Vago em 28.04.09 em virtude de o Senador Leomar Quintanilha não pertencer mais à CRE.
9. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.
10. Vago em 02.03.09 em virtude de o Senador Mão Santa não pertencer mais à Comissão (Of. nº 024/2009-GLPMDB).
11. O Senador Augusto Botelho comunicou sua desfiliação do PT, conforme o OF. 273/10-GSABOT, lido na sessão de 05.08.2010.

Secretário(a): Alexandre Bastos de Melo

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

**7.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO
DAS FORÇAS ARMADAS**

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽²⁾	
VAGO ^(1,4)	1. VAGO ⁽⁵⁾
Maioria (PMDB, PP)	
VAGO ⁽⁶⁾	1. Pedro Simon (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ⁽⁵⁾	1. Marco Maciel (DEM)
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
PDT	
VAGO ⁽³⁾	1.

Notas:

1. Vago, em virtude de o Senador Fernando Collor encontrar-se licenciado, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, no período de 30.08.2007 a 27.12.2007, e ter sido substituído pelo Senador Euclides Mello, na Comissão de Relações Exteriores (Of. nº 146/2007-GLDBAG).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Peres, ocorrido em 23.05.2008.
4. O Senador Fernando Collor retornou ao mandato em 11.01.2009. Aguardando indicação.
5. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.
6. Vago em virtude de o Senador Paulo Duque ter deixado o exercício do mandato, devido ao retorno do titular, Senador Regis Fichtner (comunicação lida na sessão não deliberativa de 14 de julho de 2010).

Secretário(a): Alexandre Bastos de Melo
Telefone(s): 3303-3496
Fax: 3303-3546
E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA E DA FAIXA DE FRONTEIRA

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR)

VICE-PRESIDENTE: Senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
José Agripino (DEM) ⁽⁵⁾	1. Rosalba Ciarlini (DEM)
VAGO ^(2,7)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Arthur Virgílio (PSDB)
	3. Tasso Jereissati (PSDB)
PMDB PP	
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)	1. Pedro Simon (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB) ^(1,3)	2. Romero Jucá (PMDB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Augusto Botelho (S/PARTIDO) ⁽⁶⁾	1. VAGO ⁽⁴⁾
PTB	
Mozarildo Cavalcanti	1. Fernando Collor

Notas:

1. Vago em 28.04.09 em virtude de o Senador Leomar Quintanilha não pertencer mais à CRE (OF. N° 054/2009 - CRE).
2. Em 17/06/2009, o Senador Romeu Tuma é designado Titular do Bloco Parlamentar da Minoria, em substituição à Senadora Kátia Abreu (Of. 077/2009-CRE).
3. Em 17/06/2009, o Senador Valdir Raupp é designado titular do Bloco da Maioria (Of. 077/2009-CRE).
4. Vago em 15.09.2009 em virtude de o Senador Tião Viana não pertencer mais à CRE (Of. 125/09-GLDBAG).
5. O Senador José Agripino licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 15.07.2010 (Requerimentos nºs 706 e 707, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).
6. O Senador Augusto Botelho comunicou sua desfiliação do PT, conforme o OF. 273/10-GSABOT, lido na sessão de 05.08.2010.
7. Vago em virtude do falecimento do Senador Romeu Tuma, ocorrido em 26.10.2010.

Secretário(a): Alexandre Bastos de Melo

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Fernando Collor (PTB-AL)

VICE-PRESIDENTE: Senador Eliseu Resende (DEM-MG)

TITULARES	SUPLENTEs
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) (2)	
Serys Shessarenko (PT) (18)	1. Marina Silva (PV) (16,66,68)
Delcídio Amaral (PT) (18,33,56)	2. Paulo Paim (PT) (25,33,57)
Ideli Salvatti (PT) (18,90,92,98,99)	3. Antonio Carlos Valadares (PSB) (19)
Inácio Arruda (PC DO B) (23)	4. VAGO (17,70,72,73)
Fátima Cleide (PT) (20)	5. Eduardo Suplicy (PT) (24)
João Ribeiro (PR) (21)	6. VAGO (22,81)
Maioria (PMDB, PP)	
Francisco Dornelles (PP) (52,63,64)	1. Neuto De Conto (PMDB) (3,6,54,94,97)
Gilvam Borges (PMDB) (53,76,79,85,86)	2. Hélio Costa (PMDB) (29,50,82,84)
Regis Fichtner (PMDB) (45,91,93)	3. Pedro Simon (PMDB) (8,10,11,44)
Mão Santa (PSC) (5,9,49,71,74)	4. Valter Pereira (PMDB) (46)
Valdir Raupp (PMDB) (48,60)	5. Leomar Quintanilha (PMDB) (47,64,89)
Edison Lobão (PMDB) (43,80,83)	6. Almeida Lima (PMDB) (51,55,63)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Gilberto Goellner (DEM) (34,87,88,95,96)	1. Antonio Carlos Júnior (DEM) (30)
Eliseu Resende (DEM) (26)	2. Efraim Moraes (DEM) (38)
Heráclito Fortes (DEM) (35)	3. Adelmir Santana (DEM) (36)
Jayme Campos (DEM) (37,67,69,77,78)	4. Rosalba Ciarlini (DEM) (31)
Kátia Abreu (DEM) (7,27)	5. Demóstenes Torres (DEM) (1,28)
Arthur Virgílio (PSDB) (40,61,65)	6. Cícero Lucena (PSDB) (14)
João Tenório (PSDB) (41,58)	7. Mário Couto (PSDB) (13,59,65)
Flexa Ribeiro (PSDB) (14)	8. Alvaro Dias (PSDB) (14,62)
Marconi Perillo (PSDB) (42)	9. Sérgio Guerra (PSDB) (15)
PTB (4)	
Fernando Collor (32)	1. Gim Argello (32)
PDT	
Acir Gurgacz (12,75)	1. João Durval (39,75)

Notas:

1. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
4. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
5. Em 23/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular do PMDB, na Comissão (Of. 125/08-GLPMDB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

6. Em 07/05/2008, o Senador Lobão Filho é designado Suplente do PMDB na Comissão (Of. 144/2008 - GLPMDB).
7. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
8. Em 09.07.2008, o Senador Casildo Maldaner é designado membro suplente do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 221/2008).
9. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 359/2008).
10. Vago em virtude do retorno do Senador Raimundo Colombo ao exercício do mandato, em 27.10.2008.
11. Em 02/12/2008, o Senador Paulo Duque é designado Suplente do PMDB na Comissão (Of. 532/2008 - GLPMDB).
12. Em 11.02.2009, o Senador João Durval teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 09/09-GLPDT).
13. Em 12.02.2009, o Senador João Tenório é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. 29/2009-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo.
14. Em 12.02.2009, os Senadores Cícero Lucena e Mário Couto, como suplentes, e o Senador Flexa Ribeiro, como titular, tiveram as suas indicações na Comissão ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 029/09-GLPSDB).
15. Em 12.02.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. 29/2009-GLPSDB), em substituição ao Senador Tasso Jereissati.
16. Em 16.02.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Flávio Arns.
17. Em 16.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Ribeiro.
18. Em 16.02.2009, os Senadores Delcício Amaral, Serys Slhessarenko e Ideli Salvatti tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
19. Em 16.02.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Alofizio Mercadante.
20. Em 16.02.2009, a Senadora Fátima Cleide é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
21. Em 16.02.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
22. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Renato Casagrande.
23. Em 16.02.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Francisco Dornelles.
24. Em 16.02.2009, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
25. Em 16.02.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Fátima Cleide.
26. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é confirmado como membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
27. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
28. Em 17.02.2009, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
29. Vago, em virtude de o Senador José Maranhão ter tomado posse no cargo de Governador de Estado, renunciando ao mandato de Senador.
30. Em 17.02.2009, o Senador Antonio Carlos Júnior é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.
31. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é confirmada como membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
32. Em 17.02.2009, o Senador Fernando Collor é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 33/09-GLPTB), em substituição ao Senador Gim Argello, que passa a integrar a suplência, em substituição ao Senador João Vicente Claudino.
33. Em 17.02.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 23/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Delcídio Amaral, que passa à suplência.
34. Em 17.02.2009, o Senador Gilberto Goellner é confirmado como membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
35. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Jayme Campos.
36. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é confirmado como membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
37. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
38. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Morais é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
39. Em 19/02/2009, o Senador Osmar Dias é designado Suplente do PDT na Comissão (Of. 20/09-GLPDT).
40. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. 29/2009-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
41. Em 12.02.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. 29/2009-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
42. Em 12.02.2009, o Senador Marconi Perillo é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. 29/2009-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

43. Em 02.03.2009, o Senador Wellington Salgado teve sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 22/2009).
44. Em 02.03.2009, o Senador Pedro Simon é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Duque (OF. GLPMDB nº 25/2009).
45. Em 02.03.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 25/2009).
46. Em 02.03.2009, o Senador Valter Pereira é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Neuto De Conto (OF. GLPMDB nº 25/2009).
47. Em 02.03.2009, o Senador Francisco Dornelles é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita (OF. GLPMDB nº 25/2009).
48. Em 02.03.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 25/2009).
49. Em 02.03.2009, o Senador Mão Santa é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 25/2009).
50. Em 02.03.2009, o Senador Lobão Filho é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 25/2009).
51. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (OF. GLPMDB nº 25/2009).
52. Em 02.03.2009, o Senador Almeida Lima é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (OF. GLPMDB nº 25/2009).
53. Em 02.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 25/2009).
54. Em 02.03.2009, o Senador Neuto De Conto é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Lobão Filho (OF. GLPMDB nº 25/2009).
55. Em 10.03.2009, vago em razão de o Senador Valdir Raupp ter sido designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 061/2009).
56. Em 10.03.2009, o Senador Delcídio Amaral é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Paim (Of. nº 025/09-GLDBAG).
57. Em 10.03.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Delcídio Amaral (Of. nº 025/09-GLDBAG).
58. Em 10/03/2009, o Senador João Tenório é designado Titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Arthur Virgílio, que passa à suplência (Of. 50/09 - GLPSDB).
59. Em 10/03/2009, o Senador Arthur Virgílio é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador João Tenório, que passa à titularidade (Of. 50/09 - GLPSDB).
60. Em 10.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita Júnior (OF. GLPMDB nº 061/2009).
61. Em 16.04.2009, o Senador Mário Couto é designado membro titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Alvaro Dias (Of. 76/09-GLPSDB).
62. Em 16.04.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Of. 76/09-GLPSDB).
63. Em 14.05.2009, o Senador Almeida Lima deixa a vaga de membro titular do PMDB na Comissão e assume a vaga de membro suplente (OF. GLPMDB nº 111/2009).
64. Em 14.05.2009, o Senador Francisco Dornelles deixa a vaga de membro suplente na Comissão e assume a vaga de membro titular cedida pelo PMDB (OF. GLPMDB nº 001-A-2009).
65. Em 12.08.2009, o Senador Arthur Virgílio deixa a suplência e é designado titular do PSDB, em substituição ao Senador Mário Couto, que passa a integrar a Comissão como suplente (Of. 136/09-GLPSDB).
66. A Senadora Marina Silva desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.
67. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
68. A Senadora Marina Silva filiou-se do Partido Verde, conforme comunicação lida na sessão de 01.09.2009.
69. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro titular na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
70. O Senador Expedito Júnior desfilou-se do Partido da República, conforme ofício lido na sessão de 23.09.2009 (Of. nº 221/2009-GSEJUN).
71. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Nacional, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.
72. O Senador Expedito Júnior filiou-se ao PSDB, conforme ofício lido na sessão de 29.09.2009 (Of. nº 225/2009-GSEJUN).
73. Em 29.09.2009, o Senador Expedito Júnior deixa de compor a Comissão (Of. 142/2009-GLDBAG).
74. O Senador Mão Santa comunicou sua filiação ao Partido Social Cristão - PSC, conforme o OF. GSMS 098/2009, lido na sessão de 01.10.2009.
75. Em 18.11.2009, o Senador Acir Gurgacz é designado membro titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador João Durval, que passa à suplência, no lugar do Senador Osmar Dias (Of. 79/09-GLPDT).
76. O Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 22.12.09 (Requerimento nº 1.712/2009, deferido na sessão de 22.12.09).
77. Vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos, em 03.01.2010.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

78. Em 03.02.2010, o Senador Jayme Campos foi designado membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (OF. nº 4/2010-GLDEM).
79. Em 04.02.2010, o Senador Geovani Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 205/2010).
80. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa, em 01.04.2010 (Of. s/n, de 31/03/10 - DSF de 08/04/10 p. 12551).
81. O Senador João Pedro deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Alfredo Nascimento, em 01.04.2010 (Of. nº 1/2010 - GSALFN, de 1/04/2010 - DSF de 07/04/10 p. 12098).
82. O Senador Lobão Filho deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Edison Lobão, em 01.04.2010 (DSF de 06/04/10 p. 11774).
83. Em 06.04.2010, o Senador Edison Lobão é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 46/2010).
84. Em 13.04.2010, o Senador Hélio Costa é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 057/2010).
85. Vago em virtude de o Senador Geovani Borges não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Gilvam Borges, em 22.04.2010 (Of. nº 1/2010-GSGB).
86. Em 28.04.2010, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 60/2010).
87. O Senador Gilberto Goellner licenciou-se, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 05.05.2010 (Requerimento nº 438/2010, aprovado na sessão de 04.05.2010).
88. Em 11.05.2010, o Senador Jorge Yanai é designado membro titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Gilberto Goellner (OF. GLDEM nº 32/2010).
89. Em 26.05.2010, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 74/2010).
90. A Senadora Ideli Salvatti licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 08.07.2010 (Requerimentos nºs 704 e 705, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).
91. Vago em virtude de o Senador Paulo Duque ter deixado o exercício do mandato, devido ao retorno do titular, Senador Regis Fichtner (comunicação lida na sessão não deliberativa de 14 de julho de 2010).
92. Em 15.07.2010, o Senador Belini Meurer é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Ideli Salvatti (Of. 052/2010-GLDBAG).
93. Em 03.08.2010, o Senador Regis Fichtner é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 106/2010).
94. O Senador Neuto De Conto afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 5 de agosto de 2010.
95. Vago em virtude de o Senador Jorge Yanai ter deixado o exercício, devido ao retorno do titular, Senador Gilberto Goellner, em 05/09/2010.
96. Em 05.10.2010, o Senador Gilberto Goellner é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 061/10-GLDEM).
97. O Senador Neuto de Conto reassumiu o exercício do mandato em 1º.10.2010 (OF. INT. GSNC nº 40/2010, lido na sessão de 05.10.2010).
98. Vago, em virtude do pronunciamento do Senador Belini Meurer na sessão do Senado de 06.10.2010.
99. Em 22.10.2010, a Senadora Ideli Salvatti é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 065/10-GLDBAG).

Secretário(a): Álvaro Araujo Souza

Reuniões: QUINTAS-FEIRAS - 8:30HS - Plenário nº 13 - Ala Alexandre Costa

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Finalidade: Subcomissão Permanente Destinada a Acompanhar a Implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Álvaro Araujo Souza

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO

Finalidade: Debater temas relacionados à infraestrutura e desenvolvimento urbano.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Álvaro Araujo Souza

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Neuto De Conto (PMDB-SC) (57,58,67,72)

VICE-PRESIDENTE: Senador César Borges (PR-BA)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) (3)	
César Borges (PR) (25)	1. Delcídio Amaral (PT) (7,24)
Serys Shlessarenko (PT) (2,28)	2. Roberto Cavalcanti (PRB) (23,50)
Antonio Carlos Valadares (PSB) (27)	3. Tião Viana (PT) (23,54)
José Nery (PSOL) (26)	4. VAGO (23)
Maioria (PMDB, PP)	
Neuto De Conto (PMDB) (38,46,55,56,68,71)	1. VAGO (48,62)
Valter Pereira (PMDB) (1,44)	2. Pedro Simon (PMDB) (45)
Romero Jucá (PMDB) (4,11,43)	3. Valdir Raupp (PMDB) (42)
Almeida Lima (PMDB) (41)	4. Gerson Camata (PMDB) (47,49,51)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
José Agripino (DEM) (33,65,66,73,74)	1. Gilberto Goellner (DEM) (35,63,64,69,70)
Marco Maciel (DEM) (32)	2. Jayme Campos (DEM) (30,52,53,59,60)
Rosalba Ciarlini (DEM) (31)	3. Demóstenes Torres (DEM) (9,12,37)
Adelmir Santana (DEM) (29)	4. Kátia Abreu (DEM) (6,14,36)
Lúcia Vânia (PSDB) (20)	5. Cícero Lucena (PSDB) (17)
Marconi Perillo (PSDB) (22)	6. Papaléo Paes (PSDB) (10,13,21,61)
Sérgio Guerra (PSDB) (18,61)	7. Tasso Jereissati (PSDB) (19)
PTB (5)	
Gim Argello (34)	1. Mozarildo Cavalcanti (34)
PDT	
Jefferson Praia (8,16,39)	1. João Durval (15,40)

Notas:

1. Vaga cedida ao PTB, nos termos do Ofício nº 361/2007 - GLPMDB.
2. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
5. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
6. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
7. Vago em virtude de o Senador Sibá Machado não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Marina Silva.
8. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado titular do PDT na Comissão (Of. nº 08/08-LPdT).
9. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
10. Em 21/08/2008, o Senador Marconi Perillo é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Of. 107-08-GLPSDB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

11. Em 28.10.2008, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. nº 461/2008/GLPMDB).
12. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
13. Em 26.11.2008, o Senador Flexa Ribeiro é designado suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Marconi Perillo (Ofício nº 135/08-GLPSDB).
14. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
15. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 10/2009-GLPDT), em substituição ao Senador Osmar Dias.
16. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado membro titular do PDT na Comissão (Of. nº 10/2009-GLPDT), em substituição ao Senador Jefferson Praia.
17. Em 12.02.2009, o Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 030/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Tasso Jereissati.
18. Em 12.02.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 030/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
19. Em 12.02.2009, o Senador Tasso Jereissati é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 030/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
20. Em 12.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PSDB (Of. nº 030/09-GLPSDB).
21. Em 12.02.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 030/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
22. Em 12.02.2009, o Senador Marconi Perillo é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 030/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.
23. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 - GLDBAG).
24. Em 16.02.2009, o Senador Delcídio Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG).
25. Em 16.02.2009, o Senador César Borges é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Fátima Cleide.
26. Em 16.02.2009, o Senador José Nery é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Vicente Claudino.
27. Em 16.02.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Pedro.
28. Em 16.02.2009, a Senadora Serys Slhessarenko é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Patrícia Saboya.
29. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini.
30. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é confirmado como membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
31. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
32. Em 17.02.2009, o Senador Marco Maciel é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
33. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.
34. Em 17.02.2009, o Senador Gim Argello é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 34/09-GLPTB), em substituição ao Senador Mozarildo Cavalcanti, que passa a integrar a suplência.
35. Em 17.02.2009, o Senador Gilberto Goellner é confirmado como membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
36. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
37. Em 17.02.2009, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
38. Vago, em virtude de o Senador José Maranhão ter tomado posse no cargo de Governador de Estado, renunciando ao mandato de Senador.
39. Em 19/02/2009, o Senador Jefferson Praia é designado Titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. 21/09-GLPDT).
40. Em 19/02/2009, o Senador João Durval é designado Suplente do PDT na Comissão (Of. 21/09-GLPDT).
41. Em 02.03.2009, o Senador Almeida Lima é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 33/2009).
42. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (OF. GLPMDB nº 33/2009).
43. Em 02.03.2009, o Senador Romero Jucá teve sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 33/2009).
44. Em 02.03.2009, o Senador Valter Pereira é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 33/2009).
45. Em 02.03.2009, o Senador Pedro Simon é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado (OF. GLPMDB nº 33/2009).
46. Em 02.03.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 33/2009).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

47. Em 02.03.2009, o Senador Jarbas Vasconcelos é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 33/2009).
48. Em 02.03.2009, o Senador Wellington Salgado é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 33/2009).
49. Vago, conforme comunicação do Senador Jarbas Vasconcelos, lido na sessão de 3 de março de 2009.
50. Em 05/03/2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 43/2009 - GLDBAG).
51. Em 10.03.2009, o Senador Gerson Camata é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 064/2009).
52. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
53. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro suplente na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
54. Em 15.09.2009, o Senador Tião Viana é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 126/09-GLDBAG).
55. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
56. Em 17.09.2009, o Senador Neuto de Conto é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 157/2009).
57. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 17 de setembro de 2009 (art. 39, II, do Regimento Interno).
58. Em 23.09.2009, o Senador Neuto de Conto é eleito Presidente da Comissão (OF. Nº 108/2009-CDR).
59. Vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos, em 03.01.2010.
60. Em 03.02.2010, o Senador Jayme Campos foi designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (OF. nº 4/2010-GLDEM).
61. Em 25.02.2010, o Senador Sérgio Guerra é designado membro titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Papaléo Paes, que assume a suplência (Of. 07/10-GLPSDB).
62. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 30.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa, em 31.03.2010 (Of. s/n, de 31/03/10 - DSF de 08/04/10 p. 12551).
63. O Senador Gilberto Goellner licenciou-se, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 05.05.2010 (Requerimento nº 438/2010, aprovado na sessão de 04.05.2010).
64. Em 11.05.2010, o Senador Jorge Yanai é designado membro suplente do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Gilberto Goellner (OF. GLDEM nº 32/2010).
65. O Senador José Agripino licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 15.07.2010 (Requerimentos nºs 706 e 707, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).
66. Em 3.8.2010, o Senador José Bezerra é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 055/2010-GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.
67. Vago (art. 88, § 5º), em virtude de o Senador Neuto de Conto ter se afastado do exercício do mandato nos termos do art. 39, II - RISF.
68. O Senador Neuto de Conto afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 5 de agosto de 2010.
69. Vago em virtude de o Senador Jorge Yanai ter deixado o exercício, devido ao retorno do titular, Senador Gilberto Goellner, em 05/09/2010.
70. Em 05.10.2010, o Senador Gilberto Goellner é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 061/10-GLDEM).
71. O Senador Neuto de Conto reassumiu o exercício do mandato em 1º.10.2010 (OF. INT. GSNC nº 40/2010, lido na sessão de 05.10.2010).
72. Em 06.10.2010, o Senador Neuto de Conto é eleito Presidente da Comissão (OF. Nº 79/2010-CDR).
73. Vago em virtude de o Senador José Bezerra ter deixado o exercício devido ao retorno do titular, Senador José Agripino, em 13.11.2010.
74. Em 16.11.2010, o Senador José Agripino é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 069/09-GLDEM).

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins

Reuniões: QUARTAS-FEIRAS - 14:00HS -

Telefone(s): 3311-4282

Fax: 3311-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Valter Pereira (PMDB-MS)

VICE-PRESIDENTE: VAGO (77,79)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) (1)	
Delcídio Amaral (PT) (19)	1. Antonio Carlos Valadares (PSB) (19,71)
VAGO (18,63,67,70,75)	2. Fátima Cleide (PT) (4,6,20)
Augusto Botelho (S/PARTIDO) (17,25,49,87)	3. Eduardo Suplicy (PT) (23,60,61,62,65)
César Borges (PR) (22,54)	4. Serys Slhessarenko (PT) (21,52)
Maioria (PMDB, PP)	
VAGO (2,11,44,47,59,68,69,74)	1. Romero Jucá (PMDB) (40,45)
Neuto De Conto (PMDB) (34,43,86,90)	2. Valdir Raupp (PMDB) (36,38)
Gerson Camata (PMDB) (39,46)	3. Renan Calheiros (PMDB) (35,41)
Valter Pereira (PMDB) (37,50)	4. Regis Fichtner (PMDB) (42,48,82,85)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Gilberto Goellner (DEM) (29,77,78,88,89)	1. Demóstenes Torres (DEM) (3,32)
Raimundo Colombo (DEM) (30,80,84,93,94)	2. Heráclito Fortes (DEM) (26)
Kátia Abreu (DEM) (31)	3. Rosalba Ciarlini (DEM) (7,28)
Jayme Campos (DEM) (8,10,27,57,58,72,73)	4. José Agripino (DEM) (24,81)
VAGO (16,53,55,64,66,83,92)	5. Mário Couto (PSDB) (15,56)
Flexa Ribeiro (PSDB) (12,56)	6. João Tenório (PSDB) (13)
Marisa Serrano (PSDB) (13)	7. Marconi Perillo (PSDB) (14)
PTB (5)	
VAGO (9,33,91)	1. Sérgio Zambiasi (33,51)
PDT	
Osmar Dias	1. João Durval

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
3. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
4. Em 01/04/2008, o Senador Sibá Machado é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Aloizio Mercadante.
5. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
6. Vago em virtude de o Senador Sibá Machado não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Marina Silva.
7. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
8. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
9. Em virtude do retorno do titular, Senador Cícero Lucena.
10. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
11. Em 04/12/2008, o Senador Gerson Camata é designado Titular do PMDB na Comissão (Of. nº 536/2008-GLPMDB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

12. Em 12.02.2009, o Senador Mário Couto é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 031/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
13. Em 12.02.2009, a Senadora Marisa Serrano teve a sua indicação, como titular, e o Senador João Tenório, como suplente da Comissão, ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 031/09-GLPSDB).
14. Em 12.02.2009, o Senador Marconi Perillo é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 031/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.
15. Em 12.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 031/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
16. Em 12.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 031/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
17. Em 16.02.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
18. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.
19. Em 16.02.2009, o Senador Delcídio Amaral, como titular, e o Senador Paulo Paim, como suplente, tiveram as suas indicações na Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
20. Em 16.02.2009, a Senadora Fátima Cleide é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG).
21. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 - GLDBAG).
22. Em 16.02.2009, o Senador Magno Malta é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Pedro.
23. Em 16.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador César Borges.
24. Em 17/02/2009, o Senador José Agripino é designado Suplente do DEM na Comissão, em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini (Of. 012/09-GLDEM).
25. Em 17.02.2009, o Bloco de Apoio ao Governo pede seja desconsiderada a indicação do Senador Augusto Botelho como membro titular na Comissão (Of. nº 17/09-GLDBAG).
26. Em 17/02/2009, o Senador Heráclito Fortes é designado Suplente do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Eliseu Resende (Of. 012/09-GLDEM).
27. Em 17/02/2009, o Senador Jayme Campos é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição à Senadora Kátia Abreu (Of. 012/09-GLDEM).
28. Em 17/02/2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada Suplente do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Raimundo Colombo (Of. 012/09-GLDEM).
29. Em 17/02/2009, o Senador Gilberto Goellner é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Heráclito Fortes (Of. 012/09-GLDEM).
30. Em 17/02/2009, o Senador Raimundo Colombo é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (Of. 012/09-GLDEM).
31. Em 17/02/2009, a Senadora Kátia Abreu é designada Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Gilberto Goellner (Of. 012/09-GLDEM).
32. Em 17/02/2009, o Senador Demóstenes Torres é designado Suplente do DEM na Comissão (Of. 012/09-GLDEM).
33. Em 17.02.2009, os Senadores Romeu Tuma e Gim Argello são designados, respectivamente, membros titular e suplente do PTB na Comissão (Of. nº 35/09-GLPTB).
34. Em 04/03/2009, o Senador Neuto de Conto teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
35. Em 02.03.2009, o Senador Renan Calheiros é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (Of. GLPMDB nº 31/2009).
36. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (Of. GLPMDB nº 31/2009).
37. Em 02.03.2009, o Senador Mão Santa é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Neuto De Conto (Of. GLPMDB nº 31/2009).
38. Em 04/03/2009, o Senador Valdir Raupp teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
39. Em 04/03/2009, o Senador Gerson Camata teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
40. Em 04/03/2009, o Senador Romero Jucá teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
41. Em 04/03/2009, o Senador Renan Calheiros teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
42. Em 02.03.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Mão Santa (Of. GLPMDB nº 31/2009).
43. Em 02.03.2009, o Senador Neuto De Conto é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (Of. GLPMDB nº 31/2009).

44. Em 04/03/2009, o Senador Leomar Quintanilha teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
45. Em 02.03.2009, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. GLPMDB nº 31/2009).
46. Em 02.03.2009, o Senador Gerson Camata é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (Of. GLPMDB nº 31/2009).
47. Em 02.03.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gerson Camata (Of. GLPMDB nº 31/2009).
48. Em 04/03/2009, o Senador Paulo Duque teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
49. Em 03.03.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 024/09-GLDBAG).
50. Em 04/03/2009, o Senador Valter Pereira é designado Titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Mão Santa (Of. 46/2009 - GLPMDB).
51. Em 05/03/2009, o Senador Sérgio Zambiasi é designado Suplente do PTB na Comissão, em substituição ao Senador Gim Argello (Of. 86/2009 - GLPTB).
52. Em 31.03.2009, a Senadora Serys Slhessarenko é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 072/2009-GLDBAG).
53. Em 16.04.2009, a Senadora Lúcia Vânia deixa de integrar a Comissão em virtude da comunicação contida no Of. nº 75/09-GLPSDB.
54. Em 29.04.2009, o Senador César Borges é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Magno Malta (Of. nº 016/09-GLDBAG).
55. Em 12.08.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. 137/09-GLPSDB).
56. Em 12.08.2009, o Senador Flexa Ribeiro deixa a suplência e é designado titular do PSDB, em substituição ao Senador Mário Couto, que passa a integrar a Comissão como suplente (Of. 138/09-GLPSDB).
57. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
58. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro titular na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
59. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
60. O Senador Expedito Júnior desfilou-se do Partido da República, conforme ofício lido na sessão de 23.09.2009 (Of. nº 221/2009-GSEJUN).
61. O Senador Expedito Júnior filiou-se ao PSDB, conforme ofício lido na sessão de 29.09.2009 (Of. nº 225/2009-GSEJUN).
62. Em 29.09.2009, o Senador Expedito Júnior deixa de compor a Comissão como membro suplente (Of. 141/2009-GLDBAG).
63. Em 29.09.2009, o Senador Sadi Cassol é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Pedro (Of. 140/2009-GLDBAG).
64. Em 08.10.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 169/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Arthur Virgílio.
65. Em 08/10/2009, o Senador Eduardo Suplicy é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 144/2009 - GLDBAG).
66. Senador Expedito Júnior deixou o exercício do mandato em 5.11.2009.
67. Vago em virtude de o Senador Sadi Cassol não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Leomar Quintanilha (lida comunicação na sessão de 17.11.09).
68. Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato, conforme o OF. GSLQUI Nº 305/009, lido na sessão de 17.11.09.
69. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
70. Em 2.12.2009, o Senador Sadi Cassol é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 158/2009-GLDBAG).
71. Em 08.12.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Paim (Of. 163/2009-GLDBAG).
72. Vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos, em 03.01.2010.
73. Em 03.02.2010, o Senador Jayme Campos foi designado membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (Of. nº 4/2010-GLDEM).
74. Vago em virtude do Senador Leomar Quintanilha ter se afastado do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
75. O Senador Sadi Cassol deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Leomar Quintanilha, em 01.04.2010 (DSF de 06/04/10 p. 11774).
76. O Senador Gilberto Goellner licenciou-se, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 05.05.2010 (Requerimento nº 438/2010, aprovado na sessão de 04.05.2010).
77. O Senador Gilberto Goellner licenciou-se por 123 dias, a partir de 05.05.2010, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno (Requerimento nº 438/2010, aprovado na sessão de 04.05.2010).
78. Em 18.05.2010, o Senador Jorge Yanai é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria (DEM), em substituição ao Senador Gilberto Goellner (Of. Nº 037/10-GLDEM).
79. Vago em 18.05.2010 em virtude de o Senador Gilberto Goellner não pertencer mais à Comissão (Of. Nº 037/10-GLDEM).
80. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 08.07.2010 (Requerimentos nºs 702 e 703, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).

81. O Senador José Agripino licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 15.07.2010 (Requerimentos nºs 706 e 707, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).
82. Vago em virtude de o Senador Paulo Duque ter deixado o exercício do mandato, devido ao retorno do titular, Senador Regis Fichtner (comunicação lida na sessão não deliberativa de 14 de julho de 2010).
83. Em 16.07.2010, o Senador João Faustino é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 56/10-GLPSDB).
84. Em 3.8.2010, o Senador José Bezerra é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 055/2010-GLDEM), em substituição ao Senador Raimundo Colombo.
85. Em 03.08.2010, o Senador Regis Fichtner é designado membro suplente do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 111/2010).
86. O Senador Neuto De Conto afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 5 de agosto de 2010.
87. O Senador Augusto Botelho comunicou sua desfiliação do PT, conforme o OF. 273/10-GSABOT, lido na sessão de 05.08.2010.
88. Vago em virtude de o Senador Jorge Yanai ter deixado o exercício, devido ao retorno do titular, Senador Gilberto Goellner, em 05.09.2010.
89. Em 05.10.2010, o Senador Gilberto Goellner é designado membro titular DEM na Comissão (Of. nº 061/10-GLDEM).
90. O Senador Neuto de Conto reassumiu o exercício do mandato em 1º.10.2010 (OF. INT. GSNC nº 40/2010, lido na sessão de 05.10.2010).
91. Vago em virtude do falecimento do Senador Romeu Tuma, ocorrido em 26.10.2010.
92. Vago em virtude de o Senador João Faustino ter deixado o exercício devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves Filho, em 13.11.2010.
93. Vago em virtude de o Senador José Bezerra ter deixado o exercício devido ao retorno do titular, Senador José Agripino, em 13.11.2010.
94. Em 16.11.2010, o Senador Raimundo Colombo é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 068/10-GLDEM).

Secretário(a): Marcello Varella
Reuniões: QUINTAS-FEIRAS - 12:00HS -
Telefone(s): 3311-3506
E-mail: marcello@senado.gov.br

10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽¹⁾	
VAGO ⁽²⁾	1. Paulo Paim (PT)
VAGO ⁽⁴⁾	2. VAGO ^(5,7,9)
Maioria (PMDB, PP)	
Valter Pereira (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Neuto De Conto (PMDB) ^(13,14)	2. VAGO ^(6,8)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ^(10,11)	1. Raimundo Colombo (DEM) ^(3,12)
	2. Rosalba Ciarlini (DEM)
João Tenório (PSDB)	3. VAGO ⁽⁴⁾
Marisa Serrano (PSDB)	

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. O Senador Sibá Machado deixou o exercício do mandato em 14.05.2008, em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
3. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
4. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.
5. O Senador Expedito Júnior desfilou-se do Partido da República, conforme ofício lido na sessão de 23.09.2009 (Of. nº 221/2009-GSEJUN).
6. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.
7. O Senador Expedito Júnior filiou-se ao PSDB, conforme ofício lido na sessão de 29.09.2009 (Of. nº 225/2009-GSEJUN).
8. Vago em 04.03.09 em virtude de o Senador Mão Santa não pertencer mais à Comissão (Of. nº 046/2009-GLPMDB).
9. Senador Expedito Júnior deixou o exercício do mandato em 5.11.2009.
10. O Senador Gilberto Goellner licenciou-se, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 05.05.2010 (Requerimento nº 438/2010, aprovado na sessão de 04.05.2010).
11. Vago em 18.05.2010 em virtude de o Senador Gilberto Goellner não pertencer mais à CRA (OF. Nº 037/10-GLDEM).
12. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 08.07.2010 (Requerimentos nºs 702 e 703, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).
13. O Senador Neuto De Conto afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 5 de agosto de 2010.
14. O Senador Neuto de Conto reassumiu o exercício do mandato em 1º.10.2010 (OF. INT. GSNC nº 40/2010, lido na sessão de 05.10.2010).

Secretário(a): Marcello Varella

Telefone(s): 3311-3506

E-mail: marcello@senado.gov.br

10.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - IRRIGAÇÃO NA REGIÃO CENTRO-OESTE

Finalidade: Avaliar, no prazo de noventa dias, as razões do descumprimento do inciso I do art. 42 do Ato das Disposições Transitórias, que estabelece que, durante vinte e cinco anos, a União aplicará vinte por cento dos recursos destinados à irrigação na região Centro-Oeste.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Designação: 11/05/2010

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Serys Slhessarenko (PT)	1. César Borges (PR)
Delcídio Amaral (PT)	2. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Maioria (PMDB, PP)	
	1. Gerson Camata (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO (1)	
Jayne Campos (DEM)	
Marisa Serrano (PSDB)	
PTB	
	1. VAGO (2)

Notas:

1. Vago em virtude de o Senador Jorge Yanai ter deixado o exercício, devido ao retorno do titular, Senador Gilberto Goellner.

2. Vago em virtude do falecimento do Senador Romeu Tuma, ocorrido em 26.10.2010.

*. Em 11.05.2010, lido o Of. nº 101/2010-CRA, que designa os membros da Subcomissão.

Secretário(a): Marcello Varella

Telefone(s): 3311-3506

E-mail: marcello@senado.gov.br

**11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA,
INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT**

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

VICE-PRESIDENTE: Senador Roberto Cavalcanti (PRB-PB) (64,78)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) (4)	
Marcelo Crivella (PRB) (22)	1. Delcídio Amaral (PT) (20)
Renato Casagrande (PSB) (21)	2. Flávio Arns (PSDB) (22,52,54)
Alfredo Nascimento (PR) (18,70)	3. Antonio Carlos Valadares (PSB) (19,46)
Roberto Cavalcanti (PRB) (19,41,47)	4. João Ribeiro (PR) (19,45)
Maioria (PMDB, PP)	
Hélio Costa (PMDB) (34,63,66)	1. Valter Pereira (PMDB) (35)
Leomar Quintanilha (PMDB) (40,65,72)	2. Romero Jucá (PMDB) (39)
Gerson Camata (PMDB) (7,10,37)	3. Gilvam Borges (PMDB) (8,9,36,43,48,59,60,67,68)
Valdir Raupp (PMDB) (38,42)	4. Regis Fichtner (PMDB) (2,53,56,58,61,73,75,76)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Antonio Carlos Júnior (DEM) (30)	1. Gilberto Goellner (DEM) (28,69,71,79,80)
Demóstenes Torres (DEM) (3,25)	2. Eliseu Resende (DEM) (27)
José Agripino (DEM) (6,12,24,74,77,81,82)	3. Marco Maciel (DEM) (1)
Efraim Morais (DEM) (26)	4. Kátia Abreu (DEM) (23)
Cícero Lucena (PSDB) (15)	5. Eduardo Azeredo (PSDB) (14,29)
Flexa Ribeiro (PSDB) (14,29)	6. Papaléo Paes (PSDB) (17,49,62)
Sérgio Guerra (PSDB) (16,62)	7. Arthur Virgílio (PSDB) (11,14,44)
PTB (5)	
Sérgio Zambiasi (31)	1. Fernando Collor (31)
PDT	
Acir Gurgacz (13,32,50,51,55,57)	1. Cristovam Buarque (33)

Notas:

1. Em 17/02/2009, o Senador Marco Maciel é confirmado como membro Suplente DEM na Comissão (Of. 012/09-GLDEM).
2. O Senador Leomar Quintanilha teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 32/2009-GLPMDB).
3. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
4. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
5. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
6. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
7. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 113/08-GLPMDB).
8. Vaga cedida pelo PMDB ao PTB, em 29.05.2008, nos termos do OF. GLPMDB Nº 151/2008.
9. Em 02.06.2008, o Senador Gim Argello, do PTB, é designado suplente na Comissão, em vaga do PMDB (OF. Nº 088/2008/GLPTB).
10. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 353/2008).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

11. Em 21/10/2008, o Senador Sérgio Guerra é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Papaléo Paes (Of. nº 121/08-GLPSDB).
12. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
13. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 11/09-GLPDT).
14. Em 12.02.2009, os Senadores Flexa Ribeiro e Sérgio Guerra tiveram as suas indicações, como suplentes, e o Senador Eduardo Azeredo, como titular da Comissão, ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 032/09-GLPSDB).
15. Em 12.02.2009, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 032/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
16. Em 12.02.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 032/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
17. Em 12.02.2009, a Senadora Marisa Serrano é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 032/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
18. Em 16.02.2009, o Senador Magno Malta é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Renato Casagrande.
19. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 - GLDBAG).
20. Em 16.02.2009, o Senador Delcídio Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
21. Em 16.02.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
22. Em 16.02.2009, o Senador Marcelo Crivella, como titular, e o Senador Flávio Arns, como suplente, tiveram as suas indicações na Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
23. Em 17/02/2009, a Senadora Kátia Abreu é designada Suplente do DEM na Comissão, em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini (Of. 012/09-GLDEM).
24. Em 17/02/2009, o Senador José Agripino é designado Titular do DEM na Comissão (Of. 012/09-GLDEM).
25. Em 17/02/2009, o Senador Demóstenes Torres é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Romeu Tuma (Of. 012/09-GLDEM).
26. Em 17/02/2009, o Senador Efraim Morais é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Junior (Of. 012/09-GLDEM).
27. Em 17/02/2009, o Senador Eliseu Resende é designado Suplente do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Heráclito Fortes (Of. 012/09-GLDEM).
28. Em 17/02/2009, o Senador Gilberto Goellner é designado Suplente do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Eliseu Resende (Of. 012/09-GLDEM).
29. Em 17.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 42/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo, que passa à suplência.
30. Em 17/02/2009, o Senador Antonio Carlos Júnior é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Demóstenes Torres (Of. 012/09-GLDEM).
31. Em 17.02.2009, o Senador Sérgio Zambiasi é confirmado como membro titular do PTB na Comissão e o Senador Fernando Collor é designado como membro suplente (Of. nº 36/09-GLPTB).
32. Em 19/02/2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada Titular do PDT na Comissão em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. 23/09-GLPDT).
33. Em 19/02/2009, o Senador Cristovam Buarque é designado Suplente do PDT na Comissão (Of. 23/09-GLPDT).
34. Em 02/03/2009, o Senador Wellington Salgado de Oliveira é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. 32/2009-GLPMDB).
35. Em 02/03/2009, o Senador Valter Pereira é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (Of. 32/2009-GLPMDB).
36. Em 02/03/2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gim Argello (Of. 32/2009-GLPMDB).
37. Em 02/03/2009, o Senador Gerson Camata é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. 32/2009-GLPMDB).
38. Em 02/03/2009, o Senador Geraldo Mesquita Júnior é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (Of. 32/2009-GLPMDB).
39. Em 02/03/2009, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gerson Camata (Of. 32/2009-GLPMDB).
40. Em 02/03/2009, o Senador Lobão Filho é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado de Oliveira (Of. 32/2009-GLPMDB).
41. Em 04.03.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 030/2009-GLDBAG).
42. Em 10.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita Júnior (Of. GLPMDB nº 061/2009).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

43. Em 10.03.2009, vago em razão de o Senador Valdir Raupp ter sido designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 061/2009).
44. Em 10/03/2009, o Senador Arthur Virgílio é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Guerra (Of. 54/09-GLPSDB).
45. Em 10.03.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 039/2009-GLDBAG).
46. Em 10.03.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 049/2009-GLDBAG).
47. Em 10.03.2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares (Of. nº 046/09-GLDBAG).
48. Em 11.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 065/2009).
49. Em 12.03.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Marisa Serrano (Of. nº 054/09-GLPSDB).
50. A Senadora Patrícia Saboya encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, conforme o Requerimento nº 878, de 2009, aprovado no dia 15/07/2009, na Sessão Deliberativa Extraordinária iniciada em 14/07/2009.
51. Em 04.08.2009, o Senador Flávio Torres é designado membro titular do PDT na Comissão, em substituição à Senadora Patrícia Saboya (Of. nº 58/09-LPDT).
52. O Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).
53. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
54. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).
55. Vago em virtude de o Senador Flávio Torres não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Patrícia Saboya, em 16.11.09.
56. Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato, conforme o OF. GSLQUI Nº 305/009, lido na sessão de 17.11.09.
57. Em 18.11.2009, o Senador Acir Gurgacz é designado membro titular do PDT na Comissão (Of. 75/09-GLPDT).
58. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
59. O Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 22.12.09 (Requerimento nº 1.712/2009, deferido na sessão de 22.12.09).
60. Em 04.02.2010, o Senador Geovani Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 205/2010).
61. Vago em virtude do Senador Leomar Quintanilha ter se afastado do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
62. Em 25.02.2010, o Senador Sérgio Guerra é designado membro titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Papaléo Paes, que assume a suplência (Of. 06/10-GLPSDB).
63. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa, em 01.04.2010 (Of. s/n, de 31/03/10 - DSF de 08/04/10 p. 12551).
64. Em 31.03.2010, o Senador Lobão Filho deixou o exercício do mandato, em virtude do retorno do titular, Senador Edison Lobão.
65. O Senador Lobão Filho deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Edison Lobão, em 01.04.2010 (DSF de 06/04/10 p. 11774).
66. Em 06.04.2010, o Senador Hélio Costa é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 50/2010).
67. Vago em virtude de o Senador Geovani Borges não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Gilvam Borges, em 22.04.2010 (Of. nº 1/2010-GSGB).
68. Em 28.04.2010, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 60/2010).
69. O Senador Gilberto Goellner licenciou-se, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 05.05.2010 (Requerimento nº 438/2010, aprovado na sessão de 04.05.2010).
70. Em 05.05.2010, o Senador Alfredo Nascimento é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Magno Malta (OF nº 30/2010-GLDBAG).
71. Em 11.05.2010, o Senador Jorge Yanai é designado membro suplente do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Gilberto Goellner (OF. GLDEM nº 32/2010).
72. Em 26.05.2010, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 73/2010).
73. Em 26.05.2010, o Senador Paulo Duque é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 75/2010).
74. O Senador José Agripino licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 15.07.2010 (Requerimentos nºs 706 e 707, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).
75. Vago em virtude de o Senador Paulo Duque ter deixado o exercício do mandato, devido ao retorno do titular, Senador Regis Fichtner (comunicação lida na sessão não deliberativa de 14 de julho de 2010).
76. Em 03.08.2010, o Senador Regis Fichtner é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 112/2010).
77. Em 3.8.2010, o Senador José Bezerra é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 055/2010-GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.
78. Em 01.09.2010, o Senador Roberto Cavalcanti foi eleito Vice-Presidente da Comissão (Of. nº 124/2010-CCT).
79. Vago em virtude de o Senador Jorge Yanai ter deixado o exercício, devido ao retorno do titular, Senador Gilberto Goellner, em 05/09/2010.
80. Em 05.10.2010, o Senador Gilberto Goellner é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 061/10-GLDEM).
81. Vago em virtude de o Senador José Bezerra ter deixado o exercício devido ao retorno do titular, Senador José Agripino, em 13.11.2010.
82. Em 16/11/2010, o Senador José Agripino é designado Titular do DEM na Comissão (Of. 069/10-GLDEM).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

11.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽¹⁾	
Flávio Arns (PSDB) ^(4,5)	1. Sérgio Zambiasi (PTB)
Renato Casagrande (PSB)	2. VAGO ⁽³⁾
Maioria (PMDB, PP)	
Valter Pereira (PMDB)	1. VAGO ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM)	1. VAGO ⁽³⁾
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Vago, em virtude de o Senador Gilvam Borges ter-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008, e ter sido substituído pelo Senador Geovani Borges, na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (Of. 113/2008-GLPMDB).
3. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.
4. O Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).
5. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Telefone(s): 3311-1120

Fax: 3311-2025

E-mail: scomcct@senado.gov.br

**COMPOSIÇÃO
CONSELHOS e ÓRGÃOS**

1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR

(Resolução nº 17, de 1993)

SENADORES	CARGO
VAGO (1,2)	CORREGEDOR
VAGO	1º CORREGEDOR SUBSTITUTO
VAGO	2º CORREGEDOR SUBSTITUTO
	3º CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 26/10/2010

Notas:

1. Eleito na Sessão do Senado Federal de 04.03.2009
2. Vago em virtude do falecimento do Senador Romeu Tuma, ocorrido em 26.10.2010.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260
E-mail:scop@senado.gov.br

2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE: VAGO ^(2,17)

VICE-PRESIDENTE: Senador Gim Argello (PTB-DF) ⁽⁴⁾

1ª Eleição Geral: 19/04/1995 **4ª Eleição Geral:** 13/03/2003

2ª Eleição Geral: 30/06/1999 **5ª Eleição Geral:** 23/11/2005

3ª Eleição Geral: 27/06/2001 **6ª Eleição Geral:** 06/03/2007

TITULARES		SUPLENTE	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)			
VAGO (3)		1. Delcídio Amaral (PT-MS)	
VAGO (14)		2. Ideli Salvatti (PT-SC) (16,19)	
VAGO (1)		3. Eduardo Suplicy (PT-SP)	
Inácio Arruda (PC DO B-CE) (18)		4. Augusto Botelho (S/PARTIDO-RR)	
Maioria (PMDB, PP)			
VAGO (15)		1. Valdir Raupp (PMDB-RO)	
Almeida Lima (PMDB-SE)		2. Romero Jucá (PMDB-RR)	
Gilvam Borges (PMDB-AP)		3. Mão Santa (PSC-PI) (13)	
VAGO		4. VAGO (5)	
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)			
VAGO (10)		1. VAGO (11)	
VAGO (12)		2. VAGO (6)	
VAGO (7)		3. VAGO (8)	
VAGO (9)		4. VAGO (9)	
VAGO (9)		5.	
PTB			
Gim Argello (DF)		1. João Vicente Claudino (PI)	
PDT			
João Durval (BA)		1. Jefferson Praia (AM)	
Corregedor do Senado (Membro nato - art. 25 da Resolução nº 20/93)			
VAGO (/) (20)			

Atualização: 03/11/2010

Notas:

1. O Senador João Ribeiro (PR-TO) declinou do mandato de membro titular do Conselho, conforme Of. nº 60/2009-GSJRI, de 15.07.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
2. Eleito na 1ª reunião do Conselho de 2009, realizada em 15.07.2009
3. O Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) renunciou ao mandato de membro titular do Conselho, conforme Of.GSACV nº 161/2009, de 03.08.2009, lido em sessão plenária da mesma data.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

4. Eleito na 2ª reunião do Conselho de 2009, realizada em 05.08.2009.
5. O Senador Lobão Filho(PMDB-MA) renunciou ao mandato de suplente do Conselho, conforme Of.01-G/2009, de 19.08.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
6. A Senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN) renunciou ao mandato de suplente do Conselho, conforme Of.119/2009-GLDEM, de 25.08.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
7. O Senador Eliseu Resende (DEM-MG) renunciou ao mandato de membro titular do Conselho, conforme Of.117/2009-GLDEM, de 25.08.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
8. A Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) renunciou ao mandato de suplente do Conselho, conforme Of.029/2009-GSMALV, de 25.08.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
9. Os Senadores Sérgio Guerra (PSDB-PE), Marisa Serrano (PSDB-MG) renunciaram ao mandato de membro titular do Conselho e o Senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) ao de suplente, conforme Of. s/nº, de 25.08.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
10. O Senador Demostenes Torres (DEM-GO) renunciou ao mandato de membro titular do Conselho, conforme Of.116/2009-GLDEM, de 25.08.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
11. O Senador Antonio Carlos Júnior (DEM-BA) renunciou ao mandato de suplente do Conselho, conforme Of.118/2009-GLDEM, de 25.08.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
12. O Senador Heráclito Fortes (DEM-PI) renunciou ao mandato de membro titular do Conselho, conforme Of. nº 115/2009-GLDEM, de 25.08.2009, lido em sessão plenária de 27.08.2009.
13. Em 23.09.2009, o Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), a partir dessa data, conforme comunicado lido em Plenário e, em 01.10.2009, a sua filiação ao Partido Social Cristão (PSC), a partir de 23.09.2009, conforme Of. GSMS 098/2009, lido em Plenário em 01.10.2009.
14. O Senador João Pedro deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Alfredo Nascimento.
15. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa.
16. A Senadora Ideli Salvatti licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 08.07.2010 (Requerimentos nºs 704 e 705, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).
17. O Senador Paulo Duque deixou o exercício do mandato em 14.07.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Regis Fichtner.
18. O Senador Augusto Botelho comunicou sua desfiliação do PT, conforme Of. 273/10-GSABOT, lido na sessão de 05.08.10.
19. A Senadora Ideli Salvatti reassumiu o mandato em 06.10.2010, conforme Of. 047/2010-GSISAL, lido na sessão de 06.10.2010 e publicado na mesma data.
20. Vago em virtude do falecimento do Senador Romeu Tuma, ocorrido em 26.10.2010.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s):3303-5255 Fax:3303-5260
E-mail:scop@senado.gov.br

3) PROCURADORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

SENADOR	BLOCO / PARTIDO
Demóstenes Torres (DEM/GO) ⁽¹⁾	Bloco Parlamentar da Minoria
João Tenório (PSDB/AL) ⁽¹⁾	Bloco Parlamentar da Minoria
Antonio Carlos Valadares (PSB/SE) ⁽²⁾	Bloco de Apoio ao Governo
	PMDB
Gim Argello (PTB/DF) ⁽¹⁾	PTB

Atualização: 17/04/2008

Notas:

1. Designados na Sessão do Senado Federal de 09.04.2008.
2. Designado na Sessão do Senado Federal de 17.04.2008.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

4) CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

(Resolução do Senado Federal nº 02, de 2001.)

Número de membros: 12 titulares

PRESIDENTE: Senador Marco Maciel (DEM-PE) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) ⁽³⁾

1ª Designação: 03/12/2001

2ª Designação: 26/02/2003

3ª Designação: 03/04/2007

4ª Designação: 12/02/2009

MEMBROS
PMDB
VAGO ^(4,5)
DEM
Marco Maciel (PE)
PSDB
Lúcia Vânia (GO)
PT
Fátima Cleide (RO)
PTB
VAGO ^(2,12,13)
PDT
Patrícia Saboya (CE) ^(6,8,9)
PR
Magno Malta (ES) ^(1,7,10)
PSB
Renato Casagrande (ES)
PRB
Marcelo Crivella (RJ)
PC DO B
Inácio Arruda (CE)
PP
Francisco Dornelles (RJ) ⁽¹¹⁾
PSOL
José Nery (PA)

Atualização: 29/04/2010

Notas:

1. O Senador Expedito Júnior deixou o exercício do mandato em 05/11/2009.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

2. Vago tendo em vista a comunicação de desligamento do Senador Mozarildo Calvacante, conforme Of.nº088/2009/GLPTB.
 3. Eleitos na 1ª Reunião do Conselho, realizada em 17.06.2009.
 4. Indicado para ocupar a vaga destinada ao PMDB, conforme Of.GLPMDF nº 020-A-2009, lido na sessão do dia 24.06.2009.
 5. Vago em virtude de o Senador Wellington Salgado de Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Hélio Costa, em 01.04.2010.
 6. Em 04.08.2009, o Senador Flávio Torres (PDT-CE) foi designado titular do Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz, em substituição à Senadora Patrícia Saboya, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, a partir de 17.07.2009 (Of. nº61/09-LPDT).
 7. Em 23.09.2009, o Senador Expedito Júnior comunicou a sua desfiliação do Partido da República (PR), a partir dessa data, conforme Of.GSEJUN nº 221/2009 e, em 29.09.2009, a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 25 de setembro de 2009, conforme OF.GSEJUN nº 225/2009.
 8. Vago em virtude de o Senador Flávio Torres não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Patrícia Saboya, em 16.11.2009.
 9. Em 25.11.2009, a Senadora Patrícia Saboya (PDT-CE) foi designada titular do Conselho Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz, conforme Ofício nº 86/09-LPDT.
 10. Em 26.11.2009, o Senador Magno Malta (PR-ES) foi designado titular do Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz, conforme Ofício nº 111/2009-PR.
 11. Em 26.11.2009, o Senador Francisco Dornelles (PP-RJ) foi designado titular do Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz, conforme Ofício nº 007/2009-GLDPP.
 12. Em 01.12.2009 o Senador Osvaldo Sobrinho (PTB-MT) foi designado titular do Conselho Mulher-Cidadã Bertha Lutz, conforme Ofício nº 286/2009-GLPTB.
 13. Vago tendo em vista o retorno do titular, Senador Jayme Campos, em 03.01.10.
- *. Em Sessão Solene do Congresso Nacional, realizada em 09.03.2010, foram agraciadas na 9ª Premiação do Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz as senhoras Andréa Maciel Pachá, Clara Perelberg Steinberg, Cleuza Pereira do Nascimento, Maria Augusta Tibiriçá Miranda e Leci Brandão da Silva; recebeu homenagem especial a Senhora Maria Lygia de Borges Garcia e homenagem in memoriam a Senhora Fani Lerner.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-4561/3303-5258 **Fax:**3303-5258

E-mail:scop@senado.gov.br

5) CONSELHO DO DIPLOMA JOSÉ ERMÍRIO DE MORAES

(Resolução do Senado Federal nº 35, de 2009)

Número de membros: 14 titulares

PRESIDENTE: Senador João Tenório (PSDB-AL)

VICE-PRESIDENTE: Senador Francisco Dornelles (PP-RJ)

1ª Designação: 23/03/2010

MEMBROS
PMDB
DEM
Adelmir Santana (DF)
PSDB
João Tenório (AL) ⁽²⁾
PT
Tião Viana (AC) ⁽³⁾
PTB
Gim Argello (DF) ⁽⁵⁾
PDT
Patrícia Saboya (CE) ⁽⁴⁾
PR
César Borges (BA)
PSB
Antonio Carlos Valadares (SE)
PRB
Marcelo Crivella (RJ)
PC DO B
Inácio Arruda (CE)
PP
Francisco Dornelles (RJ)
PSOL
José Nery (PA)
PSC
Mão Santa (PI)
PV
Marina Silva (AC) ⁽¹⁾

Atualização: 27/04/2010

Notas:

1. A Senadora Marina Silva foi designada titular do Conselho do Diploma José Ermírio de Moraes, conforme Of. Ext. GSMS 00085/2010, lido em Plenário em 31.03.2010.
 2. O Senador João Tenório (PSDB-AL) foi designado membro do Conselho do Diploma José Ermírio de Moraes, em substituição ao Senador Eduardo Azeredo, conforme Of. nº 23/2010-GLPSDB, lido em Plenário em 07.04.2010.
 3. O Senador Tião Viana (PT-AC) foi designado membro do Conselho do Diploma José Ermírio de Moraes, conforme Of. nº 022/2010-GLDPT, lido em Plenário em 08.04.2010.
 4. A Senadora Patrícia Saboya (PDT-CE) foi designada membro do Conselho do Diploma José Ermírio de Moraes, conforme Of. nº 05/2010-LPDT, lido em Plenário em 14.04.2010.
 5. O Senador Gim Argello (PTB-DF) foi designado membro do Conselho do Diploma José Ermírio de Moraes, conforme Of. nº 056/2010-GLPTB, lido em Plenário em 20.04.2010.
- *. Eleitos na 1ª Reunião do Conselho, realizada em 27/04/2010. Nesta mesma reunião, o Conselho escolheu os empresários José Alencar Gomes da Silva, Jorge Gerdau Johannpeter e João Claudino Fernandes para receberem o Diploma; e o Senhor José Ephim Mindlin para ser homenageado in memoriam.

SECRETARIA-GERAL DA MESA**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)****Endereço:**Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):**3303-5255 **Fax:**3303-5260**E-mail:**scop@senado.gov.br

CONSELHOS

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)
(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal

Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
<u>PRESIDENTE</u> Deputado Michel Temer (PMDB-SP)	<u>PRESIDENTE</u> Senador José Sarney (PMDB-AP)
<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Marco Maia (PT-RS)	<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Marconi Perillo (PSDB-GO)
<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto (DEM-BA)	<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Senadora Serys Slhessarenko (PT-MT)
<u>1º SECRETÁRIO</u> Deputado Rafael Guerra (PSDB-MG)	<u>1º SECRETÁRIO</u> Senador Heráclito Fortes (DEM-PI)
<u>2º SECRETÁRIO</u> Deputado Inocêncio Oliveira (PR-PE)	<u>2º SECRETÁRIO</u> Senador João Vicente Claudino (PTB-PI)
<u>3º SECRETÁRIO</u> Deputado Odair Cunha (PT-MG)	<u>3º SECRETÁRIO</u> Senador Mão Santa (PSC-PI) ¹
<u>4º SECRETÁRIO</u> Deputado Nelson Marquzezelli (PTB-SP)	<u>4º SECRETÁRIO</u> Senadora Patrícia Saboya (PDT-CE)
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Deputado Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN)	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Deputado Gustavo Fruet (PSDB-PR) ⁴	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u>
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</u> Deputado Eliseu Padilha (PMDB-RS) ²	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u> Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Deputado Emanuel Fernandes (PSDB-SP) ³	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

(Atualizada em 13.05.2010)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: 3303-4561 e 3303-5258
scop@senado.gov.br

¹ Em 23.09.2009, o Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), a partir dessa data, conforme comunicado lido em Plenário e, em 01.10.2009, a sua filiação ao Partido Social Cristão (PSC), a partir de 23.09.2009, conforme Of. GSMS 098/2009, lido em Plenário em 01.10.2009.

² O Deputado Eliseu Padilha foi eleito Presidente da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara dos Deputados, em Reunião Ordinária realizada em 03/03/2010.

³ O Deputado Emanuel Fernandes foi eleito Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, em Reunião Ordinária realizada em 03/03/2010.

⁴ O Deputado Gustavo Fruet passou a exercer a Liderança da Minoria na Câmara dos Deputados, conforme Of. nº 41/2010/SGM da Câmara dos Deputados, datado de 23 de março de 2010.

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(13 titulares e 13 suplentes)

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)

(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Presidente:

Vice-Presidente:

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)		
Representante das empresas de televisão (inciso II)		
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)		
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)		
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)		
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)		
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)		
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258
scop@senado.gov.br - www.senado.gov.br/ccs

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

COMISSÕES DE TRABALHO

01 – COMISSÃO DE REGIONALIZAÇÃO E QUALIDADE DA PROGRAMAÇÃO E DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

02 – COMISSÃO DE TECNOLOGIA DIGITAL

03 – COMISSÃO DE TV POR ASSINATURA

04 – COMISSÃO DE MARCO REGULATÓRIO

05 – COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258
scop@senao.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL

Resolução nº 01, de 2007 – CN

COMPOSIÇÃO

18 Titulares (9 Senadores e 9 Deputados) e 18 Suplentes (9 Senadores e 9 Deputados)

Designação: 27/04/2007

Presidente: Deputado José Paulo Tóffano (PV - SP)¹²

Vice-Presidente: Senador Inácio Arruda (PCdoB - CE)¹²

Vice-Presidente: Deputado Germano Bonow (DEM – RS)¹²

SENADORES

TITULARES	SUPLENTES
Maioria (PMDB)	
PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. NEUTO DE CONTO (PMDB/SC) 17
GERALDO MESQUITA JUNIOR (PMDB/AC)	2. VALDIR RAUPP (PMDB/RO)
DEM	
EFRAIM MORAIS (DEM/PB)	1. ADELMIR SANTANA (DEM/DF)
ALFREDO COTAIT (DEM/SP) 18, 19	2. RAIMUNDO COLOMBO ⁶ 16 (DEM/SC)
PSDB	
MARISA SERRANO (PSDB/MS)	1. EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)
PT	
ALOIZIO MERCADANTE (PT/SP)	1. FLÁVIO ARNS (PSDB/PR) ¹³
PTB	
SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	1. FERNANDO COLLOR (PTB/AL)
PDT	
CRISTOVAM BUARQUE (PDT/DF)	1. OSMAR DIAS ⁴ (PDT/PR)
PCdoB	
INÁCIO ARRUDA (PCdoB/CE)	1. JOSÉ NERY ⁸ (PSOL/PA)
DEPUTADOS	
TITULARES	SUPLENTES
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB	
VALDIR COLATTO (PMDB/SC) ¹⁰	1. MOACIR MICHELETTO ⁷ (PMDB/PR)
DR. ROSINHA (PT/PR)	2. NILSON MOURÃO (PT/AC)
GEORGE HILTON (PP/MG)	3. RENATO MOLLING (PP/RS)
IRIS DE ARAÚJO (PMDB/GO)	4. LELO COIMBRA (PMDB/ES) ¹¹
PSDB/DEM/PPS	
PROFESSOR RUY PAULETTI (PSDB/RS) ¹⁴	1. LEANDRO SAMPAIO ⁵ (PPS/RJ)
GERALDO THADEU ⁹ (PPS/MG)	2. ANTONIO CARLOS PANNUNZIO ³ (PSDB/SP)
GERMANO BONOW (DEM/RS)	3. CELSO RUSSOMANNO ¹ (PP/SP)
PSB/PDT/PCdoB/PMN/PAN	
BETO ALBUQUERQUE (PSB/RS)	1. VIEIRA DA CUNHA (PDT/RS)
PV	
JOSÉ PAULO TÓFFANO (PV/SP)	1. ANTÔNIO ROBERTO (PV/MG) ¹⁵

(Atualizada em 18.11.2010)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 – 70160-900 Brasília – DF / Brasil Fones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880

e-mail: cpcm@camara.gov.br

www.camara.gov.br/mercosul

¹ Indicado conforme Ofício nº 160-L-DEM/08, de 04.06.08, do Líder do DEM, Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto, lido na Sessão do SF de 05.06.08.

² Eleito em 14.8.2007, para o biênio 2007/2008.

³ Indicado conforme Of. PSDB nº 856/2007, de 28.11.2007, do Líder do PSDB, Deputado Antonio Carlos Pannunzio, lido na Sessão do SF de 19.12.2007.

⁴ Indicado conforme Ofício nº 28/08-LPDT, de 09.07.08, do Líder do PDT, Senador Osmar Dias, lido na Sessão do SF de 09.07.08, em substituição ao Senador Jefferson Praia, em virtude de sua renúncia, conforme Of. s/nº, datado de 09.07.2008.

⁵ Indicado pela Liderança do PPS, nos termos do OF/LID/Nº 157/2008, de 19.06.2008, lido na Sessão do Senado Federal dessa mesma data, tendo em vista a renúncia do Deputado Ilderlei Cordeiro, conforme OF GAB Nº 53/2008, de 18.06.2008.

⁶ O Senador Raimundo Colombo retornou ao exercício do mandato em 25.10.2008, conforme comunicado datado de 28.10.2008, lido na Sessão do Senado Federal dessa mesma data.

⁷ Indicado pela Liderança do PMDB, nos termos do OF/GAB/I/nº 949/2008, de 11.11.2008, lido na Sessão do Senado Federal de 12.11.2008.

⁸ Indicado pela Liderança do PC do B, nos termos do Ofício IA/Nº 269/2008, de 16.12.2008, lido na Sessão do Senado Federal de 17.12.2008.

⁹ Indicado pela Liderança do PPS, nos termos do OF/LID/Nº 266/2007, de 17.07.07, em substituição ao Deputado Geraldo Resende.

¹⁰ Vaga anteriormente ocupada pelo Deputado Cezar Schirmer, que renunciou à suplência do mandato de parlamentar, conforme Of. 29/2009/SGM/P, de 14.01.2009. O Deputado Valdir Colatto renunciou à vaga de suplente para assumir a de titular, conforme o Ofício nº 034/2009-GAB610-CD, de 11.02.2009, e o OF/GAB/I/Nº 12, de 28.01.2009.

¹¹ Indicado pela Liderança do PMDB, nos termos do OF/GAB/I/Nº 177, de 12.03.2009, lido na Sessão do Senado Federal de 12.03.2009.

¹² Eleitos para o biênio 2009/2010, em reunião realizada no dia 27.05.09, conforme Ofício P/48/2009, de 28.05.2009, lido nessa mesma data.

¹³ O Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores (PT), conforme comunicação lida na sessão do SF em 10.09.09, e filiou-se ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), em 02.10.2009, conforme Of. GSFA/0898/2009, de 06.10.09, lido na sessão do SF de 08.10.2009.

¹⁴ Indicado, conforme Of. nº 965/2009/PSDB, datado de 11/11/09, do Líder do PSDB, Deputado José Aníbal, em substituição ao Deputado Cláudio Diaz, em virtude de sua renúncia, conforme Of. nº 0516/2009, de 09.11.09, lidos na Sessão do SF de 13.11.09.

¹⁵ Indicado, conforme Of. nº 067/10/LIDPV, datado de 17/03/2010, do Deputado Edson Duarte, Líder do PV, em substituição ao Deputado Dr. Nechar, em virtude de sua renúncia, conforme Of. s/nº, de 02.03.10, lidos na Sessão do SF de 22.03.2010.

¹⁶ O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 08.07.2010 (Requerimentos nºs 702 e 703, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).

¹⁷ O Senador Neuto de Conto afastou-se, nos termos do art. 39, inciso II, do Regimento Interno, para assumir o cargo de Secretário Executivo de Articulação Nacional, do Estado de Santa Catarina, a partir de 05.08.2010.

¹⁸ Vago em virtude do falecimento do Senador Romeu Tuma, ocorrido em 26.10.2010.

¹⁹ Indicado como titular em substituição ao Senador Romeu Tuma, devido ao seu falecimento, conforme Of. nº 073/10-GLDEM, do Senador Antonio Carlos Júnior, Vice-Líder no exercício da Liderança do Democratas, datado de 18.11.2010, lido na Sessão do SF de 18.11.2010.

MESA DO PARLAMENTO DO MERCOSUL

PRESIDENTE: Senador Aloizio Mercadante (Br)

VICE-PRESIDENTE: Parlamentar Rubén Martínez Huelmo (Uy)

VICE-PRESIDENTE: Parlamentar José Juan Bautista Pampuro (Ar)

VICE-PRESIDENTE: Parlamentar Ignacio Mendoza Unzain (Py)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 – 70160-900 Brasília – DF / Brasil

Fones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880

e-mail: cpcm@camara.gov.br

www.camara.gov.br/mercosul

COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA – CCAI

(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador Eduardo Azeredo ¹

Vice-Presidente: Emanuel Fernandes

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> HENRIQUE EDUARDO ALVES PMDB-RN	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> RENAN CALHEIROS PMDB-AL
<u>LÍDER DA MINORIA</u> GUSTAVO FRUET ² PSDB-PR	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u>
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> EMANUEL FERNANDES PSDB-SP	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> EDUARDO AZEREDO PSDB-MG

(Atualizada em 13.05 .2010)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: 3303-4561 e 3303- 5258
scop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

¹ O Senador Eduardo Azeredo assumiu a presidência em 23.03.2010, conforme alternância estabelecida na 1ª reunião da Comissão, realizada em 18.08.2001.

² O Deputado Gustavo Fruet passou a exercer a Liderança da Minoria na Câmara dos Deputados, conforme Of. nº 41/2010/SGM da Câmara dos Deputados, datado de 23 de março de 2010.



Edição de hoje: 286 páginas

OS:15357/2010